

Luísa Cerdeira, Belmiro Cabrito,  
Tomás Patrocínio, Maria de Lourdes Machado,  
Rui Brites, Ana Paula Curado,  
com a colaboração de  
Marta Manso e Catarina Doutor

# CUSTOS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS RELATÓRIO CESTES 2 2015-2016

Para a compreensão da condição social e  
económica dos estudantes  
do ensino superior



Apoios



FUNDAÇÃO  
CALOUSTE  
GULBENKIAN

# **Custos dos Estudantes do Ensino Superior**

## **Português**

### **Relatório CESTES 2**

**Para a compreensão da condição social e económica  
dos estudantes do ensino superior**

Luísa Cerdeira

Belmiro Gil Cabrito

Tomás Patrocínio

Maria de Lourdes Machado

Rui Brites

Ana Paula Curado

Marta Manso e Catarina Doutor (Bolseiras)



Educa, Lisboa, 2018

EDUCA - Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Alameda das Universidades, 1649-013 Lisboa

Tel.: 217 943 600

Fax: 217 933 408

educa@ie.ul.pt

CUSTOS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS

RELATÓRIO CESTES 2

PARA A COMPREENSÃO DA CONDIÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA

DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

© EDUCA e autores

Composição e Arranjo Gráfico: Ana Nascimento

ISBN: 978-989-8272-30-0

abril 2018

## AGRADECIMENTOS

O Projeto CESTES 2 - Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português - pela sua dimensão nacional (Portugal Continental e Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores), só foi possível devido ao apoio financeiro que a Fundação Calouste Gulbenkian voltou a conceder, nomeadamente através do Dr. Carmelo Rosa, na sua qualidade de Diretor do Serviço de Educação e Bolsas da Fundação. Agradecemos-lhe destacadamente a confiança que depositou na equipa de investigação para concretizar este trabalho, na convicção de que o mesmo é relevante como meio de informação às decisões estratégicas sobre o financiamento do ensino superior.

Agradecemos também o apoio do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), na figura do Presidente ao tempo, Prof. Doutor Joaquim Mourato, pela concessão de um subsídio financeiro, que apesar de limitado, constituiu um estímulo para o desenvolvimento do estudo.

O projeto teve sede na UIDEF - Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa - e, aqui é devido um agradecimento a esse acolhimento na pessoa do Prof. Doutor Luís Miguel Carvalho, e na pessoa do diretor do Instituto, Prof. Doutor João Pedro da Ponte.

Agradecemos às bolseiras, Marta Manso e Catarina Doutor que aplicaram o questionário junto de estudantes de instituições de ensino superior em todo o país e apoiaram na elaboração do relatório e preparação do seminário de apresentação do estudo, destacando o seu esforço e empenho em levar a bom



porto uma tarefa tão exigente, correspondendo à amostra definida, garantindo a aleatoriedade dos inquiridos.

Agradecemos também os apoios logísticos proporcionados pelo secretariado técnico do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, nomeadamente da Dra. Fernanda Marinha, da Dra. Gabriela Lourenço, do Dr. João Navarro, do Sr. Romeu Sequeira e da Dra. Zulmira Torres.

Agradecemos às estruturas de direção e de apoio do CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas), do CCISP (Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos) e APESP (Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado) que nos apoiaram a divulgar o estudo e a obter a devida autorização das instituições de ensino superior para a aplicação do questionário aos estudantes.

Queremos, também, deixar aqui um sentido agradecimento aos reitores, equipas reitorais, diretores e subdiretores, docentes e pessoal técnico e administrativo das Instituições de Ensino Superior que nos abriram as portas e nos ajudaram de forma muita colaborativa nos trabalhos preparatórios do estudo.

Embora não os possamos nomear, expressamos o nosso agradecimento aos estudantes, que, pacientemente responderam às questões do questionário que foi distribuído e que são os principais atores desta investigação.

Por fim agradecemos a todos os participantes (professores, estudantes e investigadores) no seminário internacional “ QUEM SÃO OS ESTUDANTES E QUANTO CUSTA ESTUDAR NO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS EM 2015/2016?” realizado no auditório do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa a 30 de Maio de 2017, no qual se apresentaram os dados

preliminares do projeto de investigação, e que contribuíram, direta ou indiretamente, com os seus comentários e questionamentos pertinentes para o enriquecimento das reflexões deste relatório. Nesse contexto agradecemos muito especialmente ao Dr. Carmelo Rosa (Diretor do Serviço de Educação e de Bolsas da Fundação Calouste Gulbenkian, FCG), ao Prof. Doutor João Barreiros (Vice-Reitor da Universidade de Lisboa), ao Prof. Doutor João Pedro da Ponte (Diretor do Instituto de Educação), ao Prof. Doutor Mário Caldeira (Presidente do Instituto Superior de Economia e Gestão, ISEG), ao Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira (Professor Catedrático da Faculdade de Direito), ao João Rodrigues (Presidente da Federação Académica de Lisboa, FAL) e ao Francisco Duarte (Presidente da Associação Académica da Universidade de Lisboa, AAL).



## **RESUMO**

### **CESTES 2 - Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português**

#### **Para a compreensão da condição social e económica dos estudantes do ensino superior**

O projeto CESTES 2 enquadra-se no domínio da Economia da Educação e tem como suporte a teoria da partilha de custos (cost-sharing). A investigação sobre os custos dos alunos no ensino superior é fundamental na medida em que contribui para o conhecimento de uma realidade tantas vezes ignorada, desempenhando um papel importante para a tomada de decisão na política educacional, na valorização, ou não, da equidade na distribuição dos custos entre os estudantes, o Estado e as partes interessadas (Johnstone, 2004).

O projeto objetivou estudar os custos dos estudantes do ensino superior português no ano de 2015/2016, dando sequência aos estudos realizados por Belmiro Gil Cabrito (2002; reportado ao ano de 1994/1995), por Luísa Cerdeira (2009; reportado ao ano de 2004/2005) e o CESTES (reportado a 2010/2011).

Este relatório apresenta os resultados de uma investigação de pendor quantitativo que se fundou nos dados de um questionário aplicado a uma amostra representativa e estratificada de estudantes do ensino superior a nível nacional, envolvendo estudantes do ensino público, privado, universitário e politécnico. À semelhança das investigações antecedentes à do projeto CESTES 2, foram definidos como principais objetivos orientadores da investigação os seguintes:

- caracterizar a condição socioeconómica dos estudantes do ensino superior;
- recolher dados sobre os custos de educação e de vida que os estudantes enfrentam durante a frequência do Ensino Superior;
- discutir a influência e o impacto do tipo de instituição, curso, área científica e região no valor daqueles custos.

Da investigação pode concluir-se, de forma breve, que o ensino superior em Portugal foi objeto de uma evolução positiva no que toca ao aumento do número de estudantes matriculados, diplomados e qualidade da investigação e produção científica, mas que apresenta ainda aspetos restritivos no que respeita à acessibilidade, mormente a acessibilidade financeira. Os estudantes portugueses e as suas famílias contribuem com um peso significativo para o financiamento do ensino superior, público e privado, sendo dos estudantes mais penalizados no panorama europeu, com os custos de educação e de vida a pesarem de forma significativa nos orçamentos familiares.

Palavras-chave: custos do ensino superior; financiamento do ensino superior; partilha de custos; acessibilidade; capacidade de pagar os estudos (affordability).

## **ABSTRACT**

### **CESTES 2 - Students' costs in Portuguese Higher Education. An understanding of the social and economic status of the Portuguese higher education students, 2015/16**

The Project CESTES 2 is an Economics of Education research study, based on the cost sharing theory (Johnstone, 2004). It analyses the costs of the Portuguese higher education students in 2015/16, following similar studies developed by Cabrito (2000), Cerdeira (2005) and the 2010 CESTES 1 Project.

Similarly to those previous studies, this research aimed to define the social and economic status of the Portuguese's higher education students in 2015-16, collecting data on the Portuguese higher education students' costs of education and living, and understanding the relationship between those costs and the students' attendance in each type of Portuguese higher education institution, scientific area and geographic region.

The project concludes that there has been a positive evolution in the Portuguese higher education in terms of number of enrolled students, number of graduates, and the quality and output of scientific research. However, some aspects are still restrictive, namely the students' availability to funding. The Portuguese higher education students and their families contribute with a significant portion to the financing of higher education, In comparison with their European colleagues, they are most penalized, and family budgets are heavily burdened with higher education attendance costs.

Key words: higher education costs, higher education funding, costs sharing, accessibility, affordability.

## SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>A3ES</b>	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
<b>AAL</b>	Associação Académica da Universidade de Lisboa
<b>APESP</b>	Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado
<b>BCP</b>	Banco Comercial Português
<b>BES</b>	Banco Espírito Santo
<b>BPI</b>	Banco Português de Investimento
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CCISP</b>	Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
<b>CESPU</b>	Cooperativa De Ensino Superior Politécnico Universitário
<b>CESTES</b>	Custos dos Estudantes do Ensino Superior (2010/2011)
<b>CESTES 2</b>	Custos dos Estudantes do Ensino Superior (2015/2016)
<b>CGD</b>	Caixa Geral de Depósitos
<b>CIPES</b>	Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior
<b>CRUP</b>	Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
<b>DGEEC</b>	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência



<b>DIMAS</b>	Diplomados e Matriculados no Ensino Superior
<b>DR.</b>	Doutor
<b>DRA.</b>	Doutora
<b>ERASMUS</b>	EuRopean Community Action Scheme for the Mobility of University Students
<b>EU</b>	European Union
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FAL</b>	Federação Académica de Lisboa
<b>FCG</b>	Fundação Calouste Gulbenkian
<b>FCT</b>	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
<b>ICHEFAP</b>	International Comparative Higher Education Finance and Accessibility Project
<b>IEUL</b>	Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
<b>ISCED</b>	International Standard Classification of Education
<b>ISCTE</b>	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
<b>ISEG</b>	Instituto Superior de Economia e Gestão
<b>ISLA</b>	Instituto Superior de Línguas e Administração
<b>ISMAI</b>	Instituto Universitário da Maia
<b>ISPA</b>	Instituto Superior de Psicologia Aplicada

<b>MCTES</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Ciência
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>P</b>	Probabilidade de Significância
<b>PROF.</b>	Professor
<b>RAIDES</b>	Registo de Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior
<b>UIDEF</b>	Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação
<b><math>\chi^2</math></b>	Qui-quadrado de Pearson



## ÍNDICE GERAL

Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	vii
Abstract .....	ix
Siglas e acrónimos .....	xi
Índice Geral .....	xv
Índice de quadros .....	xix
Índice de figuras .....	xxviii
1. Pertinência científica e social da investigação .....	1
2. Objetivos do Projeto CESTES 2 .....	5
3. Metodologia do Projeto CESTES 2 .....	6
4. Perfil dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 ...	12
5. As condições de vida dos estudantes do ensino superior em 2015/2016 .....	26
Conclusões sobre as condições de vida dos estudantes do ensino superior em Portugal, entre 2004/2005 e 2015/2016 .....	43
6. Perfil do agregado familiar dos estudantes do ensino superior em 2015/2016: O rendimento .....	44
7. Perfil dos pais dos estudantes do ensino superior: Ocupação .....	53
8. Perfil dos pais dos estudantes do ensino superior: as habilitações académicas .....	60
9. Apoios sociais aos estudantes do ensino superior .....	68
10. Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior .....	85
11. Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a propina máxima anual do curso .....	97
12. Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso .....	102
13. Ocupação do dia-a-dia dos estudantes do ensino superior .....	108
14. Opinião dos estudantes sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior .....	113
Nota síntese .....	128
15. Custos de educação e custos de vida dos estudantes do ensino superior .....	133

15.1.	Os custos do Ensino Superior em 2015/2016 .....	133
15.2.	Despesas Correntes .....	135
15.2.1.	<i>Despesas com alojamento</i> .....	135
15.2.2	<i>Despesas com telefone e telemóvel</i> .....	140
15.2.3	<i>Despesas com a alimentação</i> .....	141
15.2.4	<i>Despesas médicas</i> .....	143
15.2.5	<i>Despesas com os transportes</i> .....	145
15.2.6	<i>Despesas Pessoais</i> .....	147
15.2.7	<i>Síntese das Despesas Correntes Mensais</i> .....	148
15.2.7.1	<i>Despesas correntes mensais por sector e tipo de ensino</i> .....	150
15.2.7.2	<i>Despesas correntes mensais e nível de rendimento dos pais</i> .....	153
15.2.8	<i>Despesas correntes anuais</i> .....	157
15.2.8.1	<i>Despesas correntes anuais por tipo de ensino ...</i>	157
15.2.8.2	<i>Despesas correntes anuais por tipo de ensino e área científica</i> .....	159
15.2.8.3	<i>Despesas correntes anuais por tipo de ensino, área científica e residência</i> .....	160
15.2.8.4	<i>Despesas correntes anuais de acordo com a região onde a instituição frequentada se encontra</i> .....	162
15.3	Despesas de Educação .....	163
15.3.1	<i>Despesas com propinas</i> .....	163
15.3.2	<i>Despesas com Taxa de Matrícula</i> .....	168
15.3.3	<i>Despesas com outras taxas (seguro, inscrição para exames, etc.)</i> .....	171
15.3.4	<i>Despesas com livros e outro material didático</i> .....	173
15.3.5	<i>Despesas com equipamento (computadores, microscópios, etc.) e visitas de estudo</i> .....	175
15.3.6	<i>Despesas com outras despesas não incluídas em qualquer outro item</i> .....	177
15.3.7	<i>Despesas de Educação Anuais</i> .....	179
15.3.7.1	<i>Despesas de educação anuais por sector e tipo de ensino</i> .....	179
15.3.7.2	<i>Despesas de educação anuais por área científica</i> .....	182

15.4	Despesas totais por ano letivo .....	187
15.4.1	<i>Despesas totais anuais por tipo de ensino .....</i>	188
15.4.2	<i>Despesas totais anuais por área científica .....</i>	191
15.4.3	<i>Despesas totais anuais de acordo com a idade dos estudantes .....</i>	194
15.4.4	<i>Despesas totais anuais de acordo com o estatuto socioeconómico dos estudantes .....</i>	194
15.4.5	<i>Despesas totais anuais por tipo de custo: custos de educação e custos correntes .....</i>	196
15.4.6	<i>Despesas totais anuais de acordo com a situação dos estudantes face à sua residência habitual .....</i>	199
15.4.6.1	<i>Despesas totais anuais por sector e tipo de ensino de acordo com a situação dos estudantes face à sua residência habitual e tipo de alojamento .....</i>	201
15.4.6.2	<i>Despesas totais anuais por área científica de acordo com a situação dos estudantes face à sua residência habitual .....</i>	203
15.4.7	<i>Despesas totais anuais de acordo com a região onde a instituição de ensino superior frequentada se insere .....</i>	205
15.4.7.1	<i>Despesas totais anuais desagregadas por sector e tipo de ensino e por região .....</i>	205
15.4.7.2	<i>Despesas totais anuais por área científica e de acordo com a região onde a instituição de ensino superior frequentada se insere .....</i>	206
15.4.7.3	<i>Despesas totais anuais por a região e situação do estudante face à sua residência .....</i>	208
15.5	Tipologia de despesas dos estudantes do ensino superior, agrupados por tipo de ensino, região da instituição e tipo de alojamento do estudante em 2015/2016 .....	209
15.6	Comparação do valor dos custos suportados pelos estudantes do ensino universitário público e privado portugueses em 1994/1995, em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016 ...	221

Nota síntese .....	229
16. Rendimentos percecionados dos estudantes do ensino superior .....	233
16.1 Fontes de apoio e suporte financeiros dos estudantes .....	233
16.2 Rendimentos Mensais .....	234
16.2.1 <i>Rendimento proveniente da família</i> .....	234
16.2.2 <i>Outras fontes de receita</i> .....	237
16.2.2.1 <i>Bolsa de estudo</i> .....	237
16.2.2.2 <i>Empréstimo bancário</i> .....	238
16.2.2.3 <i>Subsídios públicos</i> .....	239
16.2.3 <i>Rendimentos do trabalho</i> .....	239
16.2.4 <i>Outros rendimentos</i> .....	240
16.2.5 <i>Síntese dos Rendimentos Mensais</i> .....	240
16.2.5.1 <i>Rendimentos mensais percecionados pelos estudantes e nível de rendimento percecionado e declarado dos pais</i> .....	243
17. Síntese e considerações finais .....	244
Referências .....	263
Anexo 1 – Evolução do número de estudantes e diplomados do ensino superior .....	271
Anexo 2 – Evolução do número de diplomados do ensino superior em Portugal (Global e por tipo de ensino e instituição) .....	272
Anexo 3 – Percentagem da população que concluiu o ensino superior por nível de idade: 2009 .....	273
Anexo 4 – Alunos matriculados no ensino superior e alunos inscritos pela 1ª vez, 1º ano .....	275
Anexo 5 – Questionário CESTES 2 .....	278
Notas Biográficas dos autores .....	282

## Índice de quadros

Quadro 1 - Estrutura da Amostra .....	7
Quadro 2 - Amostra - Ensino Universitário Público .....	8
Quadro 3 - Amostra - Ensino Politécnico Público .....	9
Quadro 4 - Amostra - Ensino Universitário Privado .....	10
Quadro 5 - Amostra - Ensino Politécnico Privado .....	10
Quadro 6 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 - Sexo por sector e tipo de ensino (%) .....	12
Quadro 6-A - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 - Sexo e idade (%) .....	14
Quadro 7 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 - Tipo de ensino por área científica (%) .....	16
Quadro 8 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 - Idade dos estudantes por sexo .....	18
Quadro 9 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 - Idade dos estudantes por área científica .....	18
Quadro 10 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 - Idade por sector e tipo de ensino (%) .....	20
Quadro 11 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 - Tipo de escola frequentada no ensino secundário por tipo de ensino (%) .....	21
Quadro 12 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 - Tipo de ensino por tipo de residência (%) .....	24
Quadro 13 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Deslocados e não deslocados da área de residência habitual, por tipo de ensino (%) .....	25
Quadro 14 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes empregados no último ano letivo por tipo de ensino (%) .....	26
Quadro 15 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes empregados no último ano letivo por escalão etário (%) .....	27
Quadro 16 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes empregados no último ano letivo por sexo (%) .....	28
Quadro 17 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes empregados no último ano letivo por montante de rendimento familiar (%) .....	28



Quadro 18 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes empregados no último ano letivo por área científica (%) .....	30
Quadro 19 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes com cartão débito (Multibanco) por sector e tipo de ensino (%).....	31
Quadro 20 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes com cartão débito (Multibanco) por área científica (%) .....	33
Quadro 21 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes com cartão de crédito por sector e tipo de ensino (%) .....	34
Quadro 22 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes com cartão de crédito por tipo de ensino e escalão etário (%) .....	35
Quadro 23 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes c/ Internet em casa por sector e tipo de ensino (%) ..	36
Quadro 24 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes c/ viatura própria por sector e tipo de ensino (%) .....	39
Quadro 25 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes com viatura própria por área científica (%) .....	41
Quadro 26 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Comparação entre os níveis de rendimento do agregado familiar e a posse de cartões de crédito, acesso à Internet na residência e viatura própria (%) .....	42
Quadro 27 - Rendimento do agregado familiar, no ensino público e privado, em 2015/2016 (%) .....	45
Quadro 28 - Rendimento do agregado familiar, por tipo de ensino, em 2015/2016 (%) .....	45
Quadro 29 - Rendimento do agregado familiar, no ensino público e privado, em 2015/2016 (%) .....	49
Quadro 30 - Rendimento subjetivo do agregado familiar, por tipo de ensino, em 2015/2016 (%) .....	49
Quadro 31 - Ocupação do pai no ensino público e privado em 2015/2016 (%) ....	54
Quadro 32 - Ocupação da mãe, ensino público e privado, 2015/2016 (%) .....	54
Quadro 33 - Ocupação do pai por tipo de ensino, em 2015/2016 (%) .....	55
Quadro 34 - Ocupação da mãe por sector e tipo de ensino em 2015/2016 (%) ...	56
Quadro 35 - Ocupação do pai por área científica em 2015/2016 (%) .....	57

Quadro 36 - Ocupação da mãe por área científica em 2015/2016 (%) .....	58
Quadro 37 - Ocupação do pai por sexo, em 2015/2016 (%) .....	59
Quadro 38 - Ocupação da mãe do estudante do ensino superior, por sexo, em 2015/2016 .....	59
Quadro 39 - Habilitações do pai por ensino público e privado, 2015/2016 (%) ...	63
Quadro 40 - Habilitações da mãe por ensino público e privado em 2015/2016 (%) .....	63
Quadro 41 - Habilitações do pai por tipo de ensino em 2015/2016 (%) .....	64
Quadro 42 - Habilitações da mãe tipo de ensino em 2015/2016 (%) .....	64
Quadro 43 - Habilitações dos pais tipo de ensino em 2015/2016 (%) .....	65
Quadro 44 - Habilitações do pai por área científica, em 2015/2016 (%) .....	66
Quadro 45 - Habilitações da mãe por área científica em 2015/2016 (%) .....	66
Quadro 46 - Habilitações do pai por sexo em 2015/2016 (%) .....	67
Quadro 47 - Habilitações da mãe por sexo em 2015/2016 (%) .....	67
Quadro 48 - Estudantes bolseiros do ensino superior, por sector e tipo de ensino, em 2015/2016 .....	70
Quadro 49 - Estudantes bolseiros do ensino superior, por área científica, em 2015/2016 .....	71
Quadro 50 - Entidade financiadora da bolsa por tipo de ensino, em 2015/2016 (%) .....	72
Quadro 51 - Destino da bolsa por tipo de ensino, em 2015/2016 .....	72
Quadro 52 - Valor mensal da bolsa por tipo de ensino, em 2015/2016 (%) .....	75
Quadro 53 - Valor mensal da bolsa por área científica, em 2015/2016 (%) .....	75
Quadro 54 - Valor mensal por rendimento do agregado familiar, em 2015/2016 (%) .....	76
Quadro 55 - Bolsas de estudo que os estudantes consideram mais vantajosas, por tipo de ensino, em 2015/2016 .....	84
Quadro 56 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior: Pedido de empréstimo com o sector e tipo de ensino - 2015/2016 (%) .....	85
Quadro 57 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior: Pedido de empréstimo com as áreas científicas - 2015/2016 (%) .....	86
Quadro 58 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior: Pedido de empréstimo com a idade do estudante - 2015/2016 (%) .....	86
Quadro 59 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior: Pedido de empréstimo situação de deslocado - 2015/2016 (%) .....	87
Quadro 60 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior: Pedido de empréstimo por situação de emprego - 2015/2016 (%) .....	87

Quadro 61 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior: Pedido de empréstimo p/ nível de rendimento do agregado familiar, 2015/2016 (%) ....	88
Quadro 62 - Montante da propina máxima por tipo de ensino, em 2015/2016 (média) .....	97
Quadro 63 - Montante da propina máxima por área científica, em 2015/2016 (média) .....	98
Quadro 64 - Montante da propina máxima por sexo, em 2015/2016 (média) ....	98
Quadro 65 - Montante da propina máxima por escalão etário em 2015/2016 (média) .....	99
Quadro 66 - Montante da propina máxima por situação de deslocado, em 2015/2016 (média) .....	99
Quadro 67 - Montante da propina máxima por situação face ao emprego em 2015/2016 (média) .....	100
Quadro 68 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por tipo de ensino, em 2015/2016 (%) .....	102
Quadro 69 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por área científica, em 2015/2016 (%) .....	103
Quadro 70 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por sexo, em 2015/2016 (%) .....	103
Quadro 71 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por escalão etário, em 2015/2016 (%) .....	104
Quadro 72 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por situação de deslocado, em 2015/2016 .....	105
Quadro 73 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por situação face ao emprego, em 2015/2016 (%) .....	105
Quadro 74 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por habilitações do pai e da mãe, em 2015/2016 (%) .....	107
Quadro 75 - Ocupação do dia-a-dia por tipo de ensino, em 2015/2016 (%) .....	108
Quadro 76 - Ocupação do dia-a-dia por área científica, em 2015/2016 (%) .....	109
Quadro 77 - Ocupação do dia-a-dia por sexo, em 2015/2016 (%) .....	109
Quadro 78 - Ocupação do dia-a-dia escalão etário, em 2015/2016 (%) .....	110
Quadro 79 - Ocupação do dia-a-dia por situação de deslocado, em 2015/2016 (%) .....	110
Quadro 80 - Ocupação do dia-a-dia por situação face ao emprego, em 2015/2016 (%) .....	111

Quadro 81 - Ocupação do dia-a-dia por habilitações do pai e da mãe, em 2015/2016 (%) .....	113
Quadro 82 - Opinião dos estudantes portugueses sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior, por tipo de Instituição em 2015/2016 (médias) .....	114
Quadro 83 - Opinião dos estudantes portugueses sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior, por área científica, 2015/2016 (médias) .....	115
Quadro 84 - Opinião dos estudantes sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior em 2015/2016 (médias) .....	117
Quadro 85 - Opinião dos estudantes sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior, por tipo de Instituição, em 1994/1995 .....	119
Quadro 86 - Opinião dos estudantes sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior, por tipo de instituição, em 2010/2011 .....	121
Quadro 87 - Opinião dos estudantes sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior, por tipo de instituição, em 2015/2016 .....	123
Quadro 88 - Comparação da opinião dos estudantes sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior, por tipo de Instituição, em 1994/1995 em 2010/2011 e em 2015/2016 .....	125
Quadro 89 - Mecanismos de apoio aos estudantes do ensino particular e cooperativo que os estudantes acham mais adequados em 2015/2016 (%) .....	127
Quadro 90 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e as despesas de alojamento, 2015/2016 (%) .....	135
Quadro 91 - Situação de deslocado da residência e as despesas com alojamento em euros, 2015/2016 (médias) .....	139
Quadro 92 - Local de residência e as despesas com alojamento em euros, 2015/2016 .....	139
Quadro 93 - Despesas de telefone e telemóvel por tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	141
Quadro 94 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e despesas de alimentação, 2015/2016 (%) .....	142
Quadro 95 - Distribuição dos estudantes por tipo de alojamento utilizado e as despesas de alimentação, 2015/2016 (%) .....	142
Quadro 96 - Despesas de alimentação por tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	143
Quadro 97 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e despesas médicas, 2015/2016 (%) .....	144
Quadro 98 - Despesas médicas por tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	144

Quadro 99 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e despesas com transportes, 2015/2016 (%) .....	145
Quadro 100 - Despesas com transportes por tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	146
Quadro 101 - Despesas pessoais por sector e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	147
Quadro 102- Despesas correntes mensais por nível de rendimento do agregado familiar em euros, 2015/2016 (médias) .....	154
Quadro 103 - Despesas correntes mensais de acordo por situação face ao emprego em euros, 2015/2016 (médias) .....	155
Quadro 104 - Despesas correntes anuais por tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	157
Quadro 105 - Despesas correntes por tipo de ensino e por área científica em euros, 2015/2016 (médias) .....	159
Quadro 106 - Despesas correntes anuais por área científica e situação de deslocado, em euros, 2015/2016 (médias) .....	161
Quadro 107 - Despesas correntes anuais por região e situação de deslocado, em euros, 2015/2016 (médias) .....	162
Quadro 108 - Valor das propinas por tipo de ensino em euros, 2015/2016 .....	164
Quadro 109 - Valor médio das propinas p/ tipo de ensino (euros), 2015/2016 ...	164
Quadro 110 - Valor médio das propinas p/ área científica (euros), 2015/2016 ....	165
Quadro 111 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e nível de propina paga, 2015/2016 (%) .....	166
Quadro 112 - Distribuição dos estudantes por área científica e valor de propina paga, 2015/2016 (%) .....	168
Quadro 113 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e valor de taxa de matrícula paga, 2015/2016 .....	169
Quadro 114 - Valor de taxa de matrícula por tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	170
Quadro 115 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e nível de outras taxas pagas, 2015/2016 (%) .....	171
Quadro 116 - Valor médio de outras taxas por tipo de ensino em euros, 2015/2016 .....	172
Quadro 117 - Valor médio das despesas de frequência de educação anual por tipo de ensino em euros, 2015/2016 .....	173
Quadro 118 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e nível de despesas com livros e outros materiais, 2015/2016 .....	173

Quadro 119 - Despesas médias com livros e outros materiais em euros, 2015/2016 .....	174
Quadro 120 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e nível de despesas com equipamento e visitas de estudo, 2015/2016 (%) .....	176
Quadro 121 - Valor médio das despesas com equipamento e visitas de estudo em euros, 2015/2016 .....	176
Quadro 122 - Valor médio de outras despesas por tipo de ensino em euros, 2015/2016 .....	178
Quadro 123 - Valor médio de outras despesas de educação por tipo de ensino em euros, 2015/2016 .....	178
Quadro 124 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e nível de despesas de educação anuais, 2015/2016 (%) .....	180
Quadro 125 - Despesas de educação totais por tipo de ensino e área científica em euros, 2015/2016 (médias) .....	183
Quadro 126 - Despesas médias totais anuais por tipo de Instituição em euros, 2015/2016 .....	188
Quadro 127 - Despesas de educação, despesas correntes anuais e as despesas totais anuais do ensino superior português em euros, 2015/2016 (médias) .....	189
Quadro 128 - Distribuição das despesas totais anuais dos estudantes do ensino superior por sector e tipo de ensino, 2015/2016 (%) .....	191
Quadro 129 - Despesas totais anuais por área científica, 2015/2016 (%) .....	192
Quadro 130 - Despesas médias totais anuais por área científica e tipo de ensino em euros, 2015/2016 .....	193
Quadro 131 - Despesas totais anuais dos estudantes do ensino superior e a estrutura etária dos estudantes em euros, 2015/2016 (médias) .....	194
Quadro 132 - Despesas totais anuais por rendimento do agregado familiar em euros, 2015/2016 (médias) .....	195
Quadro 133 - Despesas totais anuais por rendimento do agregado familiar e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	195
Quadro 134 - Despesas totais anuais por tipo de ensino e situação de deslocado, em euros, 2015/2016 (médias) .....	199
Quadro 135 - Despesas de educação, despesas correntes e despesas totais anuais por tipo de ensino e situação de deslocado, 2015/2016 (%) .....	200
Quadro 136 - Despesas totais anuais por tipo de ensino e situação de deslocado, em euros, 2015/2016 (médias) .....	201
Quadro 137 - Despesas totais anuais de acordo com a residência, em euros, 2015/2016 (médias) .....	202

Quadro 138 - Despesas totais anuais por tipo de ensino e residência, em euros, 2015/2016 (médias) .....	203
Quadro 139 - Despesas totais anuais por área científica e situação de deslocado, em euros, 2015/2016 (médias) .....	204
Quadro 140 - Despesas totais anuais p/ região (euros), 2015/2016 (médias).....	205
Quadro 141 - Despesas totais anuais por região e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	206
Quadro 142 - Despesas totais anuais por região, área científica e situação de deslocado, euros, 2015/2016 (médias) .....	209
Quadro 143 - Agrupamento dos estudantes de acordo com o tipo de ensino frequentado, região da instituição e tipo de alojamento do estudante, 2015/2016 .....	210
Quadro 144 - Despesas médias dos grupos de estudantes por tipo de ensino, região e tipo de alojamento em euros, 2015/2016 .....	212
Quadro 145 - Despesas médias correntes anuais por grupos de estudantes (tipo de ensino, região da instituição e tipo de alojamento do estudante) em euros, 2015/2016 .....	214
Quadro 146 - Despesas médias de educação anuais por grupos de estudantes (tipo de ensino, região da instituição e tipo de alojamento do estudante) em euros, 2015/2016 .....	216
Quadro 147 - Despesas médias totais suportados pelos estudantes do ensino superior em Portugal em euros (ano académico de 2015/2016) .....	220
Quadro 148 - Comparação das despesas médias totais anuais dos estudantes do ensino superior universitário, público e privado em 1995, 2005, 2011 e 2016 em euros .....	223
Quadro 149 - Variação das despesas totais anuais dos estudantes do ensino superior universitário, público e privado em 1995, 2005, 2011 e 2016 .....	224
Quadro 150 - Estatuto socioeconómico das famílias dos estudantes de acordo com a perceção dos estudantes em 1995, 2005, 2011 e 2016 (%) .....	228
Quadro 151 - Estudantes bolseiros em 1995, 2005 e 2016 .....	229
Quadro 152 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e o rendimento proveniente da família, 2015/2016 (%) .....	234
Quadro 153 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e rendimentos do trabalho, 2015/2016 (%) .....	239
Quadro 154 - Rendimentos mensais dos estudantes por nível de rendimento percecionado e declarado do agregado familiar (euros), 2015/2016 (médias) .....	243
Quadro 155 - Rendimentos mensais percecionados de acordo com a situação do estudante face ao emprego durante o ano escolar em euros, 2015/2016 .....	244

Quadro 156 - Estudantes matriculados no ensino superior: Total e por subsistema entre 1990 e 2017 .....	245
Quadro 157 - Distribuição das respostas por sector e tipo de ensino .....	247
Quadro 158 - Estudantes por idade por sector e tipo de ensino (%) .....	248
Quadro 159 - Estudantes por sexo, sector e tipo de ensino (%) .....	249
Quadro 160 - Deslocados e Não Deslocados da área de residência habitual por sector e tipo de ensino (%) .....	249
Quadro 161 - Como classificam os estudantes do ensino superior o rendimento do seu agregado familiar, por sector e tipo de ensino em 2015/2016 e 2010/2011 (%) .....	250
Quadro 162 - Como classificam os estudantes do ensino superior o rendimento do seu agregado familiar, por área científica (%) .....	253
Quadro 163 - Habilitações dos pais dos estudantes do ensino superior, por sector e tipo de ensino (%) .....	254
Quadro 164 - Habilitações dos pais dos estudantes do ensino superior, por área científica (%) .....	257
Quadro 165 - Custos dos Estudantes por tipo de instituição e ensino em Euros (Anuais) .....	258
Quadro 166 - Custos dos estudantes do ensino superior versus PIB per capita e Rendimento Mediano Português, em 2015/2016 e 2010/2011 .....	259



## Índice de Figuras

Figura 1 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Sexo por sector e tipo de ensino (%) .....	13
Figura 2 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Tipo de ensino .....	14
Figura 3 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Área científica .....	15
Figura 4 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016. Nacionalidade por sector e tipo de ensino (%) .....	16
Figura 5 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Escalão etário (%) .....	17
Figura 6 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Idade por tipo de ensino (%) .....	19
Figura 7 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Idade por sector e tipo de ensino (%) .....	20
Figura 8 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Tipo de escola frequentada no ensino secundário por área científica (%) .....	22
Figura 9 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Residência durante o ano letivo .....	23
Figura 10 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Número médio de horas de trabalho por semana, dos estudantes que indicaram ter trabalhado no último ano letivo (%) .....	29
Figura 11 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016 Estudantes com cartão débito (Multibanco) por sector e tipo de ensino (%) .....	32
Figura 12 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016 Estudantes com cartão débito (Multibanco) por área científica (em percentagem) .....	34
Figura 13 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016 Estudantes com Internet em casa por sector e tipo de ensino (%) .....	37
Figura 14 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes com Internet em casa por área científica (%) .....	38
Figura 15 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016 Estudantes com viatura própria por sector e tipo de ensino (%) .....	39

Figura 16 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016 Estudantes com viatura própria por sector e tipo de ensino (%) .....	40
Figura 17 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016 Comparação entre os níveis (alto, médio, baixo) de rendimento do agregado familiar e situação face à posse de cartões de crédito, acesso à Internet na sua residência e viatura própria (%) .....	42
Figura 18 - Perceção dos estudantes do ensino superior sobre o rendimento do seu agregado familiar em 2015/2016 (%) .....	44
Figura 19 - Rendimento do agregado familiar, por área científica, em 2015/2016 (%) .....	47
Figura 20 - Estudantes bolsеiros do ensino superior, por área científica, em 2015/2016 (%) .....	47
Figura 21 - Como avaliam os estudantes do ensino superior o rendimento do agregado familiar em 2015/2016 (%) .....	48
Figura 22 - Rendimento do agregado familiar, por área científica, em 2015/2016 (%) .....	51
Figura 23 - Rendimento do agregado familiar - Comparação dos resultados obtidos em 1994/1995 (a), em 2004/2005 (a), em 2010/2011 e em 2015/2016 (%) .....	52
Figura 24 - Ocupações dos pais dos estudantes do ensino superior em 2015/2016 (%) .....	53
Figura 25 - Habilitações dos pais em 2015/2016 (%) .....	61
Figura 26 - Habilitações dos pais - Comparação com as habilitações da população residente no país em 2016 (%) .....	62
Figura 27 - Habilitações dos pais - Comparação dos resultados obtidos em 2010/2011 e em 2015/2016 (%) .....	68
Figura 28 - Estudantes bolsеiros do ensino superior, por tipo de ensino, em 2015/2016 (%) .....	69
Figura 29 - Estudantes bolsеiros do ensino superior, por sector de ensino, em 2015/2016 (em percentagem) .....	70
Figura 30 - Valor mensal da bolsa dos estudantes do ensino superior em 2015/2016 .....	72
Figura 31 - Valor mensal da bolsa dos estudantes do ensino superior, por sector e tipo de ensino, em 2015/2016 (em percentagem) .....	74
Figura 32 - Estudantes bolsеiros por habilitações do pai e mãe, em 2015/2016 (%) .....	77

Figura 33 - Estudantes bolsseiros por posse de cartões de crédito, acesso à Internet na residência e posse de viatura própria em 2015/2016 (%) .....	78
Figura 34 - Número estudantes bolsseiros empregados no último ano letivo .....	79
Figura 35 - Estudantes bolsseiros em 2015/2016, por número de horas de trabalho efetuadas, no ano letivo anterior .....	80
Figura 36 - Estudantes bolsseiros por área científica, em 2015/2016 (%) .....	81
Figura 37- Estudantes bolsseiros por área científica - Comparação dos resultados obtidos em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016 (%) .....	81
Figura 38 - Estudantes bolsseiros do ensino superior por sector de ensino - Comparação dos resultados obtidos em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016 (em percentagem) .....	82
Figura 39 - Estudantes bolsseiros tipo de ensino Comparação dos resultados obtidos em 1994/1995, 2004/2005, 2010/2011, 2015/2016 (%) .....	83
Figura 40 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior: Motivos para não ter contraído um empréstimo - 2015/2016 (%) .....	89
Figura 41 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior: Ano em que foi contraído o empréstimo por tipo de Instituição - 2015/2016 (%) .....	90
Figura 42 - Empréstimos aos estudantes do ensino superior: Tipo de empréstimo contraído - 2015/2016 (%) .....	90
Figura 43 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior: Entidades que concederam empréstimos - 2015/2016 (%) .....	91
Figura 44 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior: Valor do empréstimo - 2015/2016 (%) .....	92
Figura 45 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior: Valor do empréstimo tipo de ensino - 2015/2016 (%) .....	93
Figura 46 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior: Motivos para ter contraído um empréstimo - 2015/2016 (%) .....	94
Figura 47 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior: Se pudesse, teria contraído um empréstimo maior - 2015/2016 (%) .....	94
Figura 48 - Empréstimos bancários por sector público e privado: Motivos para não ter contraído um empréstimo - 2015/2016 (%) .....	95
Figura 49 - Empréstimos bancários por tipo de ensino: Comparação dos resultados obtidos em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016 (%) .....	96
Figura 50 - Montante da propina máxima por rendimento do agregado familiar em 2015/2016 (média) .....	100
Figura 51 - Montante da propina máxima anual por habilitações do pai e da mãe, em 2015/2016 (média) .....	101

Figura 52 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por rendimento do agregado familiar, em 2015/2016 (%) .....	106
Figura 53 - Ocupação do dia-a-dia por rendimento do agregado familiar, em 2015/2016 (%) .....	112
Figura 54 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e despesas de alojamento, 2015/2016 (%) .....	136
Figura 55 - Despesas mensais com alojamento por tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	137
Figura 56 - Despesas mensais com alojamento por área científica em euros, 2015/2016 (médias) .....	138
Figura 56 - Distribuição dos estudantes de acordo com o nível de despesas realizadas com telefone e telemóvel, 2015/2016 (%) .....	140
Figura 58 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e despesas com transportes, 2015/2016 (%) .....	146
Figura 59 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e despesas pessoais, 2015/2016 (%).....	148
Figura 60 - Estrutura das despesas correntes mensais por sector e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	149
Figura 61 - Peso relativo da composição das despesas correntes mensais por tipo de ensino, 2015/2016 (%) .....	149
Figura 62 - Estrutura e valor das despesas correntes mensais no ensino universitário público, 2015/2016 .....	150
Figura 63 - Estrutura e valor das despesas correntes mensais no ensino politécnico público, 2015/2016 .....	151
Figura 64 - Estrutura e valor das despesas correntes mensais no ensino universitário privado, 2015/2016 .....	152
Figura 65 - Estrutura e valor das despesas correntes mensais no ensino politécnico privado, 2015/2016 .....	153
Figura 66 - Despesas correntes mensais de acordo com a situação do estudante face ao emprego durante o ano académico em euros, 2015/2016 (médias) .....	155
Figura 67 - Despesas correntes mensais dos bolseiros por valor de bolsa auferida, em euros, 2015/2016 (médias) .....	156
Figura 68 - Despesas correntes anuais por sector e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	158
Figura 69 - Despesas correntes anuais por tipo de ensino e de acordo com a situação do estudante face à sua residência em euros, 2015/2016 (médias) .....	160

Figura 70 - Distribuição dos estudantes do ensino superior por valor das propinas pagas no ano letivo, 2015/2016 (%) .....	166
Figura 71 - Valor da taxa de matrícula por área científica em euros, 2015/2016 (médias) .....	170
Figura 72 - Despesas com livros e outro material didático por área científica em euros, 2015/2016 (médias) .....	175
Figura 73 - Despesas com equipamento e visitas de estudo por área científica, em euros, 2015/2016 (médias) .....	177
Figura 74 - Despesas de Educação (propinas e outras despesas) por ano letivo por tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	181
Figura 75 - Despesas de Educação anuais por tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	182
Figura 76 - Ensino universitário público - Despesas de educação por área científica em euros, 2015/2016 (médias) .....	184
Figura 77 - Ensino politécnico público - Despesas de educação por área científica em euros, 2015/2016 (médias) .....	185
Figura 78 - Ensino universitário privado - Despesas de educação por área científica em euros, 2015/2016 .....	186
Figura 79 - Ensino politécnico privado - Despesas de educação por área científica em euros, 2015/2016 (médias) .....	187
Figura 80 - Estrutura percentual das Despesas Totais (Despesas de Educação/Despesas Correntes) por sector e tipo de ensino (médias) .....	190
Figura 81 - Estrutura da despesa total dos estudantes do ensino superior por tipo de custo, 2015/2016 .....	196
Figura 82 - Despesas totais anuais dos estudantes do ensino superior por tipo de despesa e por sector e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias) .....	198
Figura 83 - Despesas totais anuais por área científica e região em euros, 2015/2016 (médias) .....	208
Figura 84 - Despesas totais anuais (educação e correntes) perçecionadas dos estudantes agrupados por tipo de ensino, região da instituição e tipo de alojamento do estudante em euros, 2015/2016 (médias) .....	211
Figura 85 - Comparação da estrutura entre as despesas de educação e despesas correntes em 1995, 2005, 2011 e 2016 .....	226
Figura 86 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e o rendimento perçecionado proveniente da família, 2015/2016 (%) .....	235
Figura 87 - Rendimento mensal oriundo das famílias, perçecionado pelos estudantes, por sector e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (média) .....	236

Figura 88 - Rendimento mensal percecionado proveniente da família por área científica em euros, 2015/2016 (média) .....	237
Figura 89 - Distribuição dos estudantes de acordo com o nível de receitas atribuídas por meio de Bolsa de estudo, 2015/2016 (%) .....	238
Figura 90 - Estrutura dos rendimentos mensais percecionados por sector e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (média) .....	241
Figura 91 - Peso relativo da composição dos rendimentos mensais por sector e tipo de ensino, 2015/2016 (%) .....	242
Figura 92 - Comparação da distribuição do grupo de estudantes de “rendimento baixo” em 2004/2005, 2010/2011 e 2015/2016 .....	252
Figura 93 - Habilitações dos pais dos estudantes do ensino superior e da população portuguesa - 2015/2016 e 2010/2011 .....	256

## **1. Pertinência científica e social da investigação**

Investigar em Educação, seja em Filosofia da Educação, História da Educação, Administração de Educação, Sociologia da Educação, Economia da Educação ou outra qualquer das Ciências da Educação deve ser uma atividade que contribua para conhecer o sistema educativo e os seus atores e, assim, partindo do conhecimento científico da realidade, partir para a intervenção/ação. Não faz sentido investigar em Educação se o fruto da investigação não contribuir para a análise e tomada de medidas de política educativa que se repercutam na Educação, seja no sucesso escolar, na formação de professores, na gestão da Escola, na qualidade do ensino, no combate às desigualdades e reforço da equidade ou na universalização da educação. É esse o motivo que tem vindo a incentivar os autores para a investigação em Educação, no caso presente, no Ensino Superior e, mais concretamente, na compreensão da condição social e económica dos estudantes deste nível de ensino.

Tendo em atenção o contributo da educação, nomeadamente da educação superior, para o desenvolvimento das sociedades (Lopes, 2013), seja pelo capital humano que produz (Becker, 1964, 1981; Mincer, 1974, 1980; Schultz, 1961, 1981, 1989, 1993) seja pelas externalidades positivas que dela decorrem (Wolfe, 1994; Wolfe & Zuvekas, 1997; Haveman et al, 1984; Doyle et al., 1994; Weale, 1992, 1994), a investigação neste domínio encontra-se desde logo, justificada.

Nestas circunstâncias não é de estranhar que um dos objetivos de qualquer sociedade, nomeadamente no quadro Europeu, seja o de alargar/universalizar o ensino superior e caminhar para uma “universidade de

massas” no sentido que lhe é dado por Trow (1973). Em Portugal, o caminho que tem vindo a ser feito pela “universidade” desde a Revolução Democrática de 1974, vai, de algum modo, no sentido da democratização e universalização da educação.

O Ensino Básico e Secundário atingem, já, taxas reais de escolarização que permitem afirmar que nestes níveis educativos se está próximo de uma escola de massas. A taxa real de escolarização no Ensino Básico ronda, atualmente, os 100%; no Ensino Secundário, aquela taxa situa-se nos 75%, facto que nos alerta, simultaneamente, para o esforço que tem vindo a ser realizado pelo país para o cumprimento da uma escolaridade obrigatória e o muito que ainda se tem que caminhar para que todos os jovens saiam do sistema educativo pelo menos com 12 anos de escolaridade.

Relativamente ao Ensino Superior, e apesar da explosão que este segmento educativo conheceu nos últimos 40 anos, ainda estamos longe de uma “universidade de massas” apesar do enorme caminho percorrido nas últimas décadas. Realmente, a taxa real de escolarização no ensino superior ronda os 33%, valor ainda bem longe do objetivo da Europa 2020.

Cumprir os objetivos europeus exige diversas medidas de desenvolvimento deste subsistema de ensino, de que destacamos, obviamente, o aumento do número de estudantes que se refletirá no incremento do número de graduados e de diplomados.

Todavia, aumentar a procura social de educação superior exige que este nível de ensino se encontre acessível para todos os potenciais candidatos, os jovens adultos ou adultos portadores do diploma de ensino secundário ou de outras modalidades educativas/formativas que dão acesso à candidatura



ao ensino superior.

Assim, elevar os níveis de acessibilidade do ensino superior, mormente a acessibilidade financeira, surge como condição indispensável ao crescimento daquela procura social. No entanto, dificilmente se poderá tomar uma medida de política educativa que favoreça aquela acessibilidade sem o conhecimento profundo do sistema e, particularmente, sem se conhecer a condição social e económica dos estudantes do ensino superior que, na prática, representam as condições sociais e económicas dos futuros candidatos dado que não é de um dia para o outro que um país muda a sua estrutura produtiva e a de distribuição de rendimentos.

Estando convictos de que só com o conhecimento real das condições de vida dos estudantes do ensino superior é que será possível formular medidas de política educativa que promovam o sucesso, combatam as desigualdades, reforcem a acessibilidades rompendo com a função de reprodução social que a escola vem desempenhando (Bourdieu & Passeron, 1964, 1970; Boudon, 1973; Boudon & Lagneau, 1980; Baudelot & Establet, 1971, 1977; Bourdieu, 1994). Estas são apenas algumas das razões que exigem investigar em educação/ensino superior e que nos moveram para dar continuidade aos estudos que iniciámos com os estudantes do ensino superior universitário, público e privado, em 1995.

Assim, o presente estudo - CESTES 2 - dá continuidade ao estudo CESTES “Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português”, realizado em 2010/2011, em que se aplicou um inquérito a uma amostra representativa dos estudantes o ensino superior, envolvendo os diversos subsistemas: ensino universitário, ensino politécnico, ensino público e ensino privado. Tendo-se

obtido o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian para o desenvolvimento do CESTES 2, voltou-se a aplicar uma nova versão do mesmo inquérito em 2015/2016. O inquérito foi aplicado a uma amostra representativa dos estudantes do 1.º ciclo do ensino superior e do Mestrado Integrado, com uma segunda inscrição no ensino superior, permitindo, assim, a constituição de uma base de dados sobre as condições socioeconómicas e os custos dos estudantes. Manteve-se neste questionário os mesmos itens do anterior, a fim de ser possível identificar tendências de cinco anos.

Foram respeitados todos os procedimentos habituais neste tipo de investigação, designadamente o anonimato e a confidencialidade das respostas.

O questionário constava das seguintes seções, todas relativas aos estudantes: informação sobre o curso e instituição; situação face ao alojamento; origem socioeconómica; despesas suportadas no último ano académico; e, por fim, a opinião sobre o financiamento do ensino superior.

Os inquiridos deviam identificar, de entre oito áreas científicas possíveis (Artes, Humanidades, Línguas; Ciências, Gestão e Ciências Computacionais; Ciências Sociais ou Direito; Engenharia e outros cursos técnicos; Educação; Medicina, Medicina Dentária, Farmácia; Enfermagem e outras profissões de saúde) aquela em que se inseria o seu curso.

Os dados recolhidos foram tratados com o SPSS, versão 22, tendo sido utilizado os testes qui-quadrado ( $\chi^2$ ) de Pearson e One-Way ANOVA. A análise estatística realizada detetou relações estatísticas significativas entre algumas das variáveis e mostra, em simultâneo, tendências positivas e negativas vividas pelo ensino superior português nos últimos anos.

Passa-se à descrição dos objetivos e metodologia prosseguidos.

## **2. Objetivos do Projeto CESTES 2**

À semelhança das investigações antecedentes à do projeto CESTES 2, foram definidos como principais objetivos orientadores da investigação os seguintes:

- caracterizar a condição socioeconómica dos estudantes do ensino superior;
- recolher dados sobre os custos de educação e de vida que os estudantes enfrentam durante a frequência do Ensino Superior;
- discutir a influência e o impacto do tipo de instituição, curso, área científica e região no valor dos custos.

Foram considerados os seguintes custos dos estudantes:

- custos de educação: propinas; matrículas; outras despesas (seguros, taxas académicas de exames ou de outras provas); livros e outros materiais; equipamentos (computadores, microscópios, etc.); viagens de campo e as despesas não incluídas em nenhum dos itens anteriores;
- custos de vida (despesas correntes): alojamento; telefone e telemóvel; alimentação; despesas médicas (incluindo seguro de saúde, consultas generalistas e ao dentista); transportes; e

despesas pessoais (roupa, cabeleireiros, produtos de higiene, cigarros, álcool, despesas de entretenimento, etc.).

### **3. Metodologia do Projeto CESTES 2**

Tomando como referência a metodologia das anteriores investigações, aplicou-se um questionário no ano letivo 2015/2016, abrangendo uma amostra representativa do universo dos estudantes do ensino superior, a nível nacional. Este questionário é apresentado em Anexo 5 e adapta o questionário já utilizado por Cerdeira (2008) na sua investigação, tendo proveniência no questionário que o ICHEFAP<sup>1</sup> - International Comparative Higher Education Finance and Accessibility Project (ICHEFAP, 2005) - tem vindo a aplicar em termos internacionais.

Seguiu-se uma abordagem quantitativa, concretizada num inquérito de autopreenchimento, suportado por um questionário estruturado, com perguntas fechadas e semifechadas, agrupadas em 5 principais blocos:

- informação básica do curso e instituição que o estudante frequenta;
- situação do estudante face ao alojamento;
- origem socioeconómica do estudante;
- despesas suportadas pelos estudantes no último ano académico;
- opinião do estudante sobre o financiamento do ensino superior.

---

<sup>1</sup> The International Comparative Higher Education Finance and Accessibility Project (ICHEFAP) is a program of research, information dissemination and networking looking at the worldwide shift of the burden of higher education costs from governments and taxpayers to parents and students. <http://gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/>

O universo de análise foi constituído por estudantes com, pelo menos, uma segunda matrícula no ensino superior, universitário ou politécnico, público ou privado, em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. A existência de, pelo menos, uma segunda matrícula justificou-se para que os estudantes entrevistados pudessem já ter tido uma vivência no ensino superior e identificassem com um grau de certeza elevado os encargos decorrentes de serem estudantes no 1.º ciclo/mestrado integrado do seu curso.

A amostra era representativa do universo em estudo, com uma distribuição proporcional, de acordo com as variáveis sexo, tipo de ensino (universitário ou politécnico) e tipo de escola (pública ou privada), o que, admitindo um erro máximo de 3%, com um nível de confiança de 0,95 para o universo definido de 66.643 estudantes (estimativa de estudantes com uma segunda inscrição em 2015/2016, a partir de dados fornecidos pela Direção-Geral do Ensino Superior) levou ao total de 1.087 estudantes. A estrutura da amostra encontra-se explicitada no Quadro 1.

**Quadro 1 - Estrutura da Amostra**

<b>Amostra Estratificada</b>		
<b>Estratos da População</b>	<b>Total Estrato</b>	<b>Peso do Estrato</b>
Universitário Público	33.217	49,8%
Politécnico Público	23.341	35,0%
Universitário Privado	8.722	13,1%
Politécnico Privado	1.363	2,1%
<b>Total</b>	<b>66.643</b>	<b>100,0%</b>
<b>Amostra</b>		<b>N.º de Estudantes a inquirir</b>
Universitário Público		524
Politécnico Público		379
Universitário Privado		142
Politécnico Privado		42
<b>Total</b>		<b>1.087</b>

A partir da definição da amostra, para cada instituição e atendendo às proporções definidas por tipo de ensino e por tipo de instituição, procedeu-se à identificação do número de estudantes a inquirir, por curso e sexo, seguindo-se, em termos gerais, o peso da mesma no conjunto de cada um dos quatro subgrupos: no ensino universitário público seriam questionados 524 estudantes, no ensino politécnico público 379 estudantes, no ensino universitário privado 142 estudantes e no ensino politécnico privado 42 estudantes. O ensino público representava 83% da amostra e o privado 17%.

Nos estabelecimentos do ensino superior privado, dada a dispersão dos estudantes, foi necessário aplicar outro processo de seleção, tendo-se escolhido todas as instituições com um número de estudantes com segunda inscrição em 2015/2016 superior a 100.

A amostra final, segmentada por instituição, curso e sexo do estudante, é a descrita nos Quadros 2 a 5.

**Quadro 2 - Amostra - Ensino Universitário Público**

Ensino Universitário Público			
	HM	H	M
Universidade Aberta	20	10	10
Universidade/Ensino Politécnico dos Açores	10	4	6
Universidade/Ensino Politécnico do Algarve	21	9	12
Universidade da Beira Interior	23	10	13
Universidade/Ensino Politécnico de Aveiro	32	14	18
Universidade de Coimbra	69	27	42
Universidade/Ensino Politécnico de Évora	18	8	10
Universidade de Lisboa	135	59	76
Universidade/Ensino Politécnico da Madeira	9	4	5

Universidade/Ensino Politécnico do Minho	53	23	30
Universidade Nova de Lisboa	48	24	24
Universidade do Porto	67	30	37
Universidade/Ensino Politécnico de Trás-os-Montes e Alto Douro	20	9	11
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	24	12	12
<b>Total</b>	<b>549</b>	<b>243</b>	<b>306</b>

**Quadro 3 - Amostra - Ensino Politécnico Público**

<b>Ensino Politécnico Público</b>			
	<b>HM</b>	<b>H</b>	<b>M</b>
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	5	1	4
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	5	1	4
Escola Superior de Enfermagem do Porto	4	1	3
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	8	4	4
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	2	2	0
Instituto Politécnico da Guarda	9	4	5
Instituto Politécnico de Beja	8	3	5
Instituto Politécnico de Bragança	22	10	12
Instituto Politécnico de Castelo Branco	13	6	7
Instituto Politécnico de Coimbra	35	17	18
Instituto Politécnico de Leiria	34	14	20
Instituto Politécnico de Lisboa	56	28	28
Instituto Politécnico de Portalegre	6	2	4
Instituto Politécnico de Santarém	13	7	6
Instituto Politécnico de Setúbal	18	9	9
Instituto Politécnico de Tomar	5	3	2
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	16	7	9
Instituto Politécnico de Viseu	17	7	10
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	12	6	6
Instituto Politécnico do Porto	66	33	33
<b>Total</b>	<b>354</b>	<b>165</b>	<b>189</b>

#### Quadro 4 - Amostra - Ensino Universitário Privado

Ensino Universitário Privado			
	HM	H	M
Instituto de Arte, Design e Empresa - Universitário	4	2	2
Instituto Superior de Ciências da Saúde - Norte	4	1	3
Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz	4	1	3
Instituto Superior de Gestão	2	1	1
Instituto Superior Miguel Torga	2	1	1
Instituto Universitário da Maia - ISMAI	14	8	6
ISPA-Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida	3	1	2
Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões	7	3	4
Universidade Católica Portuguesa	31	12	19
Universidade Europeia	8	4	4
Universidade Fernando Pessoa	7	3	4
Universidade Lusíada - Lisboa	6	2	4
Universidade Lusíada - Porto	7	3	4
Universidade Lusíada de Vila Nova de Famalicão	2	1	1
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	25	12	13
Universidade Lusófona do Porto	4	1	3
Universidade Portucalense Infante D. Henrique	5	2	3
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>58</b>	<b>77</b>

#### Quadro 5 - Amostra - Ensino Politécnico Privado

Ensino Politécnico Privado			
	HM	H	M
Escola Superior de Artes e Design	7	2	5



CESPU-Instituto Politécnico de Saúde do Norte - Escola Superior de Saúde do Vale do Ave	5	1	4
CESPU-Instituto Politécnico de Saúde do Norte - Escola Superior de Saúde do Vale do Sousa	4	2	2
Instituto Português de Administração de Marketing do Porto	8	4	4
Instituto Superior de Administração e Gestão	6	3	3
Instituto Superior de Administração e Línguas	3	1	2
Instituto Superior de Ciências Educativas	4	2	2
Instituto Superior de Educação e Ciências	6	3	3
Instituto Superior de Gestão Bancária	3	2	1
ISLA - Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia	3	1	2
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>21</b>	<b>28</b>

O processo de recolha de informação implicou a autorização explícita de cada uma das instituições que faziam parte da amostra, o agendamento das visitas e a coordenação da informação recolhida. Na generalidade dos casos, foi obtida a imediata anuência; em outros, houve que voltar a fazer o pedido.

Em cada unidade da amostra (estabelecimento de ensino superior), a seleção foi realizada de acordo com as quotas pré-definidas, tendo a escolha dos inquiridos(as) sido efetuada de forma aleatória. Sempre que possível, a recolha de informação foi feita na sala de aula. Noutras situações, quando não foi conseguida essa autorização, a informação foi recolhida em zonas comuns do estabelecimento de ensino superior, nomeadamente, salas de estudo, bares ou bibliotecas.

A recolha de informação foi efetuada entre os dias 11/05/2016 e 12/10/2016, por bolseiras de investigação.

Seguiu-se a introdução das respostas dos questionários no programa

informático de estatística SPSS - (Statistical Package for the Social Sciences) (junho a outubro de 2016), com o qual se procedeu à análise e tratamento dos dados (outubro de 2016 a abril de 2017).

A apresentação dos resultados é efetuada principalmente através de gráficos, a fim de facilitar a descrição e análise da informação.

Passa-se em seguida à caracterização do perfil dos estudantes inquiridos, em 2015/2016.

#### **4. Perfil dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

Esta caracterização teve em atenção, para além do sector e tipo de ensino, a área científica do curso, o sexo, a idade, a origem socioeconómica, a nacionalidade e a residência do estudante.

As mulheres constituíam a maioria, em todos os sectores e tipos de ensino, atingindo 55% do total dos estudantes (Quadro 6).

**Quadro 6 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

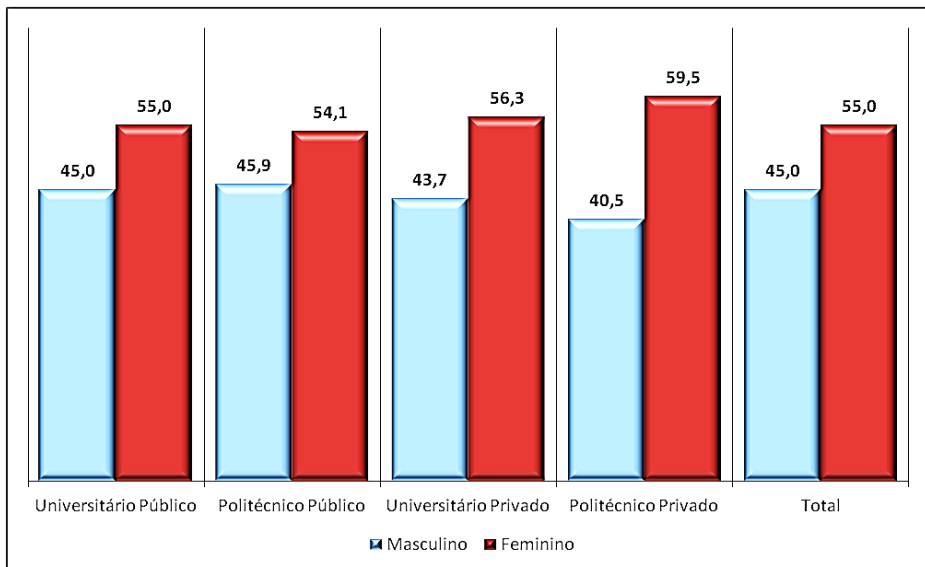
**Sexo por sector e tipo de ensino (%)**

	<b>Universitário Público</b>	<b>Politécnico Público</b>	<b>Universitário Privado</b>	<b>Politécnico Privado</b>	<b>Total</b>
<b>Masculino</b>	45,0	45,9	43,7	40,5	45,0
<b>Feminino</b>	55,0	54,1	56,3	59,5	55,0
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

É no ensino politécnico privado que se verificou uma diferença mais acentuada entre os estudantes: 59,5% de mulheres versus 40,5% de homens (Figura 1).

**Figura 1 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Sexo por sector e tipo de ensino (%)**



A taxa de feminização revelou-se tanto maior quanto mais novos eram os estudantes, como se pode ver na classe de idades até aos 21 anos, onde o peso das mulheres atingiu 60,1% do total. Nas classes de 22-25 anos e de 26-30 anos, registou-se uma inversão desta situação, sendo os homens predominantes (55,9% e 57,6% respetivamente). Acima dos 30 anos, de novo, as mulheres passaram a constituir a maioria (Quadro 6-A).

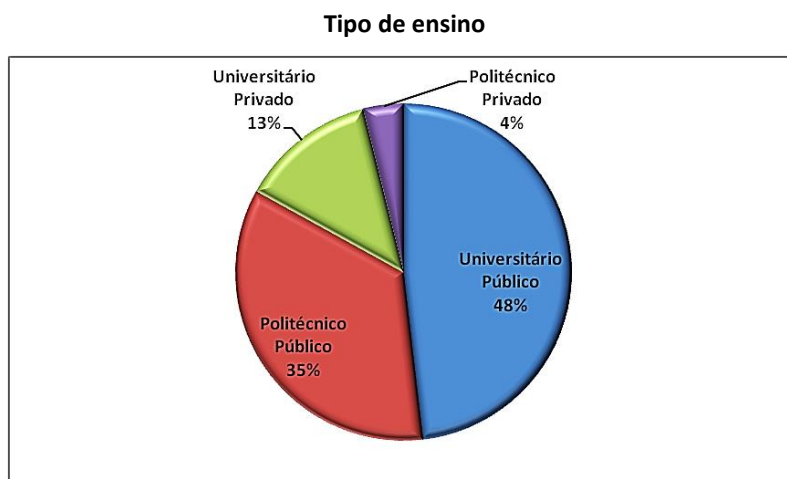
**Quadro 6-A - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Sexo e idade (%)**

	Até 21 anos	22-25 anos	26-30 anos	> 30 anos	Total
<b>Masculino</b>	39,9	55,9	57,6	40,4	44,8
<b>Feminino</b>	60,1	44,1	42,4	59,6	55,2
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Por tipo de ensino, verificamos que os inquiridos se concentravam maioritariamente no ensino público, que envolvia 83% dos inquiridos, encontrando-se 48% no ensino universitário e 35% no politécnico. Por sua vez, o ensino privado atingia 17% do total da amostra. No ensino privado, prevalecia o sector universitário (Figura 2). As diferenças são estatisticamente significativas ( $\chi^2(3) = 24,276; p < 0,001$ ).

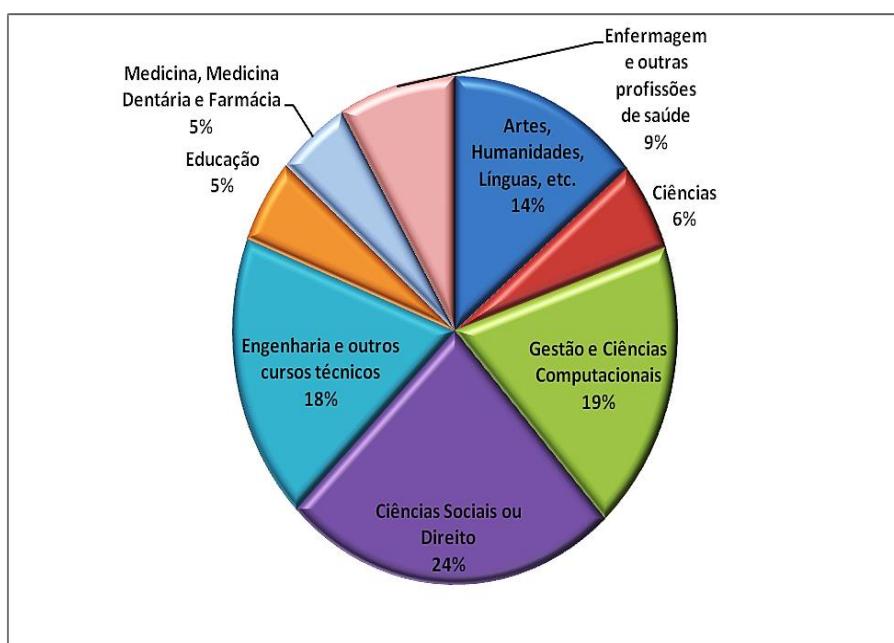
**Figura 2 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016**



No que respeita à distribuição dos inquiridos por área científica, as áreas dominantes eram as das “Ciências Sociais ou Direito” (24%), “Gestão e Ciências Computacionais” (19%) e “Engenharia e outros cursos técnicos” (18%). Seguiam-se as “Artes, Humanidades e Línguas” (14%), “Enfermagem e outras profissões de saúde” (9%), “Ciências” (6%), “Educação” (5%) e “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” (5%) (Figura 3).

**Figura 3 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Área científica**



Por sector e tipo de ensino e área científica dos estudantes que responderam ao inquérito, a distribuição foi a seguinte:

# **Quadro 7 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

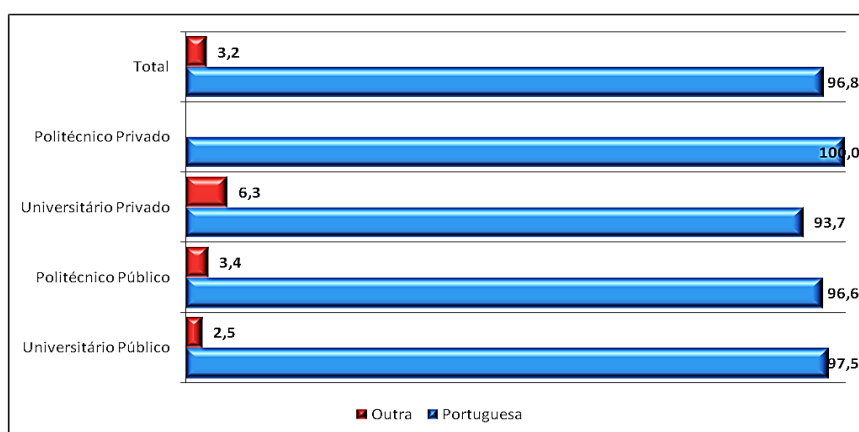
## **Tipo de ensino por área científica (%)**

	AHL	Ciências	GCC	CSD	E	Ed	MMDF	ES	Total
<b>Universitário Público</b>	63,2	82,3	32,2	46,0	57,8	39,0	80,4	7,6	48,2
<b>Politécnico Público</b>	25,7	14,5	40,1	28,3	37,7	40,7	5,4	79,3	34,9
<b>Universitário Privado</b>	6,6	3,2	21,3	23,8	3,5	11,9	14,3	2,2	13,1
<b>Politécnico Privado</b>	4,6	,0	6,4	1,9	1,0	8,5	,0	10,9	3,9
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Legenda: AHL - Artes, Humanidades, Línguas, etc.; GCC - Gestão e Ciências Computacionais; CSD - Ciências Sociais ou Direito; E - Engenharia e outros cursos técnicos; Ed - Educação; MMDF - Medicina, Medicina Dentária e Farmácia; ES - Enfermagem e outras profissões de saúde.

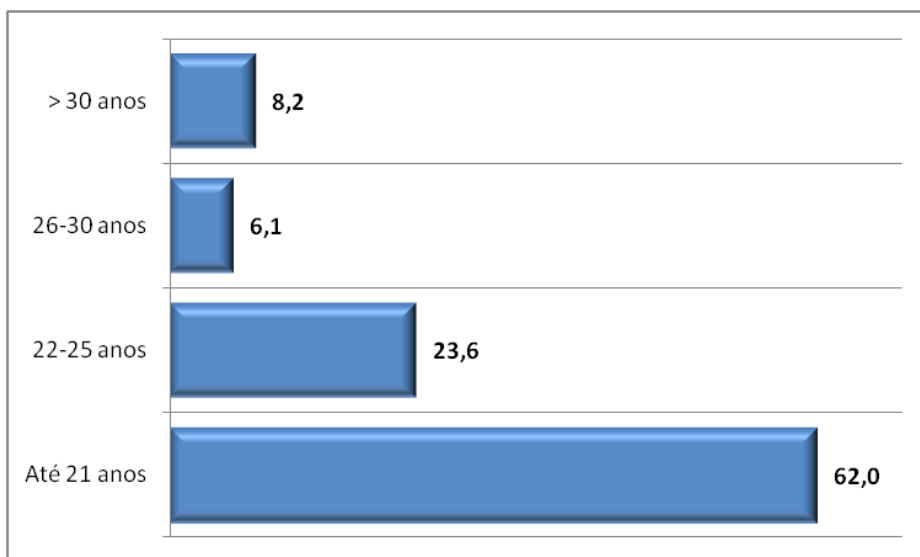
Existiam apenas 3% de estudantes estrangeiros no total da amostra, sendo o ensino universitário público (com 2,5% de estudantes estrangeiros) o que apresentava menor taxa de internacionalização. A maior taxa (6,3% de estudantes estrangeiros) registou-se no ensino universitário privado, logo seguido do ensino politécnico público (3,4%) (Figura 4). As diferenças são estatisticamente significativas ( $\chi^2(21) = 260,052$ ;  $p < 0,001$ ).

**Figura 4 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016. Nacionalidade por sector e tipo de ensino (%)**



O grupo mais numeroso, em termos de idade dos inquiridos, é constituído pelos que têm menos de 21 anos (62%), o que ia ao encontro do público-alvo do inquérito, ou seja, estudantes com uma segunda inscrição no ensino superior encontram-se basicamente no 2.º ano de cada curso. Esta distribuição encontra-se apresentada na Figura 5.

**Figura 5 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016**  
**Escalão etário (%)**



A média de idades dos estudantes inquiridos era de 23 anos, tendo o sexo feminino uma média ligeiramente mais baixa do que o sexo masculino, que, por sua vez, apresentava uma maior dispersão etária (Quadro 8).

**Quadro 8 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016****Idade dos estudantes por sexo**

Sexo	Idade	
	Média	Desvio padrão
<b>Masculino</b>	23,3	5,9
<b>Feminino</b>	22,8	5,8
<b>Total</b>	23,0	5,8

A média das idades dos estudantes de “Enfermagem e outras profissões da área da saúde” e dos da área de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” era a mais baixa e aquela que apresentava uma menor dispersão. Pelo contrário, os estudantes das áreas de “Gestão e Ciências Computacionais”, e os da área de “Ciências Sociais ou Direito”, apresentavam médias de idades mais elevadas e também uma maior dispersão etária (Quadro 9).

**Quadro 9 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016****Idade dos estudantes por área científica**

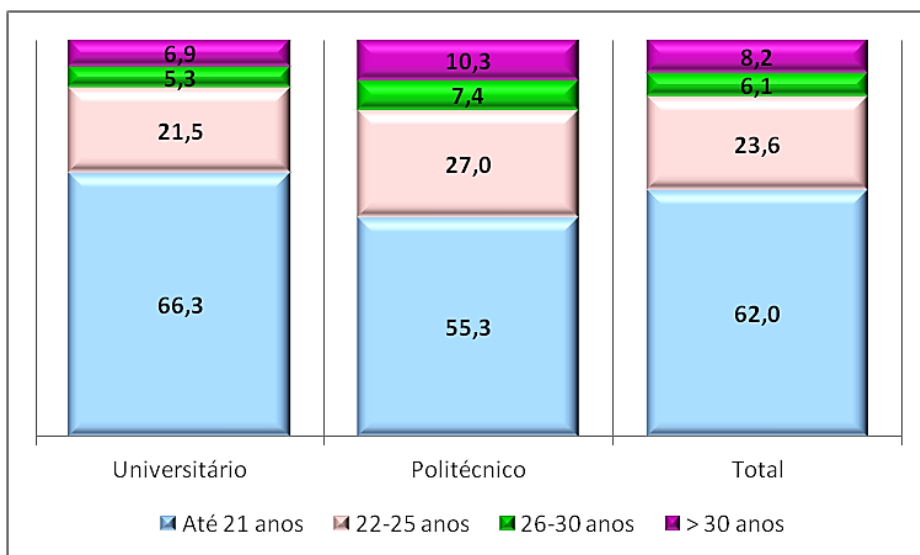
	Idade	
	Média	Desvio padrão
<b>Artes, Humanidades, Línguas, etc.</b>	22,7	5,3
<b>Ciências</b>	21,7	3,2
<b>Gestão e Ciências Computacionais</b>	24,4	7,4
<b>Ciências Sociais ou Direito</b>	23,3	6,6
<b>Engenharia e outros cursos técnicos</b>	23,2	5,3
<b>Educação</b>	23,7	5,9
<b>Medicina, Medicina Dentária e Farmácia</b>	20,5	1,7
<b>Enfermagem e outras profissões de saúde</b>	21,4	2,5
<b>Total</b>	23,0	5,8



A maioria dos estudantes incluía-se em classes de idade até aos 25 anos (85,6%), sendo esta percentagem superior no ensino universitário (87,8%), sendo esta percentagem superior no ensino universitário (87,8%) do que no politécnico (82,3%) (Figura 6).

**Figura 6 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Idade por tipo de ensino (%)**



O ensino universitário público era aquele que incluía um grupo mais numeroso de estudantes jovens (68,8%), seguido do politécnico privado (66,7%), denotando percursos anteriores de sucesso. Em sentido inverso, o politécnico privado registava o maior número de estudantes com idade superior a 30 anos (14,3%), seguido do politécnico público (9,8%) (Quadro 10 e Figura 7). É o ensino politécnico que regista públicos mais diferenciados, com ênfase para o sector privado, tendo sido verificado existirem diferenças estatisticamente significativas entre as idades dos estudantes e a natureza da instituição frequentada. Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(9) = 29,197; p < 0,001$ ).

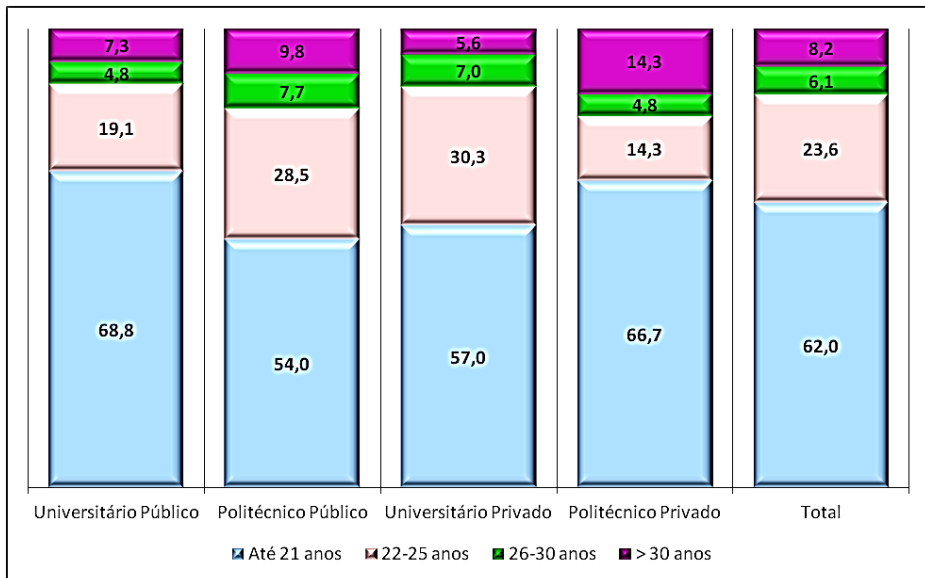
**Quadro 10 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Idade por sector e tipo de ensino (%)**

	Universitário Público	Politécnico Público	Universitário Privado	Politécnico Privado	Total
<b>Até 21 anos</b>	68,8	54,0	57,0	66,7	62,0
<b>22-25 anos</b>	19,1	28,5	30,3	14,3	23,6
<b>26-30 anos</b>	4,8	7,7	7,0	4,8	6,1
<b>&gt; 30 anos</b>	7,3	9,8	5,6	14,3	8,2
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

**Figura 7 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Idade por sector e tipo de ensino (%)**



Os estudantes que frequentaram o ensino superior público provinham, em 90%, de uma escola pública, e apenas 10% de uma escola privada. Os estudantes do ensino privado apresentavam uma percentagem bem mais acentuada de proveniência de escola privada, cerca de 20%. Por outro lado, era o ensino politécnico público o que apresentava uma menor proporção de estudantes com frequência de escolas secundárias de ensino privado (Quadro 11). As diferenças são estatisticamente significativas ( $\chi^2(3) = 31,160$ ;  $p < 0,001$ ).

**Quadro 11 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

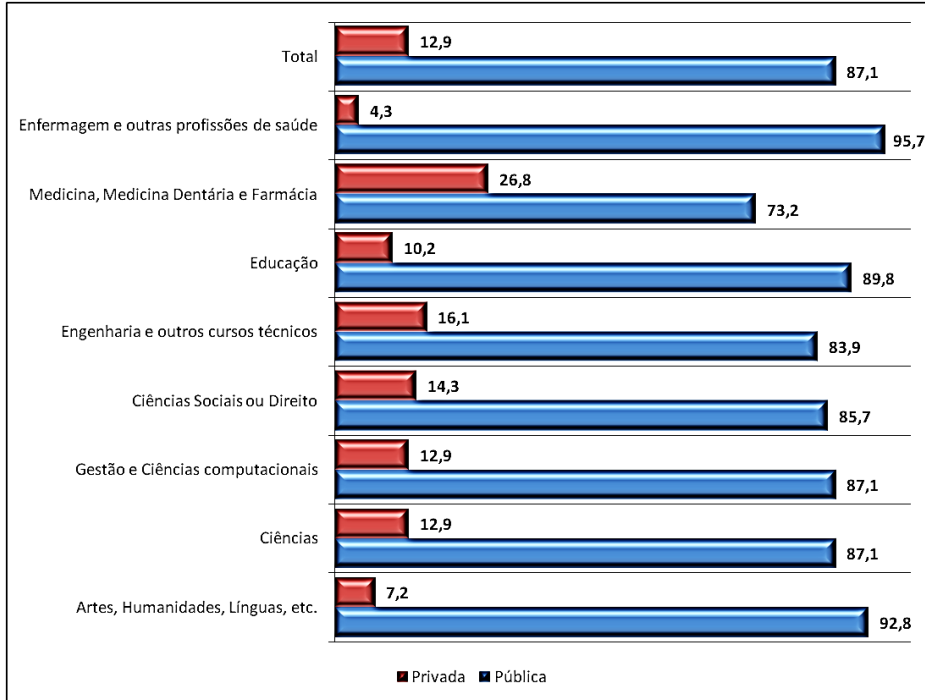
**Tipo de escola frequentada no ensino secundário por tipo de ensino (%)**

	<b>Universitário Público</b>	<b>Politécnico Público</b>	<b>Universitário Privado</b>	<b>Politécnico Privado</b>	<b>Total</b>
<b>Pública</b>	86,5	92,9	74,6	85,7	87,1
<b>Privada</b>	13,5	7,1	25,4	14,3	12,9
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

No que diz respeito à área científica, eram os estudantes da área de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” que provinham, com maior peso, de uma escola secundária privada (26,8%) (Gráfico 8), o que se relaciona com a origem socioeconómica das famílias.

**Figura 8 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

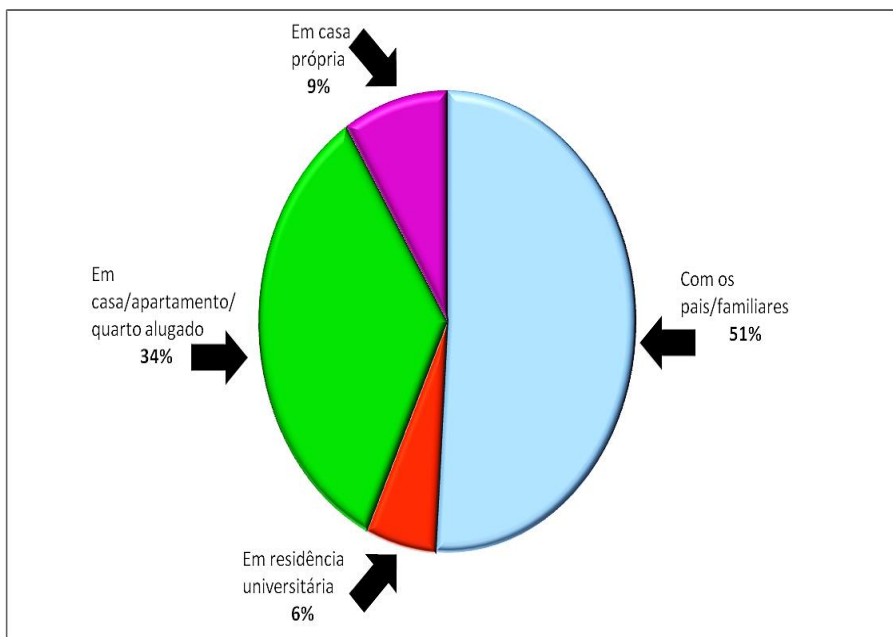
**Tipo de escola frequentada no ensino secundário por área científica (%)**



A maioria dos estudantes, quando inquiridos sobre a sua residência no último ano académico, indicou ter vivido em “casa dos pais e/ou de familiares” (51%), seguindo-se em “casa ou apartamento ou quarto alugado” (34%), em “casa própria” (9%), e, por último, em “residência universitária” (6%), como se mostra na Figura 9.

**Figura 9 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Residência durante o ano letivo**



Os estudantes do ensino privado tinham, na sua maioria, residência em casa dos pais ou de familiares (no ensino universitário 71%; 69% no ensino politécnico), enquanto este valor se reduziu no ensino público: 49% no universitário e 45% politécnico. Por outro lado, os estudantes do ensino superior público tinham acesso a residências universitárias, modalidade quase inexistente no ensino privado (Quadro 12).

**Quadro 12 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em  
2015/2016**

**Tipo de ensino por tipo de residência (%)**

	<b>Com os pais/familiares</b>	<b>Em residência universitária</b>	<b>Em casa/ apartamento/ quarto alugado</b>	<b>Em casa própria</b>	<b>Total</b>
<b>Universitário Público</b>	49,2	5,7	38,9	6,1	100,0
<b>Politécnico Público</b>	45,0	8,2	36,5	10,3	100,0
<b>Universitário Privado</b>	71,1	1,4	18,3	9,2	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	69,0	0,0	9,5	21,4	100,0
<b>Total</b>	51,4	5,8	34,3	8,6	100,0

Estes resultados encontram-se relacionados com os obtidos relativamente à situação de deslocado/não deslocado. Foi no ensino público que o número de respostas de “deslocado” teve maior peso: 40%, sendo maior no politécnico do que no universitário. No ensino privado, apenas 12% dos estudantes inquiridos se encontravam deslocados, estando cerca de 88% a viver na residência habitual (Quadro 13). A análise estatística mostra, aliás, a existência de uma relação estatística significativa entre a variável “deslocado” e o subsistema de ensino superior.

**Quadro 13 - Quem eram os estudantes do ensino superior português em  
2015/2016**  
**Deslocados e não deslocados da área de residência habitual, por tipo de ensino (%)**

	Universitário Público	Politécnico Público	Universitário Privado	Politécnico Privado	Total
<b>Deslocado</b>	40,0	40,1	15,2	9,5	35,6
<b>Não deslocado</b>	60,0	59,9	84,8	90,5	64,4
<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Depois de caracterizado o perfil da população objeto deste estudo, ou seja, estudantes que se inscreveram no 2.º ano do 1.º ciclo (licenciatura) ou mestrado integrado, passa-se em seguida à apresentação das respetivas condições de vida. As diferenças são estatisticamente significativas ( $\chi^2(3) = 45,053; p < 0,001$ ).

## 5. As condições de vida dos estudantes do ensino superior em 2015/2016

Incluem-se nesta categoria os itens relativos à situação perante o trabalho no ano letivo anterior, uso de cartões de débito e de crédito, posse de viatura própria e acesso à internet.

A grande maioria dos estudantes não esteve empregada no ano letivo anterior, com apenas 17% a declararem ter tido uma experiência de trabalho (Quadro 14). O teste do qui-quadrado não confirmou a existência de uma relação com significado estatístico entre o tipo de ensino e a situação perante o trabalho.

**Quadro 14 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Estudantes empregados no último ano letivo por tipo de ensino (%)**

	Esteve empregado durante o período relativo ao último ano letivo		
	Sim	Não	Total
<b>Universitário Público</b>	15,8	84,2	100,0
<b>Politécnico Público</b>	19,3	80,7	100,0
<b>Universitário Privado</b>	15,5	84,5	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	16,7	83,3	100,0
<b>Total</b>	17,0	83,0	100,0

Por seu turno, verificou-se existir uma diferença estatisticamente significativa entre a idade dos estudantes e a situação perante o emprego. A esmagadora maioria dos estudantes mais jovens não tinha qualquer atividade



laboral (94%). Os estudantes na classe de idades entre os 22 e 25 anos tiveram uma participação moderada no mundo laboral (19,5%), sendo os de idade superior a 30 anos os que identificaram uma participação mais significativa no mercado de trabalho, na ordem dos 66% (Quadro 15). Fatores explicativos desta situação podem ter a ver, entre outros, com as vagas de cursos noturnos abertas nos estabelecimentos de ensino superior e a abrangência dos programas “Maiores de 23”<sup>2</sup> em certos tipos de curso.

**Quadro 15 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Estudantes empregados no último ano letivo por escalão etário (%)**

	Esteve empregado durante o período relativo ao último ano letivo		
	Sim	Não	Total
<b>Até 21anos</b>	6,1	93,9	100,0
<b>22-25 anos</b>	19,5	80,5	100,0
<b>26-30 anos</b>	53,0	47,0	100,0
<b>&gt; 30 anos</b>	66,3	33,7	100,0
<b>Total</b>	17,1	82,9	100,0

No que respeita à inserção no mercado de trabalho durante a vida académica, foi relativamente maior, embora sem diferenças estatisticamente significativas, a percentagem de estudantes do sexo masculino que declararam ter tido emprego no último ano letivo do que a do sexo feminino (Quadro 16).

<sup>2</sup> O Concurso Especial para Maiores de 23 anos destina-se a estudantes que tenham mais de 23 anos, tendo em vista a promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida.

**Quadro 16 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em  
2015/2016**

**Estudantes empregados no último ano letivo por sexo (%)**

	Esteve empregado durante o período relativo ao último ano letivo?		
	Sim	Não	Total
<b>Masculino</b>	19,4	80,6	100,0
<b>Feminino</b>	15,1	84,9	100,0
<b>Total</b>	17,0	83,0	100,0

Os dados mostram que eram os estudantes com pais de baixos rendimentos, aqueles que mais se encontravam a trabalhar (Quadro 17).

**Quadro 17 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em  
2015/2016**

**Estudantes empregados no último ano letivo por montante de rendimento familiar  
(%)**

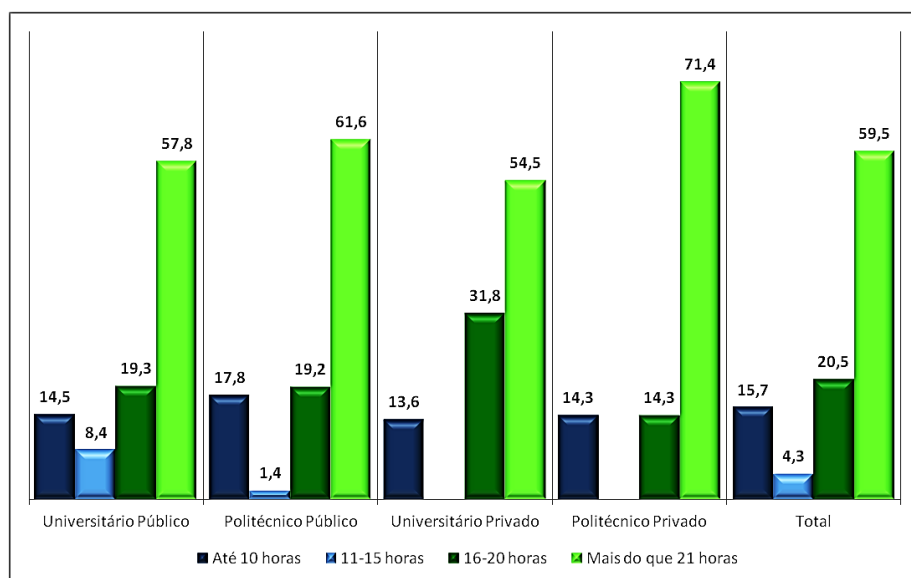
	Esteve empregado durante o período relativo ao último ano letivo		
	Sim	Não	Total
<b>Elevado/médio alto (&gt; 1500 €)</b>	17,9	82,1	100,0
<b>Médio (870 € a 1500 €)</b>	14,7	85,3	100,0
<b>Baixo (&lt; 870 €)</b>	21,8	78,2	100,0
<b>Total</b>	17,0	83,0	100,0

De entre os estudantes que declararam ter trabalhado no ano letivo anterior, o grupo mais numeroso (59,5%) encontrava-se entre os que indicaram tê-lo feito, em média, mais do que 21 horas por semana. No ensino politécnico, público e privado, prevalecia o grupo que trabalhou mais de 21 horas por semana, e que, por isso, se pode classificar como estudante-trabalhador (Figura 10).

Se, se somar a percentagem de estudantes que trabalharam mais de 21 horas por semana com a percentagem de todos aqueles que o fizeram a tempo parcial, chegamos a 40,5% de estudantes trabalhadores.

**Figura 10 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Número médio de horas de trabalho por semana, dos estudantes que indicaram ter trabalhado no último ano letivo (%)**



Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas entre as diversas áreas científicas, com os estudantes das áreas da “Gestão e Ciências Computacionais” (26,2%) e das “Artes, Humanidades e Línguas” (17,8%) a evidenciarem um maior grau de ocupação profissional durante o período escolar. Na situação contrária encontravam-se os inscritos nas áreas da “Enfermagem e outras profissões de saúde” (4,3%), bem como de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” (5,4%). (Quadro 18).

**Quadro 18 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Estudantes empregados no último ano letivo por área científica (%)**

	Esteve empregado durante o período relativo ao último ano letivo		
	Sim	Não	Total
<b>Artes, Humanidades, Línguas, etc.</b>	17,8	82,2	100,0
<b>Ciências</b>	12,9	87,1	100,0
<b>Gestão e Ciências Computacionais</b>	26,2	73,8	100,0
<b>Ciências Sociais ou Direito</b>	17,4	82,6	100,0
<b>Engenharia e outros cursos técnicos</b>	17,1	82,9	100,0
<b>Educação</b>	16,9	83,1	100,0
<b>Medicina, Medicina Dentária e Farmácia</b>	5,4	94,6	100,0
<b>Enfermagem e outras profissões de saúde</b>	4,3	95,7	100,0
<b>Total</b>	17,0	83,0	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(3)=31,384$ ;  $p<0,001$ ).

Foi inquirido se os estudantes possuíam ou não cartão de débito (vulgo cartão Multibanco), havendo uma esmagadora maioria, cerca de 91%, que respondeu afirmativamente, com o ensino público a registar o peso mais

elevado (92%). No caso dos estudantes do ensino privado, esse valor desceu, verificando-se diferenças significativas no teste do qui-quadrado entre os dois subsistemas (Quadro 19).

**Quadro 19 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

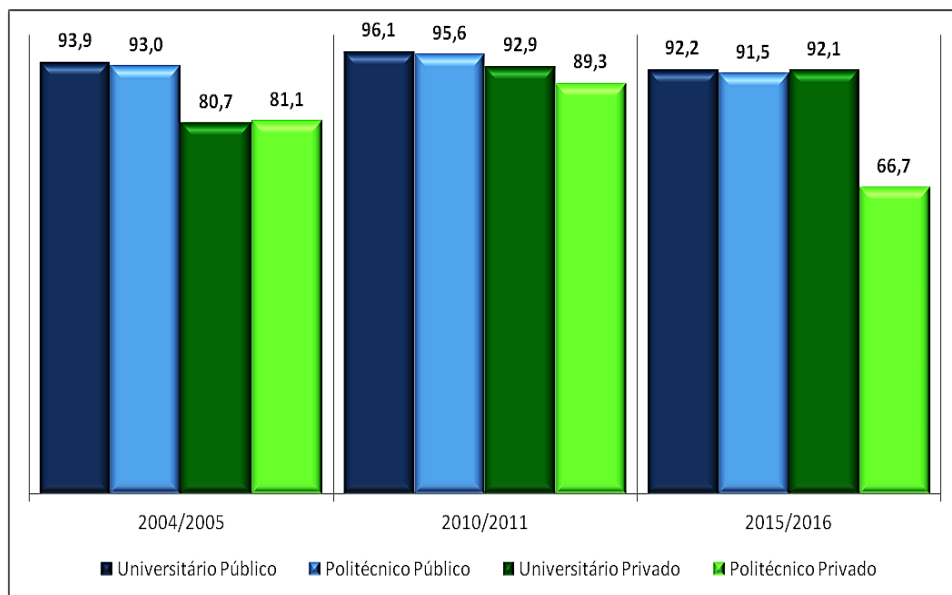
**Estudantes com cartão débito (Multibanco) por sector e tipo de ensino (%)**

	Possui cartões de débito		
	Sim	Não	Total
<b>Universitário Público</b>	92,2	7,8	100,0
<b>Politécnico Público</b>	91,5	8,5	100,0
<b>Universitário Privado</b>	92,1	7,9	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	66,7	33,3	100,0
<b>Total</b>	90,9	9,1	100,0

Ao compararmos os anos de 2004/2005, 2010/2011 e 2015/2016, em relação à posse de cartão de débito, verifica-se uma tendência para a posse da quase totalidade dos estudantes dos vários tipos de ensino, com a exceção do politécnico privado que desceu bastante (Figura 11).

**Figura 11 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016**

**Estudantes com cartão débito (Multibanco) por sector e tipo de ensino (%)**



No que respeita à utilização de cartão multibanco pelos estudantes das diferentes áreas científicas, são os cursos das áreas de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” que revelaram a maior taxa de utilização (96%), seguidos dos de “Educação” (95%) e “Gestão e Ciências Computacionais” (94%). Os estudantes das áreas de “Enfermagem e outras profissões de saúde” (86%) e a das “Artes, Humanidades e Línguas” (89%) foram, por sua vez, os que revelaram menor utilização deste tipo de cartões (Quadro 20). No entanto, as diferenças não são estatisticamente significativas.

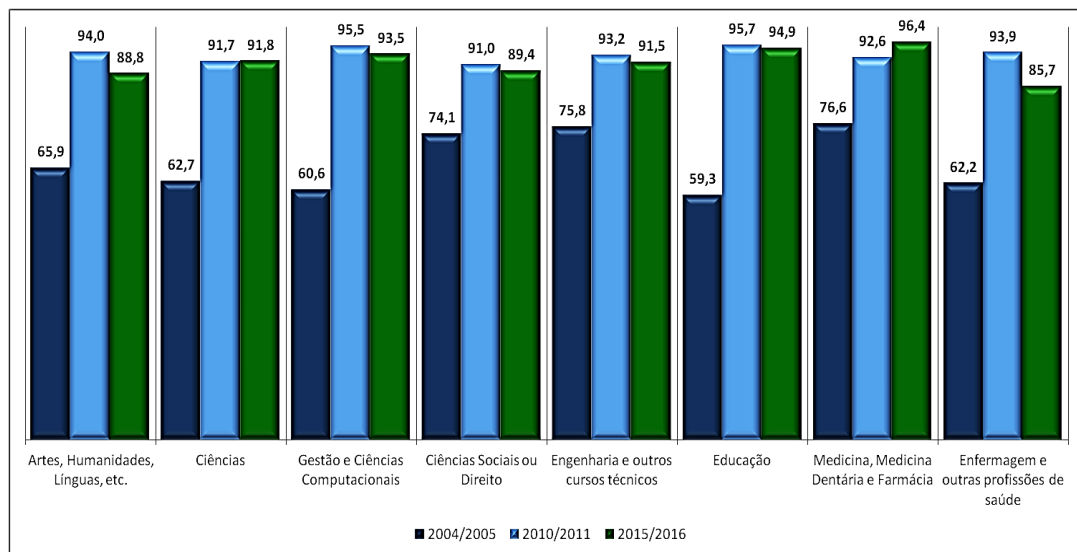
**Quadro 20 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em  
2015/2016**

**Estudantes com cartão débito (Multibanco) por área científica (%)**

	Possui cartões de débito		
	Sim	Não	Total
<b>Artes, Humanidades, Línguas, etc.</b>	88,8	11,2	100,0
<b>Ciências</b>	91,8	8,2	100,0
<b>Gestão e Ciências Computacionais</b>	93,5	6,5	100,0
<b>Ciências Sociais ou Direito</b>	89,4	10,6	100,0
<b>Engenharia e outros cursos técnicos</b>	91,5	8,5	100,0
<b>Educação</b>	94,9	5,1	100,0
<b>Medicina, Medicina Dentária e Farmácia</b>	96,4	3,6	100,0
<b>Enfermagem e outras profissões de saúde</b>	85,7	14,3	100,0
<b>Total</b>	90,9	9,1	100,0

Ao comparar os dados de 2004/2005, 2010/2011 e 2015/2016, verifica-se que, ao longo dos anos, mais de 80% dos estudantes das áreas científicas de “Artes, Humanidades e Línguas”, “Ciências Sociais ou Direito” e “Enfermagem e outras profissões de saúde” possuíam cartão de débito; esta percentagem era superior a 90% nas áreas de “Ciências”, “Gestão e Ciências Computacionais”, “Engenharia e outros cursos técnicos”, “Educação” e “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” (Figura 12).

**Figura 12 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016**  
**Estudantes com cartão débito (Multibanco) por área científica (em percentagem)**



A maioria dos estudantes não possuía cartão de crédito (76%). Os estudantes do ensino privado utilizavam com mais frequência este meio de pagamento, embora as diferenças não fossem estatisticamente significativas (Quadro 21).

**Quadro 21 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**  
**Estudantes com cartão de crédito por sector e tipo de ensino (%)**

	Possui cartões de crédito		
	Sim	Não	Total
<b>Universitário Público</b>	21,6	78,4	100,0
<b>Politécnico Público</b>	23,3	76,7	100,0
<b>Universitário Privado</b>	31,9	68,1	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	28,6	71,4	100,0
<b>Total</b>	23,8	76,2	100,0



A utilização de cartão de crédito eleva-se com a idade, sendo máxima, 56%, no caso dos estudantes com mais de 30 anos (Quadro 22).

**Quadro 22 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Estudantes com cartão de crédito por tipo de ensino e escalão etário (%)**

		Possui cartões de crédito		
		Sim	Não	Total
Universitário Público	Até 21 anos	17,3	82,7	100,0
	22-25 anos	24,0	76,0	100,0
	26-30 anos	20,0	80,0	100,0
	> 30 anos	57,9	42,1	100,0
	Total	21,7	78,3	100,0
Politécnico Público	Até 21 anos	19,0	81,0	100,0
	22-25 anos	19,0	81,0	100,0
	26-30 anos	37,9	62,1	100,0
	> 30 anos	50,0	50,0	100,0
	Total	23,5	76,5	100,0
Universitário Privado	Até 21 anos	22,8	77,2	100,0
	22-25 anos	38,1	61,9	100,0
	26-30 anos	55,6	44,4	100,0
	> 30 anos	62,5	37,5	100,0
	Total	31,9	68,1	100,0
Politécnico Privado	Até 21 anos	21,4	78,6	100,0
	22-25 anos	16,7	83,3	100,0
	26-30 anos	50,0	50,0	100,0
	> 30 anos	66,7	33,3	100,0
	Total	28,6	71,4	100,0
Total	Até 21 anos	18,6	81,4	100,0
	22-25 anos	24,1	75,9	100,0
	26-30 anos	33,8	66,2	100,0
	> 30 anos	55,7	44,3	100,0
	Total	23,9	76,1	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(3) = 8,985$ ;  $p=0,029$ ).

Apenas 1% dos estudantes do ensino superior não tinha acesso à Internet na sua residência, sendo os do ensino politécnico público aqueles que apresentavam maior carência; pelo contrário, no ensino privado todos possuem acesso (Quadro 23).

**Quadro 23 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

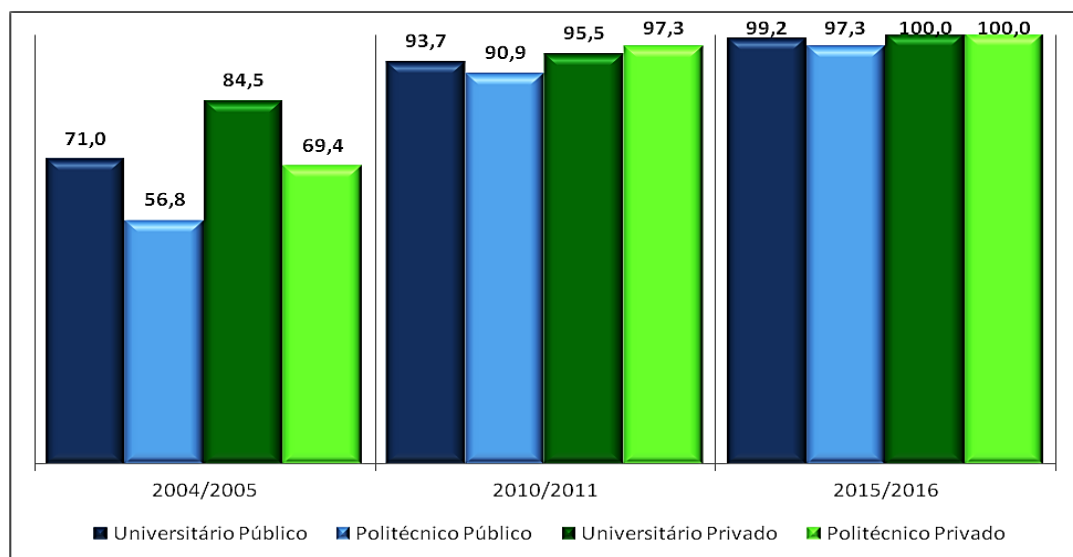
**Estudantes com Internet em casa por sector e tipo de ensino (%)**

	Tem acesso à internet na residência		
	Sim	Não	Total
<b>Universitário Público</b>	99,2	,8	100,0
<b>Politécnico Público</b>	97,3	2,7	100,0
<b>Universitário Privado</b>	100,0	,0	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	100,0	,0	100,0
<b>Total</b>	98,7	1,3	100,0

Comparando os três períodos 2004/2005, 2010/2011 e 2015/2016, verificou-se um aumento significativo do acesso à internet em casa, que era, no último ano, superior a 95% no ensino público, atingindo os 100% no ensino privado (Figura 13). Este aumento deveu-se, certamente, ao desenvolvimento da oferta comercial e consequente redução de custos de acesso à internet em Portugal.

**Figura 13 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016**

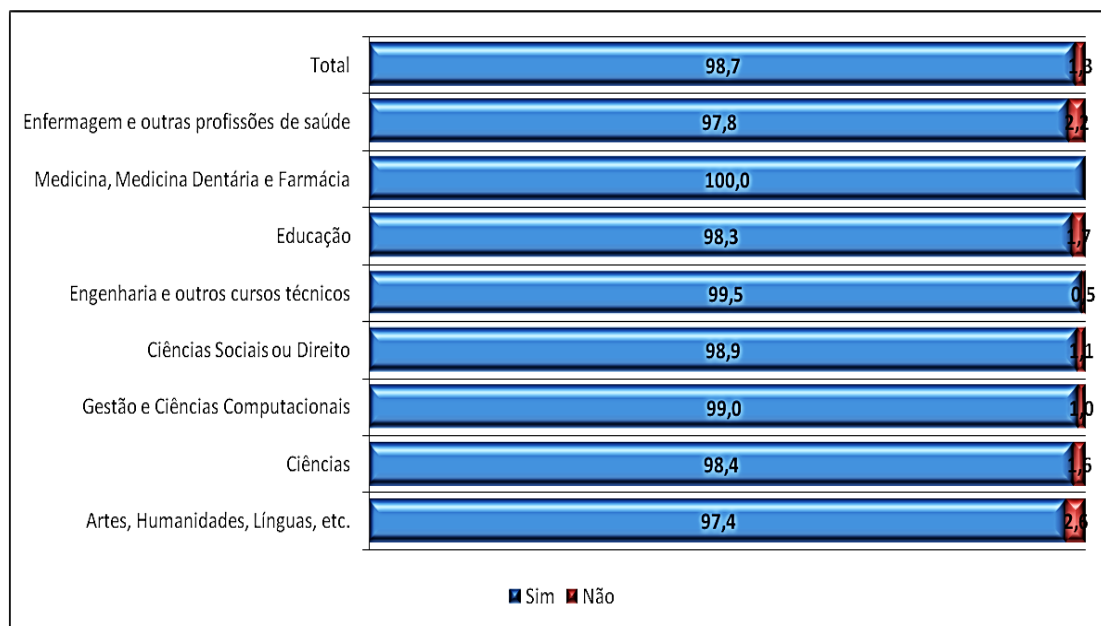
**Estudantes com Internet em casa por sector e tipo de ensino (%)**



A possibilidade de acesso à Internet na residência era de 100% nos estudantes das áreas de “Medicina, Medicina Dentária, Farmácia”, seguidos pelos de “Engenharia e outros cursos técnicos” (99,5%) e de “Gestão e Ciências Computacionais” (99%). Os de “Artes, Humanidades e Línguas” apresentavam a mais baixa percentagem de acesso (97,4%), seguidos dos de “Enfermagem e outras profissões de saúde” (97,8%) (Figura 14). Porém, a diferença de acesso entre os estudantes, por área científica, não é estatisticamente significativa.

**Figura 14 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Estudantes com Internet em casa por área científica (%)**



No que respeita à propriedade de viatura própria, registou-se uma percentagem inferior nos estudantes do ensino superior público do que nos do privado, ocorrendo diferenças estatisticamente significativas entre a posse de viatura própria e o subsistema de ensino (Quadro 24).

**Quadro 24 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Estudantes com viatura própria por sector e tipo de ensino (%)**

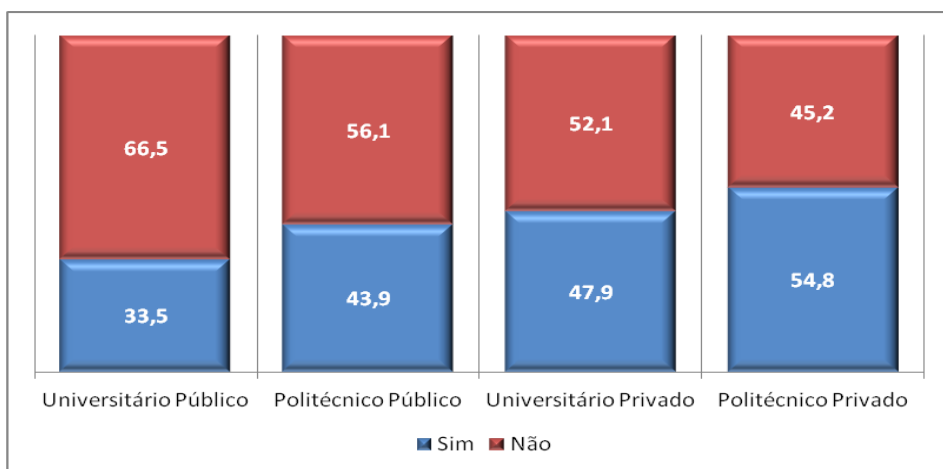
	Possui viatura própria		
	Sim	Não	Total
<b>Universitário Público</b>	33,5	66,5	100,0
<b>Politécnico Público</b>	43,9	56,1	100,0
<b>Universitário Privado</b>	47,9	52,1	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	54,8	45,2	100,0
<b>Total</b>	39,8	60,2	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(3) = 18,962$ ;  $p < 0,001$ ).

Os estudantes do ensino politécnico privado foram os que revelaram possuir em maior percentagem viatura própria (55%), seguidos do ensino universitário privado (48%). Figura 15.

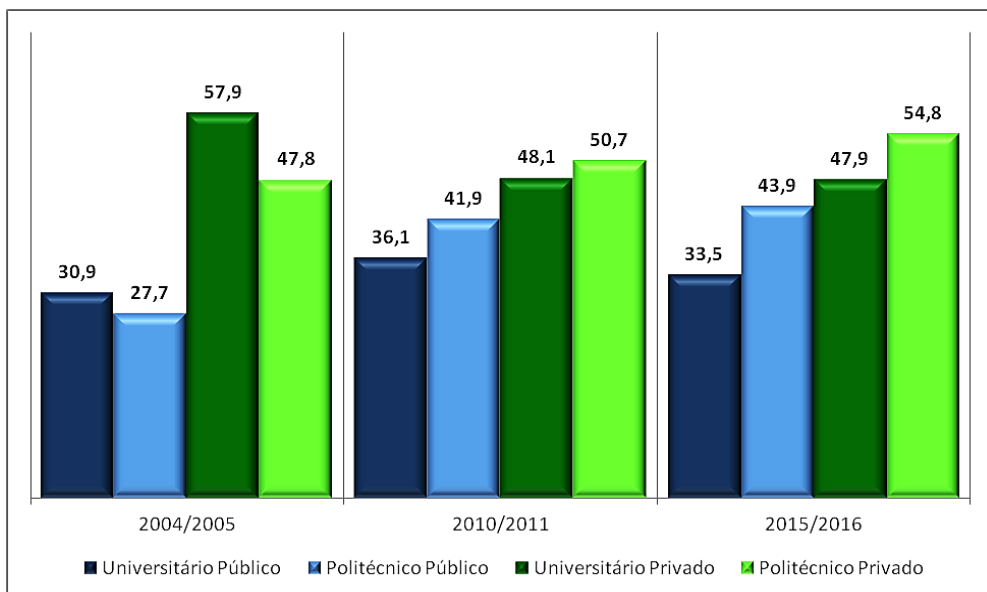
**Figura 15 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Estudantes com viatura própria por sector e tipo de ensino (%)**



Ao comparar os anos de 2004/2005, 2010/2011 e 2015/2016, mantém-se a tendência de os estudantes do ensino privado revelarem possuir, em maior percentagem, viatura própria. No entanto, esta diferença diminuiu bastante entre os anos considerados, tendo-se verificado um aumento da percentagem de posse de viatura própria, nomeadamente, por parte dos estudantes do ensino politécnico público e um decréscimo acentuado em relação aos estudantes do ensino universitário público (Figura 16).

**Figura 16 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016**  
**Estudantes com viatura própria por sector e tipo de ensino (%)**



Os estudantes das áreas de “Gestão e Ciências Computacionais”, são os que mais possuem viatura própria (52%), (Quadro 25).

**Quadro 25 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

**Estudantes com viatura própria por área científica (%)**

	Possui viatura própria		
	Sim	Não	Total
<b>Artes, Humanidades, Línguas, etc.</b>	32,9	67,1	100,0
<b>Ciências</b>	17,7	82,3	100,0
<b>Gestão e Ciências Computacionais</b>	52,2	47,8	100,0
<b>Ciências Sociais ou Direito</b>	37,0	63,0	100,0
<b>Engenharia e outros cursos técnicos</b>	44,7	55,3	100,0
<b>Educação</b>	44,8	55,2	100,0
<b>Medicina, Medicina Dentária e Farmácia</b>	26,8	73,2	100,0
<b>Enfermagem e outras profissões de saúde</b>	41,3	58,7	100,0
<b>Total</b>	39,8	60,2	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(7) = 36,099$ ;  $p < 0,001$ ).

Verificou-se uma relação estatisticamente significativa entre o nível de rendimentos dos pais e a posse de cartão de crédito; o acesso à Internet na residência e a posse de viatura própria, sendo sempre a percentagem mais elevada no caso de rendimentos superiores e decrescendo à medida que estes decresciam. Os estudantes cujos pais se integravam no grupo de Rendimentos Elevado/Médio Alto declararam em maior número “possuir cartão de crédito” (27%), “viatura própria” (52%) e “internet em casa” (100%). O mesmo se passou nos inquéritos de 2004/2005 e 2010/2011. Estes dados estão resumidos no Quadro 26 e na Figura 17.

# **Quadro 26 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016**

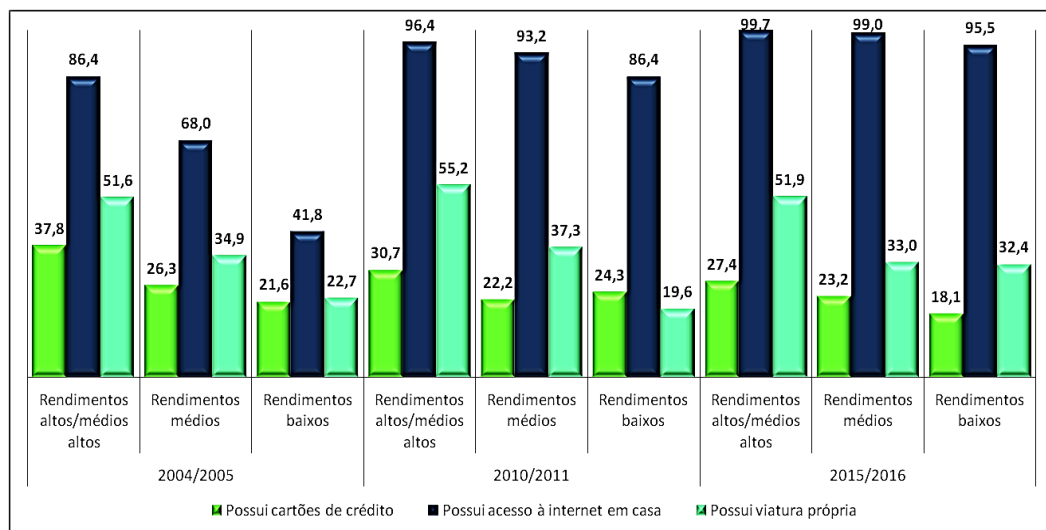
**Comparação entre os níveis de rendimento do agregado familiar e a posse de cartões de crédito, acesso à Internet na residência e viatura própria (%)**

		Possui cartões de crédito*	Tem acesso à internet na sua residência**	Possui viatura própria***
<b>Elevado/ médio alto (&gt; 1500 €)</b>	<b>Sim</b>	27,4	99,7	51,9
	<b>Não</b>	72,6	,3	48,1
	<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0
<b>Médio (870 € a 1500 €)</b>	<b>Sim</b>	23,2	99,0	33,0
	<b>Não</b>	76,8	1,0	67,0
	<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0
<b>Baixo (&lt; 870 €)</b>	<b>Sim</b>	18,1	95,5	32,4
	<b>Não</b>	81,9	4,5	67,6
	<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0

\*( $\chi^2(2) = 6,080$ ;  $p=0,05$ ); \*\*( $\chi^2(2) = 17,761$ ;  $p<0,001$ ); \*\*\*( $\chi^2(2) = 37,912$ ;  $p<0,001$ )

**Figura 17 - Condições de vida dos estudantes do ensino superior português em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016**

**Comparação entre os níveis (alto, médio, baixo) de rendimento do agregado familiar e situação face à posse de cartões de crédito, acesso à Internet na sua residência e viatura própria (%)**





## **Conclusões sobre as condições de vida dos estudantes do ensino superior em Portugal, entre 2004/2005 e 2015/2016**

A análise atrás reportada permitiu retirar algumas conclusões sobre a evolução das condições de vida dos estudantes do ensino superior em Portugal na última década. Por um lado, foi possível perceber que, em geral, a crise económica se repercutiu negativamente na posse de bens, nomeadamente em termos de viatura própria. Mas, ao longo da década, o acesso ao multibanco e à internet não se reduziu, pelo contrário, o que testemunha o alargamento/massificação dos cartões de débito e da sociedade em linha. Esta democratização no acesso a certos bens e serviços verificou-se em todas as áreas científicas ocorrendo diferenças estatisticamente significativas entre o nível de rendimento e a posse de determinados bens.

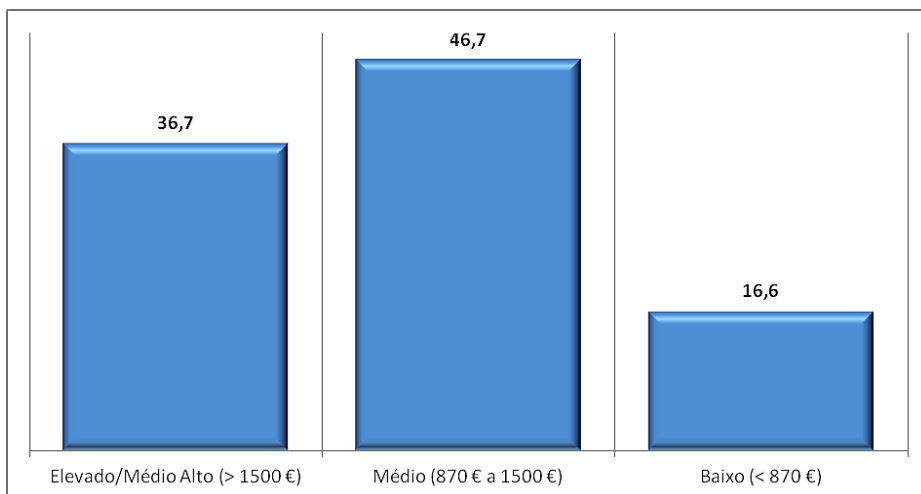
Passa-se em seguida à apresentação dos resultados do inquérito relativos ao perfil do agregado familiar dos estudantes inquiridos em 2015/2016.

## 6. Perfil do agregado familiar dos estudantes do ensino superior em 2015/2016: O rendimento

Este perfil é caracterizado segundo a indicação e apreciação dos estudantes relativamente ao nível de rendimento, ocupação e habilitações académicas dos pais.

Verificou-se que quase metade dos estudantes inquiridos situou o rendimento do respetivo agregado familiar no escalão dos rendimentos médios (46,7%) e que 36,7% consideraram pertencer aos estratos favorecidos; 16,6% indicaram baixos rendimentos. A distribuição encontra-se representada na Figura 18.

**Figura 18 - Perceção dos estudantes do ensino superior sobre o rendimento do seu agregado familiar em 2015/2016 (%)**



Foram os estudantes do ensino privado a incluir em maior percentagem as famílias no grupo de altos rendimentos (47,3% no geral, 51,4% no universitário e 33,3% no politécnico), por contraposição aos estudantes do ensino público, onde apenas 34,6% se incluiu na categoria mais elevada. As diferenças são estatisticamente significativas ( $\chi^2(2) = 12,463$ ;  $p < 0,05$ ).

Foi o ensino politécnico público que apresentou um maior peso da perceção de pertencer ao grupo de baixos rendimentos (20,5%). Os Quadros 27 e 28 resumem as respostas obtidas.

**Quadro 27 - Rendimento do agregado familiar, no ensino público e privado, em 2015/2016 (%)**

	Rendimento do agregado familiar			
	Elevado/médio alto (> 1500 €)	Médio (870 € a 1500 €)	Baixo (< 870 €)	Total
<b>Público</b>	34,6	47,6	17,8	100,0
<b>Privado</b>	47,3	42,3	10,4	100,0
<b>Total</b>	36,7	46,7	16,6	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(6) = 41,109$ ;  $p < 0,001$ ).

**Quadro 28 - Rendimento do agregado familiar, por tipo de ensino, em 2015/2016 (%)**

	Rendimento do agregado familiar			
	Elevado/médio alto (> 1500 €)	Médio (870 € a 1500 €)	Baixo (< 870 €)	Total
<b>Universitário Público</b>	41,2	42,9	15,8	100,0
<b>Politécnico Público</b>	25,3	54,1	20,5	100,0
<b>Universitário Privado</b>	51,4	40,0	8,6	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	33,3	50,0	16,7	100,0
<b>Total</b>	36,7	46,7	16,6	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(14) = 34,576$ ;  $p < 0,05$ ).

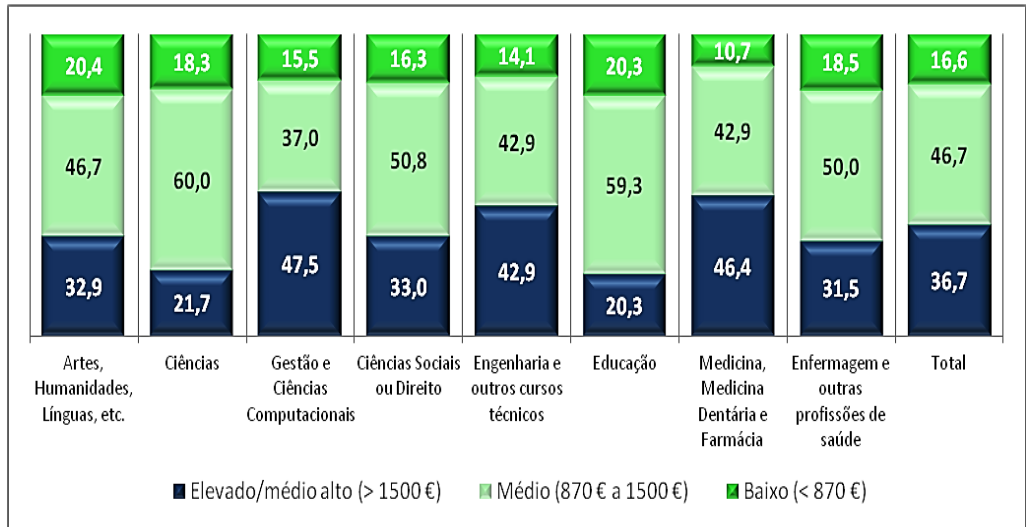
Foram os estudantes de “Gestão e Ciências Computacionais” e de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” que apresentaram uma maior percentagem de respostas indicando pertencerem aos níveis de rendimento mais elevados (47,5% no primeiro caso e 46,4% no segundo), seguidos dos das “Engenharias” e das “Ciências Sociais ou Direito”. Os estudantes de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” foram, ao mesmo tempo, os que classificaram o respetivo agregado familiar com o valor mais baixo de “rendimento baixo” (10,7%), denotando uma proveniência maioritária do nível “mais elevado” e “médio/alto”.

Os estudantes das áreas de “Artes, Humanidades e Línguas” (20,4%), “Educação (20,3%), “Enfermagem e outras profissões de saúde” (18,5%) e “Ciências” (18,3%) foram os que se colocaram no nível de rendimento mais baixo (< 870 Euros), com percentagens superiores à média dos estudantes inquiridos (16,6%) revelando uma penetração dos estratos sociais mais desfavorecidos nestes cursos. A distribuição encontra-se representada na Figura 19.

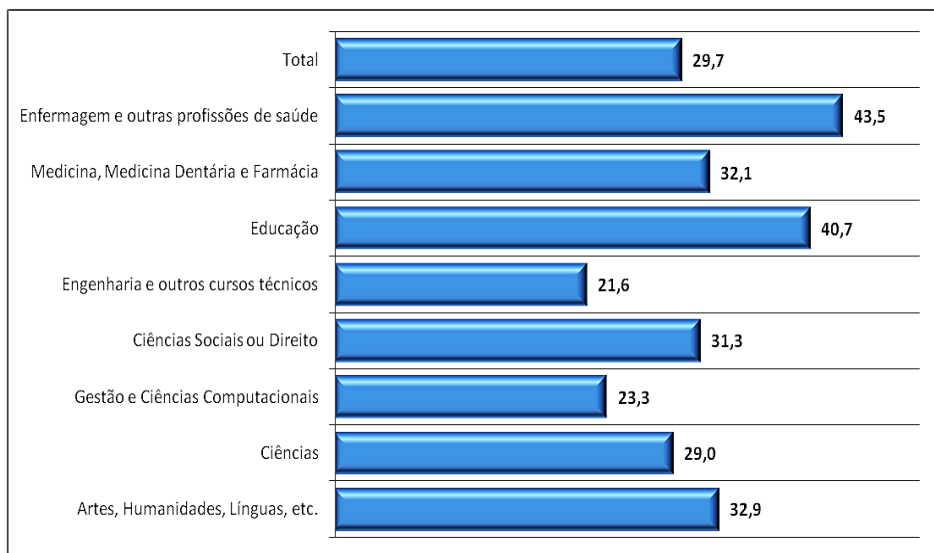
Em concordância, verificou-se que o peso dos estudantes a auferir do apoio de uma bolsa de estudo foi o mais baixo nas áreas da “Engenharia e outros cursos técnicos”, sendo o mais elevado nas áreas da “Enfermagem e outras profissões de saúde” (44%) e os de Educação (41%) (Figura 20).

Quanto à apreciação dos estudantes em relação ao rendimento do respetivo agregado familiar, a maior parte afirmou que o mesmo “dá para viver razoavelmente” (43,4%) ou “bem” (32,8%). No campo oposto, 12,3% dos inquiridos afirmaram que o mesmo “dá para viver com dificuldade” ou “passando privações” (3,9%) (Figura 21).

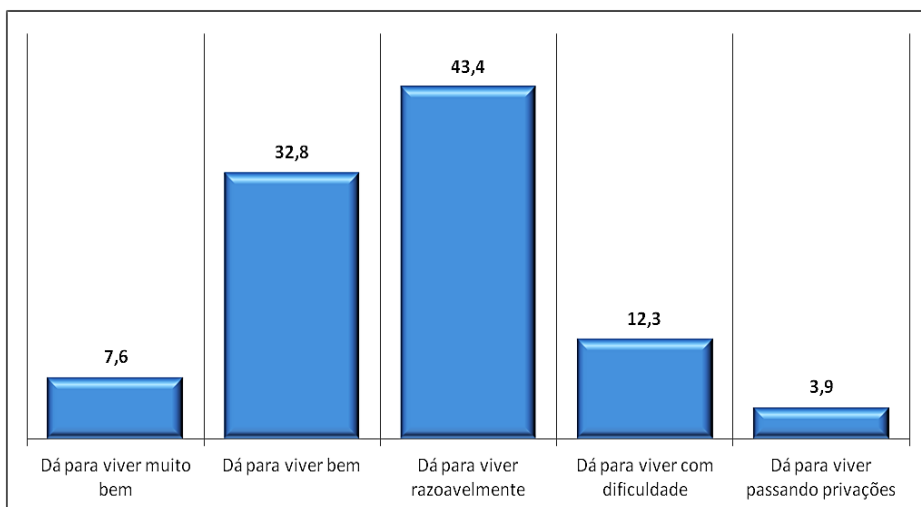
**Figura 19 - Rendimento do agregado familiar, por área científica, em 2015/2016 (%)**



**Figura 20 - Estudantes bolseiros do ensino superior, por área científica, em 2015/2016 (%)**



**Figura 21 - Como avaliam os estudantes do ensino superior o rendimento do agregado familiar em 2015/2016 (%)**



No conjunto dos alunos inquiridos, apenas 4% dos alunos classificam os seus pais como pertencendo ao grupo de baixos rendimentos, o que denota, à semelhança de outras variáveis, a acentuada seletividade do ensino superior no nosso país. Os Quadros 29 e 30 resumem as respostas obtidas.

Foram os estudantes do ensino privado a classificar em maior percentagem o rendimento familiar como “dá para viver bem” (cerca de 39%, com 37,9% no universitário e 42,9% no politécnico); no ensino público, esta percentagem foi de 32%. E foram os estudantes do ensino politécnico público que classificaram em maior percentagem o rendimento familiar como “dá para viver com dificuldade” e “dá para viver passando privações” (15,5% e 5,3%, respetivamente), verificando-se existirem diferenças significativas entre o tipo de instituição e a perceção dos estudantes acerca dos rendimentos do agregado familiar. Os Quadros 29 e 30 resumem as respostas obtidas.

**Quadro 29 - Rendimento do agregado familiar, no ensino público e privado, em 2015/2016 (%)**

	Rendimento subjetivo do agregado familiar					
	Dá para viver muito bem	Dá para viver bem	Dá para viver razoavelmente	Dá para viver com dificuldade	Dá para viver passando privações	Total
<b>Público</b>	6,5	31,5	44,5	13,4	4,0	100,0
<b>Privado</b>	13,2	39,0	37,9	6,6	3,3	100,0
<b>Total</b>	7,6	32,8	43,4	12,3	3,9	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(4) = 18,952$ ;  $p < 0,05$ ).

**Quadro 30 - Rendimento subjetivo do agregado familiar, por tipo de ensino, em 2015/2016 (%)**

	Rendimento subjetivo do agregado familiar					
	Dá para viver muito bem	Dá para viver bem	Dá para viver razoavelmente	Dá para viver com dificuldade	Dá para viver passando privações	Total
<b>Universitário Público</b>	9,4	35,3	40,3	11,9	3,1	100,0
<b>Politécnico Público</b>	2,4	26,4	50,4	15,5	5,3	100,0
<b>Universitário Privado</b>	15,7	37,9	36,4	6,4	3,6	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	4,8	42,9	42,9	7,1	2,4	100,0
<b>Total</b>	7,6	32,8	43,4	12,3	3,9	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(12) = 54,266$ ;  $p < 0,001$ ).

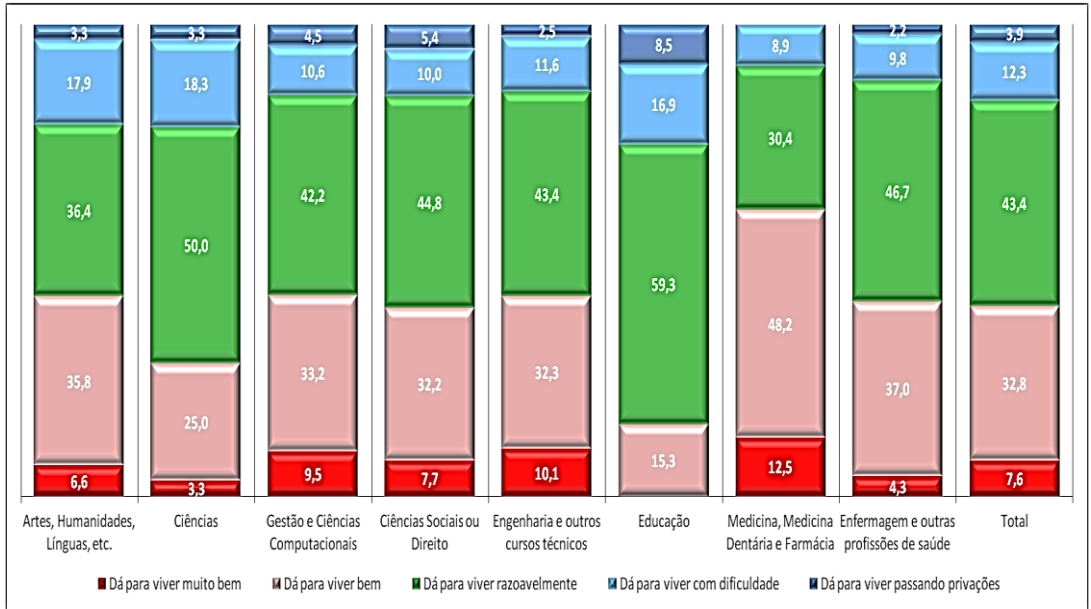
Analisando a relação entre a área científica do curso e o nível de rendimento subjetivo dos pais, verificou-se existir, também entre estas variáveis diferenças estatisticamente significativas. Assim, foram os estudantes de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” e das “Engenharias” que apresentaram uma maior percentagem de respostas indicando que o rendimento do agregado familiar “dá para viver muito bem” (12,5% e 10,1%, respetivamente), seguidos dos de “Gestão e Ciências Computacionais” e de “Ciências Sociais ou Direito”.

Os estudantes da área de “Educação” (8,5%), de “Ciências Sociais ou Direito” (5,4%) e de “Gestão e Ciências Computacionais” (4,5%) foram aqueles que se colocaram no nível de rendimento subjetivo mais baixo (“dá para viver passando privações”), com percentagens superiores à percentagem média dos estudantes inquiridos (3,9%), o que revela uma penetração de camadas sociais mais desfavorecidas nestes cursos.

A distribuição encontra-se representada na Figura 22.



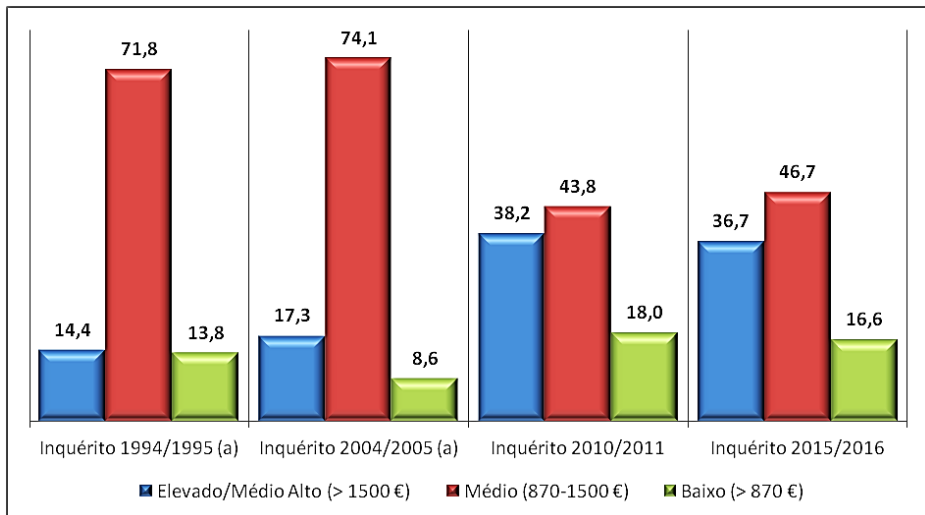
**Figura 22 - Rendimento do agregado familiar, por área científica, em 2015/2016 (%)**



Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(28) = 49,959$ ;  $p < 0,05$ ).

Apesar do alargamento da base de recrutamento social dos estudantes do ensino superior, os estratos sociais de maior rendimento continuaram a estar bem presentes, comparativamente aos grupos de médio e baixo rendimento familiar (Figura 23).

**Figura 23 - Rendimento do agregado familiar - Comparação dos resultados obtidos em 1994/1995 (a), em 2004/2005 (a), em 2010/2011 e em 2015/2016 (%)**



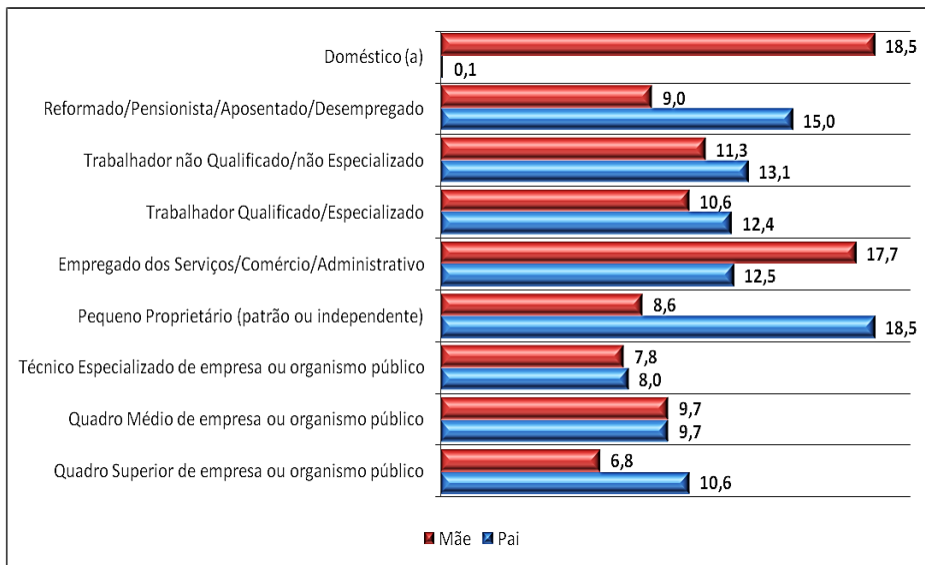
(a) Em 1994/1995 e 2004/2005 não foram indicados valores para os escalões. Apenas (Elevado/alto; Médio; Baixo).

Na seção seguinte damos conta da ocupação dos pais dos estudantes inquiridos.

## 7. Perfil dos pais dos estudantes do ensino superior: Ocupação

Os estudantes respondentes tinham origem, maioritariamente, em famílias nas quais o pai era “pequeno proprietário” (18,5%) e a mãe “doméstica” (18,5%). A Figura 24 retrata a situação.

**Figura 24 - Ocupações dos pais dos estudantes do ensino superior em 2015/2016 (%)**



Como se pode observar no quadro 31, os estudantes do ensino privado eram maioritariamente originários de famílias em que o pai era “pequeno proprietário” (22,6%), seguindo-se “quadro superior de empresa ou organismo público” (18,1%) e “reformado ou pensionista” (14,7%). No ensino público, a ocupação do pai era, sobretudo, “pequeno proprietário” (17,6%), seguindo-se “reformado ou pensionista”/“trabalhador não qualificado/não especializado” (15,1%) e “empregado dos serviços ou do comércio” (13,2%).

**Quadro 31 - Ocupação do pai no ensino público e privado em 2015/2016 (%)**

	Grupo Ocupacional do Pai									
	Q1	Q2	TE	PP	ES	TQE	TQNE	RPD	D	Total
<b>Público</b>	9,1	9,7	7,4	17,6	13,2	12,8	15,1	15,1	,0	100,0
<b>Privado</b>	18,1	9,6	11,3	22,6	9,0	10,7	3,4	14,7	,6	100,0
<b>Total</b>	10,6	9,7	8,0	18,5	12,5	12,4	13,1	15,0	,1	100,0

Legenda: Q1 - Quadro Superior de empresa ou organismo público; Q2 - Quadro Médio de empresa ou organismo público; TE - Técnico Especializado de empresa ou organismo público; PP - Pequeno Proprietário (patrão ou independente); ES - Empregado dos Serviços/Comércio/Administrativo; TQE - Trabalhador Qualificado/Especializado; TQNE - Trabalhador não Qualificado/não Especializado; RPD - Reformado/Pensionista/Aposentado/Desempregado; D - Doméstico. Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(8) = 38,798$ ;  $p < 0,001$ ).

No caso da ocupação da mãe, os estudantes do ensino privado tinham origem, maioritariamente, em famílias nas quais a mãe era “doméstica” (19,9%). No ensino público, a ocupação da mãe era, em primeiro lugar, “empregada de serviços, comércio ou administrativa” (18,3%), seguindo-se “doméstica” (18,2%) e “trabalhador não qualificado” (12,3%).

**Quadro 32 - Ocupação da mãe, no ensino público e privado, em 2015/2016 (%)**

	Grupo Ocupacional da Mãe									
	Q1	Q2	TE	PP	ES	TQE	TQNE	RPD	D	Total
<b>Público</b>	6,5	8,5	7,3	8,5	18,3	11,0	12,3	9,3	18,2	100,0
<b>Privado</b>	8,3	15,5	10,5	8,8	14,9	8,3	6,6	7,2	19,9	100,0
<b>Total</b>	6,8	9,7	7,8	8,6	17,7	10,6	11,3	9,0	18,5	100,0

Legenda: Q1 - Quadro Superior de empresa ou organismo público; Q2 - Quadro Médio de empresa ou organismo público; TE - Técnico Especializado de empresa ou organismo público; PP - Pequeno Proprietário (patrão ou independente); ES - Empregado dos Serviços/Comércio/Administrativo; TQE - Trabalhador Qualificado/Especializado; TQNE - Trabalhador não Qualificado/não Especializado; RPD - Reformado/Pensionista/Aposentado/Desempregado; D - Doméstico. Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(8) = 17,447$ ;  $p < 0,05$ ).

Verifica-se uma diferença estatisticamente significativa entre a ocupação do pai e da mãe e a natureza da instituição frequentada. Por outro lado, em geral, a ocupação do pai e, muito particularmente, a da mãe, apresentava um estatuto social inferior à ocupação do pai e da mãe dos estudantes do ensino superior privado.

Os estudantes do ensino politécnico público eram aqueles cujos pais menos ocupavam posições de quadros superiores de empresas ou organismos públicos, com apenas 3,6% nessa situação, seguido do politécnico privado (11,9%). No ensino universitário público, o número de estudantes em que os pais ocupavam posições de quadros superiores de empresas ou organismos públicos era de 13%, e no ensino universitário privado atingiu o valor máximo de 20% (Quadro 33).

**Quadro 33 - Ocupação do pai por tipo de ensino, em 2015/2016 (%)**

	Grupo Ocupacional do Pai									
	Q1	Q2	TE	PP	ES	TQE	TQNE	RPD	D	Total
<b>Universitário Público</b>	13,0	10,3	7,3	16,6	12,6	13,2	13,6	13,4	,0	100,0
<b>Politécnico Público</b>	3,6	8,9	7,5	19,1	14,1	12,2	17,2	17,5	,0	100,0
<b>Universitário Privado</b>	20,0	9,6	10,4	23,7	9,6	9,6	3,7	12,6	,7	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	11,9	9,5	14,3	19,0	7,1	14,3	2,4	21,4	,0	100,0
<b>Total</b>	10,6	9,7	8,0	18,5	12,5	12,4	13,1	15,0	,1	100,0

Legenda: Q1 - Quadro Superior de empresa ou organismo público; Q2 - Quadro Médio de empresa ou organismo público; TE - Técnico Especializado de empresa ou organismo público; PP - Pequeno Proprietário (patrão ou independente); ES - Empregado dos Serviços/Comércio/Administrativo; TQE - Trabalhador Qualificado/Especializado; TQNE - Trabalhador não Qualificado/não Especializado; RPD - Reformado/Pensionista/Aposentado/Desempregado; D - Doméstico. Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(24) = 69,689$ ;  $p < 0,001$ ).

No caso da ocupação da mãe, os estudantes do ensino politécnico público eram igualmente aqueles cujas mães menos ocupavam posições de quadros superiores de empresas ou organismos públicos, com apenas 2,2%, seguidos do politécnico privado (7,1%) (Quadro 34).

**Quadro 34 - Ocupação da mãe por sector e tipo de ensino em 2015/2016 (%)**

	Grupo Ocupacional da Mãe									
	Q1	Q2	TE	PP	ES	TQE	TQNE	RPD	D	Total
<b>Universitário Público</b>	9,6	10,2	8,4	7,8	18,2	9,8	11,4	8,4	16,2	100,0
<b>Politécnico Público</b>	2,2	6,3	5,7	9,5	18,5	12,8	13,6	10,6	20,9	100,0
<b>Universitário Privado</b>	8,6	14,4	10,1	10,8	12,2	8,6	5,8	5,8	23,7	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	7,1	19,0	11,9	2,4	23,8	7,1	9,5	11,9	7,1	100,0
<b>Total</b>	6,8	9,7	7,8	8,6	17,7	10,6	11,3	9,0	18,5	100,0

Legenda: Q1 - Quadro Superior de empresa ou organismo público; Q2 - Quadro Médio de empresa ou organismo público; TE - Técnico Especializado de empresa ou organismo público; PP - Pequeno Proprietário (patrão ou independente); ES - Empregado dos Serviços/Comércio/Administrativo; TQE - Trabalhador Qualificado/Especializado; TQNE - Trabalhador não Qualificado/não Especializado; RPD - Reformado/Pensionista/Aposentado/Desempregado; D - Doméstico. Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(24) = 60,002$ ;  $p < 0,001$ ).

Da comparação entre a ocupação dos pais dos estudantes dos dois sistemas de ensino superior foi possível concluir-se que a ocupação dos pais dos estudantes do ensino superior privado era de estatuto social mais elevado e de maior remuneração. Os estudantes da área da “Educação” eram aqueles cujos pai menos ocupava posições de quadros superiores de empresas ou organismos públicos (1,8%), seguidos dos estudantes das áreas da “Enfermagem” (4,5%). Contrariamente, nas áreas de “Medicina, Medicina

Dentária e Farmácia” cerca de um em cada cinco pais a ocupavam essas posições (18,9%) (Quadro 35). Porém, as diferenças não são estatisticamente significativas.

**Quadro 35 - Ocupação do pai por área científica em 2015/2016 (%)**

	Grupo Ocupacional do Pai									
	Q1	Q2	TE	PP	ES	TQE	TQNE	RPD	D	Total
<b>Artes, Humanidades, Línguas, etc.</b>	10,9	9,5	11,6	19,7	11,6	14,3	10,9	11,6	,0	100,0
<b>Ciências</b>	6,8	1,7	8,5	16,9	20,3	10,2	16,9	18,6	,0	100,0
<b>Gestão e Ciências Computacionais</b>	11,0	8,9	8,4	24,1	9,4	12,0	12,6	13,6	,0	100,0
<b>Ciências Sociais ou Direito</b>	12,8	9,3	6,2	19,5	11,3	11,7	12,8	16,0	,4	100,0
<b>Engenharia e outros cursos técnicos</b>	11,5	13,0	8,9	15,1	10,4	14,6	13,0	13,5	,0	100,0
<b>Educação</b>	1,8	1,8	7,0	10,5	22,8	17,5	15,8	22,8	,0	100,0
<b>Medicina, Medicina Dentária e Farmácia</b>	18,9	18,9	1,9	11,3	13,2	9,4	15,1	11,3	,0	100,0
<b>Enfermagem e outras profissões de saúde</b>	4,5	10,1	9,0	19,1	16,9	7,9	13,5	19,1	,0	100,0

Legenda: Q1 - Quadro Superior de empresa ou organismo público; Q2 - Quadro Médio de empresa ou organismo público; TE - Técnico Especializado de empresa ou organismo público; PP - Pequeno Proprietário (patrão ou independente); ES - Empregado dos Serviços/Comércio/Administrativo; TQE - Trabalhador Qualificado/Especializado; TQNE - Trabalhador não Qualificado/não Especializado; RPD - Reformado/ Pensionista/Aposentado/Desempregado; D – Doméstico

A situação relativa à ocupação da mãe, resumida no Quadro 36, apresentava muitas semelhanças com a do pai, continuando a verificar-se diferenças acentuadas, neste caso estatisticamente significativas, entre os estudantes das diferentes áreas científicas, com os estudantes da área de

“Medicina, Medicina Dentária, Farmácia” a apresentar as percentagens mais elevadas de mães a ocuparem posições de quadros superiores de empresas ou organismos públicos (18,5%). Em sentido contrário, os estudantes da área da “Enfermagem” apresentavam uma reduzida percentagem de 2% de mães a ocuparem posições de quadros superiores de empresas ou organismos públicos, seguidos dos estudantes da área científica da “Educação” (3,5%).

**Quadro 36 - Ocupação da mãe por área científica em 2015/2016 (%)**

	Grupo Ocupacional da Mãe									
	Q1	Q2	TE	PP	ES	TQE	TQN E	RPD	D	Total
<b>Artes, Humanidades, Línguas, etc.</b>	12,2	10,8	8,1	5,4	18,9	12,2	8,8	9,5	14,2	100,0
<b>Ciências</b>	3,2	12,9	11,3	9,7	16,1	9,7	8,1	8,1	21,0	100,0
<b>Gestão e Ciências Computacionais</b>	5,6	9,7	8,7	13,8	13,8	5,6	9,2	10,3	23,1	100,0
<b>Ciências Sociais ou Direito</b>	5,8	8,9	7,3	6,2	17,8	12,0	12,0	10,0	20,1	100,0
<b>Engenharia e outros cursos técnicos</b>	6,2	9,8	7,2	8,2	14,9	13,9	12,9	6,2	20,6	100,0
<b>Educação</b>	3,5	5,3	10,5	5,3	35,1	5,3	10,5	14,0	10,5	100,0
<b>Medicina, Medicina Dentária e Farmácia</b>	18,5	16,7	3,7	9,3	11,1	11,1	11,1	3,7	14,8	100,0
<b>Enfermagem e outras profissões de saúde</b>	2,2	6,6	6,6	11,0	24,2	11,0	17,6	8,8	12,1	100,0

Legenda: Q1 - Quadro Superior de empresa ou organismo público; Q2 - Quadro Médio de empresa ou organismo público; TE - Técnico Especializado de empresa ou organismo público; PP - Pequeno Proprietário (patrão ou independente); ES - Empregado dos Serviços/Comércio/Administrativo; TQE - Trabalhador Qualificado/Especializado; TQNE - Trabalhador não Qualificado/não Especializado; RPD - Reformado/Pensionista/Aposentado/Desempregado; D – Doméstico. Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(56) = 88,814$ ;  $p=0,05$ ).



Verificou-se a existência de uma diferença acentuada, embora não estatisticamente significativa, entre estudantes do sexo masculino e do sexo feminino, com os primeiros a indicarem um nível mais alto na ocupação do pai “quadro superior de empresa ou organismo público” e o menor peso em “doméstico”, como se resume no Quadro 37.

**Quadro 37 - Ocupação do pai por sexo, em 2015/2016 (%)**

	Grupo Ocupacional do Pai									
	Q1	Q2	TE	PP	ES	TQE	TQNE	RPD	D	Total
<b>Masculino</b>	11,2	11,7	8,5	17,4	11,2	13,3	12,1	14,6	,0	100,0
<b>Feminino</b>	10,1	8,0	7,7	19,4	13,6	11,7	14,0	15,4	,2	100,0
<b>Total</b>	10,6	9,7	8,0	18,5	12,5	12,4	13,1	15,0	,1	100,0

Legenda: Q1 - Quadro Superior de empresa ou organismo público; Q2 - Quadro Médio de empresa ou organismo público; TE - Técnico Especializado de empresa ou organismo público; PP - Pequeno Proprietário (patrão ou independente); ES - Empregado dos Serviços/Comércio/Administrativo; TQE - Trabalhador Qualificado/Especializado; TQNE - Trabalhador não Qualificado/não Especializado; RPD - Reformado/ Pensionista/Aposentado/Desempregado; D – Doméstico

No caso da ocupação da mãe, a diferenciação ia no mesmo sentido, isto é, os estudantes do sexo masculino referiram mães com uma ocupação de maior nível, como se resume no Quadro 38.

**Quadro 38 - Ocupação da mãe do estudante do ensino superior, por sexo, em 2015/2016**

	Grupo Ocupacional da Mãe									
	Q1	Q2	TE	PP	ES	TQE	TQNE	RPD	D	Total
<b>Masculino</b>	7,3	11,3	7,8	9,0	17,2	10,1	11,1	8,6	17,6	100,0
<b>Feminino</b>	6,3	8,4	7,9	8,2	18,2	11,0	11,5	9,3	19,2	100,0
<b>Total</b>	6,8	9,7	7,8	8,6	17,7	10,6	11,3	9,0	18,5	100,0

Legenda: Q1 - Quadro Superior de empresa ou organismo público; Q2 - Quadro Médio de empresa ou organismo público; TE - Técnico Especializado de empresa ou organismo público; PP - Pequeno Proprietário (patrão ou independente); ES - Empregado dos Serviços/Comércio/Administrativo; TQE - Trabalhador Qualificado/Especializado; TQNE - Trabalhador não Qualificado/não Especializado; RPD - Reformado/ Pensionista/Aposentado/Desempregado; D – Doméstico

Passa-se em seguida à caracterização dos respondentes, do ponto de vista das habilitações académicas dos pais.

### **8. Perfil dos pais dos estudantes do ensino superior: as habilitações académicas**

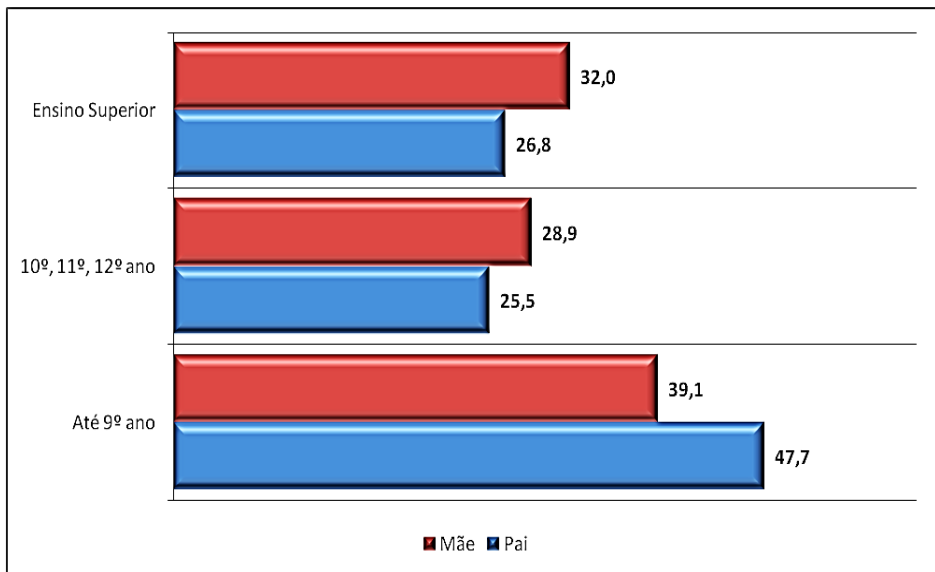
Verificou-se uma relação estatisticamente significativa entre o nível de habilitações dos pais e o tipo de curso que os estudantes frequentavam, numa distribuição de respostas que apontou para uma maioria de estudantes a indicar que os pais eram portadores do ensino básico (até 9.º ano) (agregando-se as hipóteses de “sabe ler e escrever, mas não completou o 1.º ciclo [4.º ano]”, “ensino básico - 1.º ciclo [4.º ano]”, “ensino básico - 2.º ciclo [6.º ano/antigo ciclo preparatório]” e “ensino básico - 3.º ciclo [9.º ano/antigo 5.º ano]” (Figura 25).

A distribuição das habilitações permitiu concluir que os pais dos estudantes do ensino superior apresentavam um perfil significativamente mais elevado quanto ao nível habilitacional do que o conjunto da população portuguesa residente em 2016, em que a população residente apenas 17,8% possuía um grau superior, enquanto, no caso dos estudantes inquiridos, esse valor se cifrou em 26,8% para os homens e 32% para as mulheres.

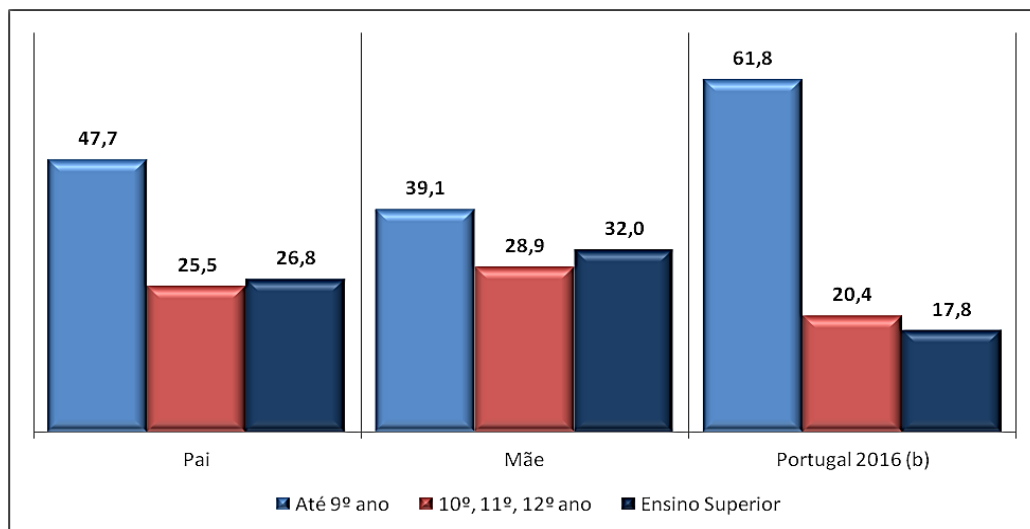
A mesma vantagem comparativa verificou-se em relação às habilitações de nível secundário: 20,4% para a população residente no país em 2016 e, no caso dos pais dos estudantes inquiridos, 25,5% para os homens e 28,9% nas mulheres.

Apesar de o nível habilitacional dos pais dos estudantes inquiridos ser mais qualificado do que o da população em geral, 43% responderam que o pai e a mãe possuíam a escolaridade básica ou menos. As Figuras 25 e 26 retratam a distribuição das habilitações dos pais.

**Figura 25 - Habilitações dos pais em 2015/2016 (%)**



**Figura 26 - Habilitações dos pais - Comparação com as habilitações da população residente no país em 2016 (%)**



(b) PORDATA - Base de Dados Portugal Contemporâneo (2017). *População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completa mais elevado (%) em Portugal*. [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [fevereiro, 2017] em:

[http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+por+n%C3%A2vel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+\(percentagem\)-884](http://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+por+n%C3%A2vel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+(percentagem)-884)

Registaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes do ensino público e privado, com este a evidenciar o maior número de estudantes cujos pais possuíam frequência de ensino superior ou um curso superior. Todavia, tanto no ensino público como no privado, os estudantes eram maioritariamente provenientes de pais com o ensino básico (até 9.º ano), o que revela o ainda baixo nível habitacional da população residente com mais de 40 anos (Quadros 39 e 40).

**Quadro 39 - Habilitações do pai por ensino público e privado em 2015/2016 (%)**

	Habilitações do Pai			
	Até 9.º ano	10.º, 11.º, 12.º ano	Ensino Superior	Total
<b>Pública</b>	49,3	25,4	25,4	100,0
<b>Privada</b>	40,2	26,1	33,7	100,0
<b>Total</b>	47,7	25,5	26,8	100,0

Diferenças estatisticamente significativas nos pais ( $\chi^2(2) = 6,610$ ;  $p < 0,05$ ).

**Quadro 40 - Habilitações da mãe por ensino público e privado em 2015/2016 (%)**

	Habilitações da Mãe			
	Até 9.º ano	10.º, 11.º, 12.º ano	Ensino Superior	Total
<b>Pública</b>	40,7	28,8	30,5	100,0
<b>Privada</b>	31,0	29,3	39,7	100,0
<b>Total</b>	39,1	28,9	32,0	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(2) = 7,774$ ;  $p < 0,05$ ).

Registaram-se diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes consoante o tipo de ensino, sendo no ensino politécnico público onde se registou o menor grupo de habilitações superiores de pais e mães, seguido do politécnico privado. No ensino universitário público, o número de estudantes com pais com grau ou frequência do ensino superior foi de 33,9% e no ensino universitário privado essa categoria atingiu o valor máximo de 36,6%. Por sua vez, o ensino politécnico público revelou ser o grupo de maior peso com o nível de habilitações mais baixo dos pais (57,9% com a escolaridade até o 9.º ano (Quadros 41 e 42).

**Quadro 41 - Habilitações do pai por tipo de ensino em 2015/2016 (%)**

	Habilitações do Pai			
	Até 9.º ano	10.º, 11.º, 12.º ano	Ensino Superior	Total
<b>Universitário Público</b>	43,1	23,0	33,9	100,0
<b>Politécnico Público</b>	57,9	28,7	13,4	100,0
<b>Universitário Privado</b>	37,3	26,1	36,6	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	50,0	26,2	23,8	100,0
<b>Total</b>	47,7	25,5	26,8	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(6) = 56,595$ ;  $p < 0,001$ ).

**Quadro 42 - Habilitações da mãe tipo de ensino em 2015/2016 (%)**

	Habilitações da Mãe			
	Até 9.º ano	10.º, 11.º, 12.º ano	Ensino Superior	Total
<b>Universitário Público</b>	34,5	26,7	38,8	100,0
<b>Politécnico Público</b>	49,3	31,7	18,9	100,0
<b>Universitário Privado</b>	27,5	29,6	43,0	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	42,9	28,6	28,6	100,0
<b>Total</b>	39,1	28,9	32,0	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(6) = 52,757$ ;  $p < 0,001$ ).

O nível académico dos pais é inferior ao das mães, tanto no ensino público como no privado (Quadro 43).

**Quadro 43 - Habilitações dos pais tipo de ensino em 2015/2016 (%)**

	Habilitações do Pai*				Habilitações da Mãe**			
	Até 9.º ano	10.º, 11.º, 12.º ano	Ensino Superior	Total	Até 9.º ano	10.º, 11.º, 12.º ano	Ensino Superior	Total
<b>Universitário Público</b>	43,1	23,0	33,9	100,0	34,5	26,7	38,8	100,0
<b>Politécnico Público</b>	57,9	28,7	13,4	100,0	49,3	31,7	18,9	100,0
<b>Universitário Privado</b>	37,3	26,1	36,6	100,0	27,5	29,6	43,0	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	50,0	26,2	23,8	100,0	42,9	28,6	28,6	100,0
<b>Total</b>	47,7	25,5	26,8	100,0	39,1	28,9	32,0	100,0

Diferenças estatisticamente significativas: \* ( $\chi^2(6) = 56,595$ ;  $p < 0,001$ ); \*\* ( $\chi^2(6) = 52,757$ ;  $p < 0,001$ ).

Estes indicadores revelam que os estudantes do ensino privado têm um capital cultural mais elevado que o do público (Figuras 25 e 26 e Quadros 39 a 43).

Os estudantes das áreas da “Educação” apresentaram o maior peso das habilitações do pai e da mãe com “até 9.º ano”, seguidos dos estudantes da área da “Enfermagem”. Contrariamente foi nas áreas de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia”, que se verificou o menor peso de habilitações de escolaridade básica e o maior de frequência ou grau de ensino superior (Quadros 44 e 45).

**Quadro 44 - Habilitações do pai por área científica, em 2015/2016 (%)**

	Habilitações do Pai			
	Até 9.º ano	10.º, 11.º, 12.º ano	Ensino Superior	Total
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	38,2	27,0	34,9	100,0
Ciências	46,7	30,0	23,3	100,0
Gestão e Ciências Computacionais	50,8	23,6	25,6	100,0
Ciências Sociais ou Direito	50,8	24,6	24,6	100,0
Engenharia e outros cursos técnicos	41,4	27,8	30,8	100,0
Educação	66,1	22,0	11,9	100,0
Medicina, Medicina Dentária e Farmácia	39,3	14,3	46,4	100,0
Enfermagem e outras profissões de saúde	56,0	30,8	13,2	100,0
<b>Total</b>	<b>47,7</b>	<b>25,5</b>	<b>26,8</b>	<b>100,0</b>

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(14) = 42,187$ ;  $p < 0,001$ ).

**Quadro 45 - Habilitações da mãe por área científica em 2015/2016 (%)**

	Habilitações da Mãe			
	Até 9.º ano	10.º, 11.º, 12.º ano	Ensino Superior	Total
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	26,5	29,8	43,7	100,0
Ciências	41,7	28,3	30,0	100,0
Gestão e Ciências Computacionais	47,0	23,3	29,7	100,0
Ciências Sociais ou Direito	39,0	30,7	30,3	100,0
Engenharia e outros cursos técnicos	40,8	26,0	33,2	100,0
Educação	40,7	39,0	20,3	100,0
Medicina, Medicina Dentária e Farmácia	23,2	21,4	55,4	100,0
Enfermagem e outras profissões de saúde	45,7	39,1	15,2	100,0
<b>Total</b>	<b>39,1</b>	<b>28,9</b>	<b>32,0</b>	<b>100,0</b>

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(14) = 51,239$ ;  $p < 0,001$ ).

Verificou-se uma diferença não estatisticamente significativa entre estudantes do sexo masculino e do sexo feminino, em que os primeiros revelaram ter pais e mães com uma percentagem mais elevada de habilitações de nível superior e, simultaneamente, o menor peso de escolaridade básica, como se resume nos Quadros 46 e 47.



**Quadro 46 - Habilitações do pai por sexo em 2015/2016 (%)**

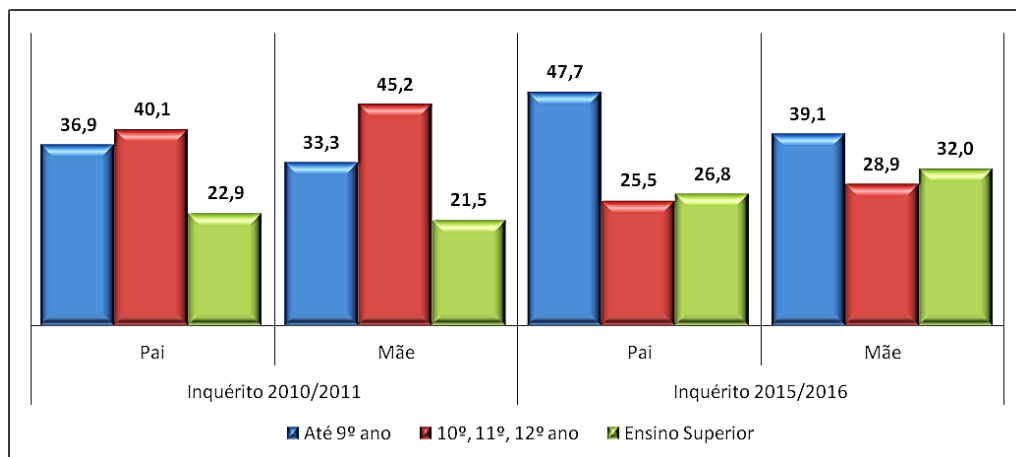
	Habilitações do Pai			
	Até 9.º ano	10.º, 11.º, 12.º ano	Ensino Superior	Total
<b>Masculino</b>	46,3	25,6	28,1	100,0
<b>Feminino</b>	48,9	25,4	25,7	100,0
<b>Total</b>	47,7	25,5	26,8	100,0

**Quadro 47 - Habilitações da mãe por sexo em 2015/2016 (%)**

	Habilitações da Mãe			
	Até 9.º ano	10.º, 11.º, 12.º ano	Ensino Superior	Total
<b>Masculino</b>	37,8	28,1	34,1	100,0
<b>Feminino</b>	40,1	29,5	30,4	100,0
<b>Total</b>	39,1	28,9	32,0	100,0

No período que mediou entre 2010/2011 e 2015/2016, assistiu-se a um aumento dos estudantes provenientes de pais com o ensino básico (até 9.º ano) e com o ensino superior (Figura 27).

**Figura 27 - Habilitações dos pais - Comparação dos resultados obtidos em 2010/2011 e em 2015/2016 (%)**



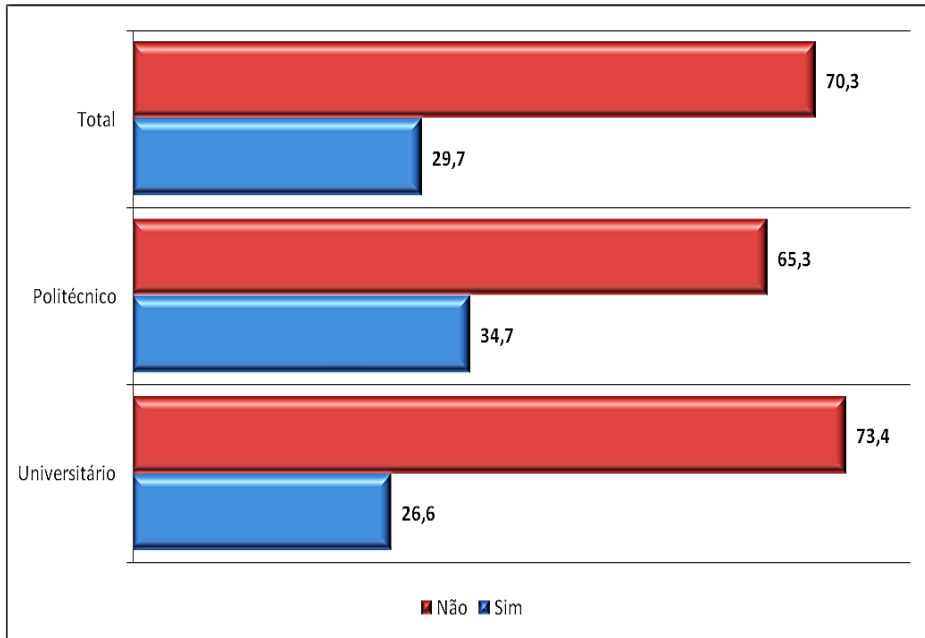
Passa-se, em seguida, ao estudo dos apoios sociais dos estudantes inquiridos.

## 9. Apoios sociais aos estudantes do ensino superior

Considerou-se, nesta categoria, o peso dos estudantes bolseiros, a proveniência e o valor dos apoios sociais, bem como a opinião dos estudantes em relação às bolsas que julgavam mais vantajosas.

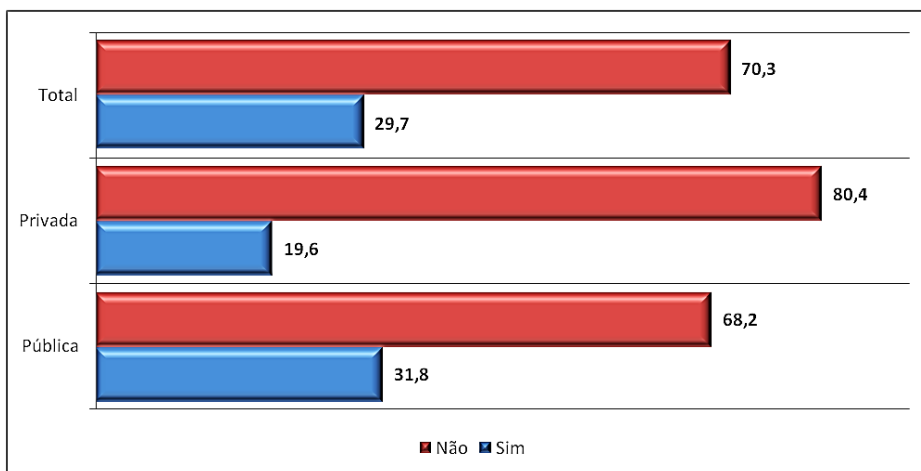
Dos estudantes inquiridos, perto de 30% declararam receber uma bolsa de estudo (323 estudantes numa amostra de 1.087). No ensino politécnico, 34,7% dos estudantes eram bolseiros, enquanto, no ensino universitário, essa percentagem se situou em 26,6% (Figura 28).

**Figura 28 - Estudantes bolsi­eiros do ensino superior, por tipo de ensino, em 2015/2016 (%)**



A maior percentagem de estudantes bolsi­eiros situou-se no ensino público, facto a que não será estranho a diferença de origem social e económica dos estudantes dos dois sectores de ensino superior (Figura 29).

**Figura 29 - Estudantes bolsi­eiros do ensino superior, por sector de ensino, em 2015/2016 (em percentagem)**



O ensino politécnico público apresentou a maior taxa de bolsi­eiros, 36% dos estudantes inquiridos, seguida do ensino universitário público, 29% e do ensino politécnico privado, 21%. O ensino universitário privado apresentou a taxa mais baixa, 19%. (Quadro 48).

**Quadro 48 - Estudantes bolsi­eiros do ensino superior, por sector e tipo de ensino, em 2015/2016**

	É bolsi­eiro este ano letivo?					
	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
<b>Universitário Público</b>	150	28,6	374	71,4	524	100,0
<b>Politécnico Público</b>	137	36,1	242	63,9	379	100,0
<b>Universitário Privado</b>	27	19,0	115	81,0	142	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	9	21,4	33	78,6	42	100,0
<b>Total</b>	323	29,7	764	70,3	1087	100,0

Diferenças estatisticamente significativas  $\chi^2(3) = 16,973$ ;  $p < 0,001$ .

Os estudantes dos cursos de “Enfermagem” foram aqueles com mais expressivo peso de bolseiros (43,5%). Os da área da “Engenharia e outros cursos técnicos” foram aqueles com menor peso de bolseiros (21,6%) registando-se, pois, diferenças estatisticamente significativas entre a área científica e a atribuição de bolsa de estudo (Quadro 49).

**Quadro 49 - Estudantes bolseiros do ensino superior, por área científica, em 2015/2016**

	É bolseiro este ano letivo?					
	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
<b>Artes, Humanidades, Línguas, etc.</b>	50	32,9	102	67,1	152	100,0
<b>Ciências</b>	18	29,0	44	71,0	62	100,0
<b>Gestão e Ciências Computacionais</b>	47	23,3	155	76,7	202	100,0
<b>Ciências Sociais ou Direito</b>	83	31,3	182	68,7	265	100,0
<b>Engenharia e outros cursos técnicos</b>	43	21,6	156	78,4	199	100,0
<b>Educação</b>	24	40,7	35	59,3	59	100,0
<b>Medicina, Medicina Dentária e Farmácia</b>	18	32,1	38	67,9	56	100,0
<b>Enfermagem e outras profissões de saúde</b>	40	43,5	52	56,5	92	100,0
<b>Total</b>	323	29,7	764	70,3	1087	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(7) = 23,258; p < 0,05$ ).

Quando indagados sobre a proveniência da bolsa que auferiam, os estudantes indicaram, na sua esmagadora maioria, os “Serviços de Ação Social” e a “Direção-Geral do Ensino Superior” (96%). No ensino universitário privado, o apoio de instituições não estatais foi mais notório, proveniente de Câmaras Municipais, fundações e empresas privadas. Os dados constam do Quadro 50.

**Quadro 50 - Entidade financiadora da bolsa por tipo de ensino, em 2015/2016 (%)**

	Entidade que concedeu a bolsa									
	Serviços de Ação Social		Direção Geral do Ensino Superior		Fundação Calouste Gulbenkian		Outra instituição		Total	
Universitário Público	41	27,3	103	68,7	1	,7	5	3,3	150	100,0
Politécnico Público	27	19,7	107	78,1	0	,0	3	2,2	137	100,0
Universitário Privado	3	11,1	20	74,1	0	,0	4	14,8	27	100,0
Politécnico Privado	0	,0	9	100,0	0	,0	0	,0	9	100,0
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>22,0</b>	<b>239</b>	<b>74,0</b>	<b>1</b>	<b>,3</b>	<b>12</b>	<b>3,7</b>	<b>323</b>	<b>100,0</b>

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(9) = 18,775$ ;  $p < 0,05$ ).

Quando indagados sobre o destino da bolsa<sup>3</sup> que auferiam, os estudantes indicaram, na sua esmagadora maioria, as “Propinas” (96%) (Quadro 51).

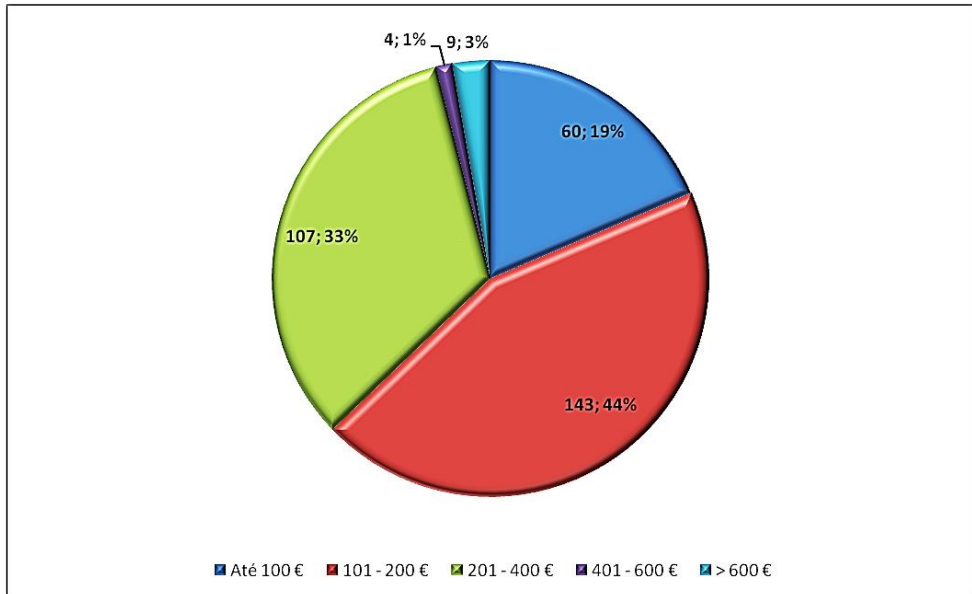
**Quadro 51 - Destino da bolsa por tipo de ensino, em 2015/2016**

		Universitário Público		Politécnico Público		Universitário Privado		Politécnico Privado		Total	
Destino da bolsa de estudo	Propinas	143	95,3	133	97,1	25	92,6	8	88,9	309	95,7
	Alojamento	41	27,3	50	36,5	2	7,4	0	,0	93	28,8
	Transportes	40	26,7	55	40,1	5	18,5	2	22,2	102	31,6
	Alimentação	48	32,0	48	35,0	1	3,7	2	22,2	99	30,7
	Outra	7	4,7	15	10,9	0	,0	0	,0	22	6,8

A grande maioria dos bolseiros recebeu uma bolsa entre 101 a 200 euros por mês; apenas 3% receberam uma bolsa de valor superior a 600 euros, como se pode ver na Figura 30.

<sup>3</sup> Esta pergunta admitia várias respostas.

**Figura 30 - Valor mensal da bolsa dos estudantes do ensino superior em 2015/2016**



No ensino público, 39% dos estudantes recebeu uma bolsa abaixo dos 100 euros, com o ensino politécnico público a concentrar cerca de 23% dos bolseiros nesse escalão, e o ensino universitário 16%. Apenas 4% dos estudantes do ensino universitário público, e 1,5% dos estudantes do ensino politécnico público, auferiram bolsas acima de 600 euros. O Quadro 52 resume as respostas obtidas, evidenciando as diferenças estatisticamente significativas entre o valor da bolsa e a natureza da instituição frequentada.

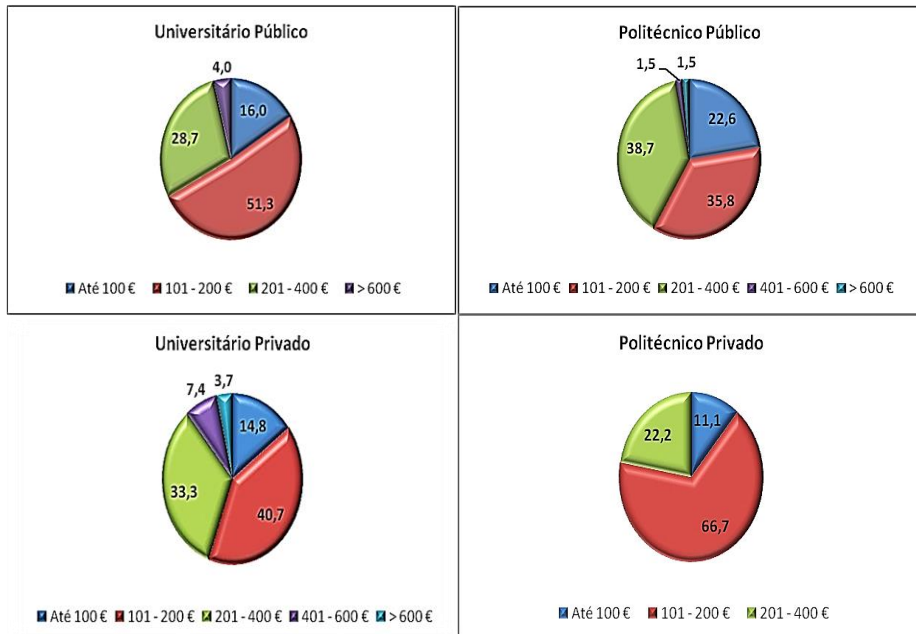
**Quadro 52 - Valor mensal da bolsa por tipo de ensino, em 2015/2016 (%)**

	Até 100 €		101 - 200 €		201 - 400 €		401 - 600 €		> 600 €		Total	
<b>Universitário Público</b>	24	16,0	77	51,3	43	28,7	0	,0	6	4,0	150	100,0
<b>Politécnico Público</b>	31	22,6	49	35,8	53	38,7	2	1,5	2	1,5	137	100,0
<b>Universitário Privado</b>	4	14,8	11	40,7	9	33,3	2	7,4	1	3,7	27	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	1	11,1	6	66,7	2	22,2	0	,0	0	,0	9	100,0
<b>Total</b>	60	18,6	143	44,3	107	33,1	4	1,2	9	2,8	323	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(12) = 22,059$ ;  $p < 0,05$ ).

No ensino privado, os estudantes encontravam-se distribuídos em maior número pelos escalões das bolsas com valor médio. Os resultados estão resumidos na Figura 31.

**Figura 31 - Valor mensal da bolsa dos estudantes do ensino superior, por sector e tipo de ensino, em 2015/2016 (em percentagem)**





Analisando os resultados por área científica e valor de bolsa auferida, encontrou-se a seguinte distribuição, Quadro 53:

**Quadro 53 - Valor mensal da bolsa por área científica, em 2015/2016 (%)**

	Montante global da bolsa que recebe mensalmente											
	Até 100 €		101 - 200 €		201 - 400 €		401 - 600 €		> 600 €		Total	
<b>Artes, Humanidades, Línguas, etc.</b>	4	8,0	26	52,0	17	34,0	1	2,0	2	4,0	50	100,0
<b>Ciências</b>	5	27,8	6	33,3	7	38,9	0	,0	0	,0	18	100,0
<b>Gestão e Ciências Computacionais</b>	12	25,5	15	31,9	19	40,4	1	2,1	0	,0	47	100,0
<b>Ciências Sociais ou Direito</b>	13	15,7	37	44,6	29	34,9	1	1,2	3	3,6	83	100,0
<b>Engenharia e outros cursos técnicos</b>	7	16,3	19	44,2	17	39,5	0	,0	0	,0	43	100,0
<b>Educação</b>	6	25,0	10	41,7	3	12,5	1	4,2	4	16,7	24	100,0
<b>Medicina, Medicina Dentária e Farmácia</b>	7	38,9	7	38,9	4	22,2	0	,0	0	,0	18	100,0
<b>Enfermagem e outras profissões de saúde</b>	6	15,0	23	57,5	11	27,5	0	,0	0	,0	40	100,0
<b>Total</b>	60	18,6	143	44,3	107	33,1	4	1,2	9	2,8	323	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(28) = 45,916; p=0,018$ ).

O Quadro 54 apresenta o cruzamento valor da bolsa recebida pelos estudantes e o nível dos rendimentos dos pais, permitindo ver que foi do grupo de agregados de rendimentos médios que saiu a grande maioria de estudantes bolseiros, seguido do de baixos rendimentos, com 54,2% dos bolseiros. Os estudantes com rendimentos elevados/médio alto representavam 7,7% dos bolseiros, tendo 11,1% recebido uma bolsa superior a 600 euros mensais.

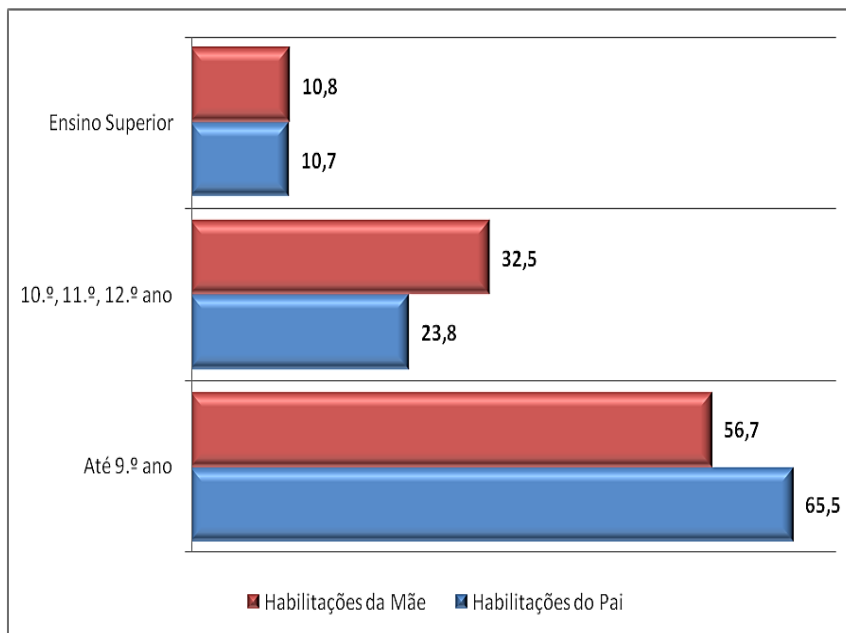
**Quadro 54 - Valor mensal por rendimento do agregado familiar, em 2015/2016 (%)**

	Rendimento do agregado familiar							
	Elevado/médio alto (> 1500 €)		Médio (870 € a 1500 €)		Baixo (< 870 €)		Total	
<b>Até 100 €</b>	7	11,7	33	55,0	20	33,3	60	100,0
<b>101 - 200 €</b>	14	9,8	81	56,6	48	33,6	143	100,0
<b>201 - 400 €</b>	2	1,9	52	48,6	53	49,5	107	100,0
<b>401 - 600 €</b>	1	25,0	2	50,0	1	25,0	4	100,0
<b>&gt; 600 €</b>	1	11,1	7	77,8	1	11,1	9	100,0
<b>Total</b>	25	7,7	175	54,2	123	38,1	323	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(8) = 16,833$ ;  $p=0,032$ ).

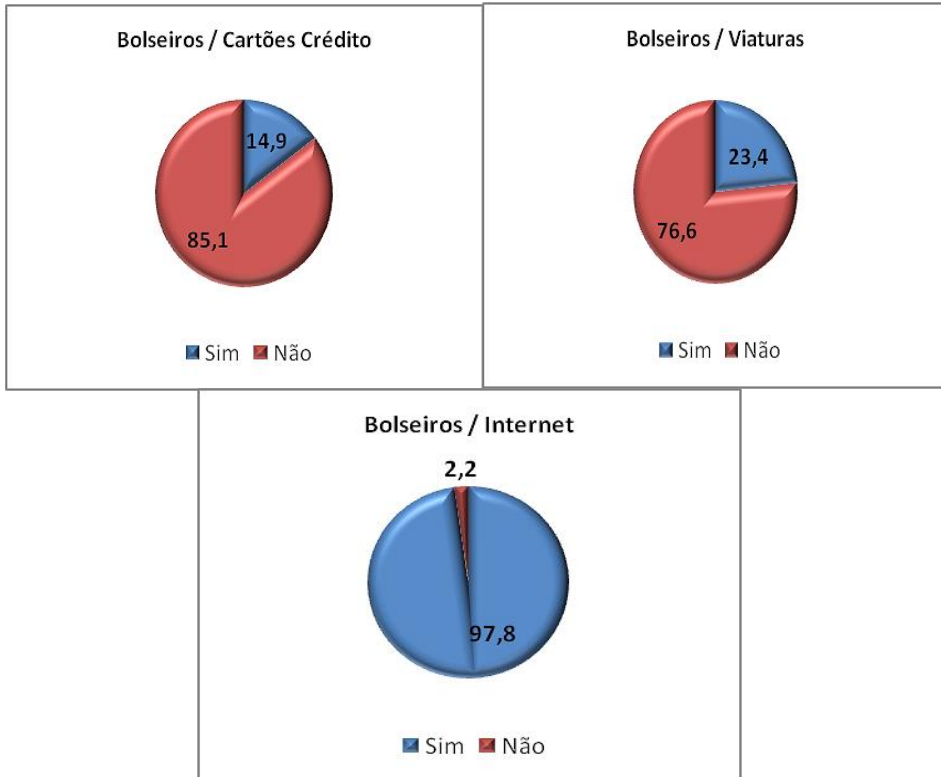
A grande maioria dos bolseiros provinha de agregados familiares em que predominavam níveis habilitacionais baixos. Cerca de 66% indicaram que o pai tinha a escolaridade básica e 57% que era esse o caso da mãe. Nos agregados familiares em que os pais detinham habilitações ou frequência superior, existiam apenas 11% de estudantes com apoio de bolsas. Foi verificada uma relação significativa entre o nível habilitacional e o estatuto socioeconómico. A distribuição dos consta da Figura 32.

**Figura 32 - Estudantes bolseiros por habilitações do pai e mãe, em 2015/2016 (%)**



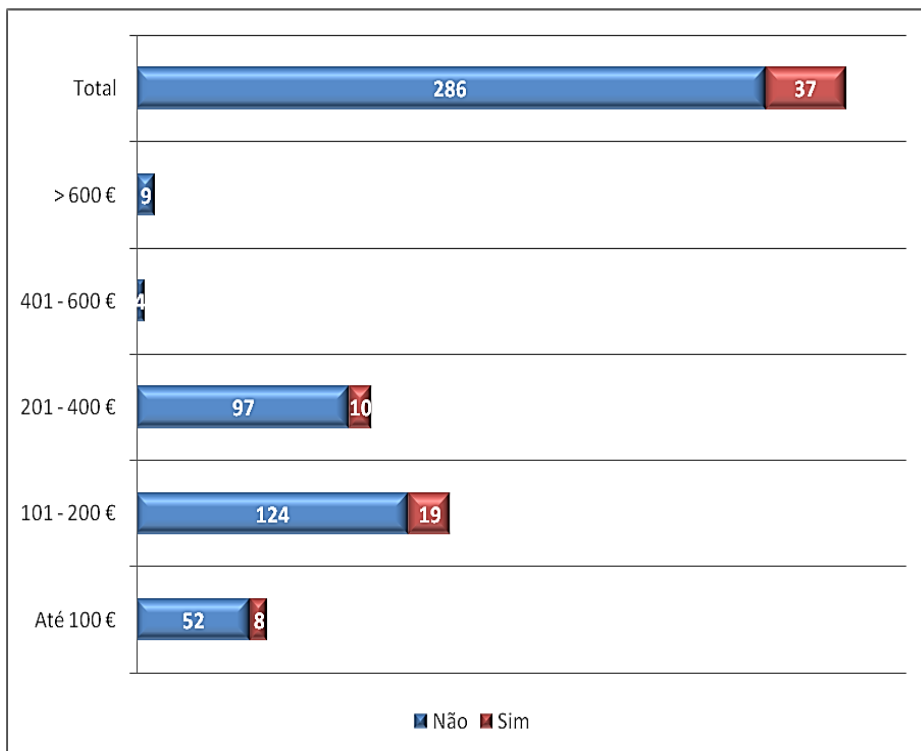
No que concerne à posse de cartão de crédito, os bolseiros apresentaram valores bastante mais baixos do que o conjunto dos estudantes inquiridos, com apenas 15% a declararem fazer uso dos mesmos. No que respeita à posse de viatura, os valores aproximaram-se bastante (23%). Por sua vez, os valores relativos ao acesso à Internet dos estudantes bolseiros (98%) eram muito próximos dos registados em termos globais (99%) (Figura 33), o que evidencia de novo a transversalidade desta forma de comunicação.

**Figura 33 - Estudantes bolsеiros por posse de cartões de crédito, acesso à Internet na residência e posse de viatura própria em 2015/2016 (%)**



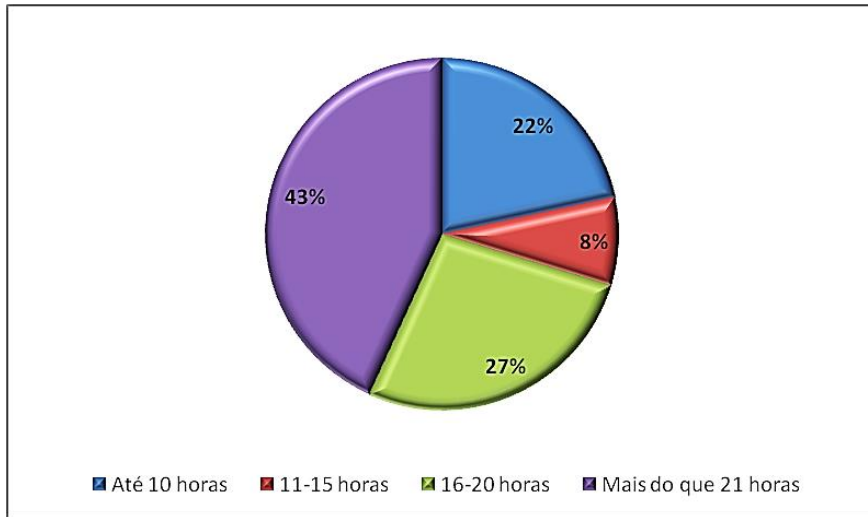
Cerca de 20% dos bolsеiros tinham tido um emprego no ano académico anterior, o que lhes teria permitido complementar os rendimentos auferidos com o apoio social e, porventura, assegurar a frequência no ensino superior, como se verifica na Figura 34.

**Figura 34 - Número de estudantes bolsheiros empregados no último ano letivo**



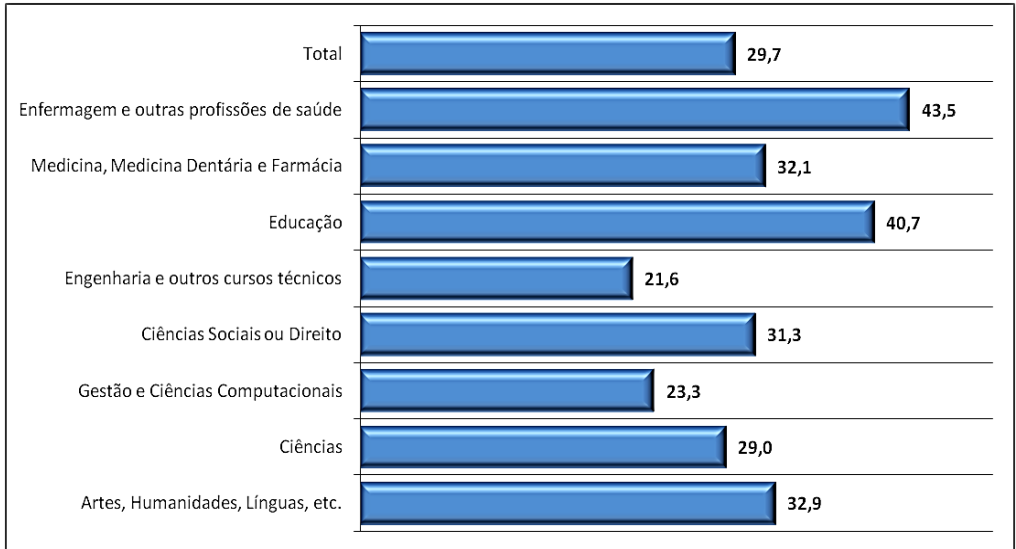
Os bolsheiros que tinham tido um emprego no ano letivo anterior trabalharam, sobretudo, mais do que 21 horas, em média, por semana (43%), seguidos dos que trabalharam 16-20 horas (27%)

**Figura 35 - Estudantes bolsеiros em 2015/2016, por número de horas de trabalho efetuadas, no ano letivo anterior**

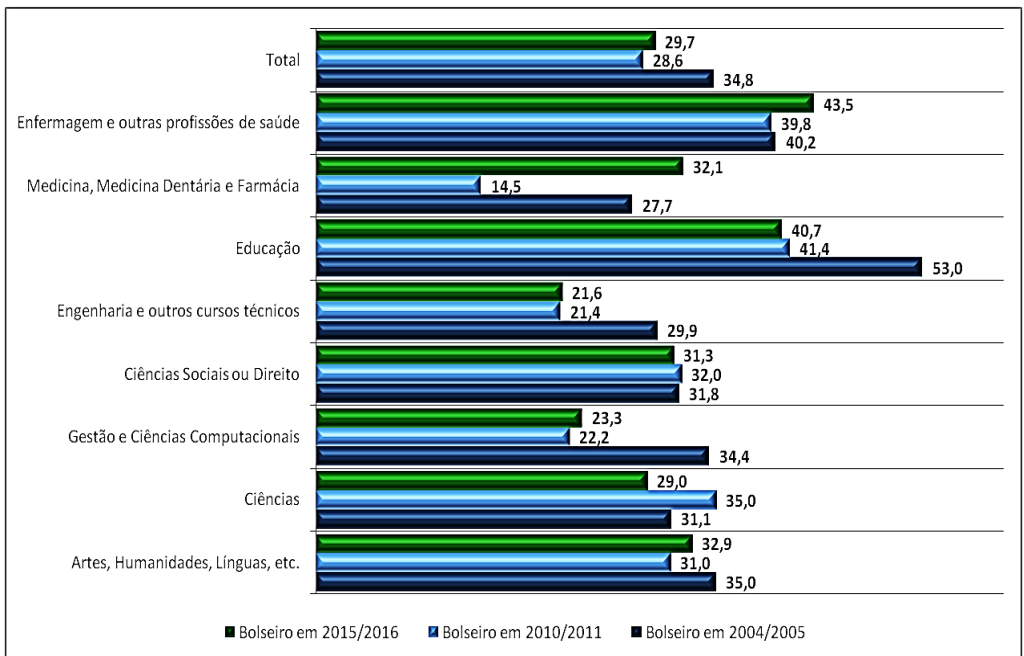


As maiores percentagens de bolsеiros situavam-se nas áreas científicas procuradas pelos jovens oriundos dos estratos sociais menos favorecidos, nomeadamente as áreas da “Enfermagem” (40,7%) e “Educação” (43,5%), e as menores em “Engenharia e outros cursos técnicos” (21,6%) (Figura 36), mantendo-se a mesma tendência de 2004/2005 e 2010/2011, anos em que as menores percentagens se registaram na área de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” (Figura 37).

**Figura 36 - Estudantes bolsheiros por área científica, em 2015/2016 (%)**

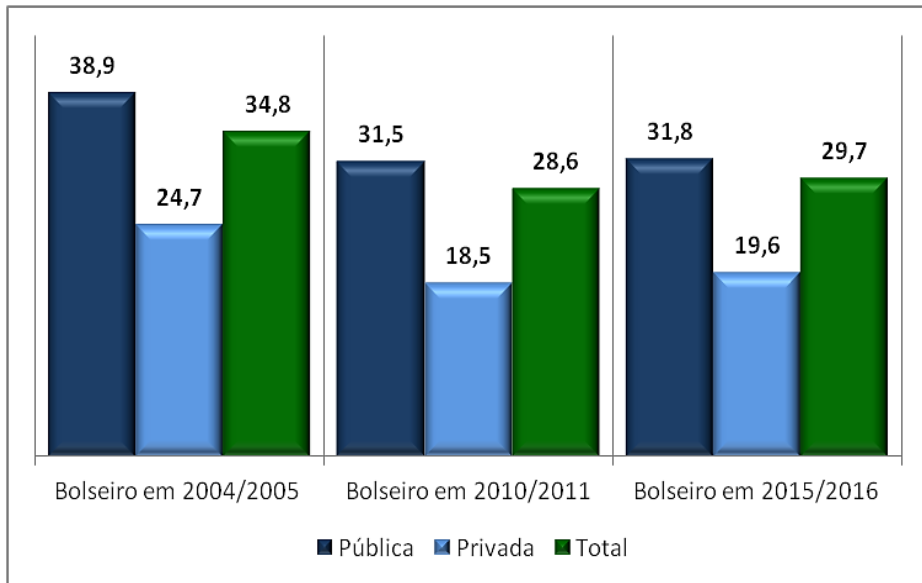


**Figura 37- Estudantes bolsheiros por área científica - Comparação dos resultados obtidos em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016 (%)**



De 2004/2005 para 2010/2011, houve um decréscimo da percentagem de bolseiros de 34,8% para 28,6%; esse decréscimo atingiu quer o sector público quer o sector privado. De 2010/2011 para 2015/2016, houve um ligeiro aumento da percentagem de bolseiros (1,1%, passando de 28,6% para 29,7%) (Figura 38).

**Figura 38 - Estudantes bolseiros do ensino superior por sector de ensino - Comparação dos resultados obtidos em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016 (em percentagem)**

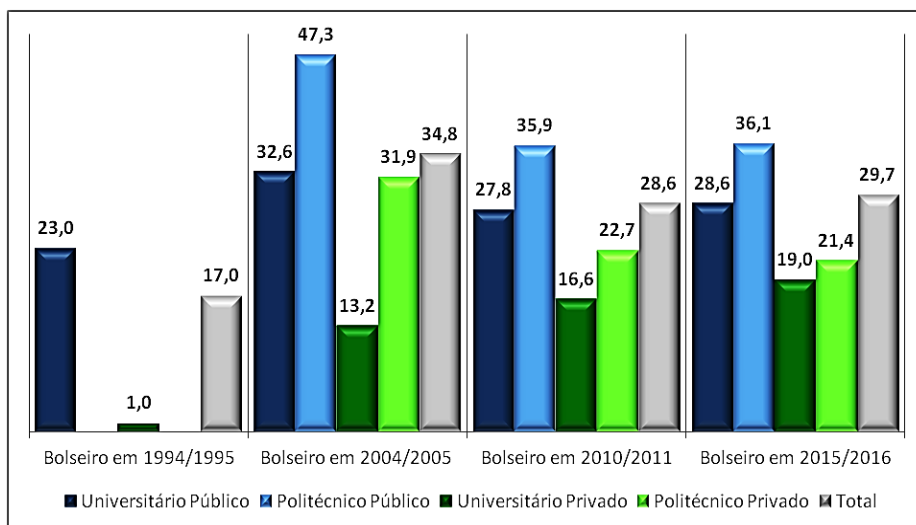


À exceção do ensino politécnico privado, assistiu-se a uma subida ligeira da percentagem de bolseiros entre 2010/2011 e 2015/2016. O maior aumento registou-se nos estudantes do ensino universitário privado (de 16,6% para 19%) (Figura 39).



Considerando apenas o ensino universitário (em 1994/1995, o ensino politécnico não foi questionado), verificou-se um aumento da percentagem de estudantes bolseiros entre 1994/1995, a que se seguiu a uma forte quebra no período seguinte (2010/2011). De 2010/2011 para 2015/2016 verificou-se uma ligeira subida da percentagem de estudantes auferindo bolsa de estudo (Figura 39).

**Figura 39 - Estudantes bolseiros tipo de ensino**  
**Comparação dos resultados obtidos em 1994/1995, em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016 (%)**



Os estudantes inquiridos consideraram que os apoios<sup>4</sup> sob a forma de bolsas do Governo seriam os mais vantajosos (71%), seguidos das bolsas concedidas pelas próprias instituições (50%), como se apresenta no Quadro 55.

<sup>4</sup> Esta pergunta admitia várias respostas.

**Quadro 55 - Bolsas de estudo que os estudantes consideram mais vantajosas, por tipo de ensino, em 2015/2016**

		Universitário Público		Politécnico Público		Universitário Privado		Politécnico Privado		Total	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Bolsas que considera mais vantajosa	Governo	188	66,9	180	78,9	44	57,1	17	85,0	429	70,8
	Universidade	140	49,8	102	44,7	51	66,2	7	35,0	300	49,5
	Outra fonte para além do Governo ou Universidade	23	8,2	8	3,5	6	7,8	2	10,0	39	6,4
	Empregador (empresas, câmaras, outras instituições)	21	7,5	25	11,0	5	6,5	0	,0	51	8,4

Depois de apresentados os resultados do inquérito no que respeita às bolsas e bolseiros, integram-se em seguida as opiniões e práticas dos inquiridos acerca dos empréstimos aos estudantes do ensino superior.

## 10. Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior

Os estudantes foram inquiridos sobre se, no ano anterior, tinham recorrido a alguma forma de empréstimo, ou de obrigação implicando pagamento futuro, para financiar os estudos. Das respostas obtidas, concluiu-se que apenas 3,4% dos estudantes recorrera a este meio de financiamento, sendo o ensino politécnico público o que menos casos registou. O resultado das respostas está resumido no Quadro 56.

**Quadro 56 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior:**

**Pedido de empréstimo com o sector e tipo de ensino - 2015/2016 (%)**

	Contraíu algum empréstimo/obrigação para financiar os estudos, que obrigue a um pagamento futuro?		
	Sim	Não	Total
<b>Universitário Público</b>	3,1	96,9	100,0
<b>Politécnico Público</b>	2,6	97,4	100,0
<b>Universitário Privado</b>	4,9	95,1	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	9,5	90,5	100,0
<b>Total</b>	3,4	96,6	100,0

Foram os estudantes das áreas científicas da “Educação” (6,8%), “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” (5,4%) e Ciências Sociais ou Direito (4,2%) que mais recorreram a empréstimos, embora não se tratasse de diferenças estatisticamente significativas, conforme o Quadro 57.

**Quadro 57 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior:**

**Pedido de empréstimo com as áreas científicas - 2015/2016 (%)**

	Contraíu algum empréstimo/obrigação para financiar os estudos, que obrigue a um pagamento futuro?		
	Sim	Não	Total
	%	%	%
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	4,0	96,0	100,0
Ciências	1,6	98,4	100,0
Gestão e Ciências Computacionais	2,0	98,0	100,0
Ciências Sociais ou Direito	4,2	95,8	100,0
Engenharia e outros cursos técnicos	2,5	97,5	100,0
Educação	6,8	93,2	100,0
Medicina, Medicina Dentária e Farmácia	5,4	94,6	100,0
Enfermagem e outras profissões de saúde	3,3	96,7	100,0
Total	3,4	96,6	100,0

O recurso aos empréstimos não variou significativamente com a distribuição da idade dos estudantes, sendo os de 22-25 anos aqueles que apresentaram uma menor taxa de utilização deste apoio financeiro, de acordo com os dados do Quadro 58.

**Quadro 58 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior:**

**Pedido de empréstimo com a idade do estudante - 2015/2016 (%)**

	Contraíu algum empréstimo/obrigação para financiar os estudos, que obrigue a um pagamento futuro?		
	Sim	Não	Total
Até 21 anos	3,6	96,4	100,0
22-25 anos	2,7	97,3	100,0
26-30 anos	4,5	95,5	100,0
> 30 anos	3,4	96,6	100,0
Total	3,4	96,6	100,0

Os estudantes que se encontravam fora da sua residência habitual recorreram mais à utilização de empréstimos do que os que não se encontravam deslocados. Trata-se de uma diferença estatisticamente significativa, confirmada pelo teste do qui-quadrado, de acordo com os dados do Quadro 59.

**Quadro 59 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior:**

**Pedido de empréstimo situação de deslocado - 2015/2016 (%)**

		Contraíu algum empréstimo/obrigação para financiar os estudos, que obrigue a um pagamento futuro?		
		Sim	Não	Total
Situação face à residência	Deslocado	5,0	95,0	100,0
	Não deslocado	2,5	97,5	100,0
	Total	3,4	96,6	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(1) = 4,811$ ;  $p < 0,05$ ).

Foram os estudantes que tinham estado empregados no ano escolar anterior, aqueles que evidenciaram uma maior adesão ao recurso a empréstimos, embora tal diferença não fosse significativa. Os resultados constam do Quadro 60.

**Quadro 60 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior:**

**Pedido de empréstimo por situação de emprego - 2015/2016 (%)**

		Contraíu algum empréstimo/obrigação para financiar os estudos, que obrigue a um pagamento futuro?		
		Sim	Não	Total
Esteve empregado durante o período relativo ao último ano letivo?	Sim	4,3	95,7	100,0
	Não	3,2	96,8	100,0
	Total	3,4	96,6	100,0

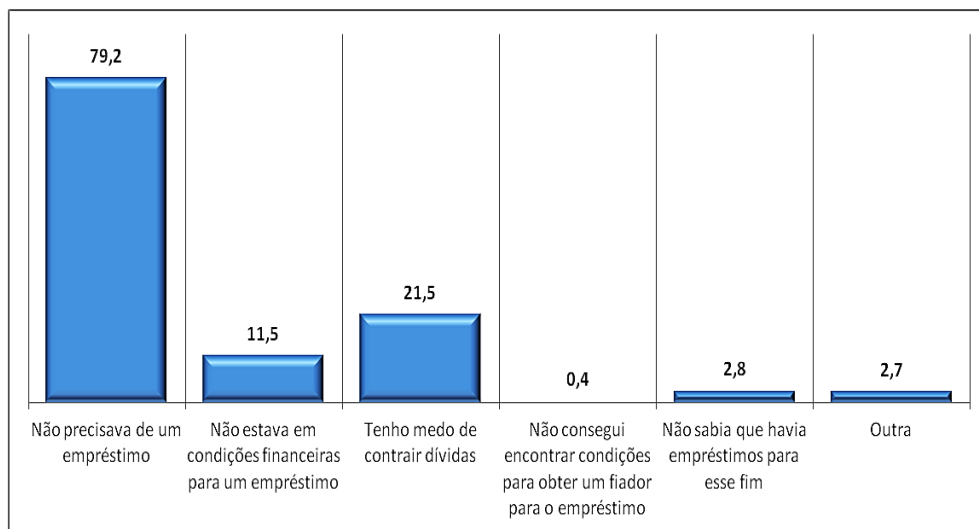
Foram os estudantes que tinham declarado provir de agregados com rendimentos mais baixos os que mais utilizaram os empréstimos (5%) (Quadro 61), situação que contraria a “aversão ao risco” que a investigação científica relativa a esta questão afeta aos estudantes dos estratos sociais menos favorecidos. 33% dos inquiridos afirmaram não ter contraído empréstimos<sup>5</sup> porque “não estava em condições financeiras para um empréstimo” (11,5%) ou porque “tenho medo de contrair dividas” (21,5%) (Figura 40).

**Quadro 61 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior:**  
**Pedido de empréstimo por nível de rendimento do agregado familiar - 2015/2016**  
 (%)

		Contraíu algum empréstimo/obrigação para financiar os estudos, que obrigue a um pagamento futuro?		
		Sim	Não	Total
Rendimento do agregado familiar	Elevado/médio alto (> 1500 €)	2,3	97,7	100,0
	Médio (870 € a 1500 €)	3,8	96,2	100,0
	Baixo (< 870 €)	5,0	95,0	100,0
	Total	3,4	96,6	100,0

<sup>5</sup> Esta pergunta admitia várias respostas.

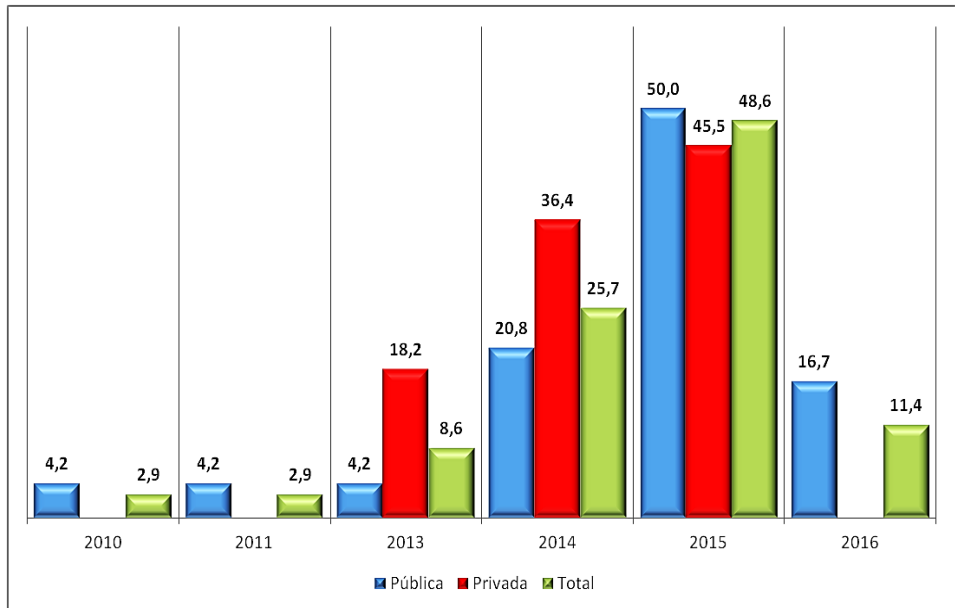
**Figura 40 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior:  
Motivos para não ter contraído um empréstimo - 2015/2016 (%)**



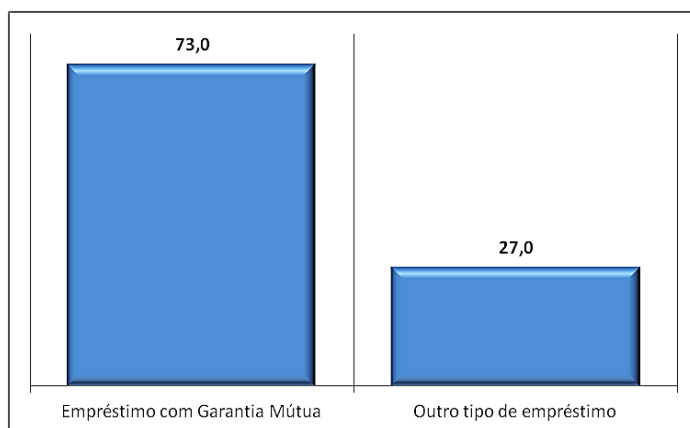
Quando inquiridos sobre o ano em que contraíram o empréstimo, a grande maioria (49%) indicou o ano de 2015 (Figura 41). Dos empréstimos contraídos, 73% eram de “Garantia Mútua”<sup>6</sup> (Figura 42) razão que explicará, aliás, o aumento progressivo do número de pedidos de empréstimo nos últimos anos. Os bancos com maior número de empréstimos eram a CGD (18,9%), BCP (16,2%) e Santander (13,5%). Houve também empréstimos de familiares e amigos (10,8%) (Figura 43).

<sup>6</sup> “O sistema de empréstimos como garantia mútua é subscrito pelo Estado, que funciona como fiador, pelo que não exige recurso a garantias patrimoniais. A aprovação é quase imediata, com taxas de juro e *spread* reduzidos, que têm bonificações em função das notas dos alunos.” (Gouveia, 2017:s/p.) - Gouveia, Davis (2017.). Universitários vão poder voltar a recorrer a empréstimos para financiar os seus cursos. *Uniarea* [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [abril, 2017] em <http://uniarea.com/universitarios-vaio-poder-voltar-recorrer-emprestimos-financiar-os-seus-cursos/>

**Figura 41 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior:**  
**Ano em que foi contraído o empréstimo por tipo de Instituição - 2015/2016 (%)**

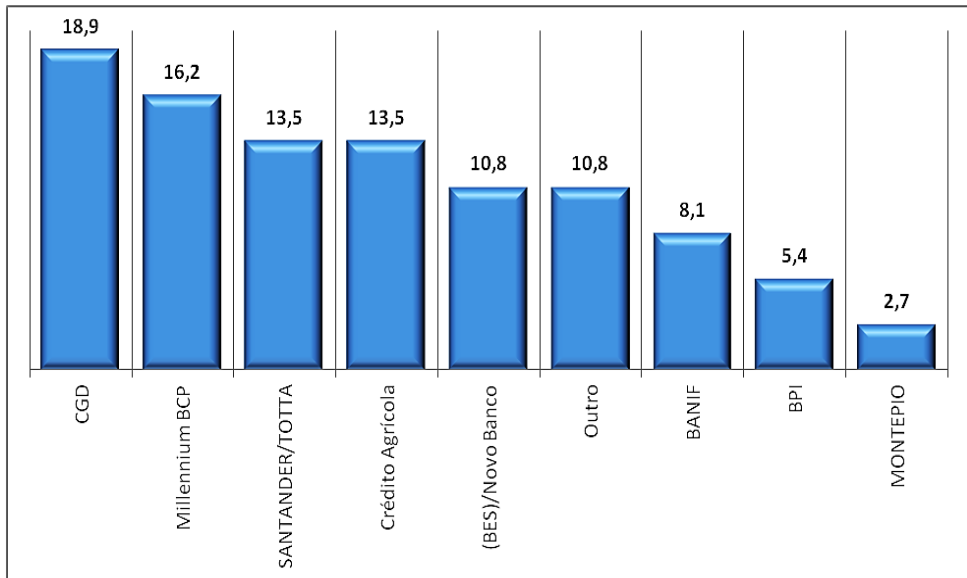


**Figura 42 - Empréstimos aos estudantes do ensino superior:**  
**Tipo de empréstimo contraído - 2015/2016 (%)**



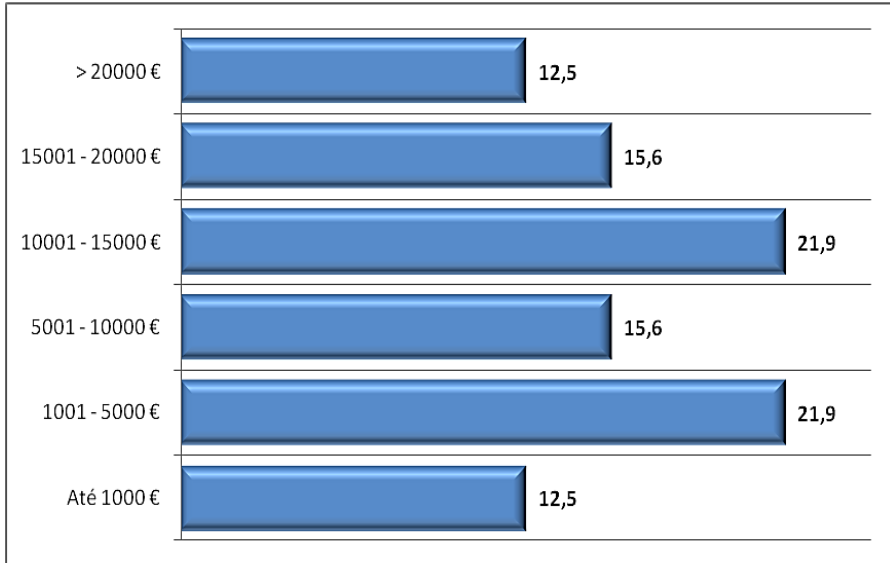


**Figura 43 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior:**  
**Entidades que concederam empréstimos - 2015/2016 (%)**



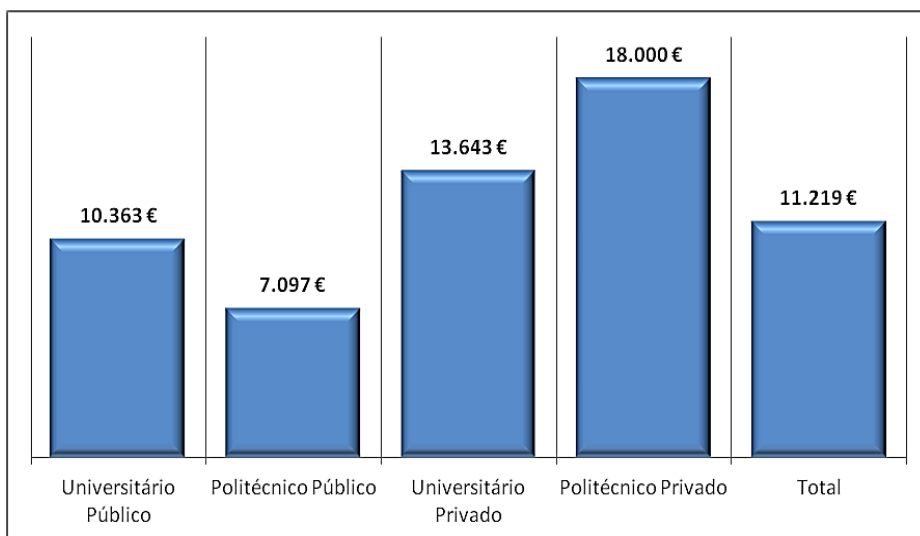
Cerca de 22% dos estudantes que contraíram empréstimos indicaram montantes de 1.001 a 5.000 euros e de 10.001 a 15.000 euros. Acima dos 20.000 euros, encontravam-se os empréstimos contraídos por 12,5% dos estudantes. (Figura 44).

**Figura 44 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior:**  
**Valor do empréstimo - 2015/2016 (%)**



Foi no ensino politécnico privado que se registou um empréstimo mais elevado (18.000 €), seguido do ensino universitário privado (13.643 €). O ensino politécnico público registou o valor de empréstimo mais baixo (7.097 €), seguido do universitário público (10.363 €). Em média, o valor do empréstimo foi de 11.219 euros (Figura 45).

**Figura 45 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior:**  
**Valor do empréstimo tipo de ensino - 2015/2016 (%)**

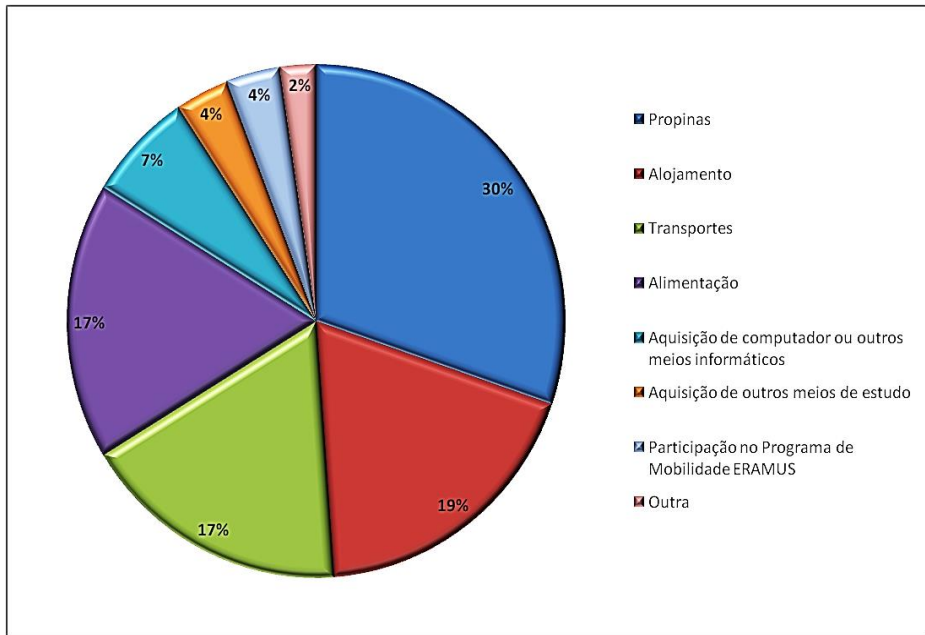


Dos estudantes que tinham contraído empréstimo<sup>7</sup>, 30% fizeram-no para financiar as propinas, 19% para o alojamento, 17% para os transportes e a alimentação, 7% para aquisição de computador ou outros meios informáticos, 4% para aquisição de outros meios de estudo e participação no Programa de Mobilidade ERASMUS. Por fim, 2% informaram que foram outras as razões que os levaram a pedir empréstimo. Os resultados estão retratados na Figura 46.

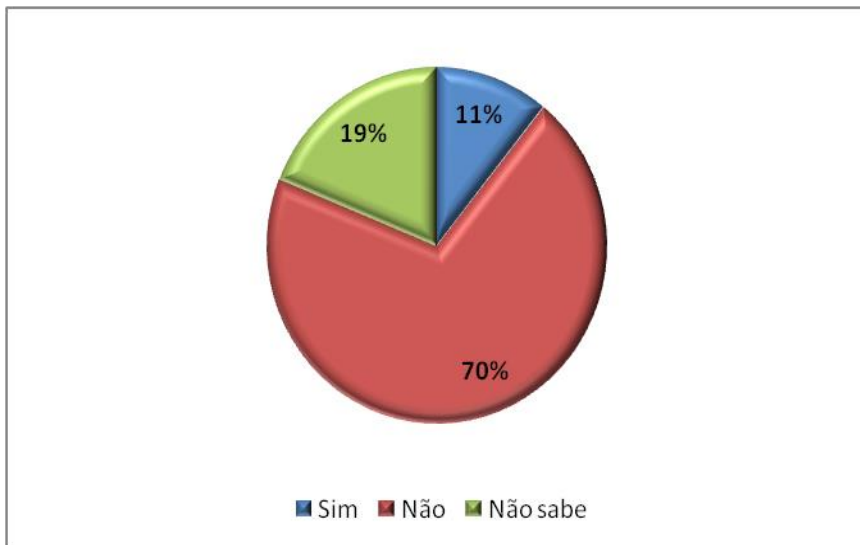
A grande maioria dos estudantes inquiridos não mostrou interesse em contrair um empréstimo maior do que aquele que obteve: 70 % declararam que, mesmo que pudessem, não estariam interessados num empréstimo de valor superior (Figura 47).

<sup>7</sup> Esta pergunta admitia várias respostas.

**Figura 46 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior:  
Motivos para ter contraído um empréstimo - 2015/2016 (%)**

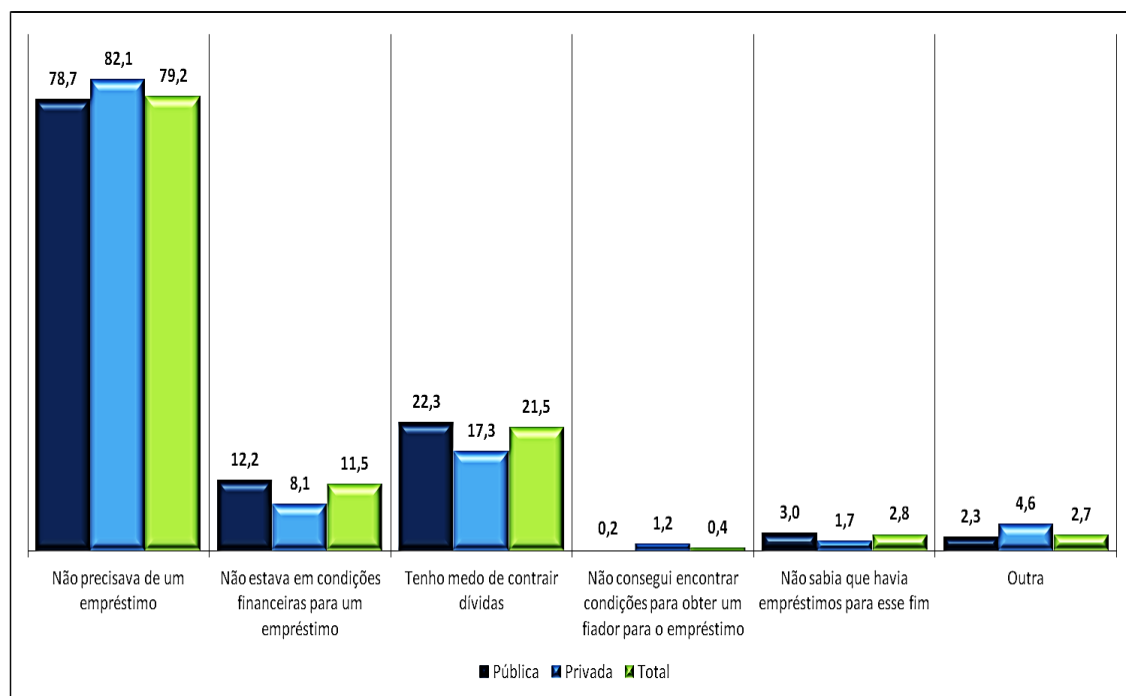


**Figura 47 - Empréstimos bancários aos estudantes do ensino superior:  
Se pudesse, teria contraído um empréstimo maior - 2015/2016 (%)**



A principal razão aduzida pela maioria dos estudantes para não contraírem empréstimos<sup>8</sup> foi “não precisar de um empréstimo”, tanto no ensino público (78,7%) como no privado (82,1%), mas 22% dos estudantes declararam “tenho medo de contrair dívidas” (Figura 48).

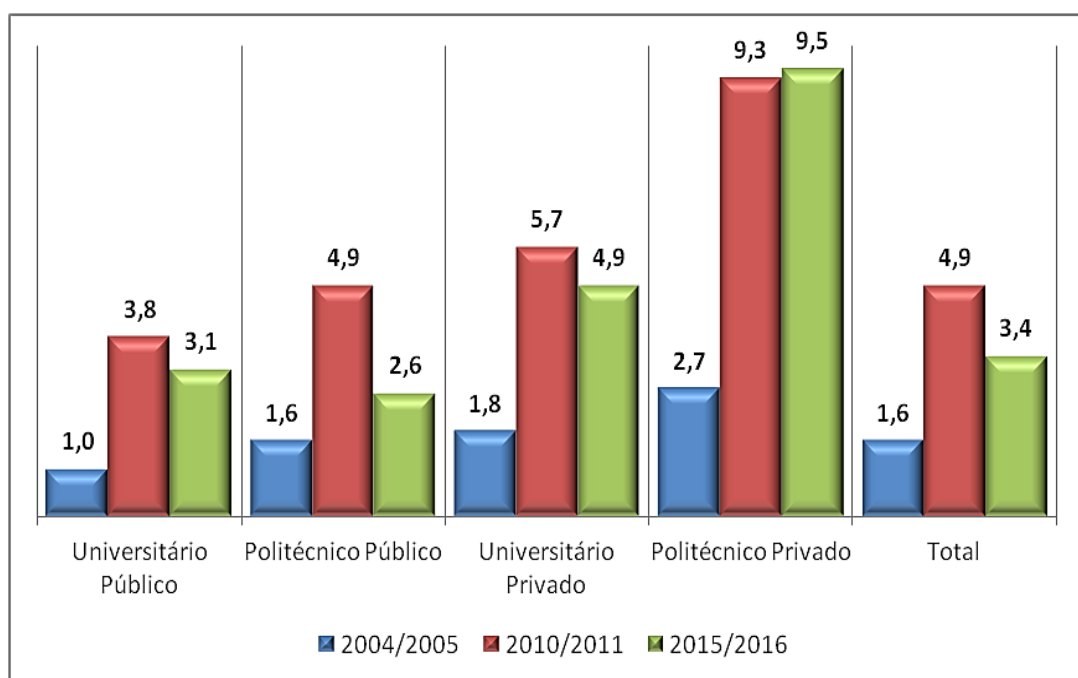
**Figura 48 - Empréstimos bancários por sector público e privado:  
Motivos para não ter contraído um empréstimo - 2015/2016 (%)**



<sup>8</sup> Esta pergunta admitia várias respostas.

De 2004/2005 para 2010/2011, houve um acréscimo da percentagem de estudantes a pedir empréstimo, que passou de 1,6% para 4,9%. No entanto, de 2010/2011 para 2015/2016, houve um decréscimo de 1,5% (Figura 49).

**Figura 49 - Empréstimos bancários por tipo de ensino:**  
**Comparação dos resultados obtidos em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016**  
 (%)



Depois de apresentada a panorâmica dos resultados do inquérito no que respeita às opiniões e práticas dos estudantes sobre os empréstimos, incluem-se de seguida as suas opiniões e práticas sobre o pagamento de propinas.

### 11. Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a propina máxima anual do curso

Os estudantes foram inquiridos sobre o valor máximo da propina anual no curso que frequentavam, que achariam adequado poder ser fixado. Das respostas obtidas, concluiu-se que os estudantes do ensino universitário privado foram os que, em média, referiram um valor de propina anual mais alta (2.110,26 €). O ensino politécnico público registou, em média, o valor mais baixo (863,18 €). O resultado das respostas encontra-se resumido no Quadro 62.

**Quadro 62 - Montante da propina máxima por tipo de ensino, em 2015/2016 (média)**

	Valor adequado para a propina máxima anual do curso que frequenta
<b>Universitário Público</b>	926,49 €
<b>Politécnico Público</b>	863,18 €
<b>Universitário Privado</b>	2110,26 €
<b>Politécnico Privado</b>	1704,02 €
<b>Total</b>	1084,80 €

Os estudantes da área da “Educação”, em média, mencionaram o valor mais baixo (907,02 €) para a propina; no polo oposto, situaram-se os da área da “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia”: 1397,42 € (Quadro 63).

**Quadro 63 - Montante da propina máxima por área científica, em 2015/2016  
(média)**

	Valor adequado para a propina máxima anual do curso que frequenta
<b>Artes, Humanidades, Línguas, etc.</b>	1018,38 €
<b>Ciências</b>	963,22 €
<b>Gestão e Ciências Computacionais</b>	1165,71 €
<b>Ciências Sociais ou Direito</b>	1138,63 €
<b>Engenharia e outros cursos técnicos</b>	1010,33 €
<b>Educação</b>	907,02 €
<b>Medicina, Medicina Dentária e Farmácia</b>	1397,42 €
<b>Enfermagem e outras profissões de saúde</b>	1024,60 €
<b>Total</b>	1084,80 €

As mulheres mencionaram, em média, um valor ligeiramente mais elevado para a propina anual (Quadro 64).

**Quadro 64 - Montante da propina máxima por sexo, em 2015/2016 (média)**

	Valor adequado para a propina máxima anual do curso que frequenta
<b>Masculino</b>	1075,10 €
<b>Feminino</b>	1093,03 €
<b>Total</b>	1084,80 €

Os estudantes entre os 26-30 anos foram aqueles que mencionaram, em média, o valor mais baixo de propina máxima anual, de acordo com os dados do Quadro 65.



**Quadro 65 - Montante da propina máxima por escalão etário em 2015/2016**  
(média)

	Valor adequado para a propina máxima anual do curso que frequenta
<b>Até 21 anos</b>	1135,54 €
<b>22-25 anos</b>	1038,04 €
<b>26-30 anos</b>	933,48 €
<b>&gt; 30 anos</b>	933,90 €
<b>Total</b>	1085,26 €

Os estudantes que se encontravam fora da sua residência habitual mencionaram, em média, um valor mais baixo para a propina máxima anual do curso (Quadro 66).

**Quadro 66 - Montante da propina máxima por situação de deslocado, em 2015/2016**  
(média)

	Valor adequado para a propina máxima anual do curso que frequenta
<b>Deslocado</b>	995,34 €
<b>Não deslocado</b>	1128,03 €
<b>Total</b>	1080,82 €

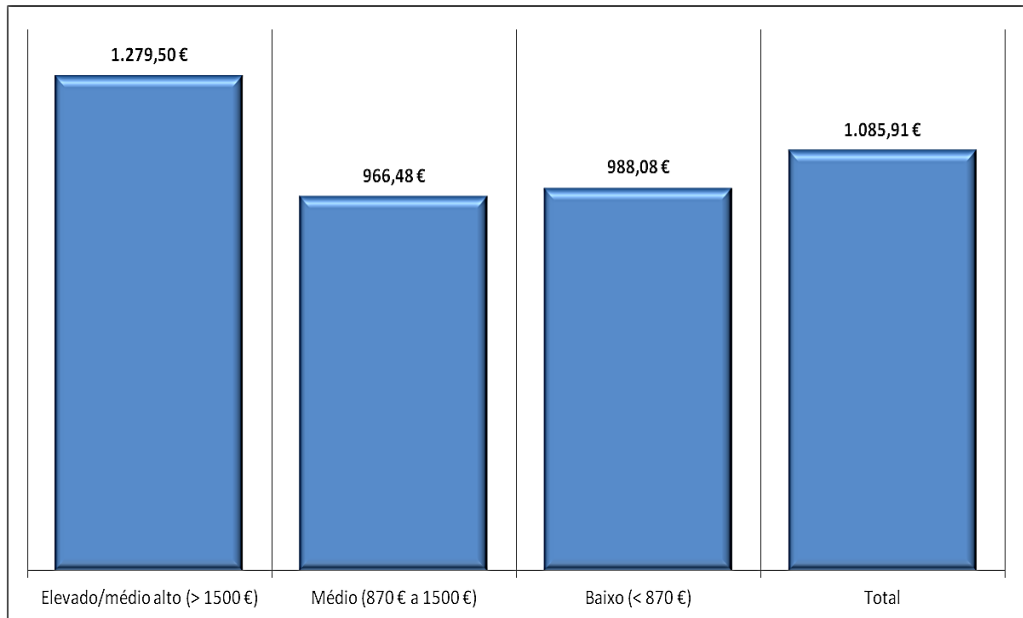
Os estudantes que não tinham estado empregados no ano escolar anterior, foram os que mencionaram, em média, um valor mais alto para a propina máxima anual (1.104,83 €). Os resultados obtidos constam do Quadro 67.

**Quadro 67 - Montante da propina máxima por situação face ao emprego em 2015/2016 (média)**

Esteve empregado durante o período relativo ao último ano letivo?	Valor adequado para a propina máxima anual do curso que frequenta	
	Sim	Não
	984,15 €	1104,83 €
<b>Total</b>	<b>1084,80 €</b>	

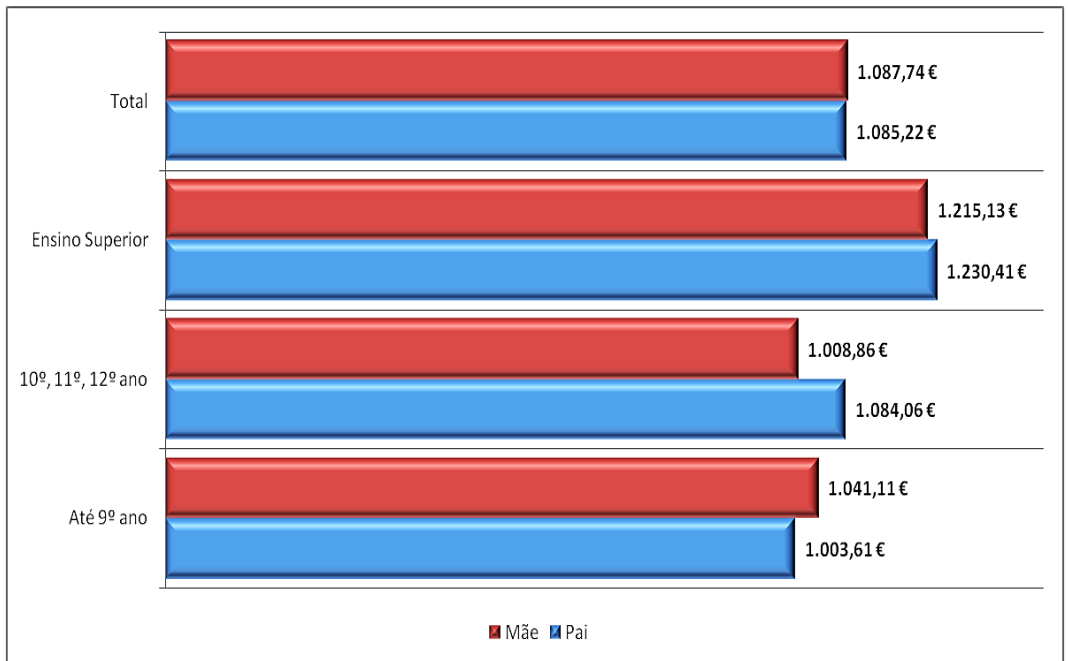
Os estudantes de agregados com rendimentos mais elevados mencionaram, em média, um valor mais elevado para a propina máxima anual (1.279,50 €) (Figura 50).

**Figura 50 - Montante da propina máxima por rendimento do agregado familiar em 2015/2016 (média)**



Verificou-se uma relação entre o nível de habilitações dos pais e a opinião dos estudantes do ensino superior sobre a propina máxima anual do curso. A distribuição das respostas aponta para uma situação em que, quanto maior o grau académico do pai e da mãe, maior o valor médio indicado para a propina máxima anual pelos estudantes. A Figura 51 retrata esta distribuição.

**Figura 51 - Montante da propina máxima anual por habilitações do pai e da mãe, em 2015/2016 (média)**



Passa-se, em seguida, à apresentação das expectativas académicas e profissionais dos estudantes inquiridos.

## 12. Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso

Quando indagados sobre a ocupação que terão após o término do curso, os estudantes indicaram, na sua maioria, “integrar o mercado de trabalho” (64%), seguido de “prosseguir outro ciclo do mesmo curso” (33%). Cerca de 12% ainda não sabiam o que iam fazer após o término do curso. Os dados constam do Quadro 68<sup>9</sup>.

**Quadro 68 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por tipo de ensino, em 2015/2016 (%)**

		Universitário Público	Politécnico Público	Universitário Privado	Politécnico Privado	Total
O que tenciona fazer quando acabar o curso que está a frequentar?	Integrar o mercado de trabalho	59,4	68,9	62,7	71,4	63,6
	Prosseguir outro ciclo do mesmo curso	33,4	30,6	35,2	35,7	32,8
	Prosseguir outro ciclo de outro curso	10,3	7,7	9,9	4,8	9,1
	Frequentar outro curso	1,9	5,0	,7	9,5	3,1
	Ainda não sabe	12,6	11,9	13,4	11,9	12,4

Foram os estudantes da área da “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” que apresentaram em maior peso a indicação de quererem integrar o mercado de trabalho após o término do curso (82,1%). Os estudantes da área da “Educação” destacaram-se na intenção de prosseguir outro ciclo do mesmo curso (57,6%), conforme o Quadro 69<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Esta pergunta é de múltipla escolha.

<sup>10</sup> Idem.

**Quadro 69 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por área científica, em 2015/2016 (%)**

		AHL	Ciências	GCD	CSD	E	Ed	MMDF	ES	Total
O que tenciona fazer quando acabar o curso que está a frequentar?	Integrar o mercado de trabalho	59,2	48,4	63,4	54,0	75,4	57,6	82,1	76,1	63,6
	Prosseguir outro ciclo do mesmo curso	30,9	43,5	32,2	34,7	26,6	57,6	16,1	31,5	32,8
	Prosseguir outro ciclo de outro curso	10,5	9,7	13,9	10,6	4,5	5,1	3,6	7,6	9,1
	Frequentar outro curso	5,9	3,2	3,5	3,4	1,5	1,7	,0	3,3	3,1
	Ainda não sabe	14,5	16,1	13,4	16,2	8,5	5,1	8,9	8,7	12,4

Legenda: AHL - Artes, Humanidades, Línguas, etc.; GCC - Gestão e Ciências Computacionais; CSD - Ciências Sociais ou Direito; E - Engenharia e outros cursos técnicos; Ed - Educação; MMDF - Medicina, Medicina Dentária e Farmácia; ES - Enfermagem e outras profissões de saúde.

A intenção de integrar o mercado de trabalho era largamente maioritária, qualquer que fosse o sexo dos estudantes inquiridos, de acordo com os dados do Quadro 70<sup>11</sup>.

**Quadro 70 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por sexo, em 2015/2016 (%)**

		Masculino	Feminino	Total
O que tenciona fazer quando acabar o curso que está a frequentar?	Integrar o mercado de trabalho	66,3	61,4	63,6
	Prosseguir outro ciclo do mesmo curso	31,9	33,4	32,8
	Prosseguir outro ciclo de outro curso	8,4	9,7	9,1
	Frequentar outro curso	3,9	2,5	3,1
	Ainda não sabe	12,3	12,5	12,4

<sup>11</sup> Esta pergunta admitia várias respostas.

Os estudantes mais velhos (> 30 anos) apresentaram uma percentagem menos elevada de respostas na opção integrar o mercado de trabalho após o término do curso, de acordo com os dados do Quadro 71<sup>12</sup>.

**Quadro 71 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por escalão etário, em 2015/2016 (%)**

		Até 21 anos	22-25 anos	26-30 anos	> 30 anos	Total
O que tenciona fazer quando acabar o curso que está a frequentar?	Integrar o mercado de trabalho	59,8	73,8	77,3	52,8	63,6
	Prosseguir outro ciclo do mesmo curso	34,8	29,3	31,8	29,2	32,9
	Prosseguir outro ciclo de outro curso	9,7	10,2	6,1	4,5	9,1
	Frequentar outro curso	3,3	2,0	3,0	2,2	2,9
	Ainda não sabe	12,9	8,2	7,6	24,7	12,5

Os estudantes que não se encontravam deslocados da sua residência habitual mencionaram, numa percentagem um pouco mais elevada, a intenção de integrar o mercado de trabalho, por comparação com os restantes, de acordo com os dados do Quadro 72<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Idem.

**Quadro 72 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por situação de deslocado, em 2015/2016**

		Deslocado	Não deslocado	Total
O que tenciona fazer quando acabar o curso que está a frequentar?	Integrar o mercado de trabalho	61,8	64,9	63,8
	Prosseguir outro ciclo do mesmo curso	32,5	32,9	32,7
	Prosseguir outro ciclo de outro curso	9,9	8,7	9,1
	Frequentar outro curso	3,4	2,9	3,1
	Ainda não sabe	12,3	12,5	12,4

Os estudantes que tinham estado empregados no ano anterior mencionaram em percentagem mais elevada a vontade de integrar o mercado de trabalho após o término do seu curso (67,6%), por comparação com os que não tinham tido essa experiência de emprego. Os resultados obtidos constam do Quadro 73<sup>14</sup>.

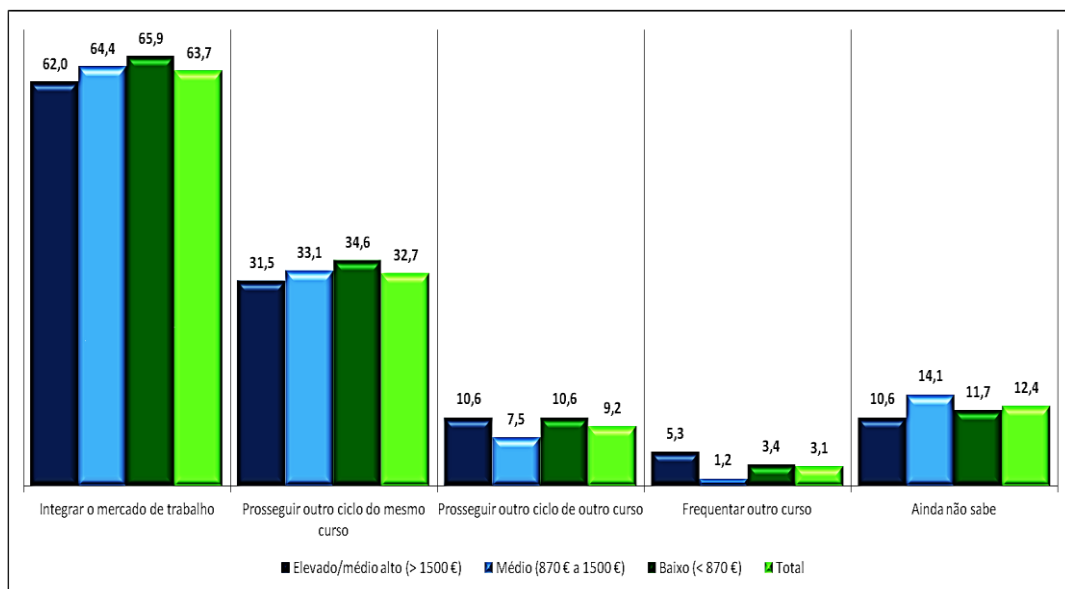
**Quadro 73 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por situação face ao emprego, em 2015/2016 (%)**

		Esteve empregado durante o período relativo ao último ano letivo?		
		Sim	Não	Total
O que tenciona fazer quando acabar o curso que está a frequentar?	Integrar o mercado de trabalho	67,6	62,7	63,6
	Prosseguir outro ciclo do mesmo curso	29,7	33,4	32,8
	Prosseguir outro ciclo de outro curso	9,2	9,1	9,1
	Frequentar outro curso	2,7	3,2	3,1
	Ainda não sabe	11,4	12,6	12,4

<sup>14</sup> Esta pergunta admitia várias respostas.

Ao cruzar a distribuição dos estudantes pelo rendimento do agregado familiar com a respetiva opinião acerca da ocupação após o término do curso, verificou-se que foram os estudantes de agregados com rendimentos mais baixos que mencionaram, em mais elevada percentagem, querer integrar o mercado de trabalho (65,9%) (Figura 52)<sup>15</sup>.

**Figura 52 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por rendimento do agregado familiar, em 2015/2016 (%)**



Constatou-se uma relação entre o nível de habilitações dos pais e a opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso. A distribuição das respostas apontou para uma situação em

<sup>15</sup> Idem.



que, quanto maior o grau académico do pai e da mãe, menor a percentagem de estudantes a querer integrar o mercado de trabalho após o término do seu curso. O Quadro 74<sup>16</sup> retrata esta distribuição.

**Quadro 74 - Opinião dos estudantes do ensino superior sobre a ocupação que terão após o término do curso, por habilitações do pai e da mãe, em 2015/2016 (%)**

		O que tenciona fazer quando acabar o curso que está a frequentar?					
		Integrar o mercado de trabalho	Prosseguir outro ciclo do mesmo curso	Prosseguir outro ciclo de outro curso	Frequentar outro curso	Ainda não sabe	Total
<b>Habilitações do Pai</b>	<b>Até 9.º ano</b>	50,3	48,3	32,7	36,4	47,4	47,7
	<b>10.º, 11.º, 12.º ano</b>	25,0	25,9	29,6	36,4	25,2	25,5
	<b>Ensino Superior</b>	24,7	25,9	37,8	27,3	27,4	26,8
	<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Habilitações da Mãe</b>	<b>Até 9.º ano</b>	42,4	39,7	30,3	30,3	38,8	39,1
	<b>10.º, 11.º, 12.º ano</b>	28,5	28,7	30,3	27,3	24,6	28,9
	<b>Ensino Superior</b>	29,1	31,5	39,4	42,4	36,6	32,0
	<b>Total</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Passa-se em seguida ao retrato da forma como os estudantes inquiridos ocupavam o seu tempo durante as aulas.

<sup>16</sup> Esta pergunta admitia várias respostas.

### 13. Ocupação do dia-a-dia dos estudantes do ensino superior

Os estudantes foram inquiridos sobre a ocupação do seu dia-a-dia. Das respostas obtidas, concluiu-se que, em média, apenas 5% ocupava o tempo na realização de estágios e 10% em trabalhos pagos. O resultado das respostas está resumido no Quadro 75.

**Quadro 75 - Ocupação do dia-a-dia por tipo de ensino, em 2015/2016 (%)**

	Assistência às aulas (lições, seminários, laboratório, testes, etc.)	Estudo individual/em grupo (estudo, escrita, leitura, trabalhos escritos, etc.)	Trabalho	Estágios	Outros
<b>Universitário Público</b>	41,2%	31,6%	8,4%	3,0%	23,3%
<b>Politécnico Público</b>	45,3%	24,7%	13,1%	7,8%	20,4%
<b>Universitário Privado</b>	45,9%	28,6%	8,3%	3,8%	22,1%
<b>Politécnico Privado</b>	47,8%	26,5%	10,6%	12,5%	19,5%
<b>Total</b>	43,5%	28,7%	10,0%	5,0%	22,0%

Os estudantes da área da “Gestão e Ciências Computacionais”, em média, ocuparam mais do seu tempo com trabalho remunerado (15%), encontrando-se no polo oposto os da área da “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia”, com 1,8%. No que diz respeito aos estágios, em média, foram os estudantes da área da “Enfermagem e outras profissões de saúde” (15%) a fazê-los com maior frequência, encontrando-se no polo oposto os estudantes da “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia”, com 3%, conforme o Quadro 76.

**Quadro 76 - Ocupação do dia-a-dia por área científica, em 2015/2016 (%)**

	Assistência às aulas (lições, seminários, laboratório, testes, etc.)	Estudo individual/em grupo (estudo, escrita, leitura, trabalhos escritos, etc.)	Trabalho	Estágios	Outros
<b>Artes, Humanidades, Línguas, etc.</b>	44,8%	31,1%	11,4%	4,0%	18,6%
<b>Ciências</b>	47,0%	28,1%	5,4%	3,8%	21,2%
<b>Gestão e Ciências Computacionais</b>	39,9%	26,4%	15,4%	3,3%	27,0%
<b>Ciências Sociais ou Direito</b>	46,1%	28,8%	8,7%	3,7%	20,9%
<b>Engenharia e outros cursos técnicos</b>	40,4%	31,4%	12,1%	3,9%	22,9%
<b>Educação</b>	40,9%	24,3%	11,7%	7,0%	22,7%
<b>Medicina, Medicina Dentária e Farmácia</b>	46,0%	31,7%	1,8%	3,2%	21,7%
<b>Enfermagem e outras profissões de saúde</b>	45,8%	24,5%	3,2%	14,5%	18,0%
<b>Total</b>	43,5%	28,7%	10,0%	5,0%	22,0%

Podemos ver que 12% dos estudantes do sexo masculino mencionaram, em média, a realização de trabalho. Em relação aos estágios, em média, foram as mulheres que mais os frequentaram (6%), de acordo com os dados do Quadro 77. Verificou-se uma diferença considerável entre a média de homens e mulheres que ocupavam o tempo a assistir às aulas (+6% a favor das mulheres).

**Quadro 77 - Ocupação do dia-a-dia por sexo, em 2015/2016 (%)**

	Assistência às aulas (lições, seminários, laboratório, testes, etc.)	Estudo individual/em grupo (estudo, escrita, leitura, trabalhos escritos, etc.)	Trabalho	Estágios	Outros
<b>Masculino</b>	40,4%	28,2%	11,6%	4,1%	25,5%
<b>Feminino</b>	46,0%	29,0%	8,7%	5,6%	18,9%
<b>Total</b>	43,5%	28,7%	10,0%	5,0%	22,0%

Quase metade dos estudantes mais velhos (> 30 anos) mencionaram, em média, ocupar o seu dia-a-dia com trabalho (45%), por contraposição aos mais jovens, até 21 anos, cuja frequência de respostas foi de 2,2%.

**Quadro 78 - Ocupação do dia-a-dia escalão etário, em 2015/2016 (%)**

	Assistência às aulas (lições, seminários, laboratório, testes, etc.)	Estudo individual/em grupo (estudo, escrita, leitura, trabalhos escritos, etc.)	Trabalho	Estágios	Outros
<b>Até 21 anos</b>	46,1%	29,8%	2,2%	3,8%	23,0%
<b>22-25 anos</b>	42,0%	28,6%	10,8%	7,7%	20,9%
<b>26-30 anos</b>	39,2%	26,8%	28,2%	7,1%	16,4%
<b>&gt; 30 anos</b>	30,2%	21,3%	44,9%	5,4%	18,9%
<b>Total</b>	43,5%	28,7%	10,0%	4,9%	22,0%

Em relação à situação de deslocação, verificou-se que os estudantes que se encontravam fora da sua residência habitual mencionaram, em média, um valor bastante mais baixo para a realização de trabalho (2,9%) do que os que não se encontravam deslocados (13,5%), de acordo com os dados do Quadro 79.

**Quadro 79 - Ocupação do dia-a-dia por situação de deslocado, em 2015/2016 (%)**

	Assistência às aulas (lições, seminários, laboratório, testes, etc.)	Estudo individual/em grupo (estudo, escrita, leitura, trabalhos escritos, etc.)	Trabalhos pago	Estágios	Outros
<b>Deslocado</b>	45,2%	29,9%	2,9%	5,7%	22,5%
<b>Não deslocado</b>	42,4%	28,0%	13,5%	4,4%	21,8%
<b>Total</b>	43,4%	28,7%	10,0%	4,9%	22,1%

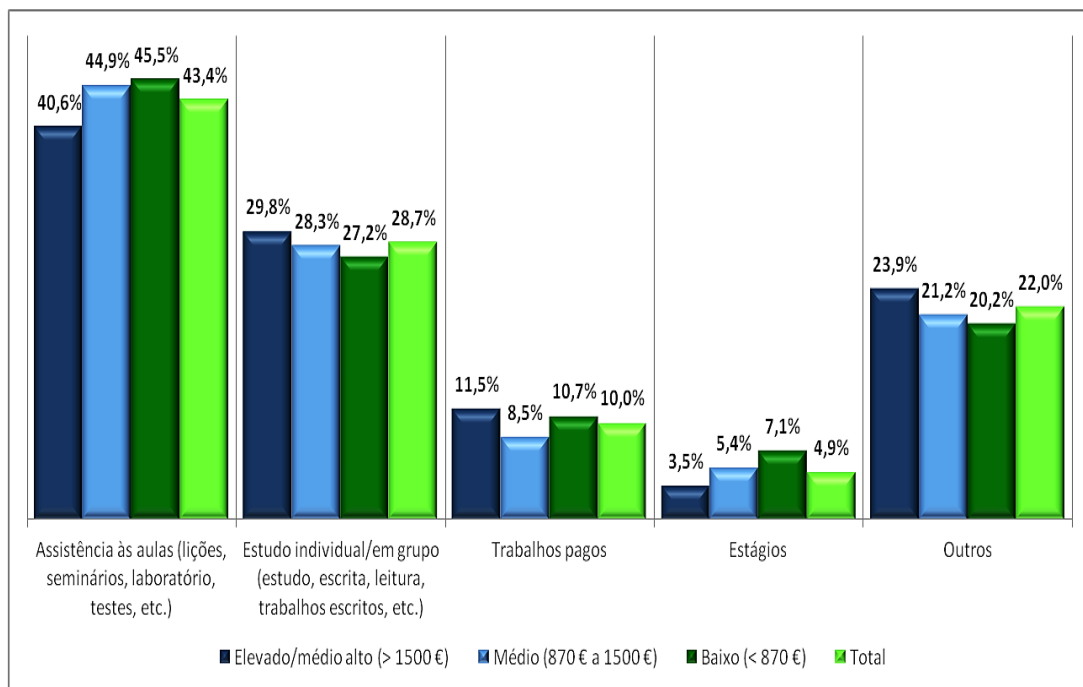
Os estudantes que não tinham estado empregados no ano anterior mencionaram, em média, um valor mais alto para a frequência de estágios (5,2%) do que os que tinham estado empregados (3,6%). Verificou-se uma considerável diferença entre a percentagem de frequência às aulas e de estudo individual/em grupo entre os estudantes empregados e não empregados. Os resultados obtidos constam do Quadro 80.

**Quadro 80 - Ocupação do dia-a-dia por situação face ao emprego, em 2015/2016**  
(%)

		Assistência às aulas (lições, seminários, laboratório, testes, etc.)	Estudo individual/em grupo (estudo, escrita, leitura, trabalhos escritos, etc.)	Trabalho	Estágios	Outros
Esteve empregado durante o período relativo ao último ano letivo?	Sim	30,9%	21,2%	35,6%	3,6%	15,8%
	Não	46,0%	30,1%	0,1%	5,2%	23,1%
	Total	43,5%	28,7%	10,0%	5,0%	22,0%

Ao cruzar a distribuição dos estudantes pelo rendimento do seu agregado familiar com a sua ocupação do dia-a-dia, verificou-se que foram os que tinham declarado provir de agregados com rendimentos mais elevados que mencionaram, em média, uma percentagem mais elevada na realização de trabalhos pagos (11,5%). No que diz respeito aos estágios, em média, foram os estudantes provenientes de agregados com rendimentos mais baixos que mais os frequentaram (7,1%) (Figura 53).

**Figura 53 - Ocupação do dia-a-dia por rendimento do agregado familiar, em 2015/2016 (%)**



Verificou-se uma relação entre o nível de habilitações dos pais e a ocupação do dia-a-dia dos estudantes do ensino superior. A distribuição das respostas apontou para uma situação em que, quanto maior for o grau académico do pai ou da mãe, menor será a percentagem média de estudantes com atividade profissional. O Quadro 81 retrata esta distribuição.

**Quadro 81 - Ocupação do dia-a-dia por habilitações do pai e da mãe, em 2015/2016**  
(%)

		Assistência às aulas (lições, seminários, laboratório, testes, etc.)	Estudo individual/em grupo (estudo, escrita, leitura, trabalhos escritos, etc.)	Trabalho	Estágios	Outros
<b>Habilitações do Pai</b>	<b>Até 9.º ano</b>	44,6%	27,5%	12,0%	5,2%	22,4%
	<b>10.º, 11.º, 12.º ano</b>	44,6%	27,9%	8,4%	5,5%	19,8%
	<b>Ensino Superior</b>	40,3%	31,5%	8,3%	3,8%	23,9%
	<b>Total</b>	43,4%	28,7%	10,1%	4,9%	22,1%
<b>Habilitações da Mãe</b>	<b>Até 9.º ano</b>	44,3%	27,2%	13,5%	5,1%	21,5%
	<b>10.º, 11.º, 12.º ano</b>	44,5%	28,1%	8,4%	6,6%	20,5%
	<b>Ensino Superior</b>	41,5%	31,0%	6,9%	3,3%	24,3%
	<b>Total</b>	43,5%	28,7%	10,0%	4,9%	22,1%

Apresentam-se de seguida as opiniões dos estudantes inquiridos acerca do financiamento do ensino superior.

#### **14. Opinião dos estudantes sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior**

Os estudantes foram postos perante um conjunto de perguntas com as quais se pretendia conhecer a sua opinião sobre diversas questões relativas aos mecanismos de financiamento do ensino superior. Relativamente a essas questões, os inquiridos deveriam expressar o seu nível de concordância ou de discordância, numa escala com cinco níveis (de “1-Concordo completamente” a “5-Discordo fortemente”).

Os estudantes do ensino público e do ensino privado não divergiram de forma muito acentuada na generalidade das questões, com exceção da que colocava “o Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo”, onde os estudantes do ensino superior privado revelaram ter uma opinião acentuadamente mais favorável. Foram igualmente os estudantes do ensino privado que mostraram uma maior concordância com o ensino superior dever ser “um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado”. O Quadro 82 mostra dos resultados encontrados.

**Quadro 82 - Opinião dos estudantes portugueses sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior, por tipo de Instituição em 2015/2016 (médias)**

<b>Em que medida concorda com as seguintes afirmações*:</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado	1,6	2,1
Deve ser suportado pelos estudantes	3,9	3,5
As empresas devem financiar o ensino superior	2,3	2,5
O ensino superior deve ser cofinanciado pelo Estado	2,2	2,2
Propinas desresponsabilizam o Estado	2,7	2,7
Propinas contribuem para melhorar a qualidade do ensino	3,2	3,2
O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso	2,9	2,3
Propina deve ser ajustada ao rendimento esperado	3,6	3,5
Propina deve ajustar-se à qualidade das instituições	2,8	2,5
Propina deve ser ajustada ao mérito pedagógico e científico	3,0	2,6
O financiamento público do ensino superior impede o atrofiamto certas áreas científicas	2,6	2,8
O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo	3,5	2,6
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos	2,9	2,9

\*Escala: 1=Concorda completamente; 5=Discorda fortemente.



Por área científica, foram os estudantes da área da “Educação” os que mais concordaram que o ensino superior deveria ser visto como um bem público e financiado maioritariamente pelo Estado. Os estudantes da área da “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” foram os que mais discordaram desta hipótese.

O nível de concordância dos estudantes, por área científica, relativamente às proposições sugeridas, é apresentado no Quadro 83.

**Quadro 83 - Opinião dos estudantes portugueses sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior, por área científica em 2015/2016 (médias)**

Em que medida concorda com as seguintes afirmações*:	AHL	Ciências	GCD	CSD	E	Ed	MMDF	ES	Total
É um bem público	1,7	1,6	1,8	1,8	1,6	1,5	1,6	1,7	1,7
Deve ser suportado pelos estudantes	3,7	3,9	3,8	3,8	3,8	3,7	4,1	4,0	3,8
As empresas devem financiar o ensino superior	2,3	2,2	2,4	2,5	2,2	2,1	2,5	2,2	2,3
O ensino superior deve ser cofinanciado pelo Estado	2,2	2,0	2,2	2,3	2,1	2,1	2,2	1,9	2,2
Propinas desresponsabilizam o Estado	2,6	2,9	2,7	2,6	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7
Propinas contribuem para melhorar a qualidade do ensino	3,4	3,2	3,1	3,3	3,1	3,1	3,3	3,2	3,2
O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso	2,9	2,8	2,5	2,9	2,8	3,1	2,5	2,6	2,8
Propina deve ser ajustada ao rendimento esperado	3,6	3,5	3,7	3,7	3,7	3,5	3,9	3,3	3,6
Propina deve ajustar-se à qualidade das instituições	3,0	3,0	2,6	2,7	2,6	2,7	2,9	2,8	2,7
Propina deve ser ajustada ao mérito pedagógico e científico	3,2	3,2	2,6	2,9	2,9	2,9	3,1	2,9	2,9

O financiamento público do ensino superior impede o atrofamento certas áreas científicas	2,7	2,6	2,7	2,7	2,6	2,6	2,4	2,7	2,7
O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo	3,4	3,7	3,2	3,4	3,4	2,7	3,5	3,4	3,3
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos	2,8	2,8	2,9	2,9	2,9	2,8	3,2	3,1	2,9

Legenda: AHL - Artes, Humanidades, Línguas, etc.; GCC - Gestão e Ciências Computacionais; CSD - Ciências Sociais ou Direito; E - Engenharia e outros cursos técnicos; Ed - Educação; MMDF - Medicina, Medicina Dentária e Farmácia; ES - Enfermagem e outras profissões de saúde. \*Escala: 1=Concorda completamente; 5=Discorda fortemente

Foi possível concluir que os estudantes inquiridos estavam convencidos de que o ensino superior deveria ser considerado como um bem público (média de 1,7) e que o Estado deveria suportar maioritariamente os seus custos.

Ao mesmo tempo, evidenciaram uma acentuada discordância quanto à possibilidade de caber aos estudantes o papel de principal financiador (média 3,8). Do mesmo modo, discordaram de que o valor da propina fosse ajustado em função do rendimento esperado após a obtenção do curso (média 3,6), que o Estado financiasse o ensino superior particular e cooperativo (3,3), e que a existência de propinas fosse um fator de melhoria da qualidade do ensino (média 3,2) (Quadro 84).

**Quadro 84 - Opinião dos estudantes sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior em 2015/2016 (médias)**

<b>Em que medida concorda com as seguintes afirmações*:</b>	<b>Média</b>
O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado	1,7
Deve ser suportado pelos estudantes	3,8
As empresas devem financiar o ensino superior	2,3
O ensino superior deve ser cofinanciado pelo Estado	2,2
Propinas desresponsabilizam o Estado	2,7
Propinas contribuem para melhorar a qualidade do ensino	3,2
O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso	2,8
Propina deve ser ajustada ao rendimento esperado	3,6
Propina deve ajustar-se à qualidade das instituições	2,7
Propina deve ser ajustada ao mérito pedagógico e científico	2,9
O financiamento público do ensino superior impede o atrofiamiento certas áreas científicas	2,7
O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo	3,3
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos	2,9

\*Escala: 1=Concorda completamente; 5=Discorda fortemente.

Fazendo uma comparação entre os resultados do questionário aplicados em 1994/1995, 2010/2011 e 2015/2016, foi possível identificar dez afirmações comuns, nomeadamente:

1. O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado;
2. O custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários diretos: os estudantes;

3. As empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão-de-obra qualificada;
4. O ensino superior deve ser cofinanciado pelo Estado, estudantes e empresas;
5. O novo regime de propinas concretiza um processo de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior;
6. O novo regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino;
7. O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso;
8. O financiamento público do ensino superior impede o atrofamento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país;
9. O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo;
10. Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos.

De seguida, apresentam-se as respostas dadas pelos estudantes inquiridos em cada um dos anos (Quadros 85, 86 e 87), com uma leitura comentada. Termina-se com a apreciação comparada dos três conjuntos de respostas e respetivas análises (Quadro 88).

**Quadro 85 - Opinião dos estudantes sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior, por tipo de Instituição, em 1994/1995**

Questões	Ensino Público	Ensino Privado
O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado	Concordo completamente	Discordo fortemente
O custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários diretos: os estudantes	Discordo fortemente	Concordo mais do que discordo
As empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão-de-obra qualificada	Discordo mais do que concordo	Concordo completamente
O ensino superior deve ser cofinanciado pelo Estado, estudantes e empresas	Discordo fortemente	Concordo completamente
O novo regime de propinas concretiza um processo de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior	Concordo completamente	Discordo fortemente
O novo regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino	Discordo fortemente	Concordo mais do que discordo
O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso	Discordo fortemente	Concordo completamente
O financiamento público do ensino superior impede o atrofamento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país	Concordo mais do que discordo	Discordo mais do que concordo
O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo	Discordo fortemente	Concordo mais do que discordo
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos	Discordo mais do que concordo	Concordo completamente

Fonte: Cabrito, 2002.

Da leitura das respostas recebidas em 1994/95, o que se conclui imediatamente é a contradição total entre as opiniões manifestadas pelos estudantes do ensino superior público e os estudantes do ensino superior privado. Nenhuma das afirmações mereceu, em simultâneo, resposta no mesmo sentido.

As opiniões dos estudantes do ensino superior público iam, no essencial, ao encontro das posições que afirmavam ser a educação superior um bem de natureza pública que deveria ser provido pelo Estado gratuitamente ou a um preço muito baixo, não percebendo qualquer coisa de positivo na participação dos estudantes no financiamento do ensino superior através de uma propina. Para estes estudantes, o financiamento do ensino superior pelo Estado seria a garantia de que determinadas formações, que não concorriam diretamente para o desenvolvimento económico, não corressem o perigo de desaparecer ou de a sua oferta se atrofiar. Para estes estudantes, o pagamento de propinas corresponderia a uma forma de desresponsabilização do Estado face a este nível de ensino.

Numa orientação inversa revelavam-se as respostas dos estudantes do ensino superior privado. Para estes estudantes, o ensino superior era um bem que deveria ser provido pelo Estado e por particulares, cabendo aos estudantes a responsabilidade de contribuírem para o seu financiamento, ao lado daqueles dois outros sectores na vida social, empresas e Estado. A existência de uma propina seria condição para a melhoria da qualidade do ensino. Para estes estudantes, a participação das empresas no financiamento de ensino superior seria, no entanto, bem-vinda, sendo essa participação o pagamento das empresas pela mão-de-obra altamente qualificada que estaria no futuro disponível no mercado. Estes estudantes não viam necessidade de participação do Estado como garantia da permanência de determinadas formações que não contribuíam diretamente para o desenvolvimento económico do país.

A análise das respostas apresentou, pois, o conjunto de estudantes do ensino superior como completamente dividido em função da natureza da

instituição detetando-se nos estudantes do ensino superior opiniões que tendencialmente se enquadram nas teorias genericamente designadas de reprodução (Bourdieu & Passeron, 1964, 1970; Willis, 1977; Bowles & Gintis, 1974; 1995). Registe-se que esta clivagem «de reprodução social» pode ser a consequência «natural» da desigual origem social dos estudantes dos dois tipos de instituição, sendo que os estudantes de origem social menos favorecida predominam nas instituições públicas de ensino superior, e os estudantes oriundos dos estratos mais ricos, nas instituições privadas (Cabrito, 2002).

Passa-se à apresentação das opiniões dos estudantes inquiridos em 2010/2011.

**Quadro 86 - Opinião dos estudantes sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior, por tipo de instituição, em 2010/2011**

Questões	Ensino Público	Ensino Privado
O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado	Concordo completamente	Concordo completamente
O custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários diretos: os estudantes	Discordo fortemente	Discordo fortemente
As empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão-de-obra qualificada	Concordo completamente	Concordo completamente
O ensino superior deve ser cofinanciado pelo Estado, estudantes e empresas	Concordo completamente	Concordo completamente
O novo regime de propinas concretiza um processo de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior	Concordo mais do que discordo	Concordo mais do que discordo
O novo regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino	Discordo mais do que concordo	Discordo mais do que concordo

O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso	Concordo mais do que discordo	Concordo completamente
O financiamento público do ensino superior impede o atrofamento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país	Não Concordo nem Discordo	Não Concordo nem Discordo
O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo	Discordo mais do que concordo	Concordo completamente
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos	Discordo mais do que concordo	Não Concordo nem Discordo

Fonte: Cerdeira & Cabrito (Orgs.), 2014.

O que sobressaiu nas respostas dos estudantes inquiridos em 2010/2011 foi a sua relativa homogeneidade. Salvaguardadas algumas diferenças de intensidade, a natureza da opinião, concordância/discordância foi essencialmente a mesma nos dois conjuntos de inquiridos, excetuando-se a questão relativa à participação do Estado no financiamento do ensino superior particular e cooperativo, em que os estudantes do ensino público discordaram e os estudantes do particular e cooperativo concordaram totalmente. Apesar desta divergência de opiniões, a homologia das respostas dos dois grupos de estudantes foi quase total.

Os estudantes do ensino superior público de algum modo reconheceram a necessidade de ensino privado, pelo que os seus estudantes deveriam ser tratados como os do ensino público; por outro, reconheceram a necessidade da entrada das empresas no mundo do ensino superior através do financiamento. Os estudantes do ensino superior privado reconheceram a necessidade de participação do Estado no financiamento do ensino superior, ao mesmo tempo que discordavam que devessem ser os estudantes a assegurar esse financiamento.



No período em análise assistimos, pois, a uma mudança que poderemos designar de quase radical nas opiniões dos estudantes, que se aproxima agora fortemente. A esta evolução não será estranho, certamente, a mudança significativa da origem social dos estudantes do ensino superior público e privado, predominando os estratos sociais mais e menos favorecidos em detrimento dos estudantes da «classe média» bem como a constatação das dificuldades efetivas do Estado em manter a sua participação no financiamento de alguns bens sociais essenciais, nomeadamente a educação. O reconhecimento por todos os estudantes da necessidade de participação das empresas no financiamento do ensino superior testemunha bem a nova conjuntura económica e a expansão, no país, das ideias de que as instituições de ensino superior devem diversificar as suas fontes de financiamento.

Apresenta-se em baixo as opiniões dos estudantes inquiridos em 2015/2016.

**Quadro 87 - Opinião dos estudantes sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior, por tipo de instituição, em 2015/2016**

Questões	Ensino Público	Ensino Privado
O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado	Concordo completamente	Concordo completamente
O custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários diretos: os estudantes	Discordo mais do que concordo	Discordo mais do que concordo
As empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão-de-obra qualificada	Concordo mais do que discordo	Concordo mais do que discordo
O ensino superior deve ser cofinanciado pelo Estado, estudantes e empresas	Concordo mais do que discordo	Concordo mais do que discordo
O novo regime de propinas concretiza um processo	Não concordo	Não concordo

de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior	nem discordo	nem discordo
O novo regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino	Não concordo nem discordo	Não concordo nem discordo
O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso	Concordo mais do que discordo	Concordo mais do que discordo
O financiamento público do ensino superior impede o atrofamento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país	Não concordo nem discordo	Não concordo nem discordo
O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo	Discordo fortemente	Concordo mais do que discordo
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos	Discordo mais do que concordo	Discordo mais do que concordo

Também no caso das respostas dos estudantes inquiridos em 2015/2016 se verificou a sua relativa homogeneidade. A concordância/discordância foi a mesma nos dois conjuntos de inquiridos, excetuando-se novamente a questão relativa à participação do Estado no financiamento do ensino superior particular e cooperativo, em os estudantes do ensino público discordaram fortemente enquanto os estudantes do particular e cooperativo concordaram mais do que discordaram.

Os estudantes do ensino superior público reconheceram a necessidade de ensino privado, pelo que os seus estudantes deveriam ser tratados como os do ensino público. Reconheceram igualmente a necessidade da entrada das empresas no mundo do ensino superior, nomeadamente através do financiamento. Os estudantes do ensino superior privado reconheceram a necessidade de participação do Estado no financiamento do ensino superior e discordaram que deveriam ser os estudantes a assegurar o seu financiamento.

As opiniões expressas pelos inquiridos em 2015/2016 vêm reforçar a tendência já pressentida no questionário anterior para uma homogeneização do pensamento estudantil acerca das fontes de financiamento do ensino superior e o papel do Estado, das empresas e dos estudantes e suas famílias nesse financiamento. Surge, assim, reforçada neste último questionário uma aproximação forte entre as opiniões dos estudantes do ensino superior público e privado acerca do financiamento deste segmento educativo.

O quadro seguinte (Quadro 88) retrata, exatamente, esta tendência ao apresentar o modo de pensar dos estudantes inquiridos em 1994/1995, 2010/2011 e 2015/2016.

**Quadro 88 - Comparação da opinião dos estudantes sobre os mecanismos de financiamento do ensino superior, por tipo de Instituição, em 1994/1995 em 2010/2011 e em 2015/2016**

Questões	Ensino Público			Ensino Privado		
	1994/1995	2010/2011	2015/2016	1994/1995	2010/2011	2015/2016
O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado	Concordo completamente	Concordo completamente	Concordo completamente	Discordo fortemente	Concordo completamente	Concordo completamente
O custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários diretos: os estudantes	Discordo fortemente	Discordo fortemente	Discordo mais do que concordo	Concordo mais do que discordo	Discordo fortemente	Discordo mais do que concordo
As empresas devem financiar	Discordo mais do	Concordo completam	Concordo mais do que	Concordo completam	Concordo completam	Concordo mais do que

o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão-de-obra qualificada	que concordo	ente	discordo	ente	ente	discordo
O ensino superior deve ser cofinanciado pelo Estado, estudantes e empresas	Discordo fortemente	Concordo completamente	Concordo mais do que discordo	Concordo completamente	Concordo completamente	Concordo mais do que discordo
O novo regime de propinas concretiza um processo de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior	Concordo completamente	Concordo mais do que discordo	Não concordo nem discordo	Discordo fortemente	Concordo mais do que discordo	Não concordo nem discordo
O novo regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino	Discordo fortemente	Discordo mais do que concordo	Não concordo nem discordo	Concordo mais do que discordo	Discordo mais do que concordo	Não concordo nem discordo
O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso	Discordo fortemente	Concordo mais do que discordo	Concordo mais do que discordo	Concordo completamente	Concordo completamente	Concordo mais do que discordo
O financiamento público do ensino superior impede o atrofamento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país	Concordo mais do que discordo	Não Concordo nem Discordo	Não concordo nem discordo	Discordo mais do que concordo	Não Concordo nem Discordo	Não concordo nem discordo

O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo	Discordo fortemente	Discordo mais do que concordo	Discordo fortemente	Concordo mais do que discordo	Concordo completamente	Concordo mais do que discordo
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos	Discordo mais do que concordo	Discordo mais do que concordo	Discordo mais do que concordo	Concordo completamente	Não Concordo nem Discordo	Discordo mais do que concordo

Pedi-se ainda aos estudantes que identificassem os mecanismos que consideravam mais adequados para concretizar o apoio aos estudantes do ensino particular e cooperativo. A grande maioria dos estudantes inquiridos (48%) entendeu que a melhor forma seria o apoio direto aos estudantes carenciados. A segunda melhor opção seria conceder o apoio através das estruturas de apoio social das instituições públicas (19%). É possível ver os resultados obtidos no Quadro 89.

**Quadro 89 - Mecanismos de apoio aos estudantes do ensino particular e cooperativo que os estudantes acham mais adequados em 2015/2016 (%)**

Forma mais adequada para concretizar o apoio do Estado ao ensino superior particular e cooperativo					
	Apoio social direto aos alunos carenciados	Apoio social aos alunos através das estruturas de apoio social das instituições públicas	Apoio através de subsídios aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo	Concessão de apoio a todos os alunos do ensino particular e cooperativo	Total
Universitário Público	56,5	20,9	12,2	10,4	100,0
Politécnico Público	45,4	21,3	12,0	21,3	100,0
Universitário Privado	49,4	11,7	20,8	18,2	100,0
Politécnico Privado	18,2	18,2	18,2	45,5	100,0
<b>Total</b>	<b>48,4</b>	<b>18,6</b>	<b>14,6</b>	<b>18,3</b>	<b>100,0</b>

Passa-se seguidamente à identificação dos custos dos estudantes de ensino superior.

### **Nota síntese**

Entre 11 de maio e 12 de outubro de 2016, com o objetivo de conhecer os custos dos estudantes do ensino superior português, foi aplicado um inquérito a uma amostra significativa de 1.087 estudantes, em que os estratos representavam a estrutura dos estudantes portugueses, por tipo de ensino e de instituição: 524 estudantes do ensino universitário público, 379 estudantes do ensino politécnico público, 135 estudantes do ensino universitário privado e 49 estudantes do ensino politécnico privado. Estes estudantes frequentavam pelo segundo ano o ensino superior (o que lhes permitia conhecer os custos da frequência) e foram questionados presencialmente dentro das instalações das instituições frequentadas (com a autorização expressa dos órgãos diretivos).

Dos estudantes inquiridos, 83% provinham do ensino público e 17% do ensino privado, a maioria (62%) tinha até 21 anos de idade e 55% eram mulheres. Encontrou-se cerca de 3% de estudantes estrangeiros a frequentar o ensino superior português.

A maioria vivia em “casa dos pais ou familiares” (51%), seguindo-se o grupo dos que viviam em “quarto ou apartamento alugado” (34%), sendo muito residual o grupo dos que viviam em “casa própria” (9%), ou em “residência universitária” (6%). Os estudantes do ensino privado eram os que em maior número viviam em “casa dos pais ou familiares” (universitário 71% e politécnico 69%). No ensino público, 40% dos estudantes encontravam-se na

situação de “deslocado” da residência, enquanto, no ensino privado, tal acontecia com 12% deles.

A perceção dos estudantes em relação ao estatuto socioeconómico e habilitacional dos pais apontava para um certo elitismo, com 16,6% a considerar que provinham de agregados de “baixos rendimentos”, 46,7% de “rendimentos médios” e 36,7% de “rendimentos altos/médio alto”. Foram os estudantes do ensino privado que referiram uma percentagem mais elevada de “rendimentos altos/médio alto” (47,3%); e foram os estudantes do ensino politécnico público os que indicaram uma percentagem mais elevada de “rendimentos baixos” (20,5%).

Em termos das ocupações dos pais, a distribuição das respostas apontou para uma situação em que os estudantes eram originários maioritariamente de famílias em que o pai era “pequeno proprietário” (18,5%) e a mãe “doméstica” (18,5%). Em termos médios, a ocupação dos pais dos estudantes do ensino superior privado era de estatuto social mais elevado e de maior remuneração. Os estudantes da área da “Educação” eram aqueles cujos pais menos ocupavam posições de quadros superiores de empresas ou organismos públicos (1,8%), seguidos dos estudantes da área da “Enfermagem e outras profissões da área da saúde” (4,5%). Contrariamente, nas áreas de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” existia uma percentagem mais elevada de pais nesse tipo de ocupações (18,9%).

A maioria dos estudantes inquiridos respondeu que o pai e a mãe tinham “alguma frequência do ensino secundário/secundário” (pai: 25,5%; mãe: 28,9%) ou “alguma frequência do ensino superior/superior” (pai: 26,8%; mãe: 32%), indiciando que a ascendência dos estudantes do ensino superior é

mais favorecida do ponto de vista de qualificações do que a população portuguesa no seu conjunto. Os estudantes inscritos no ensino privado constituíam o grupo com maior peso do pai com habilitações de grau superior; o inverso ocorreu com os estudantes do ensino politécnico público (57,9% de pais com a escolaridade básica). Foram os estudantes inscritos nas áreas da “Educação” (66,1%) que registaram um maior peso de pais com “escolaridade básica”, seguidos dos estudantes da área da “Enfermagem e outras profissões da área da saúde” (56%). Pelo contrário, os estudantes da área “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” apresentaram o menor peso de pais com “escolaridade básica” (39,3%), sendo ao mesmo tempo o maior grupo com habilitações de grau superior (46,4%).

A maioria dos estudantes inquiridos não esteve empregada no ano anterior (83%), com o ensino público a ter uma maior representação dos que tiveram uma ocupação (15,8% no universitário público e 19,3% no politécnico público).

Verificou-se uma concordância entre a forma como os estudantes se auto classificaram em termos do nível de rendimentos dos pais e o comportamento relativo às variáveis relacionadas com a de cartão de crédito, acesso à Internet na sua residência e viatura, sendo sempre a posse destes bens e serviços mais elevada no grupo de rendimentos superiores.

No conjunto dos estudantes inquiridos, cerca de 30% auferiam de uma bolsa de estudo, sendo 35% dos estudantes do ensino politécnico público, seguidos do universitário público com 27%. Os estudantes da área da “Enfermagem e outras profissões da área da saúde” encontravam-se em maior número na situação de bolseiros (43,5%); o menor número coube aos da área



da “Engenharia e outros cursos técnicos” (21,6%). A maioria dos bolseiros declarou ter uma bolsa mensal entre 101 a 200 euros (44%). Os bolseiros do ensino privado auferiram, em média, bolsas mais elevadas, entre 201 a 400 euros.

No que respeita ao recurso aos empréstimos estudantis, apenas 3,4% dos estudantes declararam ter recorrido a este tipo de apoio.

Os estudantes do ensino universitário privado, em média, referiram um valor de propina anual mais alta (2.110,26 €), e os do ensino politécnico público registaram, em média, o valor mais baixo (863,18 €). Os estudantes da área da “Educação” foram aqueles que, em média, mencionaram o valor mais baixo de propina anual (907,02 €) e, no polo oposto, encontrava-se os da área da “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia”, com um valor de 1397,42 €. Os estudantes que declararam provir de agregados com rendimentos mais elevados mencionaram, em média, um valor mais elevado de propina anual (1.279,50 €). Encontrou-se uma relação entre o nível de habilitações dos pais e a opinião dos estudantes sobre a propina máxima anual do curso: quanto mais elevado o grau académico do pai ou da mãe, maior o valor médio pelos estudantes.

Quando indagados sobre a ocupação que terão após o término do curso, os estudantes indicaram, na sua maioria, “integrar o mercado de trabalho” (64%), seguido de “prosseguir outro ciclo do mesmo curso” (33%). 12% ainda não sabiam o que vão fazer após o término do curso. Os estudantes da área da “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” indicaram em percentagem mais elevada querer integrar o mercado de trabalho (82,1%), enquanto os da área da “Educação” tencionam prosseguir outro ciclo do

mesmo curso (57,6%). A distribuição das respostas apontou para uma situação em que, quanto maior o grau académico do pai ou da mãe, menor a percentagem indicada pelos estudantes de querer integrar o mercado de trabalho após o término do seu curso.

No que diz respeito à ocupação do dia-a-dia, em média, apenas 5% dos estudantes inquiridos ocupava o tempo com a realização de estágios e apenas 10% com trabalho pagos. Os estudantes da área da “Gestão e Ciências Computacionais” eram aqueles que, em média, mais ocupavam o seu tempo a trabalhar (15%), situando-se no polo oposto os da área da “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia”, com 1,8%. Os estudantes que tinham declarado provir de agregados com rendimentos mais elevados mencionaram, em média, uma percentagem mais elevada de realização de trabalhos pagos (11,5%). No que diz respeito aos estágios, em média, eram mais frequentados pelos estudantes provenientes de agregados com rendimentos mais baixos (7,1%). A distribuição das respostas apontou para uma situação em que, quanto maior o grau académico do pai da mãe, menor a percentagem média de estudantes com trabalhos pagos.

As opiniões dos estudantes sobre o ensino superior e respetivo financiamento revelaram uma relativa homogeneidade entre o ensino público e o privado, coincidindo na “concordância plena” com o facto de “o ensino superior ser um bem público cujos encargos devem ser suportados pelo Estado” e na discordância (mais moderada) relativamente ao “custo do ensino superior dever ser suportado pelos seus beneficiários diretos: os estudantes”.

## **15. Custos de educação e custos de vida dos estudantes do ensino superior**

Neste capítulo faz-se a análise das respostas obtidas no inquérito com vista à identificação dos custos percebidos pelos estudantes de ensino superior no ano letivo de 20015/2016 - custos de educação, custos de vida do estudante -, tendo em conta os diversos parâmetros relevantes para a caracterização da tipologia dos custos: tipo de ensino e de instituição, área científica, idade dos estudantes, estatuto socioeconómico dos pais, situação do estudante face ao emprego, situação face à sua residência habitual, e região onde a instituição de ensino superior está sediada.

Faz-se igualmente também uma agregação das categorias de estudantes de acordo com o seu comportamento em termos de custos - tipo de ensino frequentado, situação do estudante face ao alojamento e região onde a instituição de ensino superior se encontrava sediada.

Procede-se também proceder à comparação entre os resultados da investigação do presente neste relatório e os de outros relatórios com informação pertinente no que toca a custos dos estudantes do ensino superior (estudo dos custos dos estudantes universitários de 1994/1995, 2004/2005 e 2010/2011).

### **15.1. Os custos do Ensino Superior em 2015/2016**

Já anteriormente se referiu o entendimento que os investigadores têm do “custo de educação” e que releva, fundamentalmente de Johnstone (1986).

No desenvolvimento deste trabalho, e na aplicação do inquérito aos estudantes portugueses, a preocupação central foi a de encontrar os custos que os estudantes tinham de enfrentar no nosso país, por si próprios ou, como é mais frequente, com o apoio das suas famílias. Abrangeu-se assim os custos de vida do estudante e os custos de ensino ou educação que são pagos pelos estudantes e famílias, sob a forma de propinas ou taxas.

Desta forma, e centrando o questionário nos custos suportados pelos estudantes e famílias portugueses, foi-lhes solicitado que identificassem as despesas que tinham realizado no último ano académico (dado o inquérito ter sido realizado entre maio a outubro de 2016, os estudantes responderam em relação ao ano letivo de 2014/2015 ou 2015/2016 e em termos aproximados).

As despesas foram agrupadas de acordo com a classificação de Johnstone (1986) em dois grandes blocos:

- **as despesas correntes ou de vida dos estudantes**, que incluíam as despesas com o alojamento, despesas de telefone e telemóvel, despesas de alimentação, despesas médicas (incluindo seguros de saúde, médicos e visitas ao dentista), custos de transporte e despesas pessoais (roupas, cabeleireiro, produtos de higiene, cigarros, álcool, divertimentos, etc.);
- **as despesas de educação**, onde estavam incluídas as despesas com as propinas, taxa de matrícula, outras taxas (incluindo seguro, inscrição para exames), livros e outros materiais, equipamento (computadores, microscópios, etc.), visitas de estudo e outras despesas não incluídas em qualquer outro item.

## 15.2. Despesas Correntes

### 15.2.1. Despesas com alojamento

Tendo em conta as respostas obtidas, verificou-se que metade (50%) declarou não ter tido despesas com o alojamento, sendo significativa a diferença de comportamento entre os estudantes do ensino público e do privado. Os estudantes do ensino privado, quer universitário (62%), quer politécnico (71%), na sua esmagadora maioria, mercê de não se encontrarem deslocados da sua residência habitual, indicaram não ter tido este tipo de despesa. Por sua vez, os alunos do ensino politécnico público foram os que em maior percentagem declararam ter de pagar o seu alojamento. A distribuição está representada no Quadro 90.

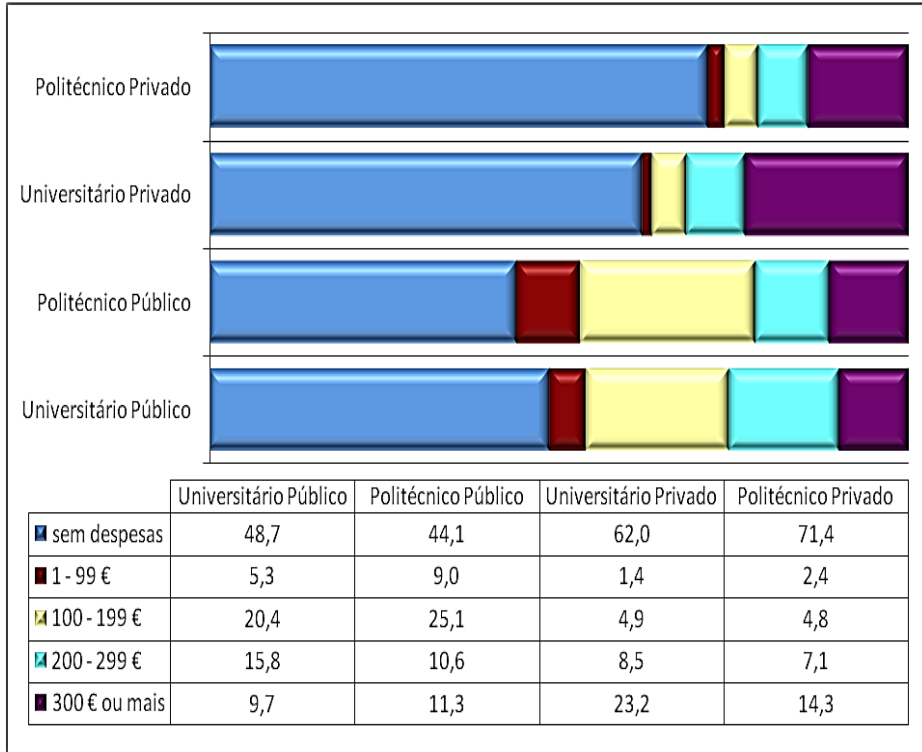
**Quadro 90 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e as despesas de alojamento, 2015/2016 (%)**

	Despesas de Alojamento					Total
	sem despesas	1 - 99 €	100 - 199 €	200 - 299 €	300 € ou mais	
<b>Universitário Público</b>	48,7	5,3	20,4	15,8	9,7	100,0
<b>Politécnico Público</b>	44,1	9,0	25,1	10,6	11,3	100,0
<b>Universitário Privado</b>	62,0	1,4	4,9	8,5	23,2	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	71,4	2,4	4,8	7,1	14,3	100,0
<b>Total</b>	49,7	6,0	19,4	12,7	12,2	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(12) = 74,843$ ;  $p < 0,001$ ).

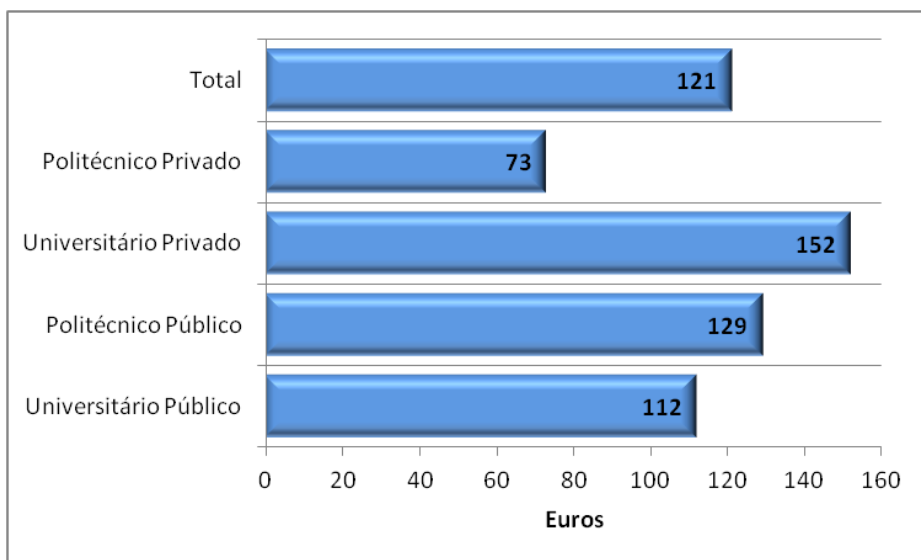
Dos estudantes que pagaram o alojamento, a maioria (32% do total dos alunos inquiridos) encontrava-se nos intervalos entre os 100-199 euros e 200-299 euros, sendo no ensino universitário privado (23,2%), e no ensino politécnico privado (14,3%) onde se encontrava a maior percentagem de alunos a pagar uma renda mensal superior a 300 euros (ver a Figura 54).

**Figura 54 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e despesas de alojamento, 2015/2016 (%)**



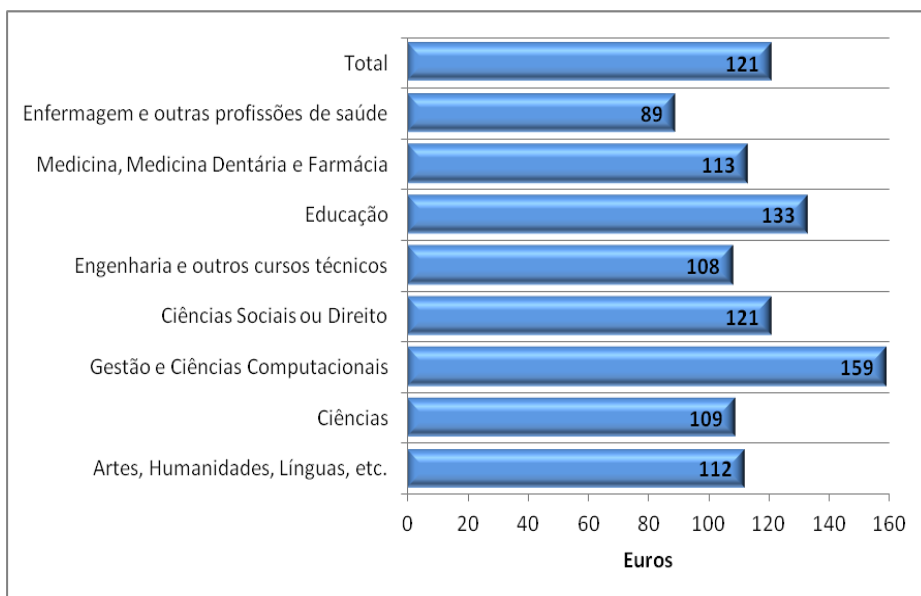
Em termos globais, verificou-se que, em média, um estudante do ensino superior gastou mensalmente com alojamento, uma quantia de 121 euros. Os estudantes do ensino superior público foram os que gastaram em média mais com este tipo de encargos, 112 euros os do ensino universitário e 129 euros do ensino politécnico. Os do ensino universitário privado registaram um gasto médio de 152 euros mês e os do ensino politécnico privado 73 euros por mês. Os resultados estão resumidos na Figura 55.

**Figura 55 - Despesas mensais com alojamento por tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias)**



Quando se cruzou os dados dos estudantes por área científica e as despesas que efetuaram em relação ao alojamento, verificou-se que são os alunos provindo da área de “Gestão e Ciências Computacionais” que apresentaram a despesa média mais elevada, com 159 euros mensais, seguidos dos estudantes da área da “Educação”, com 133 euros mensais. Na situação contrária, encontravam-se os estudantes que frequentam a área de “Enfermagem e outras profissões de saúde”, que apenas gastaram em média com alojamento 89 euros, perto de metade do que o registado com os alunos de “Gestão” (ver Figura 56).

**Figura 56 - Despesas mensais com alojamento por área científica em euros, 2015/2016 (médias)**



Interessa também conhecer a incidência das despesas com o alojamento, consoante a situação do estudante no que respeita ao tipo de alojamento em que se encontra. Obviamente são os alunos que se mantiveram em casa dos pais ou de familiares que apresentaram a menor despesa média (82 euros/mês); de resto, este valor deverá estar relacionado com os alunos que, residindo em casa de familiares, comparticipam no pagamento destas despesas. Os estudantes que se encontravam deslocados tiveram que fazer face em média a uma despesa de 190 euros por mês. A distribuição dos resultados consta do Quadro 91.



**Quadro 91 - Situação de deslocado da residência e as despesas com alojamento em euros, 2015/2016 (médias)**

		Despesas com Alojamento incluindo rendas e o pagamento de outras despesas associadas ao alojamento pagas separadamente
Situação face à residência	Deslocado	190,2
	Não deslocado	81,8
	Total	120,4

Os estudantes que viviam numa residência declararam pagar, em média, 114 euros por mês. Os estudantes que viviam em casa própria pagam em média 191 euros/mês e para os que se encontravam ou em casa alugada ou em quarto alugado esse valor subiu para os 221 euros/mês, conforme os dados do Quadro 92.

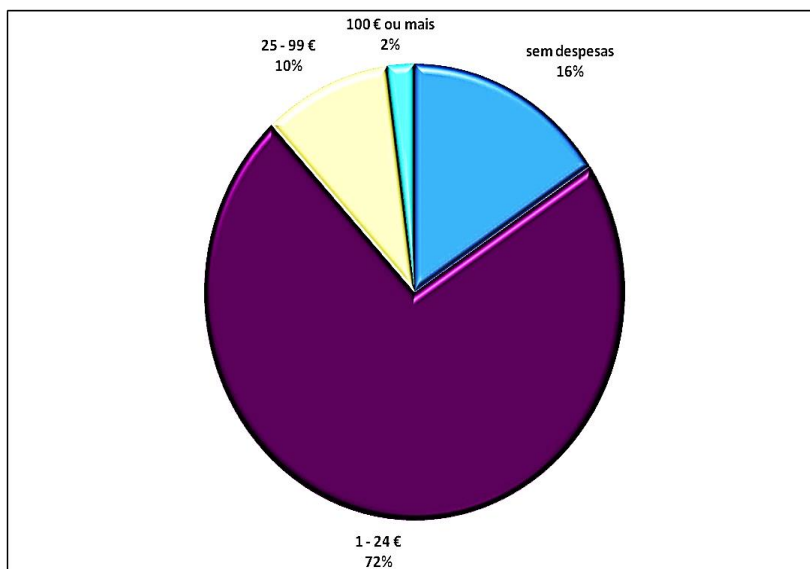
**Quadro 92 - Local de residência e as despesas com alojamento em euros, 2015/2016**

		Despesas com Alojamento incluindo rendas e o pagamento de outras despesas associadas ao alojamento pagas separadamente
Residência principal durante este ano académico	Com os pais/familiares	44,0
	Em residência universitária	113,7
	Em casa/apartamento/quarto alugado	220,6
	Em casa própria	191,0
	Total	121,1

### 15.2.2 Despesas com telefone e telemóvel

Em relação às despesas realizadas com telefone ou telemóvel, verificou-se que a grande maioria dos estudantes gastou até 24 euros por mês (72%), seguida do grupo entre 25 a 99 euros (10%), e finalmente 2% dos estudantes informaram que gastaram acima dos 100 euros/mês. Apenas 16% dos estudantes não indicou despesas com telemóvel (ver a Figura 57).

**Figura 57 - Distribuição dos estudantes de acordo com o nível de despesas realizadas com telefone e telemóvel, 2015/2016 (%)**



Em média, os estudantes tinham uma despesa mensal com telefones na ordem dos 16 euros, sendo os estudantes do ensino privado os que mais despendiam, em particular os do ensino universitário, com uma média cerca dos 20 euros, de acordo com os resultados do Quadro 93.

**Quadro 93 - Despesas de telefone e telemóvel por tipo de ensino em euros,  
2015/2016 (médias)**

	Despesas com Telefone e Telemóvel
Universitário Público	13,5
Politécnico Público	18,1
Universitário Privado	20,1
Politécnico Privado	18,9
Total	16,2

### **15.2.3 Despesas com a alimentação**

Em relação às despesas com a alimentação, os estudantes concentravam-se em maior número no grupo que declarou gastar até 99 euros mensais (42,7%), seguido do que declarou gastar entre 100 a 199 euros por mês (29,2%). Cerca de 11% consideraram não ter despesas com alimentação, o que em parte pode estar ligado com à circunstância de se encontrarem na casa dos pais ou de familiares. A análise estatística mostra a existência de um comportamento diferenciado consoante a instituição frequentada, sendo que, em média, os estudantes do ensino público gastam menos em alimentação do que os estudantes do ensino privado. A distribuição dos resultados consta do Quadro 94.

**Quadro 94 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e despesas de alimentação, 2015/2016 (%)**

	Despesas de Alimentação					Total
	sem despesas	1 - 99 €	100 - 199 €	200 - 299 €	300 € ou mais	
Universitário Público	10,3	45,2	29,8	9,7	5,0	100,0
Politécnico Público	10,3	45,9	26,9	9,2	7,7	100,0
Universitário Privado	15,5	28,9	32,4	12,0	11,3	100,0
Politécnico Privado	19,0	28,6	31,0	9,5	11,9	100,0
<b>Total</b>	<b>11,3</b>	<b>42,7</b>	<b>29,2</b>	<b>9,8</b>	<b>7,0</b>	<b>100,0</b>

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(12) = 25,831$ ;  $p < 0,05$ ).

De facto, os estudantes que não se encontravam deslocados da sua residência habitual declararam de uma forma mais significativa não ter despesas com a alimentação. Tendo em consideração a residência dos estudantes, observou-se que os que indicaram não ter despesas com a alimentação eram os que residiam em casa dos pais ou familiares (15,6%) ou os que viviam em casa própria (15,1%) situação expectável dado que os estudantes contabilizam em despesas de alimentação, em geral, quando comem fora de casa (ver o Quadro 95).

**Quadro 95 - Distribuição dos estudantes por tipo de alojamento utilizado e as despesas de alimentação, 2015/2016 (%)**

	Despesas de Alimentação					Total
	sem despesas	1 - 99 €	100 - 199 €	200 - 299 €	300 € ou mais	
Com os pais/familiares	15,6	47,8	22,0	9,1	5,4	100,0
Em residência universitária	4,8	49,2	39,7	3,2	3,2	100,0
Em casa/apartamento/quarto alugado	5,1	41,9	39,2	8,9	4,8	100,0
Em casa própria	15,1	9,7	24,7	22,6	28,0	100,0
<b>Total</b>	<b>11,3</b>	<b>42,6</b>	<b>29,2</b>	<b>9,9</b>	<b>7,0</b>	<b>100,0</b>

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(12) = 161,864$ ;  $p < 0,001$ ).

A média das despesas mensais declaradas pelos estudantes inquiridos foi de 105,30 euros, sendo os estudantes do ensino universitário privado os que registaram uma média mais elevada, como pode verificar-se no Quadro 96.

**Quadro 96 - Despesas de alimentação por tipo de ensino em euros, 2015/2016**  
(médias)

	Despesas de alimentação
Universitário Público	95,9
Politécnico Público	110,7
Universitário Privado	122,7
Politécnico Privado	114,3
<b>Total</b>	<b>105,3</b>

#### **15.2.4 Despesas médicas**

De acordo com as respostas dadas, metade dos estudantes inquiridos não teve despesas médicas (50%), e a maioria dos que tiveram de fazer face a este tipo de despesa não gastou mais que o valor médio de 49 euros por mês. Registe-se, no entanto, que o nível médio das despesas médicas efetuadas pelos estudantes do ensino superior público são bastante inferiores às realizadas pelos estudantes do ensino superior privado. Os resultados encontrados constam do Quadro 97.

**Quadro 97 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e despesas médicas, 2015/2016 (%)**

	Despesas médicas (incluindo seguros, médicos e visitas ao dentista)				
	sem despesas	1 - 49 €	50 - 99 €	100 € ou mais	Total
<b>Universitário Público</b>	55,2	26,9	10,1	7,8	100,0
<b>Politécnico Público</b>	45,9	29,8	16,1	8,2	100,0
<b>Universitário Privado</b>	45,8	20,4	20,4	13,4	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	38,1	23,8	23,8	14,3	100,0
<b>Total</b>	50,0	27,0	14,1	8,9	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(9) = 28,584$ ;  $p=0,001$ ).

Aquela diferença explica, portanto, que os estudantes do ensino superior privado tenham realizado mensalmente, em média, despesas médicas de maior montante do que os seus colegas do ensino público tendo, no cômputo geral gastado, em média, cerca de 27 euros. Veja-se o Quadro 98.

**Quadro 98 - Despesas médicas por tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias)**

	Despesas médicas (incluindo seguros, médicos e visitas ao dentista)
<b>Universitário Público</b>	23,2
<b>Politécnico Público</b>	26,7
<b>Universitário Privado</b>	39,3
<b>Politécnico Privado</b>	38,3
<b>Total</b>	27,1

### 15.2.5 Despesas com os transportes

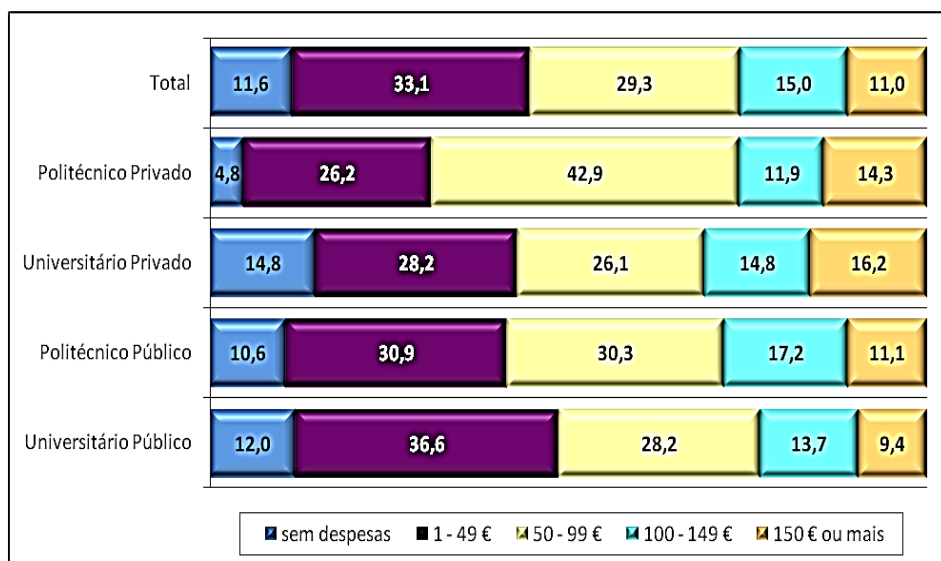
Em relação às despesas com os transportes, foram os estudantes do ensino público os que, em maior percentagem, não registaram despesas desse tipo. No extremo oposto encontravam-se os estudantes do ensino privado, em especial, o universitário privado, com um peso maior do grupo dos estudantes que gastaram por mês mais de 150 euros. As respostas estão reunidas no Quadro 99.

**Quadro 99 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e despesas com transportes, 2015/2016 (%)**

	sem despesas	1 - 49 €	50 - 99 €	100 - 149 €	150 € ou mais	Total
<b>Universitário Público</b>	12,0	36,6	28,2	13,7	9,4	100,0
<b>Politécnico Público</b>	10,6	30,9	30,3	17,2	11,1	100,0
<b>Universitário Privado</b>	14,8	28,2	26,1	14,8	16,2	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	4,8	26,2	42,9	11,9	14,3	100,0
<b>Total</b>	11,6	33,1	29,3	15,0	11,0	100,0

Estes resultados estão, de algum modo, em sintonia com o facto de terem sido os estudantes do ensino privado aqueles que declararam possuir em maior número viatura própria (no universitário privado 48%, e no politécnico privado 55%, enquanto os correspondentes valores no público foram de 34% e 44%, respetivamente). Os resultados estão evidenciados na Figura 58.

**Figura 58 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e despesas com transportes, 2015/2016 (%)**



Globalmente, os estudantes inquiridos gastaram por mês 70 euros em transportes, com os das instituições privadas a despendem em média um valor superior ao dos das instituições públicas, conforme a distribuição do Quadro 100.

**Quadro 100 - Despesas com transportes por tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias)**

	Despesas de Transporte (gasolina, transportes públicos, seguro do carro), excluindo férias
Universitário Público	62,8
Politécnico Público	76,4
Universitário Privado	75,7
Politécnico Privado	81,4
Total	69,9



### 15.2.6 Despesas Pessoais

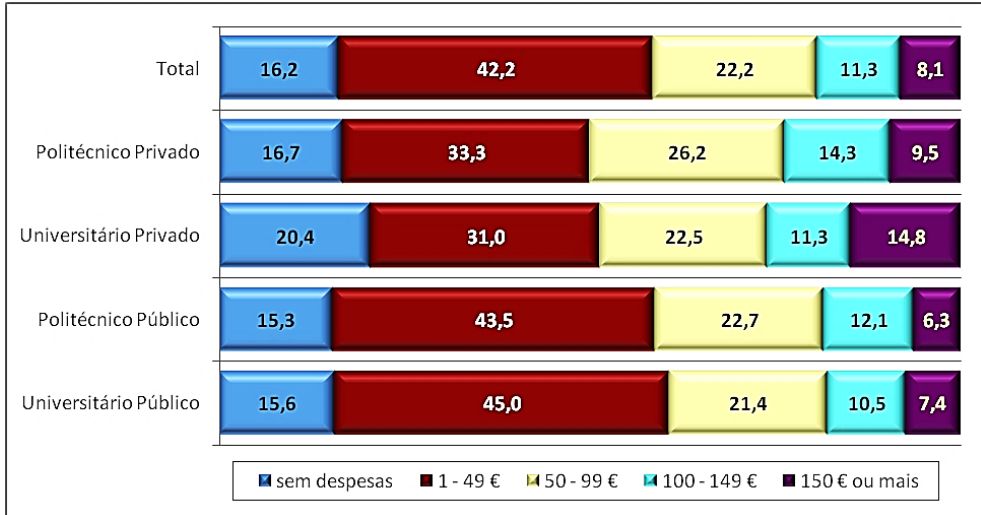
Para o conjunto das outras despesas realizadas pelos estudantes, e que englobavam as despesas pessoais diversas (desde roupas, cabeleireiro, produtos de higiene, cigarros, álcool, divertimentos, etc.), registou-se uma média de despesa na ordem dos 54 euros por mês, com uma diferença acentuada consoante a distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino, conforme os dados do Quadro 101.

**Quadro 101 - Despesas pessoais por sector e tipo de ensino em euros, 2015/2016**  
(médias)

	Despesas pessoais (roupas, cabeleireiro, produtos de higiene, cigarros, álcool, divertimentos, etc.)
<b>Universitário Público</b>	50,6
<b>Politécnico Público</b>	52,3
<b>Universitário Privado</b>	72,0
<b>Politécnico Privado</b>	52,6
<b>Total</b>	54,1

A distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino em relação às outras despesas pessoais denotou uma situação em que, para o ensino público, prevaleceram os grupos de estudantes que declararam uma despesa por mês abaixo ou igual aos 99 euros (82% dos estudantes do ensino universitário público em ex-âqueo com os do politécnico público, para 74% no universitário privado e 76% no politécnico privado. A Figura 59 ilustra a distribuição das respostas obtidas relativamente a este tipo de despesas.

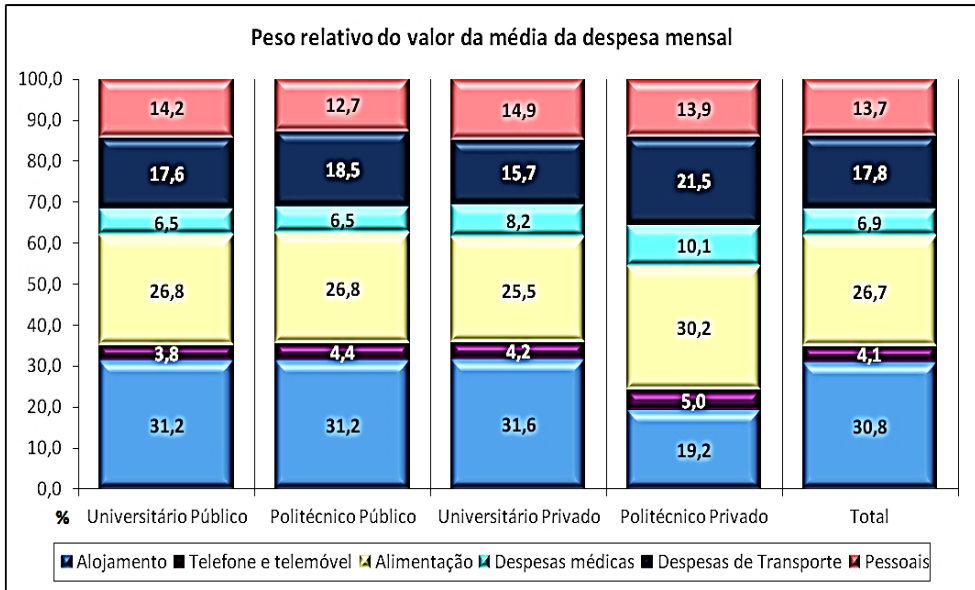
**Figura 59 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e despesas pessoais, 2015/2016 (%)**



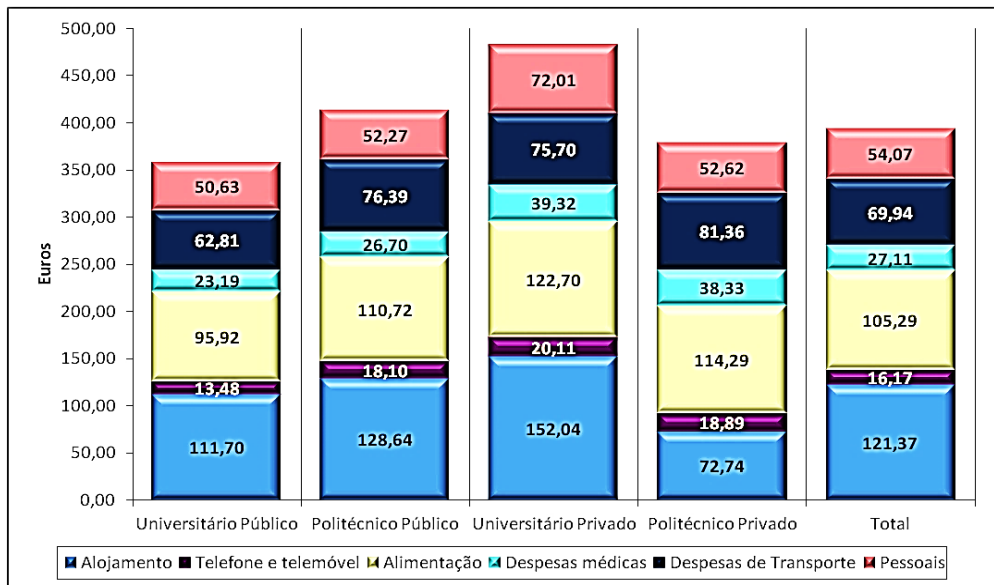
### 15.2.7 Síntese das Despesas Correntes Mensais

Dando atenção às despesas que os estudantes afirmam realizar, pode identificar-se uma estrutura das despesas correntes dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016, usando como referência a média de despesas registadas por mês em cada subsector de ensino. Essa estrutura é apresentada nas Figuras 60 e 61, em valor (euros) e composição percentual, respetivamente.

**Figura 60 - Estrutura das despesas correntes mensais por sector e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias)**



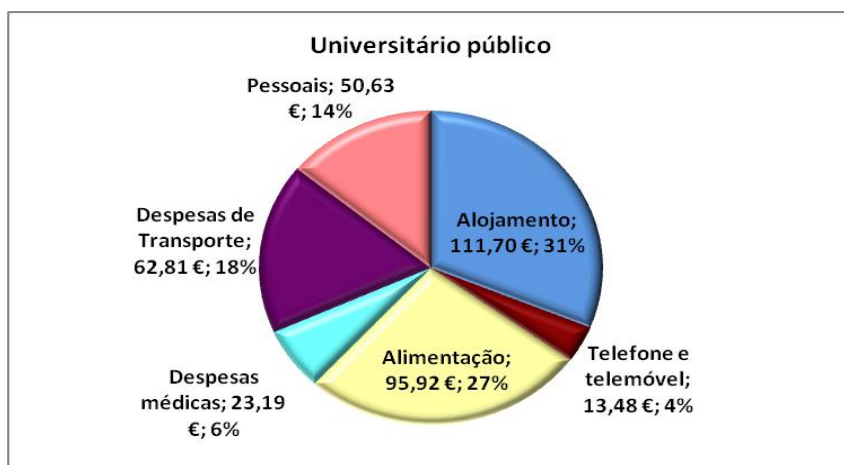
**Figura 61 - Peso relativo da composição das despesas correntes mensais por tipo de ensino, 2015/2016 (%)**



### 15.2.7.1 Despesas correntes mensais por sector e tipo de ensino

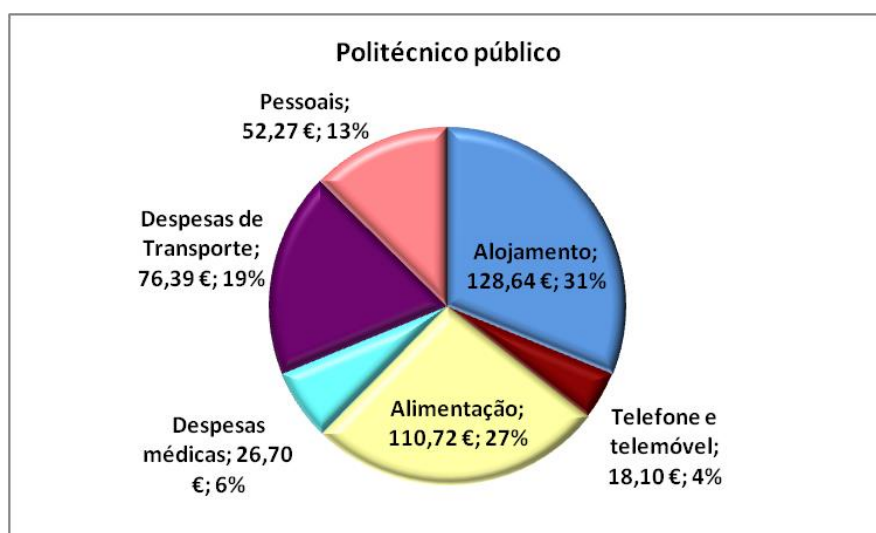
No ensino universitário público, os estudantes declararam gastar com as despesas correntes um valor médio mensal de 358 euros. O principal encargo encontrava-se relacionado com o alojamento (112 euros, 31% do custo), seguido da alimentação (96 euros, 27% do custo), que no conjunto representavam 58% das despesas. Os custos com os transportes representavam também uma parcela significativa (63 euros, 18% das despesas), superiores aos encargos com as outras despesas pessoais (roupas, produtos de higiene, cigarros, álcool, divertimentos, etc.) e que ascendiam a uma média de 51 euros, 14% das despesas. Por fim, encontravam-se as despesas médicas (23 euros, 6% das despesas) e com as comunicações (telefonos e telemóvel - 13 euros, 4% das despesas) (ver Figura 62).

**Figura 62 - Estrutura e valor das despesas correntes mensais no ensino universitário público, 2015/2016**



Os estudantes do ensino politécnico público gastaram, em média, mais 13% (+55 euros/mês) do que os do ensino universitário público, suportando uma despesa próxima dos 413 euros mensais. Grande parte da diferença entre os estudantes dos dois subsistemas públicos residia no valor pago pelas comunicações (telefones e telemóvel), significativamente mais alto no caso do ensino politécnico (+26%).

**Figura 63 - Estrutura e valor das despesas correntes mensais no ensino politécnico público, 2015/2016**

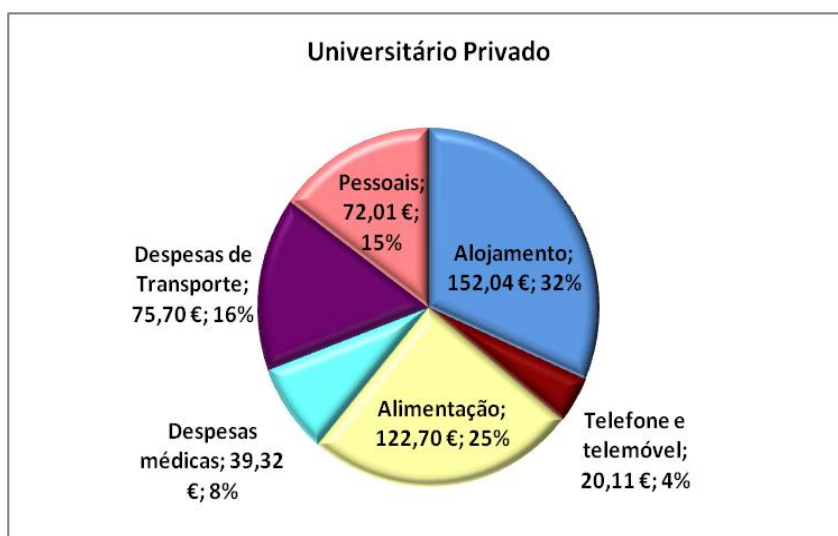


No ensino universitário privado, os estudantes apresentaram a mais elevada média de encargos com as despesas correntes mensais, cerca de 482 euros por mês, mais 26% e 14% do que os que se encontravam no ensino universitário e politécnico público, respetivamente, e acima 22% das despesas efetuadas pelos que frequentavam o ensino politécnico privado. A capacidade

de despesas evidenciada pelos estudantes do ensino universitário privado era compatível com a resposta que este grupo forneceu ao identificar o nível de rendimentos dos pais: foi neste subsector que se registou a maior percentagem de estudantes que provinham de agregados com rendimentos elevado/médio-alto (51%, para uma média de 37%).

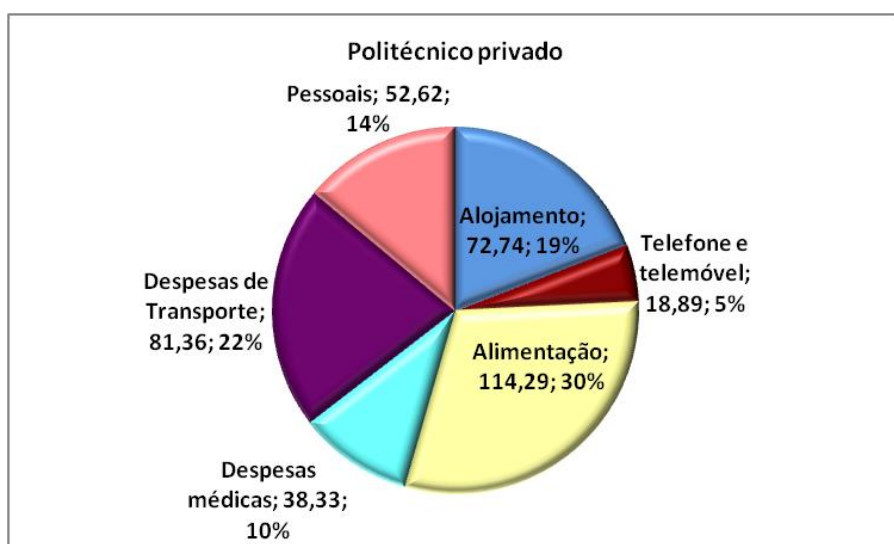
Os estudantes do ensino universitário privado gastaram sobretudo com o alojamento (152 euros, 32% dos encargos), com a alimentação (123 euros, 25% dos encargos), com o transporte (76 euros, 16% dos encargos) e com os gastos pessoais (72 euros, 15% dos encargos). A Figura 64 ilustra a estrutura e o valor pago em despesas correntes mensais pelos estudantes do ensino universitário privado.

**Figura 64 - Estrutura e valor das despesas correntes mensais no ensino universitário privado, 2015/2016**



No que respeita aos estudantes do ensino politécnico privado, a média mensal das despesas correntes era muito próxima da registada para os do ensino universitário público, no valor dos 378 euros, e inferior (-9%) à dos estudantes do ensino politécnico público. Os custos com a alimentação (114 euros, 30% do encargo) e os transportes (81 euros, 22% do encargo) foram os mais representativos (ver Figura 65).

**Figura 65 - Estrutura e valor das despesas correntes mensais no ensino politécnico privado, 2015/2016**



#### 15.2.7.2 Despesas correntes mensais e nível de rendimento dos pais

Pode ver-se no Quadro 102 que os estudantes que classificaram a família no grupo de rendimentos mais elevados foram os que denotaram uma despesa mensal média mais elevada, perto de 34% acima da registada para os

estudantes de baixos rendimentos. Os estudantes que identificaram a família como estando no nível de rendimentos médios, acabaram por revelar despesas muito próximas da mediana entre os resultados de altos e os de baixos rendimentos. Assinala-se, assim, a concordância entre a classificação que os estudantes indicaram quando lhes foi solicitado que identificassem o nível de rendimento do seu agregado familiar e a média das despesas por eles realizadas mensalmente.

**Quadro 102- Despesas correntes mensais por nível de rendimento do agregado familiar em euros, 2015/2016 (médias)**

Rendimento percecionado do agregado familiar	Despesas correntes mensais	
	Elevado/médio alto (> 1500 €)	446,5
	Médio (870 € a 1500 €)	375,4
	Baixo (< 870 €)	332,0
	<b>Total</b>	<b>394,3</b>

Por outro lado, os estudantes que tinham tido um emprego no último ano académico apresentaram despesas superiores (+38%) aos que não tiveram essa experiência, podendo deduzir-se que os estudantes que trabalhavam acabaram por ter acesso a um rendimento maior e, por isso, despesas mais elevadas, ou que, por já estarem mais autonomizados em relação ao agregado familiar, tiveram que fazer face a um maior número de encargos (ver o Quadro 103).

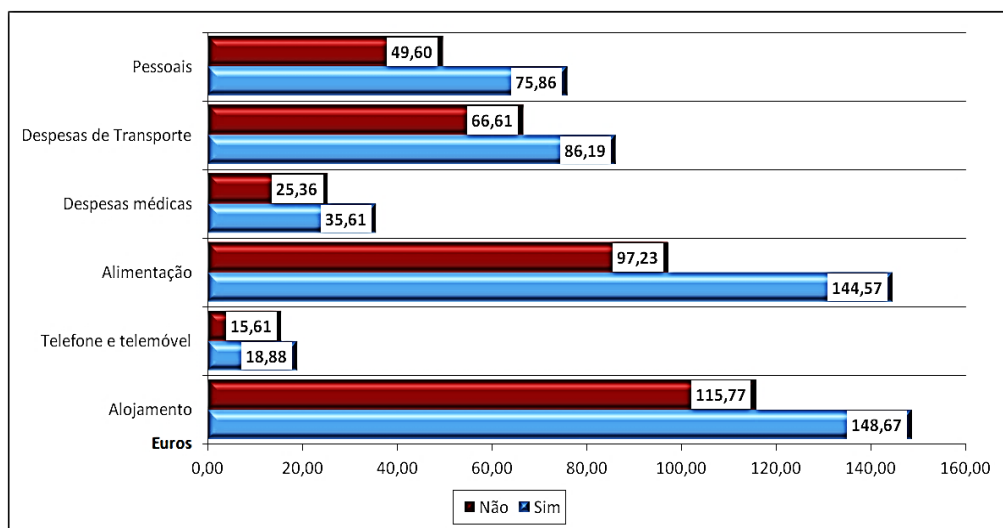


**Quadro 103 - Despesas correntes mensais de acordo por situação face ao emprego em euros, 2015/2016 (médias)**

Esteve empregado durante o período relativo ao último ano letivo?	Despesas correntes mensais	
	Sim	
	Não	
	Total	
		509,8
		370,2
		393,9

Os estudantes que estiveram empregados apresentaram, em todo o tipo de despesas correntes mensais, valores mais elevados, destacando-se as despesas pessoais (+53%), na alimentação (+49%) e nas despesas médicas (+40%). Os dados constam da Figura 66.

**Figura 66 - Despesas correntes mensais de acordo com a situação do estudante face ao emprego durante o ano académico em euros, 2015/2016 (médias)**

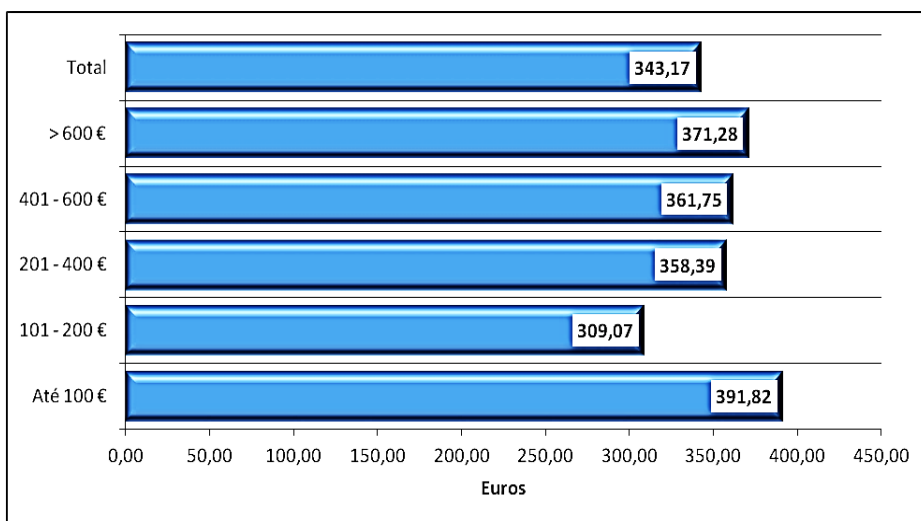


Os estudantes bolsheiros apresentaram, na generalidade, uma média de despesa mensal mais baixa (-15%) do que a global dos estudantes.

No entanto, identificou-se um escalão com um comportamento diferente; o das bolsas de menor valor (bolsas abaixo de 100 euros), com uma média mensal ligeiramente superior (+14%) à média geral (343 euros). Este facto pode estar associado a um fenómeno conhecido, mas não “debelado”, isto é, a existência de uma franja de estudantes que acaba por auferir uma bolsa de estudo, ainda que baixa, mas que realmente não engloba os estudantes verdadeiramente carenciados do sistema.

A Figura 67 resume para os estudantes bolsheiros a distribuição do valor encontrado para as despesas correntes mensais.

**Figura 67 - Despesas correntes mensais dos bolsheiros por valor de bolsa auferida, em euros, 2015/2016 (médias)**



### 15.2.8 Despesas correntes anuais

Analisa-se em seguida, numa ótica anualizada, as despesas correntes assumidas pelos estudantes inquiridos, considerando para o efeito as despesas correntes mensais declaradas pelos estudantes para a totalidade do ano (doze meses). A análise foi feita por tipo de ensino, área científica e a situação face à residência habitual.

#### 15.2.8.1 Despesas correntes anuais por tipo de ensino

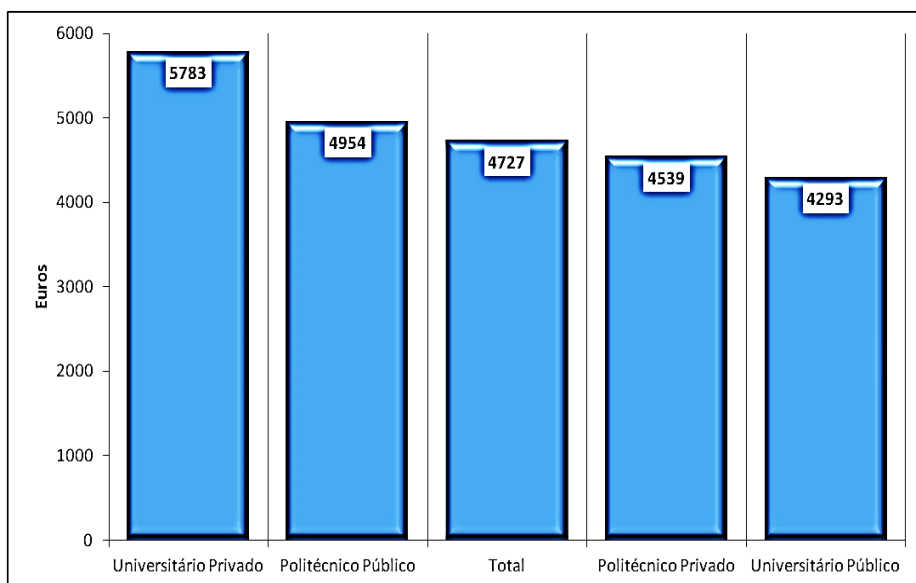
Em média, os estudantes do ensino superior gastaram, por ano, um total de 4.727 euros em despesas correntes (alojamento, telefone, alimentação, despesas médicas, transportes e despesas pessoais). Estas despesas variaram bastante consoante os estudantes provinham de instituições públicas ou privadas. Em média, os estudantes do ensino público gastaram num ano um valor de 4.570 euros, e os do privado cerca de 5.499 euros, como se pode ver no Quadro 104.

**Quadro 104 - Despesas correntes anuais por tipo de ensino em euros, 2015/2016**  
(médias)

	Despesas correntes 12 meses
<b>Público</b>	4570,2
<b>Privado</b>	5498,7
<b>Total</b>	4727,4

Os estudantes do ensino universitário privado e do ensino politécnico público apresentaram gastos mais elevados do que os do ensino politécnico privado e do ensino universitário público, havendo uma diferença de 35% entre o valor máximo registado no universitário privado (5.783 euros) e o do ensino universitário público (4.293 euros). Por sua vez, entre o ensino universitário privado (5.783 euros) e o politécnico público (4.954 euros) a diferença foi na ordem de 17%. Pode-se ver os valores encontrados na Figura 68.

**Figura 68 - Despesas correntes anuais por sector e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias)**



### 15.2.8.2 Despesas correntes anuais por tipo de ensino e área científica

As despesas correntes, por área científica, variaram acentuadamente, de acordo com os valores constantes no Quadro 105. Em termos globais, os estudantes do ensino superior que apresentaram as despesas mais elevadas foram os da área da “Educação” (5.547 euros), e os de menores despesas os da área das “Ciências” (3.611 euros).

**Quadro 105 - Despesas correntes por tipo de ensino e por área científica em euros, 2015/2016 (médias)**

	Despesas correntes 12 meses		
	Público	Privado	Total
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	4244,2	4967,7	4325,1
Ciências	3541,6	5706	3611,4
Gestão e Ciências Computacionais	5158,8	6445,9	5515,6
Ciências Sociais ou Direito	4796,1	5405,2	4952,4
Engenharia e outros cursos técnicos	4528,5	5665,3	4579,9
Educação	5789,4	4597	5546,8
Medicina, Medicina Dentária e Farmácia	3640,8	4444,5	3755,6
Enfermagem e outras profissões de saúde	4201,9	3804,7	4150,1
<b>Total</b>	<b>4570,2</b>	<b>5498,7</b>	<b>4727,4</b>

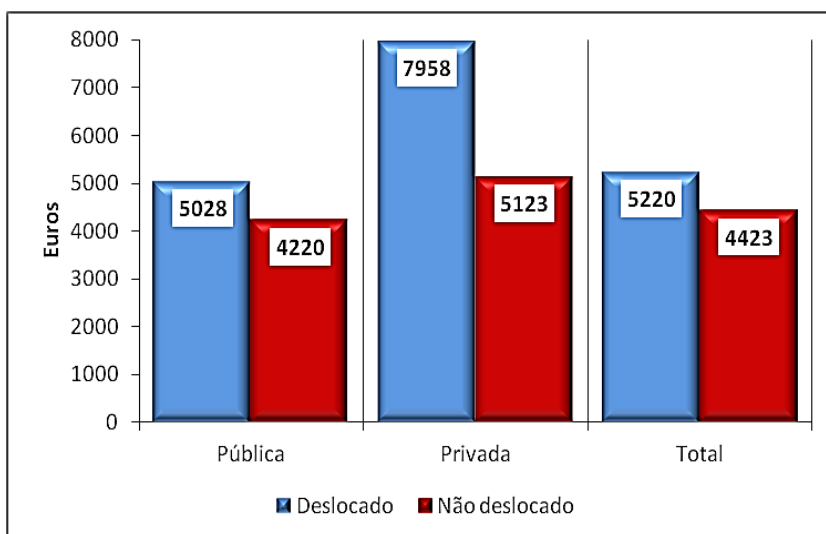
Nas instituições públicas, apenas os estudantes da área da “Educação” (+1.192 euros) e os da “Enfermagem e outras profissões de saúde” (+397 euros) apresentaram despesas mais elevadas dos que os que frequentavam a mesma área nas instituições privadas. Os outros estudantes das instituições privadas assumiram despesas mais elevadas do que os das públicas, com especial ênfase nos das áreas das “Ciências” (+2.164 euros) e da área de “Gestão e Ciências Computacionais” (+1.287 euros do que no público).

### 15.2.8.3 Despesas correntes anuais por tipo de ensino, área científica e residência

A situação dos estudantes face à residência habitual, isto é, se, se encontravam ou não deslocados, determinou despesas correntes anuais significativamente diferentes. Os estudantes deslocados gastaram, em média, num ano, mais 797 euros do que os que não estavam.

O valor das despesas correntes anuais dos estudantes deslocados atingiu os 5.220 euros, enquanto os estudantes não deslocados fizeram face a despesas de 4.423 euros, como se verifica na Figura 69.

**Figura 69 - Despesas correntes anuais por tipo de ensino e de acordo com a situação do estudante face à sua residência em euros, 2015/2016 (médias)**



As despesas correntes anuais consoante os estudantes se encontravam ou não deslocados, por área científica, constam do Quadro 106, com o valor máximo na área da Educação, 7.396 euros. O valor mais baixo foi encontrado nos estudantes não deslocados da área das Ciências, com 2.346 euros. Foi na área da “Educação” que a situação de estar ou não deslocado apresentou uma diferença mais acentuada nas despesas (+2.872 euros). Os estudantes da área das “Ciências Sociais ou Direito” registaram a menor diferença (apenas +66 euros). Pode-se ver os dados referentes a todas as áreas científicas no Quadro 106.

**Quadro 106 - Despesas correntes anuais por área científica e situação de deslocado, em euros, 2015/2016 (médias)**

	Despesas correntes 12 meses		
	Deslocado	Não deslocado	Total
<b>Artes, Humanidades, Línguas, etc.</b>	5133,2	3751,7	4280,2
<b>Ciências</b>	4742,7	2346	3504,4
<b>Gestão e Ciências Computacionais</b>	5977,9	5263,2	5483,4
<b>Ciências Sociais ou Direito</b>	5033,5	4967,2	4989,6
<b>Engenharia e outros cursos técnicos</b>	5097,9	4262,3	4539,4
<b>Educação</b>	7396,3	4524,8	5546,8
<b>Medicina, Medicina Dentária e Farmácia</b>	4527,4	2802,6	3649,4
<b>Enfermagem e outras profissões de saúde</b>	4307,9	4061,8	4150,1
<b>Total</b>	5219,5	4422,7	4706,6

#### 15.2.8.4 Despesas correntes anuais de acordo com a região onde a instituição frequentada se encontra

A identificação das três regiões para a localização dos estabelecimentos de ensino foi obtida através da análise dos distritos onde se localizam os estabelecimentos de ensino. A partir dessa análise os distritos foram agrupados em três regiões.

Quando se identificou a localização dos estabelecimentos de ensino frequentados e se cruzou esse dado com a situação dos estudantes face à residência, verificou-se ser no Interior que a diferença entre estar ou não deslocado era mais acentuada. Um estudante deslocado da sua residência no interior tinha que fazer face em média a encargos de mais 1.771 euros em despesas correntes do que um que não estivesse deslocado. Seguiam-se os estudantes dos estabelecimentos de ensino das regiões autónomas (+1.699 euros). Os do litoral evidenciaram a menor diferença entre as despesas (+721 euros). Os dados constam do Quadro 107.

**Quadro 107 - Despesas correntes anuais por região e situação de deslocado, em euros, 2015/2016 (médias)**

	Despesas correntes 12 meses		
	Deslocado	Não deslocado	Total
<b>Litoral</b>	5240,2	4519,0	4741,5
<b>Interior</b>	5167,1	3396,6	4646,4
<b>Regiões Autónomas</b>	5019,0	3319,7	3628,6
<b>Total</b>	5219,5	4422,7	4706,6



Após estudar as despesas correntes incorridas pelos estudantes inquiridos em 2015/2016, apresentam-se agora as despesas da educação.

### **15.3 Despesas de Educação**

#### ***15.3.1 Despesas com propinas***

O valor das propinas no ensino superior público é fixado pelo mecanismo previsto na Lei Base do Financiamento do Ensino Superior (Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto). No ensino privado, o valor das propinas pode variar de acordo com o que a instituição fixa ou, de algum modo, com o que o “mercado” ou a “concertação” entre as instituições privadas determina.

As respostas dadas pelos estudantes devem ser lidas com cuidado, dado que frequentemente os mesmos não recordavam com exatidão os valores pagos no ano letivo em causa.

Deste modo, os estudantes que indicaram não ter tido despesas com as propinas no ensino público, estariam porventura a considerar o reembolso que tiveram através da bolsa recebida, ou não se lembravam do valor que efetivamente pagaram. No caso dos estudantes do ensino privado, poderão estar a beneficiar de “isenção de propinas” ou também, como os do ensino público, a considerar os reembolsos que obtiveram com as bolsas de estudo.

O valor de propinas pagas pelos estudantes do ensino público foi mais baixo do que os do ensino privado, como se constata no Quadro 108. O valor médio das propinas por tipo de ensino, para o ano letivo 2015/2016 foi de 1.399 euros.

**Quadro 108 - Valor das propinas por tipo de ensino em euros, 2015/2016**

	Propinas
	Média
<b>Público</b>	983,3
<b>Privado</b>	3438,3
<b>Total</b>	1398,9

Os estudantes do ensino politécnico público apresentaram a propina média mais baixa, 943 euros por ano, e os do ensino universitário privado identificaram a mais elevada, 3.479 euros por ano (Quadro 109).

**Quadro 109 - Valor médio das propinas por tipo de ensino em euros, 2015/2016**

	Propinas
<b>Universitário Público</b>	1012,7
<b>Politécnico Público</b>	942,7
<b>Universitário Privado</b>	3479,2
<b>Politécnico Privado</b>	3300,1
<b>Total</b>	1398,9

Em termos de área científica frequentada, o valor médio das propinas variava entre um mínimo de 1.088 euros nas “Engenharias” e um valor máximo na área da “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia”, com um valor médio de 1.670 euros. A distribuição dos resultados por área científica consta do Quadro 110.

**Quadro 110 - Valor médio das propinas por área científica em euros, 2015/2016**

	<b>Propinas</b>
<b>Artes, Humanidades, Línguas, etc.</b>	1303,6
<b>Ciências</b>	1093,1
<b>Gestão e Ciências Computacionais</b>	1567,0
<b>Ciências Sociais ou Direito</b>	1574,0
<b>Engenharia e outros cursos técnicos</b>	1088,2
<b>Educação</b>	1392,8
<b>Medicina, Medicina Dentária e Farmácia</b>	1669,7
<b>Enfermagem e outras profissões de saúde</b>	1400,1
<b>Total</b>	1398,9

Torna-se interessante o cruzamento, não só por área científica, mas também por sector e tipo de ensino. Em termos gerais, e para qualquer área científica, os estudantes do ensino universitário pagaram sempre propinas mais elevadas do que os da mesma área, mas do ensino politécnico. Por exemplo, um estudante da área das “Artes, Humanidades e Línguas” pagou no ensino politécnico público, em média, uma propina de 959 euros, de 1.003 euros no universitário público, de 3.747 euros no politécnico privado e de 3.824 euros no universitário privado. Outro exemplo, o caso dos estudantes que frequentaram os cursos de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia”, os quais, no politécnico público, pagaram uma propina média de 1.121 euros e no universitário público de 983 euros. Os estudantes da área de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” do ensino universitário privado pagaram a propina média mais elevada, chegando ao valor de 5.013 euros por ano.

Tendo em atenção o diferente nível do valor de propinas por sector e tipo de ensino, não é de estranhar que se encontrem diferenças

estatisticamente significativas entre as variáveis. Observe-se a distribuição dos dados apresentados no Quadro 111, que nos mostra que a grande maioria dos estudantes do ensino universitário público (93%) e do ensino politécnico público (82%) encontrava-se no intervalo de propina entre 881 e 2.500 euros por ano.

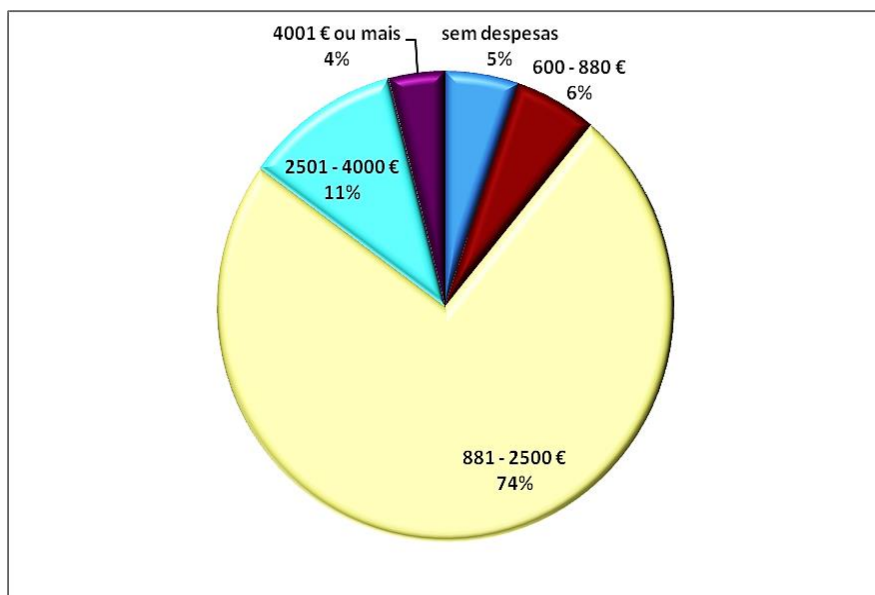
**Quadro 111 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e nível de propina paga, 2015/2016 (%)**

	Propinas					Total
	sem despesas	600 - 880 €	881 - 2500 €	2501 - 4000 €	4001 € ou mais	
<b>Universitário Público</b>	6,1	1,0	92,9	0,0	0,0	100,0
<b>Politécnico Público</b>	2,6	15,3	82,1	0,0	0,0	100,0
<b>Universitário Privado</b>	7,7	0,0	2,8	64,8	24,6	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	7,1	0,0	4,8	66,7	21,4	100,0
<b>Total</b>	5,2	5,8	74,0	11,0	4,0	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(12) = 1057,741$ ;  $p < 0,001$ ).

Em termos globais, 74% dos estudantes do ensino superior português, no que diz respeito a propinas, situavam-se no intervalo dos 881-2500 euros, seguidos de um grupo de 11% acima de 2.500 euros e abaixo de 4.000 euros. Nos escalões com propinas mais elevadas, apenas 4% dos estudantes pagaram acima dos 4.000 euros por ano (ver a Figura 70).

**Figura 70 - Distribuição dos estudantes do ensino superior por valor das propinas pagas no ano letivo, 2015/2016 (%)**



Cruzando a área científica e o tipo de ensino frequentado, constatou-se que, no escalão das propinas mais baixas (600-880 euros), as áreas científicas com menor percentagem de estudantes nesse escalão eram as de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” em ex-âqueo com “Ciências” (0%) dos estudantes do ensino público. Por sua vez, 83,3% dos estudantes das áreas de “Enfermagem” e 75% dos da área da “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” do ensino privado pagaram acima dos 4.000 euros por ano (Quadro 112).

**Quadro 112 - Distribuição dos estudantes por área científica e valor de propina paga, 2015/2016 (%)**

		Propinas					
		sem despesas	600 - 880 €	881 - 2500 €	2501 - 4000 €	4001 € ou mais	Total
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	Pública	5,2	7,4	87,4	0,0	0,0	100,0
	Privada	0,0	0,0	0,0	82,4	17,6	100,0
Ciências	Pública	5,0	0,0	95,0	0,0	0,0	100,0
	Privada	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Gestão e Ciências Computacionais	Pública	6,2	9,6	84,2	0,0	0,0	100,0
	Privada	7,1	0,0	5,4	69,6	17,9	100,0
Ciências Sociais ou Direito	Pública	4,1	7,1	88,8	0,0	0,0	100,0
	Privada	10,3	0,0	2,9	66,2	20,6	100,0
Engenharia e outros cursos técnicos	Pública	4,2	5,3	90,5	0,0	0,0	100,0
	Privada	11,1	0,0	0,0	77,8	11,1	100,0
Educação	Pública	6,4	12,8	80,9	0,0	0,0	100,0
	Privada	0,0	0,0	8,3	91,7	0,0	100,0
Medicina, Medicina Dentária e Farmácia	Pública	2,1	0,0	97,9	0,0	0,0	100,0
	Privada	12,5	0,0	0,0	12,5	75,0	100,0
Enfermagem e outras profissões de saúde	Pública	3,8	11,3	85,0	0,0	0,0	100,0
	Privada	8,3	0,0	0,0	8,3	83,3	100,0
Total	Pública	4,7	7,0	88,4	0,0	0,0	100,0
	Privada	7,6	0,0	3,3	65,2	23,9	100,0

### 15.3.2 Despesas com Taxa de Matrícula

No ensino público, a taxa de matrícula é paga pelos estudantes uma só vez, quando se inscrevem no primeiro ano, variando o respetivo valor consoante as instituições. No ensino privado, a esmagadora maioria das instituições aplica esta taxa todos os anos letivos no momento de inscrição.

Na globalidade, 32% dos estudantes declararam não ter pago taxa de matrícula. No ensino universitário e politécnico público essa taxa não ultrapassou, na maioria dos casos, o valor de 99 euros. Nas instituições privadas esse valor subiu para níveis bem mais expressivos. No ensino universitário privado, bem como no ensino politécnico privado, 33,8% e 42,9%, respetivamente, dos estudantes, declararam pagar entre 100 a 300 euros e 38% e 26,2%, respetivamente, um valor superior a 300 euros. De registar que as diferenças registadas são explícitas da relação estatisticamente significativa existente entre o valor da taxa de matrícula e o sector e tipo de ensino. Os dados encontram-se resumidos no Quadro 113.

**Quadro 113 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e valor de taxa de matrícula paga, 2015/2016**

	Taxa de matrícula				Total
	sem despesas	1 - 99 €	100 - 299 €	300 € ou mais	
<b>Universitário Público</b>	39,9	57,3	2,3	0,6	100,0
<b>Politécnico Público</b>	23,7	68,1	6,6	1,6	100,0
<b>Universitário Privado</b>	24,6	3,5	33,8	38,0	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	28,6	2,4	42,9	26,2	100,0
<b>Total</b>	31,8	51,9	9,5	6,8	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(9) = 568,368$ ;  $p < 0,001$ ).

Em termos médios, os estudantes do ensino superior declararam pagar 55 euros em taxas de matrícula. No ensino público, a média do valor pago foi substancialmente mais baixa (20 euros no universitário e 36 euros no politécnico) do que nas instituições privadas, as quais se servem deste tipo de taxas para aumentar a sua capacidade de financiamento. No ensino

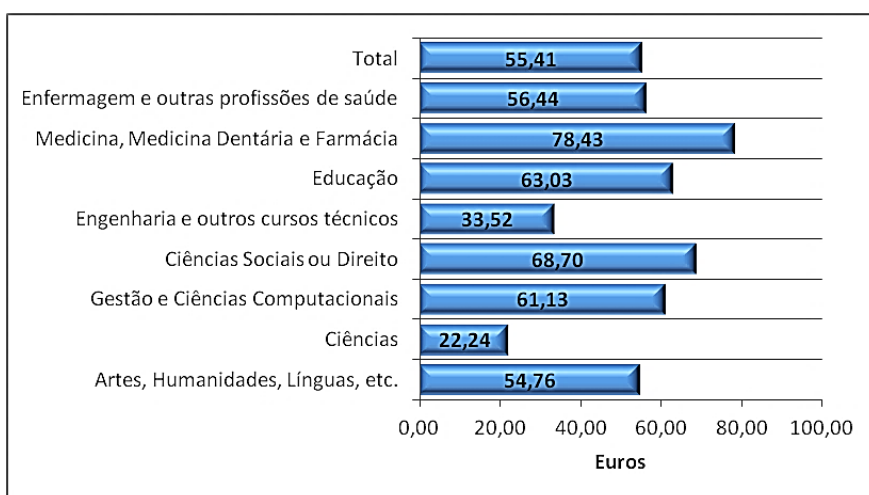
universitário privado, o valor médio da taxa de matrícula foi de 202 euros e no ensino politécnico essa média desce para 181 euros (ver o Quadro 114).

**Quadro 114 - Valor de taxa de matrícula por tipo de ensino em euros, 2015/2016**  
(médias)

	Taxa de matrícula
<b>Universitário Público</b>	20,2
<b>Politécnico Público</b>	35,5
<b>Universitário Privado</b>	201,5
<b>Politécnico Privado</b>	180,6
<b>Total</b>	55,4

Por área científica, foram os estudantes das áreas de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” e de “Ciências Sociais ou Direito” que apresentaram a média mais alta da taxa de matrícula, conforme a Figura 71.

**Figura 71 - Valor da taxa de matrícula por área científica em euros, 2015/2016**  
(médias)





### 15.3.3 Despesas com outras taxas (seguro, inscrição para exames, etc.)

Ao longo destes últimos anos, as instituições públicas, têm vindo a aplicar outras taxas, que apoiam o pagamento de seguros, a realização de exames e, ainda, o acesso a certo tipo de instalações ou infraestruturas. Quando inquiridos sobre se tinham pago este tipo de taxas, 51% dos estudantes declararam não o ter feito e cerca de 38% informaram que o tinham feito e que esse valor se situava abaixo de 50 euros. À semelhança da taxa de matrícula, foram os estudantes do ensino privado os que declararam estar mais sujeitos a este tipo de encargos revelando-se as diferenças entre os dois sectores de ensino estatisticamente significativas. Veja-se a distribuição constante no Quadro 115.

**Quadro 115 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e nível de outras taxas pagas, 2015/2016 (%)**

	Outras taxas (seguro, inscrição para exames, etc.)					Total
	sem despesas	1 - 49 €	50 - 99 €	100 - 199 €	200 € ou mais	
<b>Universitário Público</b>	57,8	35,9	5,0	1,1	0,2	100,0
<b>Politécnico Público</b>	44,9	48,0	5,5	1,6	0,0	100,0
<b>Universitário Privado</b>	47,9	23,2	12,0	11,3	5,6	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	38,1	31,0	14,3	9,5	7,1	100,0
<b>Total</b>	51,2	38,3	6,4	2,9	1,1	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(12) = 137,513$ ;  $p < 0,001$ ).

A média de despesa global destas outras taxas ascendeu a 16 euros por ano letivo, variando entre 10 e 12 euros do ensino público e 47 e 43 euros do ensino politécnico e universitário privado, respetivamente, de acordo com o Quadro 116.

**Quadro 116 - Valor médio de outras taxas por tipo de ensino em euros, 2015/2016**

	Outras taxas (seguro, inscrição para exames, etc.)
<b>Universitário Público</b>	9,8
<b>Politécnico Público</b>	12,2
<b>Universitário Privado</b>	42,5
<b>Politécnico Privado</b>	47,3
<b>Total</b>	16,4

Em termos das áreas científicas, a média do valor destas taxas variou de um máximo de 140 euros, registada na área da “Enfermagem e outras profissões de saúde” do ensino universitário privado, e a um mínimo de 2 euros, na área da “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” do ensino politécnico público.

Agregou-se o conjunto das despesas que englobam o pagamento de propinas, taxa de matrícula e outras taxas pagas anualmente num conjunto de despesas que designamos por “despesas de frequência de educação”, que representa, pois, todos os valores que os estudantes declararam ter obrigatoriamente que pagar às instituições de ensino onde se encontravam matriculados e que não dependia da sua decisão. Verificou-se que os estudantes declararam ter que pagar, em média, para se encontrarem inscritos num estabelecimento de ensino, um valor próximo de 1.471 euros por ano, sendo este valor bastante mais baixo no ensino público (onde variou entre 990 euros e 1.043 euros por ano) do que no ensino privado, onde variou entre de 3.528 euros e 3.723 euros. Os dados constam do Quadro 117.

**Quadro 117 - Valor médio das despesas de frequência de educação anual por tipo de ensino em euros, 2015/2016**

	Despesas de Frequência de Educação (Propina+Matrícula+Outras taxas)
Universitário Público	1042,7
Politécnico Público	990,4
Universitário Privado	3723,2
Politécnico Privado	3528,0
<b>Total</b>	<b>1470,7</b>

### 15.3.4 Despesas com livros e outro material didático

As respostas obtidas evidenciaram diferenças significativas do ponto de vista estatístico entre os diferentes subsistemas. Os estudantes do ensino politécnico público foram os que em menor percentagem se encontravam nos escalões de despesa mais elevada; no ensino politécnico privado, aconteceu o oposto. Os dados constam do Quadro 118.

**Quadro 118 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e nível de despesas com livros e outros materiais, 2015/2016**

	Livros e outro material didático				
	sem despesas	1 - 199 €	200 - 399 €	400 € ou mais	Total
Universitário Público	17,7	63,4	14,5	4,4	100,0
Politécnico Público	22,7	62,5	11,1	3,7	100,0
Universitário Privado	23,9	56,3	11,3	8,5	100,0
Politécnico Privado	31,0	38,1	31,0	0,0	100,0
<b>Total</b>	<b>20,8</b>	<b>61,2</b>	<b>13,5</b>	<b>4,5</b>	<b>100,0</b>

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(9) = 29,855$ ;  $p < 0,001$ ).

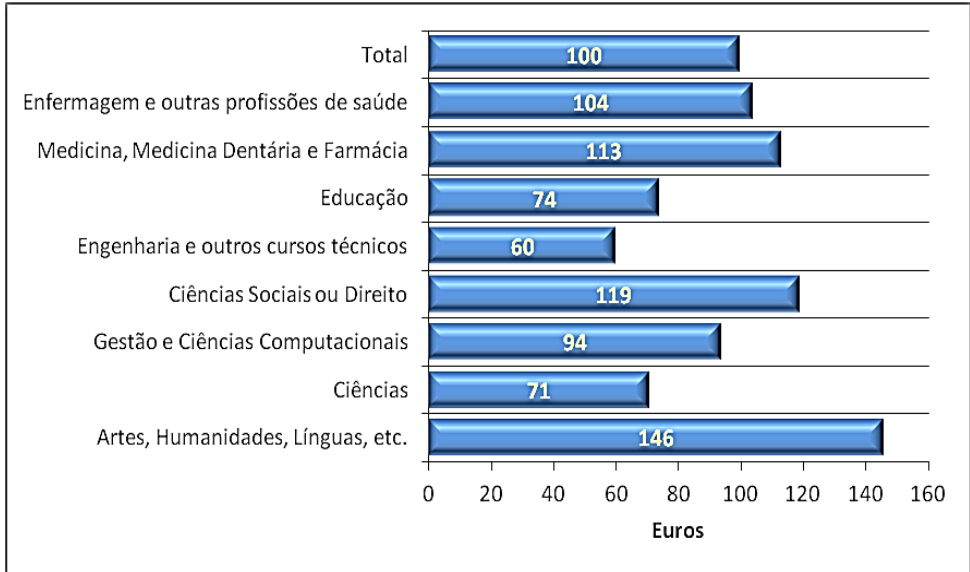
Os estudantes do ensino superior gastaram, em média, 101 euros por ano em livros, com os estudantes do ensino público a terem uma média inferior aos do ensino privado. Em qualquer dos casos, esse valor é baixo, se o compararmos com outro tipo de despesas, como as das comunicações (16 euros/mês e 192 euros/ano) ou as das despesas pessoais (54 euros/mês, 648 euros/ano) (ver Quadro 119).

**Quadro 119 - Despesas médias com livros e outros materiais em euros, 2015/2016**

	Livros e outro material didático
Universitário Público	102,5
Politécnico Público	91,6
Universitário Privado	115,2
Politécnico Privado	105,6
<b>Total</b>	<b>100,5</b>

Por área científica, observou-se que os estudantes das áreas das “Artes, Humanidades, Línguas” (146 euros) e das “Ciências Sociais ou Direito” (119 euros) apresentaram uma média mais elevada de despesas, por ano, em livros. Os estudantes das “Engenharias (60 euros) e das Ciências (71 euros) encontravam-se no lado oposto, podendo eventualmente esta circunstância estar relacionada com o facto de estes estudantes usarem a Internet e as bibliotecas digitais de uma forma mais desenvolvida. A distribuição deste tipo de despesas por área científica consta da Figura 72.

**Figura 72 - Despesas com livros e outro material didático por área científica em euros, 2015/2016 (médias)**



### **15.3.5 Despesas com equipamento (computadores, microscópios, etc.) e visitas de estudo**

A maioria dos estudantes não registou este tipo de encargos (66%). Dos que indicaram ter tido este tipo de despesa, 25% gastaram até 499 euros e 9% tiveram uma despesa para além dos 500 euros por ano, conforme o Quadro 120, valores que evidenciam diferenças estatisticamente significativas em função do tipo de ensino.

**Quadro 120 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e nível de despesas com equipamento e visitas de estudo, 2015/2016 (%)**

	Equipamento (computadores, microscópios, etc.) e visitas de estudo				
	sem despesas	1 - 499 €	500 - 999 €	1000 € ou mais	Total
<b>Universitário Público</b>	67,2	25,2	4,8	2,9	100,0
<b>Politécnico Público</b>	63,6	28,2	6,1	2,1	100,0
<b>Universitário Privado</b>	66,9	18,3	6,3	8,5	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	71,4	21,4	4,8	2,4	100,0
<b>Total</b>	66,1	25,2	5,4	3,3	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(9) = 19,298$ ;  $p=0,05$ ).

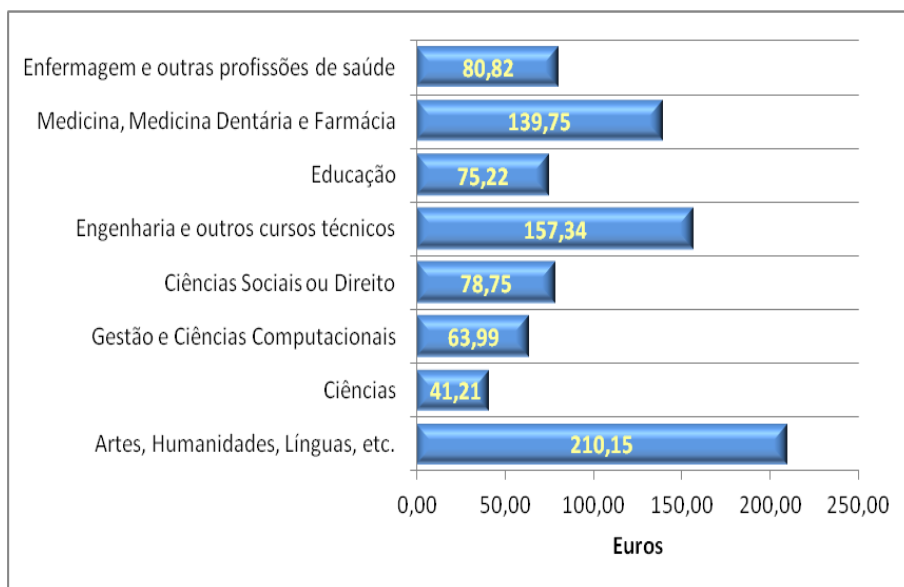
A média de despesas, por ano, com equipamento e visitas de estudo, foi de cerca de 110 euros, registando-se o valor mais elevado no ensino universitário privado, com 184 euros (Quadro 121).

**Quadro 121 - Valor médio das despesas com equipamento e visitas de estudo em euros, 2015/2016**

	Equipamento (computadores, microscópios, etc.) e visitas de estudo
<b>Universitário Público</b>	97,5
<b>Politécnico Público</b>	99,2
<b>Universitário Privado</b>	184,4
<b>Politécnico Privado</b>	105,1
<b>Total</b>	109,8

A média de despesas de equipamento suportadas pelos estudantes das áreas das "Artes, Humanidades, Línguas" (210 euros) e de "Engenharia" (157 euros) foi a que se apresentava mais elevada.

**Figura 73 - Despesas com equipamento e visitas de estudo por área científica, em euros, 2015/2016 (médias)**



### **15.3.6 Despesas com outras despesas não incluídas em qualquer outro item**

Os estudantes foram inquiridos sobre se tinham realizado outras despesas não incluídas nos agregados propostos, tendo 71% indicado não terem incorrido em mais despesas. A média global do valor das “Outras Despesas” apontou para 37 euros por ano. O ensino público apresentou valores mais elevados, em especial o ensino universitário público (Quadro 122).

**Quadro 122 - Valor médio de outras despesas por tipo de ensino em euros,  
2015/2016**

	<b>Outras despesas não incluídas em qualquer outro item</b>
<b>Universitário Público</b>	40,1
<b>Politécnico Público</b>	38,0
<b>Universitário Privado</b>	30,3
<b>Politécnico Privado</b>	18,3
<b>Total</b>	37,2

Pode-se designar o conjunto das despesas com livros e outros materiais, equipamentos (computadores, microscópios, etc.) e outras despesas anuais diversas, por “Outras Despesas de Educação Anuais”. Estas dependem, não só do nível de rendimento do estudante, como do tipo de curso, ou até mesmo dos hábitos e usos de cada estudante. Em média, para este conjunto de despesas, encontrou-se o valor 247 euros por ano, conforme indicado no Quadro 123.

**Quadro 123 - Valor médio de outras despesas de educação por tipo de ensino em euros, 2015/2016**

	<b>Outras Despesas de Educação (Livros+Equipamentos+Outras despesas)</b>
<b>Universitário Público</b>	240,1
<b>Politécnico Público</b>	228,8
<b>Universitário Privado</b>	329,8
<b>Politécnico Privado</b>	229,0
<b>Total</b>	247,4



### **15.3.7 Despesas de Educação Anuais**

#### **15.3.7.1 Despesas de educação anuais por sector e tipo de ensino**

Os estudantes do ensino superior inquiridos apresentaram diferenças significativas consoante o tipo de ensino que frequentavam, no que concerne às respetivas despesas de educação, por ano letivo. No ensino politécnico público surgiu a maior percentagem (4,5%) de estudantes com despesas de educação anuais abaixo dos 880 euros; no ensino universitário público, 2,5% dos estudantes situava-se nesse escalão. A maioria dos estudantes universitários do ensino público apresentou uma despesa de educação anual entre 881-1.200 euros.

No ensino privado, a maioria dos estudantes encontrava-se no intervalo 2.501-4.000 euros, sendo ainda bastante relevante o peso dos com despesas acima dos 4.000 euros.

Os resultados, que se encontram resumidos no Quadro 124, revelam diferenças estatisticamente significativas entre o nível de despesas e o tipo de ensino sendo sempre superiores, em média, as realizadas pelos estudantes do ensino superior privado.

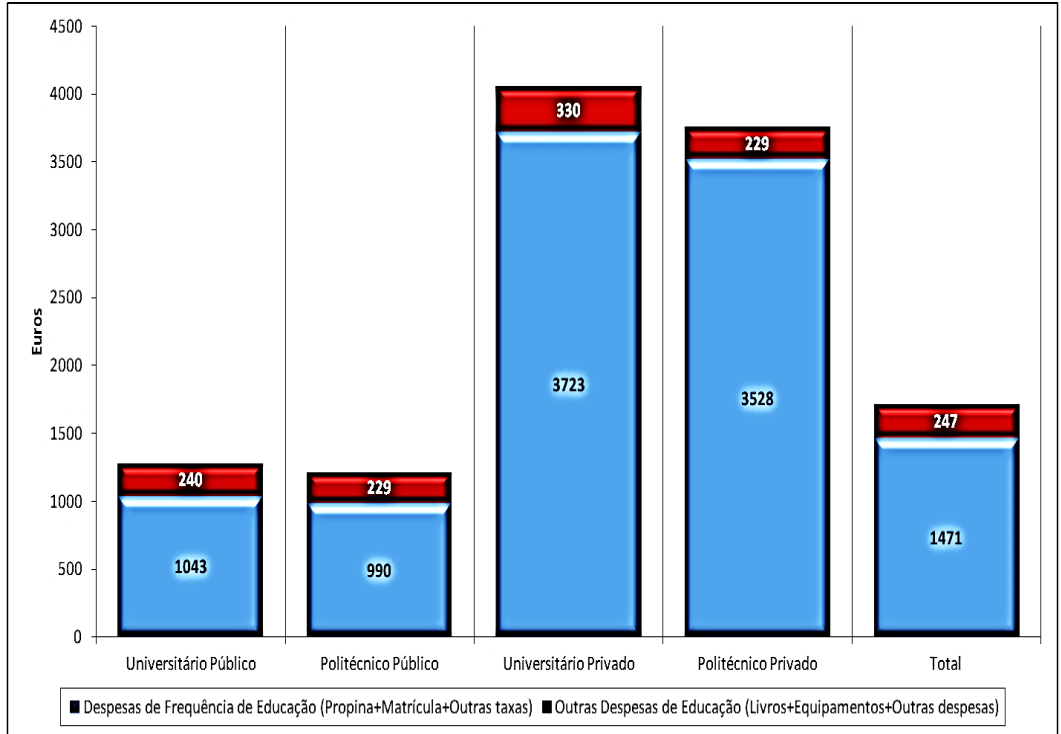
**Quadro 124 - Distribuição dos estudantes por tipo de ensino e nível de despesas de educação anuais, 2015/2016 (%)**

	Despesas de Educação Totais						Total
	sem despesas	1 - 880 €	881 - 1200 €	1201 - 2500 €	2501 € - 4000 €	4001 € ou mais	
<b>Universitário Público</b>	3,6	2,5	46,9	44,7	1,7	0,6	100,0
<b>Politécnico Público</b>	2,1	4,5	59,4	31,9	1,8	0,3	100,0
<b>Universitário Privado</b>	6,3	1,4	0,0	0,7	46,5	45,1	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	4,8	2,4	0,0	2,4	45,2	45,2	100,0
<b>Total</b>	3,5	3,0	43,3	32,8	9,3	8,0	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(15) = 898,468$ ;  $p < 0,001$ ).

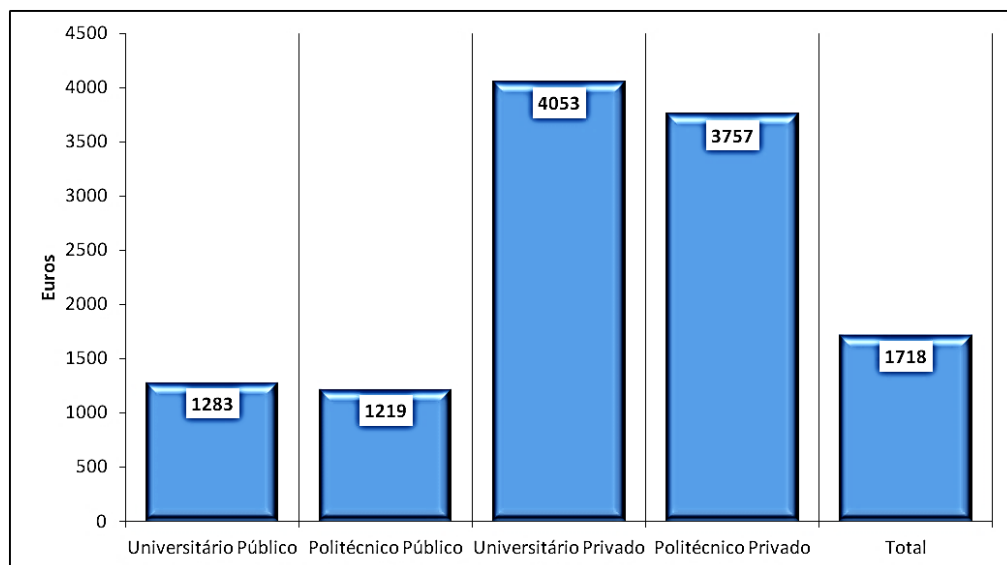
Os estudantes do ensino superior suportaram, em média, despesas de educação anuais num valor de 1.718 euros, valor esse que resultou do pagamento de 1.471 euros no conjunto de propinas, taxa de matrícula e outras taxas, e ainda de cerca de 247 euros referentes a despesas em livros, equipamentos e outras despesas. A variação consoante o tipo de ensino frequentado foi acentuada, muito mais pronunciada no que respeitou às propinas e outras taxas do que às outras despesas de educação, que não apresentaram, comparativamente, um intervalo de variação muito largo (um valor mínimo de 229 euros por ano no ensino universitário público e de 330 euros por ano no universitário privado). (Figura 74).

**Figura 74 - Despesas de Educação (propinas e outras despesas) por ano letivo por tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias)**



As despesas de educação totais dos estudantes inscritos no ensino universitário público foram, em média, 5% superiores às do ensino politécnico público; foram inferiores em 216% às do ensino universitário privado e em 193% às do ensino politécnico privado. Por sua vez, as despesas de educação totais no ensino politécnico público foram inferiores em 232% às suportadas no ensino universitário privado e em 208% às do ensino politécnico privado. Para melhor apreensão destas diferenças, veja-se a Figura 75.

**Figura 75 - Despesas de Educação anuais por tipo de ensino em euros, 2015/2016  
(médias)**



### 15.3.7.2 Despesas de educação anuais por área científica

Considerando o valor anual dos custos de educação totais (despesas de propinas, taxa de matrícula, despesas com livros e outros materiais escolares, despesas com equipamentos e visitas de estudo) suportados pelos estudantes das diversas áreas científicas, no conjunto do ensino superior esse valor variou, em média, entre um valor máximo de 2.050 euros (“Medicina, Medicina Dentária e Farmácia”) e um valor mínimo de 1.261 euros (“Ciências”). Em relação a estas áreas, não foram inquiridos estudantes provindos do ensino politécnico privado.

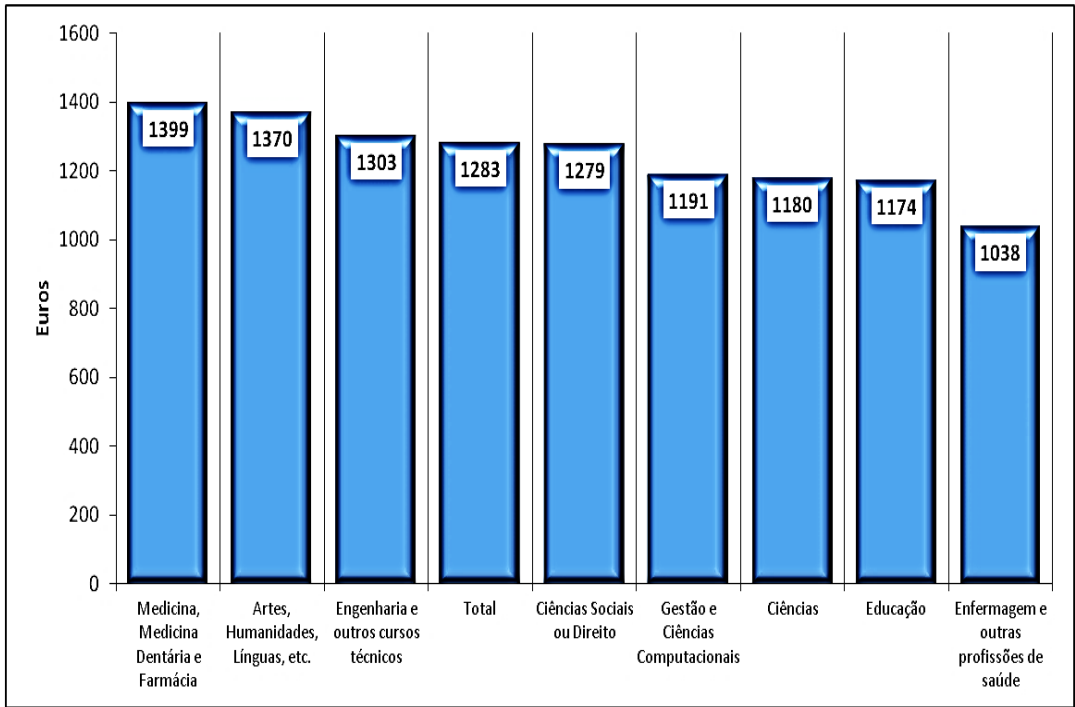
Veja-se o Quadro 125 onde se reúnem os dados dos custos de educação totais por área científica e sector e tipo de ensino.

**Quadro 125 - Despesas de educação totais por tipo de ensino e área científica em euros, 2015/2016 (médias)**

	Universitário Público	Politécnico Público	Universitário Privado	Politécnico Privado	Total
	Despesas de Educação Totais	Despesas de Educação Totais	Despesas de Educação Totais	Despesas de Educação Totais	Despesas de Educação Totais
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	1370,0	1556,3	4677,4	4633,3	1785,6
Ciências	1180,1	1105,8	4016,0	.	1260,8
Gestão e Ciências Computacionais	1191,4	1091,7	3718,5	3326,2	1826,8
Ciências Sociais ou Direito	1278,5	1110,4	3890,8	2720,0	1879,2
Engenharia e outros cursos técnicos	1302,9	1275,3	4155,7	3661,0	1416,5
Educação	1173,7	1249,6	3983,3	2933,0	1687,0
Medicina, Medicina Dentária e Farmácia	1399,3	1144,9	6051,6	.	2050,3
Enfermagem e outras profissões de saúde	1038,3	1241,7	5158,0	4653,3	1682,2
<b>Total</b>	<b>1282,8</b>	<b>1219,2</b>	<b>4053,0</b>	<b>3757,0</b>	<b>1718,1</b>

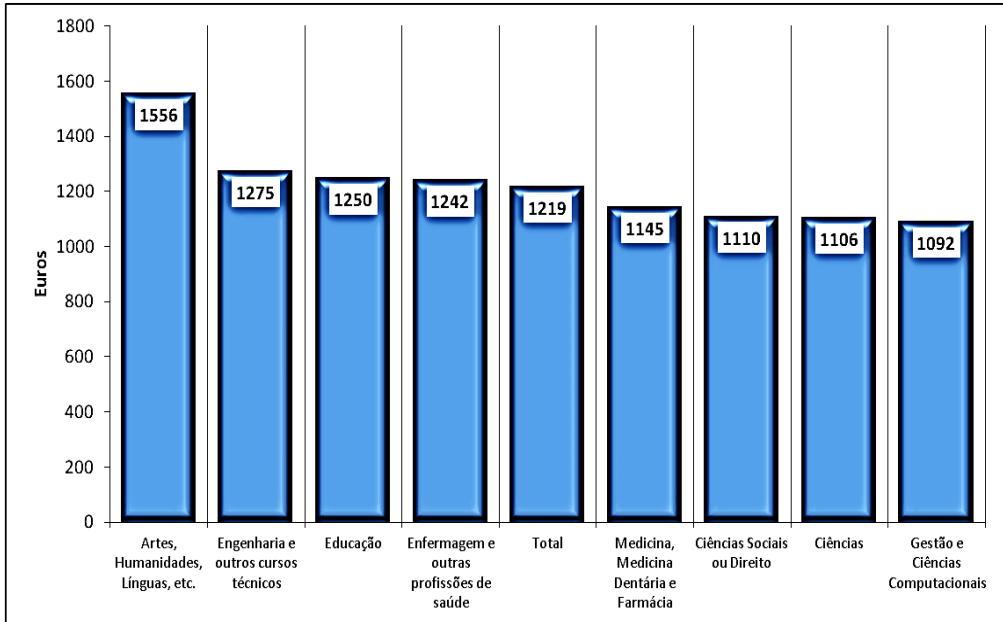
No ensino universitário público, os estudantes dos cursos de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia”, com um custo de educação de 1.399 euros, os de “Artes, Humanidades, Línguas”, com 1.370 euros, e os de “Engenharia e outros cursos técnicos” com 1.303 euros, os que apresentaram os valores mais elevados. Os cursos onde os estudantes indicaram os custos de educação mais baixos foram os de “Enfermagem e outras profissões de saúde” com 1.038 euros e os de “Educação” com 1.174 euros. A Figura 76 apresenta os valores das despesas de educação, por área científica, para o ensino universitário público.

**Figura 76 - Ensino universitário público - Despesas de educação por área científica em euros, 2015/2016 (médias)**



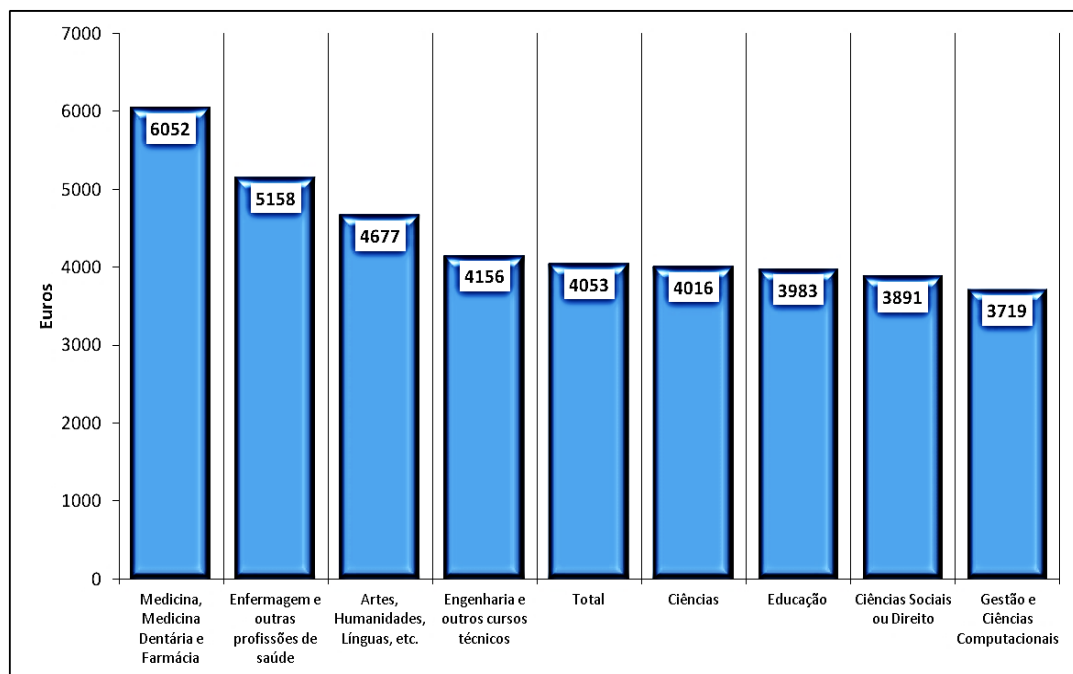
Em relação aos custos dos cursos do ensino politécnico público, verificou-se que os cursos inseridos no grupo de “Artes, Humanidades, Línguas”, com um custo de educação de 1.556 euros, os de “Engenharia e outros cursos técnicos”, com 1.275 euros, e os de “Educação” com 1.250 euros, os que apresentaram os valores mais elevados. Os cursos onde os estudantes indicaram os custos de educação mais baixos foram os de “Gestão e Ciências Computacionais” com 1.092 euros e os de “Ciências” com 1.106 euros. Veja-se a Figura 77 onde é apresentada a distribuição, por área científica, dos custos de educação do ensino politécnico público.

**Figura 77 - Ensino politécnico público - Despesas de educação por área científica em euros, 2015/2016 (médias)**



No ensino universitário privado, os custos de educação foram acentuadamente superiores, em todas as áreas científicas, em relação ao ensino público. Dentro do próprio ensino universitário privado, tal como no público, a diferença existente entre os custos de educação de cada área era acentuada. O valor dos custos de educação totais da área de “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” foi 63% mais elevado do que o dos cursos da “Gestão e Ciências Computacionais” (Figura 78).

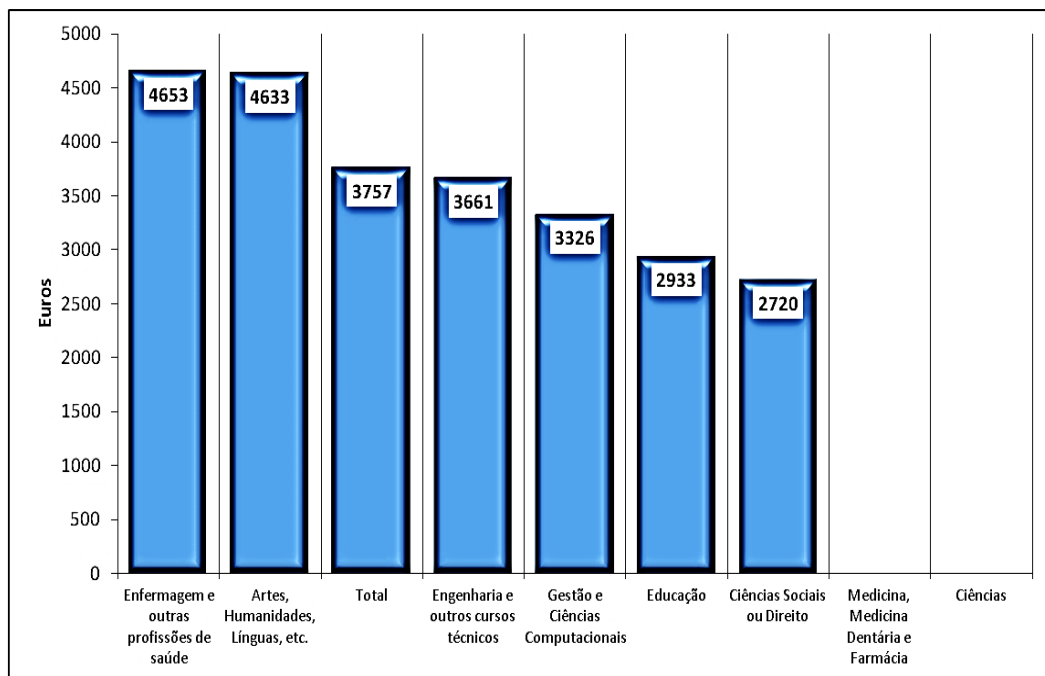
**Figura 78 - Ensino universitário privado - Despesas de educação por área científica em euros, 2015/2016**



No ensino politécnico privado, os cursos inseridos na área de “Enfermagem e outras profissões de saúde” apresentaram os custos de educação mais elevados, no valor de 4.653 euros anuais, seguidos dos cursos de “Artes, Humanidades, Línguas” com 4.633 euros. Neste subsector, os cursos com custos de educação mais baixos foram os das “Ciências Sociais ou Direito”, com um valor de 2.720 euros mais baixo do que no ensino privado. Em relação às áreas das “Ciências” e da “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” não foram inquiridos estudantes provindos do ensino politécnico privado. A Figura 79 resume a situação das despesas dos estudantes do ensino politécnico privado para cada área científica.



**Figura 79 - Ensino politécnico privado - Despesas de educação por área científica em euros, 2015/2016 (médias)**



#### 15.4 Despesas totais por ano letivo

Considerando o conjunto das despesas que os estudantes suportaram em 2015/2016, tendo em conta as despesas correntes mensais, agora consideradas numa base anual (4.727 euros - alojamento, telefone, alimentação, despesas médicas, custos de transportes e pessoais), e ainda as despesas de educação (1.718 euros - propinas, taxa de matrícula, outras taxas, livros e outros materiais, equipamentos e outras despesas anuais), concluiu-se que os estudantes do ensino superior português gastaram um valor médio próximo dos 6.446 euros.

### 15.4.1 Despesas totais anuais por tipo de ensino

Viu-se que os estudantes do ensino superior português gastaram uma média anual de 6.446 euros, 5.826 euros no ensino público e 9.484 euros no ensino privado. Isto é, um estudante que frequentou o ensino privado gastou cerca de 53% mais do que um que frequentou um estabelecimento de ensino público, o que representou um esforço financeiro bastante diferenciado para o estudante e a sua família (Quadro 126).

**Quadro 126 - Despesas médias totais anuais por tipo de Instituição em euros, 2015/2016**

	Despesas totais anuais (Correntes + Educação)
<b>Público</b>	5826,3
<b>Privado</b>	9484,1
<b>Total</b>	6445,5

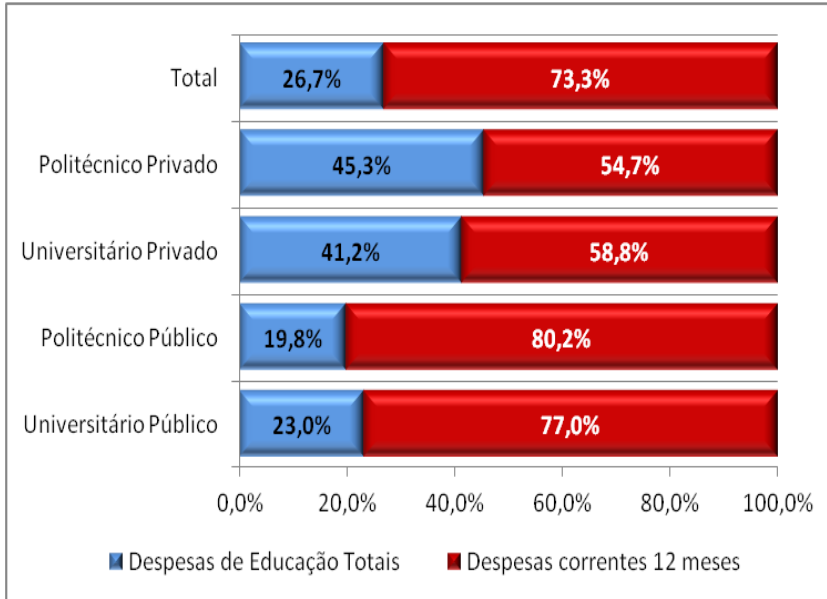
No ensino superior público, os estudantes do ensino universitário apresentaram uma despesa média total anual de 5.576 euros e os do ensino politécnico de 6.173 euros. No ensino privado, a média no ensino universitário foi de 9.836 euros e no politécnico de 8.296 euros. A distribuição das despesas de educação totais e das despesas correntes anuais encontra-se resumida no Quadro 127.

**Quadro 127 - Despesas de educação, despesas correntes anuais e as despesas totais anuais do ensino superior português em euros, 2015/2016 (médias)**

	<b>Despesas de Educação Totais</b>	<b>Despesas correntes 12 meses</b>	<b>Despesas totais anuais (Correntes + Educação)</b>
<b>Universitário Público</b>	1282,8	4292,8	5575,5
<b>Politécnico Público</b>	1219,2	4953,8	6173,0
<b>Universitário Privado</b>	4053,0	5782,6	9835,6
<b>Politécnico Privado</b>	3757,0	4538,6	8295,6
<b>Total</b>	1718,1	4727,4	6445,5

Cerca de 27% do gasto médio total dos estudantes do ensino superior foi explicado pela sua inscrição no ensino superior e a parte restante (73%) resultou das despesas correntes, também chamadas de despesas de vida. No ensino público, o peso das despesas de educação diminuiu para 20 e 23% das despesas totais dos estudantes do politécnico e do universitário, respetivamente. No ensino privado, o peso das despesas de educação e das despesas correntes aproximou-se, com as despesas de educação a representarem 45% das despesas totais no politécnico e 41% no universitário (ver Figura 80).

**Figura 80 - Estrutura percentual das Despesas Totais (Despesas de Educação/Despesas Correntes) por sector e tipo de ensino (médias)**



No que respeitou às despesas totais realizadas ao longo do ano, a maioria dos estudantes inquiridos agrupou-se essencialmente em dois escalões - 32% entre 2.501-5.000 euros e 28% entre 5.001-7.500 euros. O ensino privado registou, como expectável, um número significativo de estudantes com uma despesa anual acima dos 7.501 euros e mesmo acima de 10.000 euros revelando a existência de diferenças significativas no nível de gastos dos estudantes do ensino superior, sendo mais elevadas as realizadas pelos estudantes do ensino privado (Quadro 128).

**Quadro 128 - Distribuição das despesas totais anuais dos estudantes do ensino superior por sector e tipo de ensino, 2015/2016 (%)**

	Despesas totais anuais (Correntes + Educação)					Total
	0 - 2500 €	2501 - 5000 €	5001 - 7500 €	7501 - 10000 €	10001 € ou mais	
<b>Universitário Público</b>	13,9	36,3	30,9	10,7	8,2	100,0
<b>Politécnico Público</b>	14,2	35,6	26,9	10,8	12,4	100,0
<b>Universitário Privado</b>	5,6	11,3	22,5	17,6	43,0	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	4,8	11,9	21,4	35,7	26,2	100,0
<b>Total</b>	12,6	31,8	28,1	12,6	14,9	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(12) = 161,060$ ;  $p < 0,001$ ).

#### 15.4.2 Despesas totais anuais por área científica

As áreas que registaram um maior peso percentual de estudantes no escalão das despesas mais baixas (até 2.500 euros) foram as das “Ciências” (18%), da “Engenharia” (15%) e das “Artes, Humanidades, Línguas” (14%). No extremo oposto, as áreas com um maior peso de estudantes no escalão de despesas mais elevadas (10.000 euros ou mais) foram “Gestão e Ciências Computacionais” (22%), “Educação” (19%) e “Ciências Sociais ou Direito” (18%). Os dados encontram-se resumidos no Quadro 129.

**Quadro 129 - Despesas totais anuais por área científica, 2015/2016 (%)**

	Despesas totais anuais (Correntes + Educação)					Total
	0 - 2500 €	2501 - 5000 €	5001 - 7500 €	7501 - 10000 €	10001 € ou mais	
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	13,8	28,3	28,3	17,1	12,5	100,0
Ciências	17,7	43,5	29,0	3,2	6,5	100,0
Gestão e Ciências Computacionais	8,4	32,7	27,2	9,9	21,8	100,0
Ciências Sociais ou Direito	13,2	26,8	27,2	15,1	17,7	100,0
Engenharia e outros cursos técnicos	14,6	36,7	26,1	12,6	10,1	100,0
Educação	8,5	25,4	33,9	13,6	18,6	100,0
Medicina, Medicina Dentária e Farmácia	12,5	39,3	23,2	14,3	10,7	100,0
Enfermagem e outras profissões de saúde	13,0	31,5	34,8	8,7	12,0	100,0
<b>Total</b>	12,6	31,8	28,1	12,6	14,9	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(28) = 44,337$ ;  $p < 0,05$ ).

O valor médio das despesas totais anuais, por área científica, consta no Quadro 130; em termos globais, variou de um máximo na “Gestão e Ciências Computacionais”, com uma despesa anual de 7.342 euros, e um valor mínimo nas “Ciências”, com uma despesa de 4.872 euros por ano, conforme o Quadro 130.

**Quadro 130 - Despesas médias totais anuais por área científica e tipo de ensino em euros, 2015/2016**

	Despesas totais anuais (Correntes + Educação)		
	Público	Privado	Total
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	5668,0	9626,9	6110,7
Ciências	4710,6	9722,0	4872,2
Gestão e Ciências Computacionais	6294,9	10073,3	7342,4
Ciências Sociais ou Direito	6010,6	9209,9	6831,6
Engenharia e outros cursos técnicos	5820,5	9711,1	5996,4
Educação	7001,8	8142,7	7233,8
Medicina, Medicina Dentária e Farmácia	5024,2	10496,1	5805,9
Enfermagem e outras profissões de saúde	5425,8	8542,1	5832,3
<b>Total</b>	<b>5826,3</b>	<b>9484,1</b>	<b>6445,5</b>

Centrando-nos na diferença entre as despesas dos estudantes inscritos num estabelecimento de ensino público e num privado, concluímos que essa diferença foi muito elevada na área de “Medicina, Medicina Dentária, Farmácia”, na ordem dos 5.472 euros/ano, seguida dos estudantes da área das “Ciências”, com 5.011 euros/ano. Os estudantes inscritos em cursos de “Educação” registaram a menor diferença entre ensino público ou privado, com um valor de 1.141 euros/ano.

### 15.4.3 Despesas totais anuais de acordo com a idade dos estudantes

A média das despesas totais dos estudantes inquiridos cresceu com a respetiva idade. Os estudantes mais jovens e, certamente, mais dependentes do agregado familiar, gastaram em média, menos 69% dos com idade superior a 30 anos<sup>17</sup> (Quadro 131).

**Quadro 131 - Despesas totais anuais dos estudantes do ensino superior e a estrutura etária dos estudantes em euros, 2015/2016 (médias)**

		Despesas totais anuais (Correntes + Educação)
Idade	Até 21 anos	5762,8
	22-25 anos	7008,2
	26-30 anos	6900,4
	> 30 anos	9726,3
	Total	6452,3

### 15.4.4 Despesas totais anuais de acordo com o estatuto socioeconómico dos estudantes

O comportamento das despesas totais dos estudantes inquiridos acompanhou a forma como os mesmos se auto classificaram em termos do rendimento do agregado familiar: os que declararam que o seu agregado familiar tinha “baixos rendimentos” evidenciaram a despesa média mais baixa (5.418 euros), e os que entendiam provir do escalão de maiores rendimentos apresentaram a média mais elevada em 26% (7.351 euros) (Quadro 132).

<sup>17</sup> No entanto, a Eta squared - % de variação da variável dependente = despesas totais, é pouco determinada pela variável independente = idade, dado que apenas se regista Eta Squared =0,055; em cada 100 unidades de aumento de despesas totais, 5,5% deve-se à idade.



**Quadro 132 - Despesas totais anuais por rendimento do agregado familiar em euros, 2015/2016 (médias)**

		Despesas totais anuais (Correntes + Educação)
Rendimento do agregado familiar	Elevado/médio alto (> 1500 €)	7351,0
	Médio (870 € a 1500 €)	6120,6
	Baixo (< 870 €)	5417,8
	Total	6456,1

Considerando o tipo de ensino frequentado, verificou-se que o comportamento das despesas totais dos estudantes acompanhou a forma como eles se auto classificaram em termos do rendimento do seu agregado familiar, como podemos constatar no Quadro 133.

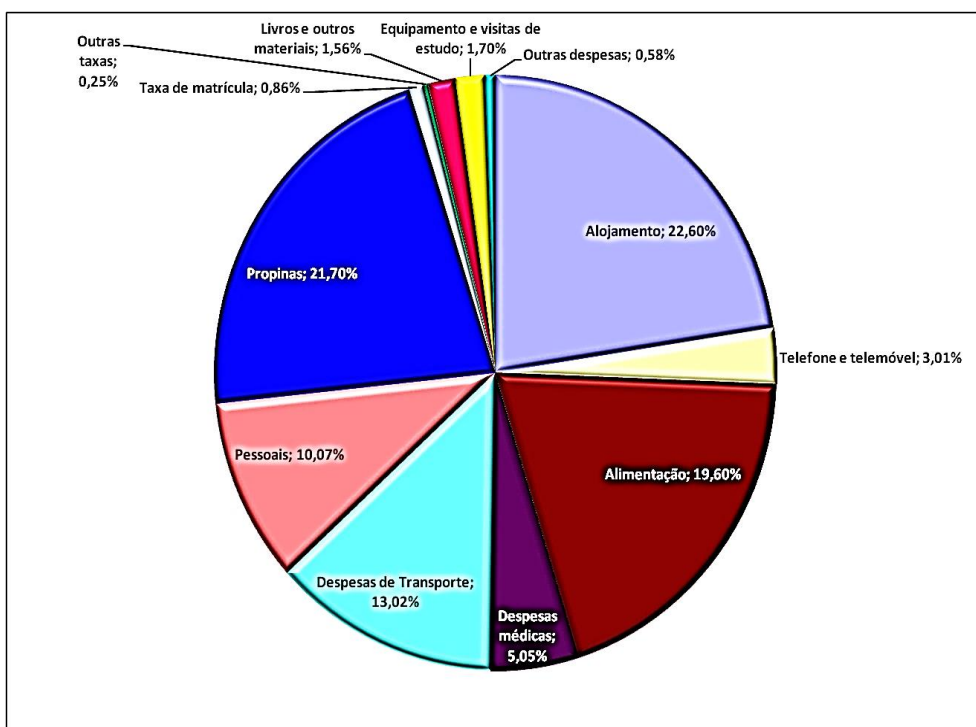
**Quadro 133 - Despesas totais anuais por rendimento do agregado familiar e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias)**

		Despesas totais anuais (Correntes + Educação)				
		Universitário Público	Politécnico Público	Universitário Privado	Politécnico Privado	Total
Rendimento do agregado familiar	Elevado/médio alto (> 1500 €)	6022,3	7232,8	10952,0	10132,6	7351,0
	Médio (870 € a 1500 €)	5334,6	6031,7	9100,7	7453,3	6120,6
	Baixo (< 870 €)	5065,9	5205,1	8206,0	7148,7	5417,8
	Total	5575,5	6166,3	9976,1	8295,6	6456,1

### 15.4.5 Despesas totais anuais por tipo de custo: custos de educação e custos correntes

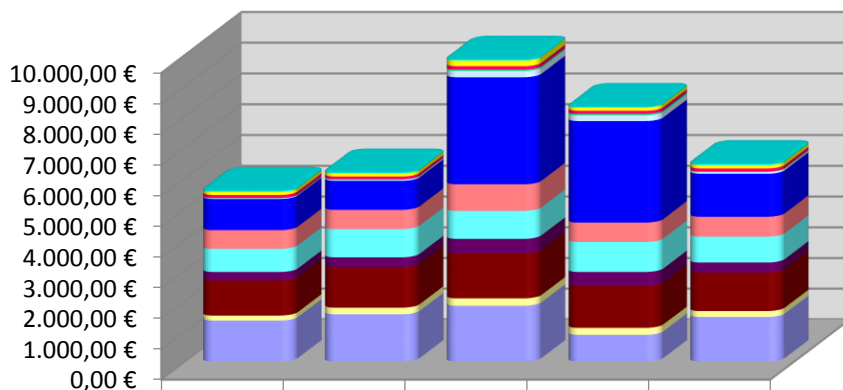
Passa-se a apresentar, de forma resumida, a estrutura das despesas dos estudantes do ensino superior português em 2015/2016. No seu conjunto, as despesas de educação representaram cerca de 27% dos custos dos estudantes e as despesas correntes ou de vida cerca de 73%. As despesas de alojamento representaram o agrupamento mais significativo, com cerca de 23% do peso da despesa total, seguido das propinas (22%), alimentação (20%) e despesas de transporte (13%). Veja-se a Figura 81.

**Figura 81 - Estrutura da despesa total dos estudantes do ensino superior por tipo de custo, 2015/2016**



Qualquer que fosse o tipo de ensino frequentado, a despesa mais representativa foi, pois, a do grupo das **propinas** (que variou entre um peso de 15,3% no ensino politécnico público e um peso máximo no politécnico privado, de 39,8%), do **alojamento** (com o mínimo de 10,5% no politécnico privado e um máximo de 25% no politécnico público), da **alimentação** (com uma variação entre um mínimo de 15% no universitário privado e um máximo de 21,5% no politécnico público), das **despesas de transporte** (com o mínimo de 9,2% no ensino universitário privado e o máximo no politécnico público com 14,8%) e das **despesas pessoais** (roupa, divertimentos, etc., com valores muito análogos em todos os tipos de ensino, mínimo de 7,6% no politécnico privado e máximo de 10,9% no universitário público). A Figura 82 sintetiza os valores e estrutura das despesas totais.

**Figura 82 - Despesas totais anuais dos estudantes do ensino superior por tipo de despesa e por sector e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (médias)**



	Universitário Público	Politécnico Público	Universitário Privado	Politécnico Privado	Total
■ Outras despesas	40,07 €	37,99 €	30,26 €	18,33 €	37,22 €
■ Equipamento e visitas de estudo	97,54 €	99,20 €	184,37 €	105,07 €	109,75 €
■ Livros e outros materiais	102,47 €	91,62 €	115,17 €	105,60 €	100,46 €
■ Outras taxas	9,81 €	12,21 €	42,48 €	47,26 €	16,36 €
■ Taxa de matrícula	20,18 €	35,49 €	201,51 €	180,64 €	55,41 €
■ Propinas	1.012,73 €	942,68 €	3.479,19 €	3.300,07 €	1.398,89 €
■ Pessoais	607,51 €	627,29 €	864,17 €	631,43 €	648,86 €
■ Despesas de Transporte	753,66 €	916,65 €	908,39 €	976,29 €	839,31 €
■ Despesas médicas	278,27 €	320,42 €	471,80 €	460,00 €	325,27 €
■ Alimentação	1.151,09 €	1.328,58 €	1.472,45 €	1.371,43 €	1.263,47 €
■ Telefone e telemóvel	161,78 €	217,16 €	241,29 €	226,63 €	193,98 €
■ Alojamento	1.340,43 €	1.543,71 €	1.824,51 €	872,86 €	1.456,48 €

### 15.4.6 Despesas totais anuais de acordo com a situação dos estudantes face à sua residência habitual

Verificou-se que os estudantes, quando deslocados, apresentaram custos superiores aos que se encontravam na sua residência, constituindo essa diferença um agravamento de cerca de 6%. Os estudantes deslocados, em 2015/2016, assumiram anualmente uma despesa de cerca de 6.662 euros e os não deslocados de 6.294 euros, conforme o observado no Quadro 134.

**Quadro 134 - Despesas totais anuais por tipo de ensino e situação de deslocado, em euros, 2015/2016 (médias)**

	Despesas totais anuais (Correntes + Educação)		
	Pública	Privada	Total
<b>Deslocado</b>	6269,0	12268,3	6661,6
<b>Não deslocado</b>	5488,1	9075,9	6294,0
<b>Total</b>	5800,6	9519,3	6425,0

Desagregando as despesas totais por despesas de educação e despesas correntes por tipo de ensino, tendo em conta a situação do estudante no que respeita à residência, verificou-se que, nos estudantes não deslocados, o peso das despesas de educação adquiriu um peso maior (30%) do que nos deslocados (22%). Nestes, a maior fatia dos custos centrou-se nas despesas correntes (78% dos custos totais). Veja-se o Quadro 135.

**Quadro 135 - Despesas de educação, despesas correntes e despesas totais anuais por tipo de ensino e situação de deslocado, 2015/2016 (%)**

		<b>Despesas de Educação Totais</b>	<b>Despesas correntes 12 meses</b>	<b>Despesas totais anuais (Correntes + Educação)</b>	<b>Peso % Despesas de Educação/ Despesa Total</b>	<b>Peso % Despesas Correntes/ Despesa Total</b>
<b>Deslocado</b>	<b>Universitário Público</b>	1272,3	4845,1	6117,4	21	79
	<b>Politécnico Público</b>	1197,9	5282,8	6480,6	18	82
	<b>Universitário Privado</b>	4288,8	8428,5	12717,3	34	66
	<b>Politécnico Privado</b>	4426,0	5485,5	9911,5	45	55
	<b>Total</b>	1442,1	5219,5	6661,6	22	78
<b>Não deslocado</b>	<b>Universitário Público</b>	1295,6	3892,1	5187,6	25	75
	<b>Politécnico Público</b>	1230,1	4678,4	5908,5	21	79
	<b>Universitário Privado</b>	4039,6	5345,0	9384,6	43	57
	<b>Politécnico Privado</b>	3686,6	4439,0	8125,5	45	55
	<b>Total</b>	1871,4	4422,7	6294,1	30	70
<b>Total</b>	<b>Universitário Público</b>	1286,2	4273,3	5559,5	23	77
	<b>Politécnico Público</b>	1217,2	4920,5	6137,7	20	80
	<b>Universitário Privado</b>	4077,5	5814,2	9891,7	41	59
	<b>Politécnico Privado</b>	3757,0	4538,6	8295,6	45	55
	<b>Total</b>	1718,4	4706,6	6425,0	27	73

Nos estudantes deslocados, as despesas correntes constituíram os custos mais pesados, atingindo, no ensino público, uma percentagem de 79% no universitário e de 82% no politécnico. Ao mesmo tempo, verificou-se uma aproximação entre os custos de educação e os custos correntes no caso dos estudantes deslocados do ensino privado.

#### **15.4.6.1 Despesas totais anuais por sector e tipo de ensino de acordo com a situação dos estudantes face à sua residência habitual e tipo de alojamento**

A diferenciação acabada de referir surgiu mais visível quando se desagregaram os resultados por sector e tipo de ensino frequentado. O Quadro 136 apresenta o valor dos custos totais anuais por tipo de ensino frequentado, tendo em conta se os estudantes estavam ou não deslocados.

**Quadro 136 - Despesas totais anuais por tipo de ensino e situação de deslocado, em euros, 2015/2016 (médias)**

	Despesas totais anuais (Correntes + Educação)				
	Universitário Público	Politécnico Público	Universitário Privado	Politécnico Privado	Total
<b>Deslocado</b>	6117,4	6480,6	12717,3	9911,5	6661,6
<b>Não deslocado</b>	5187,6	5908,5	9384,6	8125,5	6294,0
<b>Total</b>	5559,5	6137,7	9891,7	8295,6	6425,0

Os estudantes do ensino universitário privado apresentaram a diferença mais acentuada, com um encargo de mais de 36%, relativamente aos que se encontravam deslocados. Seguiram-se os do ensino politécnico privado, com 22%, e só depois os do ensino público (18% no universitário e 10% no politécnico).

A identificação dos custos totais em função do tipo de alojamento permitiu verificar que os estudantes que se encontravam em “residência

universitária” apresentaram o menor custo, 5.324 euros por ano. Esse resultado deverá estar ligado ao facto de os estudantes bolseiros terem prioridade no acesso a uma residência em detrimento dos restantes e, consequentemente, de este grupo de estudantes ser o que, em média, terá tido maiores dificuldades financeiras, o que conduz a custos menores. No extremo oposto encontraram-se os estudantes que viviam em casa própria (7.942,73 euros de custos correntes) com incidência nos custos totais (9.774,07 euros). Vejam-se os dados do Quadro 137.

**Quadro 137 - Despesas totais anuais de acordo com a residência, em euros, 2015/2016 (médias)**

		Despesas de Educação Totais	Despesas correntes 12 meses	Despesas totais anuais (Correntes + Educação)
Residência principal durante este ano académico	Com os pais/familiares	1897,69	3596,69	5494,37
	Em residência universitária	1359,81	3964,30	5324,11
	Em casa/apartamento/quarto alugado	1482,79	5745,20	7228,00
	Em casa própria	1831,35	7942,73	9774,07
	Total	1718,68	4726,14	6444,83

Os estudantes do ensino universitário público (4.406 euros), bem como os estudantes do ensino politécnico público (4.487 euros) que viviam em casa dos pais foram os que apresentaram menores despesas, seguidos dos do ensino universitário público (4.979 euros) e dos do ensino politécnico público (5.074 euros) que vivem numa residência. Os estudantes do ensino privado, mesmo estando a viver com os pais ou familiares, registaram sempre custos



mais elevados. Os estudantes do ensino universitário privado vivendo em residência universitária denotaram o maior valor de despesas, ascendendo a 14.380 euros (ver Quadro 138).

**Quadro 138 - Despesas totais anuais por tipo de ensino e residência, em euros, 2015/2016 (médias)**

		Despesas totais anuais (Correntes + Educação)				
		Universitário Público	Politécnico Público	Universitário Privado	Politécnico Privado	Total
Residência principal durante este ano académico	Com os pais/familiares	4406,0	4886,9	8714,6	7522,6	5494,4
	Em residência universitária	4979,2	5073,6	14380,0	.	5324,1
	Em casa/apartamento/quarto alugado	6692,3	6911,3	12698,8	9911,5	7228,0
	Em casa própria	8444,1	10015,9	12118,7	10068,2	9774,1
	<b>Total</b>	5575,5	6170,5	9835,6	8295,6	6444,8

**15.4.6.2 Despesas totais anuais por área científica de acordo com a situação dos estudantes face à sua residência habitual**

Os estudantes, qualquer que fosse a área científica, tiveram que suportar custos totais anuais mais elevados quando se encontravam deslocados da residência habitual, com exceção dos das áreas das “Ciências Sociais ou Direito” e de “Enfermagem e outras profissões de saúde”. Os estudantes deslocados dos cursos de “Ciências” evidenciaram uma maior diferença em relação aos que não se encontravam deslocados (+2.500 euros de despesas), seguidos dos da área de “Educação” (+2.016 euros). Os dados

relativos às despesas totais anuais dos estudantes, tendo em conta a situação face à residência, estão retratados no Quadro 139.

**Quadro 139 - Despesas totais anuais por área científica e situação de deslocado, em euros, 2015/2016 (médias)**

		Despesas totais anuais (Correntes + Educação)				
		Universitário Público	Politécnico Público	Universitário Privado	Politécnico Privado	Total
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	Deslocado	6642,5	5938,6	13517,5	10102,0	6855,9
	Não deslocado	5137,1	4930,6	9323,1	8429,3	5551,6
Ciências	Deslocado	5175,2	8893,6	12417,0	.	6066,0
	Não deslocado	3380,1	4445,0	7027,0	.	3566,4
Gestão e Ciências Computacionais	Deslocado	5848,6	6991,7	13758,7	.	7521,7
	Não deslocado	5618,7	6712,2	9232,2	8813,4	7207,3
Ciências Sociais ou Direito	Deslocado	6499,6	5293,8	12040,7	.	6453,2
	Não deslocado	6137,6	5735,7	9328,4	7550,0	7085,1
Engenharia e outros cursos técnicos	Deslocado	5852,2	6946,1	9097,0	9340,0	6393,3
	Não deslocado	5097,3	6200,6	9888,2	9634,0	5747,2
Educação	Deslocado	7017,8	9464,0	.	.	8532,1
	Não deslocado	5060,0	6728,2	8750,7	7291,4	6516,4
Medicina, Medicina Dentária e Farmácia	Deslocado	5928,4	5633,2	10739,0	.	6095,6
	Não deslocado	3854,2	1695,0	10461,4	.	5351,7
Enfermagem e outras profissões de saúde	Deslocado	5272,3	5449,6	11702,0	.	5623,0
	Não deslocado	6319,8	5339,4	14166,0	7663,7	5949,4
Total	Deslocado	6117,4	6480,6	12717,3	9911,5	6661,6
	Não deslocado	5187,6	5908,5	9384,6	8125,5	6294,0

### **15.4.7 Despesas totais anuais de acordo com a região onde a instituição de ensino superior frequentada se insere**

Tendo em conta a localização dos estabelecimentos que os estudantes frequentavam, a região onde os estudantes suportaram custos totais anuais mais elevados foi a do litoral, com um custo de 6.563 euros, seguida dos que estudavam numa instituição do interior, com 5.854 euros. Os estudantes que se encontravam nas regiões autónomas enfrentaram os custos mais baixos, na ordem dos 5.186 euros. Veja-se o Quadro 140.

**Quadro 140 - Despesas totais anuais por região em euros, 2015/2016 (médias)**

	<b>Despesas de Educação Totais</b>	<b>Despesas correntes 12 meses</b>	<b>Despesas totais anuais (Correntes + Educação)</b>
<b>Litoral</b>	1797,1	4765,6	6562,7
<b>Interior</b>	1208,8	4644,9	5853,7
<b>Regiões Autónomas</b>	1557,3	3628,6	5185,9
<b>Total</b>	1718,1	4727,4	6445,5

#### **15.4.7.1 Despesas totais anuais desagregadas por sector e tipo de ensino e por região**

Os custos totais anuais dos estudantes do ensino universitário público foram ligeiramente mais elevados para os matriculados numa instituição do litoral do que os registados nas instituições do interior (+6%), e acentuadamente mais elevados em relação aos das regiões autónomas (+15%). No ensino politécnico público, verificou-se a mesma tendência, os custos dos estudantes que se encontram em instituições do litoral foram

ligeiramente mais elevados do que os do interior (+0,4%), e substancialmente mais elevados do que os das regiões autónomas (+26%). Os estudantes do ensino politécnico privado das regiões do interior, bem como os do ensino universitário privado que se encontram nas regiões autónomas não foram inquiridos. O Quadro 141 mostra os valores das despesas totais, por região e por tipo de ensino.

**Quadro 141 - Despesas totais anuais por região e tipo de ensino em euros, 2015/2016  
(médias)**

	Despesas correntes 12 meses			
	Litoral	Interior	Regiões Autónomas	Total
<b>Universitário Público</b>	5637,6	5307,6	4868,7	5575,5
<b>Politécnico Público</b>	6184,9	6160,0	4896,0	6173,0
<b>Universitário Privado</b>	9802,6	14490,0	.	9835,6
<b>Politécnico Privado</b>	8381,7	.	7176,7	8295,6
<b>Total</b>	6562,7	5853,7	5185,9	6445,5

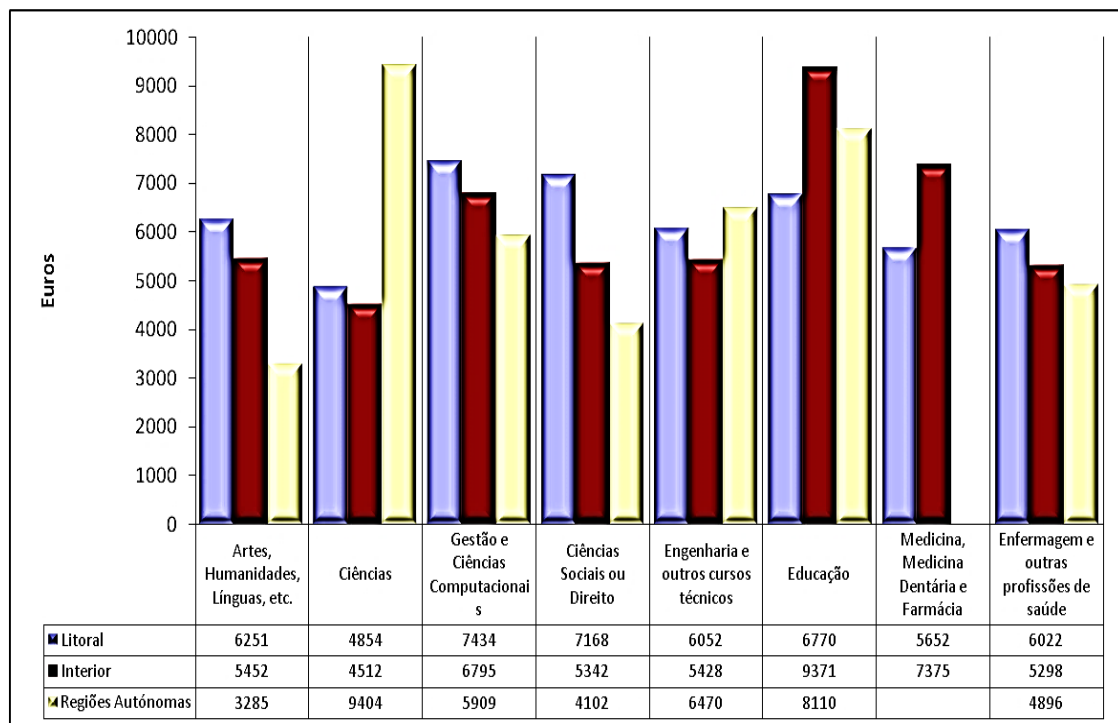
#### **15.4.7.2 Despesas totais anuais por área científica e de acordo com a região onde a instituição de ensino superior frequentada se insere**

Em termos dos custos anuais por área científica e por região, verificamos que, para as áreas das “Artes, Humanidades, Línguas”, “Gestão e Ciências Computacionais” e “Ciências Sociais ou Direito”, os custos dos estudantes a frequentar uma instituição do litoral foram superiores aos encontrados nos do interior e nos das regiões autónomas. Em relação às áreas

das “Ciências” e da “Engenharia e outros cursos técnicos afins”, os estudantes inscritos em estabelecimentos das regiões autónomas evidenciaram custos totais superiores aos do litoral e interior do país. Por último, os estudantes das áreas da “Educação” e da “Medicina, Medicina Dentária e Farmácia” inscritos em estabelecimentos do interior apresentaram custos totais superiores aos das regiões autónomas e litoral do país.

A área científica que apresentou valores mais diferenciados, consoante a região, foi a das “Ciências”, na qual os custos nas regiões autónomas excederam os do litoral em cerca de 94% e os do interior em cerca de 108%. Na área das “Ciências Sociais ou Direito” também se registaram diferenças acentuadas, sobretudo entre o litoral, o interior e as regiões autónomas. Pode-se ver os valores dos custos totais anuais de cada área científica por região na Figura 83.

**Figura 83 - Despesas totais anuais por área científica e região em euros, 2015/2016 (médias)**



#### 15.4.7.3 Despesas totais anuais por a região e situação do estudante face à sua residência

Os estudantes deslocados apresentaram custos mais elevados nos estabelecimentos do litoral (6.779 euros), seguido das regiões autónomas (6.395 euros). Os estudantes não deslocados inscritos no interior foram os que apresentaram os custos mais baixos, cerca de 4.695 euros, conforme o Quadro 142.

**Quadro 142 - Despesas totais anuais por região, área científica e situação de deslocado, euros, 2015/2016 (médias)**

	Despesas totais anuais (Correntes + Educação)			
	Litoral	Interior	Regiões Autónomas	Total
<b>Deslocado</b>	6779,2	6327,3	6395,1	6661,6
<b>Não deslocado</b>	6434,5	4694,7	4917,2	6294,0
<b>Total</b>	6540,8	5847,1	5185,9	6425,0

### **15.5 Tipologia de despesas dos estudantes do ensino superior, agrupados por tipo de ensino, região da instituição e tipo de alojamento do estudante em 2015/2016**

O valor dos custos que os estudantes tiveram que assumir para frequentar o ensino superior dependeu da sua situação face a três variáveis principais: o tipo de ensino frequentado, a região onde a instituição de ensino superior frequentada se localizava, e a situação do estudante face ao alojamento (alojado na casa da sua família ou em casa própria, em residência universitária, em quarto ou apartamento em regime de aluguer). Deste modo, conjugando as situações possíveis, identificaram-se 17 subtipos ou grupos de estudantes, com custos diferenciados de acordo com a situação em que se encontram. A distribuição resumida consta do Quadro 143.

**Quadro 143 - Agrupamento dos estudantes de acordo com o tipo de ensino frequentado, região da instituição e tipo de alojamento do estudante, 2015/2016**

Grupos	Tipologia	Frequência	%
Grupo 1	Ensino Público/Litoral/Casa dos pais ou familiares	382	35,1
Grupo 2	Ensino Público/Litoral/Residência universitária	42	3,9
Grupo 3	Ensino Público/Litoral/Casa, apartamento, quarto alugado	257	23,6
Grupo 4	Ensino Público/Litoral/Casa própria	66	6,1
Grupo 5	Ensino Público/Interior/Casa dos pais ou familiares	33	3,0
Grupo 6	Ensino Público/Interior/Residência universitária	17	1,6
Grupo 7	Ensino Público/Interior/Casa, apartamento, quarto alugado	81	7,5
Grupo 8	Ensino Público/Interior/Casa própria	5	0,5
Grupo 9	Ensino Público/Regiões Autónomas/Casa dos pais ou familiares	13	1,2
Grupo 10	Ensino Público/Regiões Autónomas/Residência universitária	2	0,2
Grupo 11	Ensino Público/Regiões Autónomas/Casa, apartamento, quarto alugado	4	0,4
Grupo 12	Ensino Privado/Litoral/Casa dos pais ou familiares	126	11,6
Grupo 13	Ensino Privado/Litoral/Residência universitária	2	0,2
Grupo 14	Ensino Privado/Litoral/Casa, apartamento, quarto alugado	30	2,8
Grupo 15	Ensino Privado/Litoral/Casa própria	22	2,0
Grupo 16	Ensino Privado/Interior/Casa dos pais ou familiares	1	0,1
Grupo 17	Ensino Privado/Regiões Autónomas/ Casa dos pais ou familiares	3	0,3
	<b>Total</b>	<b>1086</b>	<b>99,9</b>
	Nulos (não responderam)	1	0,1
	<b>Total</b>	<b>1087</b>	<b>100,0</b>

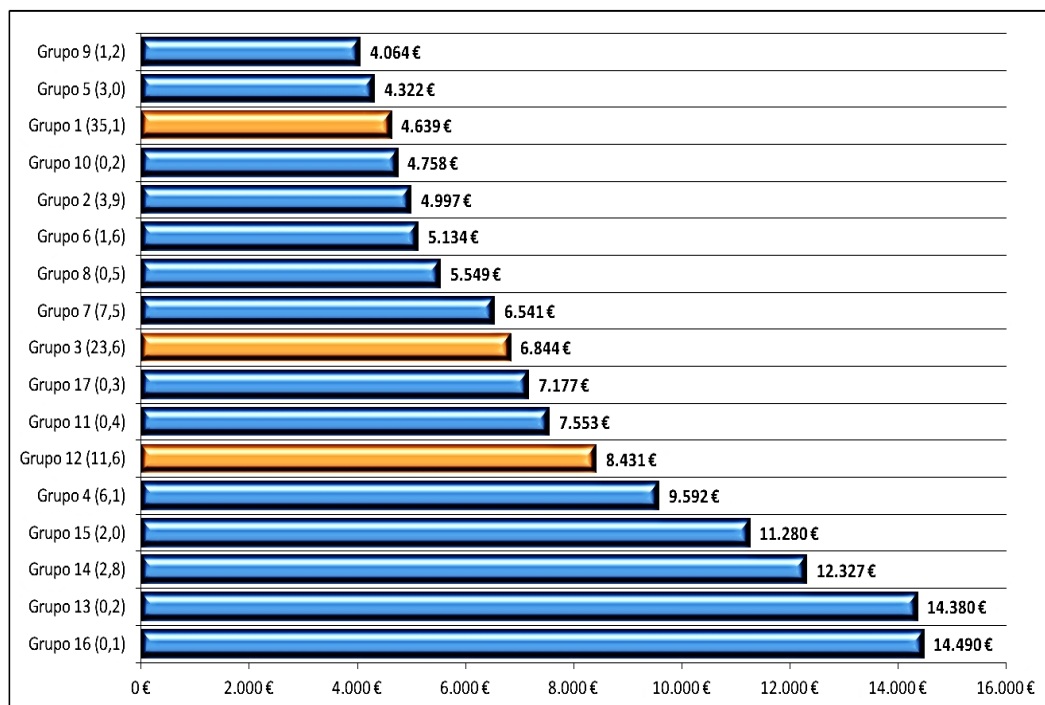
A cada um destes grupos encontrava-se associado um tipo de custos, que variou de um mínimo de 4.064 euros até um máximo de 14.490 euros, o quer dizer que o custo de um estudante que estivesse no Grupo 16 “Ensino Privado / Interior / Casa dos pais ou familiares” poderia quadruplicar em relação a outro estudante que se encontre no Grupo 9 “Ensino Público / Regiões Autónomas / Casa dos pais ou familiares”.

O grupo mais representativo dos estudantes de ensino superior português - o “**Grupo 1 - Ensino Público / Litoral / Casa dos pais ou familiares**”



- que envolvia 35% dos estudantes, registou um custo total anual de 4.639 euros. O segundo grupo mais numeroso, o “**Grupo 3 - Ensino Público / Litoral / Casa, apartamento, quarto alugado**” apresentou um custo de 6.844 euros; no “**Grupo 12 - Ensino Privado / Litoral / Casa dos pais ou familiares**”, homólogo do Grupo 1, mas relativo ao ensino privado, o custo subiu para 8.431 euros. Apresenta-se na Figura 84 a distribuição dos custos dos grupos de estudantes, de acordo com a tipologia definida (os 3 grupos com maior número de estudantes - 70,3% do total - surgem assinalados com a cor laranja).

**Figura 84 - Despesas totais anuais (educação e correntes) percebidas dos estudantes agrupados por tipo de ensino, região da instituição e tipo de alojamento do estudante em euros, 2015/2016 (médias)**



Apresentam-se ainda os dados relativos a todos os grupos de estudantes, indicando a desagregação entre custos de educação, custos correntes e custos totais, no Quadro 144.

**Quadro 144 - Despesas médias dos grupos de estudantes por tipo de ensino, região e tipo de alojamento em euros, 2015/2016**

Grupos	%	Tipologia	Despesas de Educação Totais	Despesas correntes 12 meses	Despesas totais anuais (Correntes + Educação)
			Média	Média	Média
Grupo 1	35,1	Ensino Público/Litoral/Casa dos pais ou familiares	1.244,66 €	3.394,26 €	4.638,91 €
Grupo 3	23,6	Ensino Público/Litoral/Casa, apartamento, quarto alugado	1.279,93 €	5.564,30 €	6.844,23 €
Grupo 12	11,6	Ensino Privado/Litoral/Casa dos pais ou familiares	4.068,79 €	4.362,28 €	8.431,07 €
Grupo 7	7,5	Ensino Público/Interior/Casa, apartamento, quarto alugado	1.192,54 €	5.348,44 €	6.540,98 €
Grupo 4	6,1	Ensino Público/Litoral/Casa própria	1.373,10 €	8.219,15 €	9.592,25 €
Grupo 2	3,9	Ensino Público/Litoral/Residência universitária	1.306,87 €	3.689,92 €	4.996,79 €
Grupo 5	3,0	Ensino Público/Interior/Casa dos pais ou familiares	1.135,88 €	3.186,18 €	4.322,06 €
Grupo 14	2,8	Ensino Privado/Litoral/Casa, apartamento, quarto alugado	4.003,00 €	8.324,20 €	12.327,20 €
Grupo 15	2,0	Ensino Privado/Litoral/Casa própria	3.370,36 €	7.909,53 €	11.279,89 €
Grupo 6	1,6	Ensino Público/Interior/Residência universitária	1.114,09 €	4.019,90 €	5.133,99 €
Grupo 9	1,2	Ensino Público/Regiões Autónomas/Casa dos pais ou familiares	1.283,77 €	2.780,31 €	4.064,08 €
Grupo 8	0,5	Ensino Público/Interior/Casa própria	1.108,60 €	4.440,00 €	5.548,60 €
Grupo 11	0,4	Ensino Público/Regiões Autónomas/Casa, apartamento, quarto alugado	1.492,81 €	6.060,00 €	7.552,81 €
Grupo 17	0,3	Ensino Privado/Regiões Autónomas/Casa dos pais ou familiares	3.186,67 €	3.990,00 €	7.176,67 €
Grupo 10	0,2	Ensino Público/Regiões Autónomas/Residência universitária	1.020,00 €	3.738,00 €	4.758,00 €

Grupo 13	0,2	Ensino Privado/Litoral/Residência universitária	4.900,00 €	9.480,00 €	14.380,00 €
Grupo 16	0,1	Ensino Privado/Interior/Casa dos pais ou familiares	7.050,00 €	7.440,00 €	14.490,00 €
	<b>99,9</b>	<b>Total</b>	<b>1.718,10 €</b>	<b>4.727,37 €</b>	<b>6.445,47 €</b>
	0,1	Nulos (não responderam)			
	<b>100,0</b>				

Analizando de forma desagregada as despesas correntes dos estudantes nos grupos citados, estando estes apresentados por ordem decrescente da percentagem de estudantes em cada um deles, vê-se que, nos grupos onde os estudantes estavam a residir com os pais ou familiares, as despesas com o alojamento assumiram valores baixos ou foram inexistentes, com exceção dos estudantes do ensino privado da região do interior. Nos casos em que os estudantes tiveram que pagar um aluguer ou a própria casa, esse valor subiu de forma acentuada. A situação dos estudantes a viverem numa residência universitária envolveu um custo mais baixo do que o encargo com um aluguer, com exceção dos estudantes do ensino privado da região do litoral. Por sua vez, os estudantes que se encontravam a viver na residência universitária, foram os que apresentaram menores despesas com transportes. A situação dos custos correntes por grupo de estudantes está descrita no Quadro 145.

**Quadro 145 - Despesas médias correntes anuais por grupos de estudantes (tipo de ensino, região da instituição e tipo de alojamento do estudante) em euros, 2015/2016**

Grupos	Tipologia	%	Alojamento	Telefone e telemóvel	Alimentação	Despesas médicas	Despesas de Transporte	Pessoais	Total Despesas anuais (12 meses)
1	Ensino Público/Litoral/ Casa dos pais ou familiares	35,1	473,56 €	158,12 €	1.024,79 €	268,71 €	847,88 €	621,20 €	3.394,26 €
3	Ensino Público/Litoral/Casa, apartamento, quarto alugado	23,6	2.525,28 €	198,79 €	1.271,35 €	244,90 €	732,15 €	591,83 €	5.564,30 €
12	Ensino Privado/Litoral/Casa dos pais ou familiares	11,6	675,81 €	199,09 €	1.328,95 €	431,71 €	900,71 €	826,00 €	4.362,28 €
7	Ensino Público/Interior/Casa, apartamento, quarto alugado	7,5	2.223,70 €	166,81 €	1.366,67 €	237,78 €	803,85 €	549,63 €	5.348,44 €
4	Ensino Público/Litoral/Casa própria	6,1	2.376,18 €	308,42 €	2.536,67 €	661,15 €	1.346,73 €	990,00 €	8.219,15 €
2	Ensino Público/Litoral/Residência universitária	3,9	1.329,81 €	201,83 €	968,57 €	222,86 €	553,43 €	413,43 €	3.689,92 €
5	Ensino Público/Interior/Casa dos pais ou familiares	3,0	556,36 €	213,82 €	778,18 €	287,27 €	778,55 €	572,00 €	3.186,18 €
14	Ensino Privado/Litoral/Casa, apartamento, quarto alugado	2,8	4.777,60 €	253,80 €	1.494,00 €	568,00 €	625,60 €	605,20 €	8.324,20 €
15	Ensino Privado/Litoral/Casa própria	2,0	2.451,82 €	398,73 €	2.154,55 €	480,00 €	1.409,89 €	1.014,55 €	7.909,53 €
6	Ensino Público/Interior/Residência universitária	1,6	1.145,90 €	165,53 €	1.331,29 €	169,41 €	621,88 €	585,88 €	4.019,90 €

9	Ensino Público/Regiões Autônomas/Casa dos pais ou familiares	1,2	498,46 €	130,15 €	481,85 €	525,23 €	756,92 €	387,69 €	2.780,31 €
8	Ensino Público/Interior/Casa própria	0,5	480,00 €	144,00 €	888,00 €	1.512,00 €	864,00 €	552,00 €	4.440,00 €
11	Ensino Público/Regiões Autônomas/Casa, apartamento, quarto alugado	0,4	3.090,00 €	135,00 €	1.680,00 €	360,00 €	375,00 €	420,00 €	6.060,00 €
17	Ensino Privado/Regiões Autônomas/ Casa dos pais ou familiares	0,3	0,00 €	210,00 €	940,00 €	1.160,00 €	1.120,00 €	560,00 €	3.990,00 €
10	Ensino Público/Regiões Autônomas/Residência universitária	0,2	438,00 €	150,00 €	1.800,00 €	432,00 €	528,00 €	390,00 €	3.738,00 €
13	Ensino Privado/Litoral/Residência universitária	0,2	4.860,00 €	720,00 €	1.200,00 €	120,00 €	1.680,00 €	900,00 €	9.480,00 €
16	Ensino Privado/Interior/Casa dos pais ou familiares	0,1	3.600,00 €	240,00 €	1.800,00 €	600,00 €	0,00 €	1.200,00 €	7.440,00 €
	<b>Total</b>		1.456,48 €	193,98 €	1.263,47 €	325,27 €	839,31 €	648,86 €	4.727,37 €

Em relação às despesas de educação, nos grupos de estudantes do ensino privado, as propinas representaram sempre uma maior fatia dos custos do que nos grupos de estudantes do ensino público. Por sua vez, os estudantes dos grupos do ensino público denotaram maior peso das despesas com “livros e outros materiais” e de “equipamentos e visitas de estudo”, conforme se atesta no Quadro 146.

**Quadro 146 - Despesas médias de educação anuais por grupos de estudantes (tipo de ensino, região da instituição e tipo de alojamento do estudante) em euros, 2015/2016**

Grupos	Tipologia	%	Propinas	Taxa de matrícula	Outras taxas (seguro, inscrição para exames, etc.)	Livros e outros materiais	Equipamento (computadores, microscópios, etc.) e visitas de estudo	Outras despesas não incluídas em qualquer outro item	Despesas de Educação Totais
Grupo 1	Ensino Público/Litoral/Casa dos pais ou familiares	35,1	991,11 €	24,84 €	10,87 €	84,07 €	116,84 €	16,92 €	1.244,66 €
Grupo 3	Ensino Público/Litoral/Casa, apartamento, quarto alugado	23,6	1.018,42 €	30,57 €	10,72 €	102,21 €	79,30 €	38,72 €	1.279,93 €
Grupo 12	Ensino Privado/Litoral/Casa dos pais ou familiares	11,6	3.482,31 €	203,56 €	47,56 €	112,13 €	193,12 €	30,12 €	4.068,79 €
Grupo 7	Ensino Público/Interior/Casa, apartamento, quarto alugado	7,5	892,10 €	16,30 €	10,09 €	107,28 €	94,17 €	72,59 €	1.192,54 €
Grupo 4	Ensino Público/Litoral/Casa própria	6,1	956,52 €	36,92 €	15,53 €	130,77 €	76,97 €	156,38 €	1.373,10 €
Grupo 2	Ensino Público/Litoral/Residência universitária	3,9	1.041,55 €	39,36 €	5,46 €	78,10 €	120,02 €	22,38 €	1.306,87 €

Grupo 5	Ensino Público/Interior /Casa dos pais ou familiares	3,0	927,48 €	15,76 €	13,09 €	92,12 €	69,85 €	17,58 €	1.135,88 €
Grupo 14	Ensino Privado/Litoral/ Casa, apartamento, quarto alugado	2,8	3.588,80 €	195,47 €	28,33 €	122,00 €	45,33 €	23,07 €	4.003,00 €
Grupo 15	Ensino Privado/Litoral/ Casa própria	2,0	3.046,05 €	110,45 €	30,68 €	88,64 €	72,73 €	21,82 €	3.370,36 €
Grupo 6	Ensino Público/Interior /Residência universitária	1,6	820,24 €	14,74 €	3,24 €	181,18 €	58,82 €	35,88 €	1.114,09 €
Grupo 9	Ensino Público/Regiões Autónomas/Casa dos pais ou familiares	1,2	1.018,08 €	14,46 €	8,46 €	80,46 €	143,08 €	19,23 €	1.283,77 €
Grupo 8	Ensino Público/Interior /Casa própria	0,5	796,60 €	8,00 €	20,00 €	114,00 €	140,00 €	30,00 €	1.108,60 €
Grupo 11	Ensino Público/Regiões Autónomas/Casa, apartamento, quarto alugado	0,4	1.167,35 €	17,96 €	20,00 €	210,00 €	15,00 €	62,50 €	1.492,81 €
Grupo 17	Ensino Privado/Regiões Autónomas/ Casa dos pais ou familiares	0,3	2.600,00 €	320,00 €	100,00 €	66,67 €	100,00 €	0,00 €	3.186,67 €
Grupo 10	Ensino Público/Regiões Autónomas/Residência universitária	0,2	517,50 €	85,00 €	0,00 €	412,50 €	5,00 €	0,00 €	1.020,00 €

Grupo 13	Ensino Privado/Litoral/Residência universitária	0,2	4.200,00 €	275,00 €	100,00 €	325,00 €	0,00 €	0,00 €	4.900,00 €
Grupo 16	Ensino Privado/Interior/Casa dos pais ou familiares	0,1	3.000,00 €	750,00 €	0,00 €	200,00 €	3.000,00 €	100,00 €	7.050,00 €
	<b>Total</b>		1.398,89 €	55,41 €	16,36 €	100,46 €	109,75 €	37,22 €	1.718,10 €

Para sintetizar a informação relativa aos custos dos estudantes do ensino superior em Portugal, em 2015/2016, apresentamo-los segundo os critérios do *International Comparative Higher Education Finance and Accessibility Project* (ICHEFAP) (2005), construindo um quadro análogo aos usados na base de dados daquele projeto (Quadro 147). Na sua elaboração, usou-se a tipologia de custos anteriormente definida, fazendo coincidir as cinco categorias usadas naquele projeto internacional com os grupos de estudantes inquiridos que mais se assemelhavam, a saber:



- **Público/Custos Baixos**<sup>18</sup> = Grupo 1 / Ensino Público, Litoral, Estudantes a viver em casa dos pais (35% dos estudantes) = 4.638,91 euros;
- **Público/Custos Moderados** = Grupo 8 / Ensino Público, Interior, Estudantes a viver em casa própria (0,5% dos estudantes) = 5.548,60 euros;
- **Público/Custos Altos** = Grupo 4 / Ensino Público, Litoral, Estudantes a viver em casa própria (6,1% dos estudantes) = 9.592,25 euros;
- **Privado/Custos Baixos**<sup>19</sup> = Grupo 12 / Ensino Privado, Litoral, Estudantes a viver em casa dos pais (11,6% dos estudantes) = 8.431,07 euros;
- **Privado/Custos Altos** = Grupo 13 / Ensino Privado, Interior, Estudantes a viver em casa dos pais (0,1% dos estudantes) = 14.380,00 euros.

---

<sup>18</sup> Não se considerou o grupo 9 “Ensino Público/Regiões Autónomas/Casa dos pais ou familiares”, que, apesar de registar o valor mais baixo dos custos dos estudantes do ensino público, apenas abrange 1,2% dos estudantes. Por isso, optou-se por escolher a situação referente ao grupo com maior número de estudantes do ensino público, isto é, o grupo 1 “Ensino Público, Litoral, Estudantes a viver em casa dos pais”, o qual é bem mais representativo da situação dos estudantes do ensino público.

<sup>19</sup> Não se considerou o grupo 17 “Ensino Privado/Regiões Autónomas/Casa dos pais ou familiares”, que, apesar de registar o valor mais baixo dos custos dos estudantes do ensino privado, apenas abrange 0,3% dos estudantes. Por isso, optou-se por escolher a situação referente ao grupo com maior número de estudantes do ensino privado, isto é, o grupo 12 “Ensino Privado, Litoral, Estudantes a viver em casa dos pais”, o qual é bem mais representativo da situação dos estudantes do ensino privado.

**Quadro 147 - Despesas médias totais suportados pelos estudantes do ensino superior em Portugal em euros (ano académico de 2015/2016)**

		Público			Privado	
		Custos Baixos	Custos Moderados	Custos Altos	Custos Baixos	Custos Altos
		(Grupo 1; 35%)	(Grupo 8; 0,5%)	(Grupo 4; 6,1%)	(Grupo 12; 11,6%)	(Grupo 13; 0,1%)
Despesas de Educação	Propinas	991,11 €	796,60 €	956,52 €	3.482,31 €	4.200,00 €
	Outras Taxas	35,71 €	28,00 €	52,45 €	251,12 €	100,00 €
	Livros & outras despesas de educação	217,83 €	284,00 €	364,12 €	335,37 €	375,00 €
	<b>Subtotal das Despesas de Educação</b>	<b>1.244,65 €</b>	<b>1.108,60 €</b>	<b>1.373,09 €</b>	<b>4.068,80 €</b>	<b>4.900,00 €</b>
Despesas de Vida do Estudante	Alojamento	473,56 €	480,00 €	2.376,18 €	675,81 €	4.860,00 €
	Alimentação	1.024,79 €	888,00 €	2.536,67 €	1.328,95 €	1.200,00 €
	Transportes	847,88 €	864,00 €	1.346,73 €	900,71 €	1.680,00 €
	Outras despesas pessoais	621,20 €	2.208,00 €	1.959,57 €	826,00 €	1740,00 €
	<b>Subtotal das Despesas Correntes ou de Vida do Estudante</b>	<b>3.394,26 €</b>	<b>4.440,00 €</b>	<b>8.219,15 €</b>	<b>4.362,27 €</b>	<b>9.480,00 €</b>
	<b>Total dos custos dos estudantes e famílias</b>	<b>4.638,91 €</b>	<b>5.548,60 €</b>	<b>9.522,24 €</b>	<b>8.431,07 €</b>	<b>14.380,00 €</b>

Fontes: *The International Comparative Higher Education Finance and Accessibility Project* (2004). Cerdeira & Cabrito (Orgs.) (2017). *Inquérito aos estudantes do ensino superior 2015/2016*. Nota - Os grupos estão identificados pela designação numérica, seguida do peso percentual de estudantes abrangidos

Em Portugal, nas instituições públicas, a variação entre o grupo de custos de valor mais alto e o de mais baixo cifrou-se nos 105%; nas instituições privadas, essa diferenciação foi de 75%.

### **15.6 Comparação do valor dos custos suportados pelos estudantes do ensino universitário público e privado portugueses em 1994/1995, em 2004/2005, em 2010/2011 e em 2015/2016**

Um dos primeiros estudos realizados em Portugal sobre os custos suportados pelos estudantes do ensino superior foi o de Cabrito (2002). Esse estudo incidiu sobre a população escolar do sistema universitário público e privado, não incluindo os estudantes do subsistema politécnico. Foi aplicado um inquérito no ano de 1995 a uma amostra significativa de estudantes universitários (2.026 estudantes, dos quais 1.505 do ensino público e 521 do ensino privado). Relembramos que no presente estudo foi aplicado um inquérito a uma amostra significativa dos estudantes do ensino superior, englobando não só o ensino universitário, como o ensino politécnico, público e privado (524 estudantes do universitário público, 379 do politécnico público, 135 do universitário privado e 49 do politécnico privado).

Nesse trabalho, Belmiro Cabrito usou uma classificação de custos distribuídos pelos seguintes encargos: Alojamento; Transporte; Livros e Material Didático; Alimentação; Vestuário; Outras Despesas, Propina, estando os custos apurados numa base mensal.

Em 1995, os estudantes do ensino universitário público tinham que suportar um custo anual de 4.010 euros, enquanto o custo para os estudantes

do ensino privado subia para cerca de 6.650 euros, isto é, um acréscimo de mais 66% nos custos. Essa diferença era mais notória nas despesas de educação, dado que o valor das propinas em cada um dos subsistemas era então muito diferente (o valor médio anual no ensino privado de 1.903 euros e o valor médio da propina do ensino público de 144 euros).

No ano de 2005, a diferença entre os custos do ensino universitário público e privado manteve-se elevada (+58%), mas com menor expressão do que o verificado no ano de 1995 (com 5.505 euros e 8.708 euros). Entre os dois inquéritos verificou-se um aumento nominal dos custos na ordem de 37% para o ensino universitário público e de 31% para o ensino privado (a preços correntes).

No ano de 2011, a diferença entre os custos do ensino universitário público e privado manteve-se elevada (+49%), mas com menor expressão do que o verificado nos anos de 1995 e de 2005 (com 5.942 euros e 8.843 euros). Entre o inquérito de 2004/2005 e 2010/2011 verificou-se um aumento nominal dos custos na ordem de 8% para o ensino universitário público e de 2% para o ensino privado (a preços correntes).

Em relação ao ano de 2016, a diferença entre os custos do ensino universitário público e privado manteve-se elevada (+76%), com maior expressão do que o verificado no ano de 1995, de 2005 e de 2011 (com 5.576 euros e 9.836 euros). Verificou-se um **decréscimo significativo dos custos**, na ordem de -6% para o ensino universitário público, e de 11% para o ensino privado (a preços correntes). Os valores constam dos Quadros 148 e 149.

**Quadro 148 - Comparação das despesas médias totais anuais dos estudantes do ensino superior universitário, público e privado em 1995, 2005, 2011 e 2016 em euros**

	Inquérito 1994/1995		Inquérito 2004/2005		Inquérito 2010/2011		Inquérito 2015/2016	
	Univ. público (média)	Univ. privado (média)	Univ. público (média)	Univ. privado (média)	Univ. público (média)	Univ. privado (média)	Univ. público (média)	Univ. privado (média)
<b>Despesas Correntes ou de Vida (anualizadas x 12 meses)</b>	<b>3.333,97 €</b>	<b>4.058,22 €</b>	<b>4.297,28 €</b>	<b>5.048,12 €</b>	<b>4.679,00 €</b>	<b>4.618,00 €</b>	<b>4.292,74 €</b>	<b>5.782,61 €</b>
Alojamento	514,76 €	281,32 €	1.108,75 €	557,76 €	1.392,00 €	1.116,00 €	1.340,43 €	1.824,51 €
Alimentação	1.286,90 €	1.699,90 €	1.163,83 €	1.350,53 €	1.344,00 €	1.284,00 €	1.151,09 €	1.472,45 €
Telefone e telemóvel			325,42 €	601,84 €	179,00 €	202,00 €	161,78 €	241,29 €
Despesas de Transporte	436,95 €	514,76 €	694,65 €	1.028,65 €	756,00 €	840,00 €	753,66 €	908,39 €
Despesas Médicas			228,80 €	254,05 €	264,00 €	336,00 €	278,27 €	471,80 €
Pessoais	1.095,36 €	1.562,24 €	775,83 €	1.255,26 €	744,00 €	840,00 €	607,51 €	864,17 €
<b>Despesas de Educação (por ano letivo)</b>	<b>676,37 €</b>	<b>2.591,75 €</b>	<b>1.207,83 €</b>	<b>3.660,21 €</b>	<b>1263,00 €</b>	<b>4.225,00 €</b>	<b>1.282,80 €</b>	<b>4.052,98 €</b>
Propinas	143,65 €	1.903,41 €	792,60 €	2.926,75 €	975,00 €	3.610,00 €	1.012,73 €	3.479,19 €
Taxa de Matrícula			8,65 €	138,46 €	17,00 €	171,00 €	20,18 €	201,51 €
Outras taxas			12,87 €	52,46 €	8,00 €	53,00 €	9,81 €	42,48 €
Livros e outros materiais	532,72 €	688,34 €	199,69 €	234,69 €	154,00 €	170,00 €	102,47 €	115,17 €
Equipamento e visitas de estudo			167,29 €	223,46 €	87,00 €	167,00 €	97,54 €	184,37 €
Outras despesas			26,74 €	84,39 €	22,00 €	54,00 €	40,07 €	30,26 €
<b>Total</b>	<b>4.010,34 €</b>	<b>6.649,97 €</b>	<b>5.505,11 €</b>	<b>8.708,33 €</b>	<b>5.942,00 €</b>	<b>8.843,00 €</b>	<b>5.575,54 €</b>	<b>9.835,59 €</b>

Nota: Nas "Despesas Pessoais" incluiu-se os custos que no inquérito de 1994/1995 estavam designadas por "Vestuário" e "Outras Despesas".

**Quadro 149 - Variação das despesas totais anuais dos estudantes do ensino superior universitário, público e privado em 1995, 2005, 2011 e 2016**

	Variação %		Variação %		Variação %	
	Entre o inquérito 2004/2005 e o inquérito 1994/1995		Entre o inquérito 2010/2011 e o inquérito 2004/2005		Entre o inquérito 2015/2016 e o inquérito 2010/2011	
	Univ. público (média)	Univ. privado (média)	Univ. público (média)	Univ. privado (média)	Univ. público (média)	Univ. privado (média)
<b>Despesas Correntes ou de Vida (anualizadas x 12 meses)</b>	<b>29%</b>	<b>24%</b>	<b>9%</b>	<b>-9%</b>	<b>-8%</b>	<b>25%</b>
Alojamento	115%	98%	26%	100%	-4%	63%
Alimentação	-10%	-21%	15%	-5%	-14%	15%
Telefone e telemóvel			-45%	-66%	-10%	19%
Despesas de Transporte	59%	100%	9%	-18%	0%	8%
Despesas Médicas			15%	32%	5%	40%
Pessoais	-29%	-20%	-4%	-33%	-18%	3%
<b>Despesas de Educação (por ano letivo)</b>	<b>79%</b>	<b>41%</b>	<b>5%</b>	<b>15%</b>	<b>2%</b>	<b>-4%</b>
Propinas	452%	54%	23%	23%	4%	-4%
Taxa de Matrícula			97%	24%	19%	18%
Outras taxas			-38%	1%	23%	-20%
Livros e outros materiais	-63%	-66%	-23%	-28%	-33%	-32%
Equipamento e visitas de estudo			-48%	-25%	12%	10%
Outras despesas			-18%	-36%	82%	-44%
<b>Total</b>	<b>37%</b>	<b>31%</b>	<b>8%</b>	<b>2%</b>	<b>-6%</b>	<b>11%</b>

Nota: Nas "Despesas Pessoais" incluiu-se os custos que no inquérito de 1994/1995 estavam designadas por "Vestuário" e "Outras Despesas".

De assinalar, ainda, que os resultados do inquérito de 2016 evidenciaram uma descida das despesas de alojamento no universitário público em relação ao valor encontrado no ano 2011.

Identificou-se uma subida no valor das propinas pagas nos dois subsectores ao longo dos quatro inquéritos, com exceção do ensino universitário privado em 2015/2016, continuando em 2016 a subsistir a significativa diferença no valor cobrado no ensino público e no privado (de

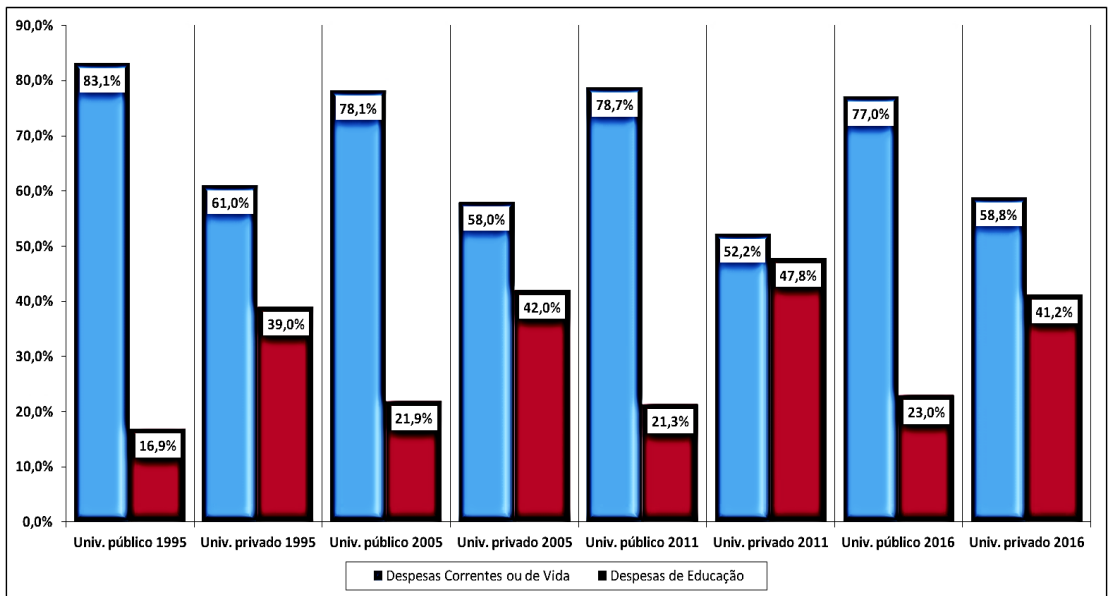
1.013 euros no ensino universitário público e 3.479 euros no ensino universitário privado). No entanto, a amplitude da diferença atenuou-se. Em 1995, a diferença entre o valor médio da propina do ensino privado e público era de +1225%. Em 2005, essa diferença era de +269%. Em 2011, passou para +270%. Em 2016, subiu para +244%.

De facto, as propinas no ensino superior público sofreram um aumento significativo, passando de 144 euros em 1995 para 793 euros em 2005, representando um acréscimo de 452%. Entre o ano de 2005 e 2011 houve uma ligeira subida dos valores das propinas, passando de 793 euros em 2005 para 975 euros em 2011, representando um acréscimo de 23% no valor pago pelos estudantes. Entre os anos de 2011 e 2016 houve quase como que uma estabilização dos valores das propinas, passando de 975 euros em 2011 para 1.013 euros em 2016, representando um acréscimo de 4% no valor pago pelos estudantes.

Em termos de estrutura das despesas, a distribuição dos custos de educação e dos custos correntes entre 1995 e 2016 pode ser visualizada na Figura 85. Como se depreende, entre 1995 e 2005 houve, quer no ensino público, quer no privado, um acréscimo do peso das despesas de educação em detrimento das despesas correntes ou de vida de estudante, sendo essa subida de 5,1% e 3,1% no ensino público e no ensino privado, respetivamente. Entre 2005 e 2011, existiu no ensino público, um decréscimo do peso das despesas de educação em relação às despesas correntes ou de vida de estudante, sendo essa descida de 0,7%. Porém, no ensino privado houve um acréscimo significativo de importância do peso das despesas de educação em detrimento das despesas correntes ou de vida de estudante, sendo essa subida de 5,7%. Entre 2011 e 2016 existiu, no ensino público, um acréscimo de

importância do peso das despesas de educação em desfavor das despesas correntes ou de vida de estudante, sendo essa subida de 1,8%. Contudo, no ensino privado houve um decréscimo das despesas de importância do peso das despesas de educação em relação às despesas correntes ou de vida de estudante, sendo essa descida de 6,6%.

**Figura 85 - Comparação da estrutura entre as despesas de educação e despesas correntes em 1995, 2005, 2011 e 2016**



Assinala-se uma tendência para a elitização dos estudantes universitários portugueses.



Tendo sido solicitado, nos inquéritos mencionados, que os estudantes se auto classifikassem de acordo com a perceção que tinham do nível de rendimentos dos seus pais, as respostas obtidas entre 1995 e 2005 para os estudantes universitários (público e privado) denotaram um ligeiro crescimento do grupo de estudantes que se auto classificou como provindo de um agregado com “rendimentos altos ou médios/altos (mais alto do que a maior parte)”, que passou de 14,4% para 17,3%, ao mesmo tempo que o grupo provindo de “baixos rendimentos (mais pobre do que a maior parte)” baixava de 13,8% para 8,6%.

No período de 2004/2005 a 2010/2011 assistiu-se simultaneamente a um aumento significativo dos estudantes provenientes de famílias de rendimento alto e de estudantes de baixo rendimento no ensino superior, que passaram de 17,3% para 38,2% e de 8,6% para 18,0%, respetivamente. Por um lado, o aumento dos números de estudantes de alto e médio rendimento apontou para a elitização. Por outro lado, o aumento da participação dos estudantes de baixo rendimento indicou um movimento para uma sociedade mais democrática e para uma maior universalização do acesso ao ensino superior. O aumento significativo do desemprego pode ter levado a um grande número de portugueses que pertenciam à classe média estejam a passar para a classe mais baixa tentando manter, sempre que possível os seus filhos a estudar. Como resultado, houve uma mudança social com uma transição de classe média numerosa para a classe mais baixa, justificando assim o elevado número de jovens de classe baixa a frequentar o ensino superior.

Em relação ao período de 2010/2011 a 2015/2016 verificou-se um decréscimo significativo quer dos estudantes provenientes de famílias de rendimento alto quer dos estudantes de baixo rendimento no ensino superior

(passaram de 38,2% para 36,7% e de 18,0% para 16,6%, respetivamente), com a subida dos rendimentos médios de 43,8% para 46,7%. A comparação dos dados de 1995 e os de 2005 estão resumidos no Quadro 150.

**Quadro 150 - Estatuto socioeconómico das famílias dos estudantes de acordo com a perceção dos estudantes em 1995, 2005, 2011 e 2016 (%)**

<b>Rendimento do agregado familiar</b>	<b>Inquérito 1994/1995 (a)</b>	<b>Inquérito 2004/2005 (a)</b>	<b>Inquérito 2010/2011</b>	<b>Inquérito 2015/2016</b>
<b>Elevado/Médio Alto (&gt; 1500 €)</b>	14,4	17,3	38,2	36,7
<b>Médio (870-1500 €)</b>	71,8	74,1	43,8	46,7
<b>Baixo (&gt; 870 €)</b>	13,8	8,6	18,0	16,6

Na cobertura do apoio social aos estudantes do ensino universitário, a comparação dos resultados de 1995 e 2005 indicou uma melhoria na taxa de cobertura quer no ensino público, quer no privado, passando-se de uma percentagem de bolseiros de 17% para cerca de 28% do total dos estudantes. Este acréscimo foi especialmente notório no ensino universitário privado, que passou de uma taxa de 1% para 13%. Entre 2005 e 2016, houve um ligeiro decréscimo na taxa de cobertura, passando-se de percentagem de bolseiros de cerca de 28% para cerca de 27% do total dos estudantes. Porém, verificou-se uma melhoria na taxa de cobertura do privado, que passou de 13% para 19%, como se constata pelos dados do Quadro 151.

**Quadro 151 - Estudantes bolsеiros em 1995, 2005 e 2016**

	Inquérito 1994/1995			
	N	%	N	Peso % dos bolsеiros/Inquiridos
<b>Universitário Público</b>	342	98%	1505	23%
<b>Universitário Privado</b>	7	2%	521	1%
<b>Total</b>	349	100%	2026	17%

	Inquérito 2004/2005			
	N	%	N	Peso % dos bolsеiros/Inquiridos
<b>Universitário Público</b>	136	90%	417	33%
<b>Universitário Privado</b>	15	10%	114	13%
<b>Total</b>	151	100%	531	28%

	Inquérito 2015/2016			
	N	%	N	Peso % dos bolsеiros/Inquiridos
<b>Universitário Público</b>	150	85%	524	29%
<b>Universitário Privado</b>	27	15%	142	19%
<b>Total</b>	177	100%	666	27%

### **Nota síntese**

Em termos de síntese, e no que respeita aos custos que os estudantes do ensino superior português enfrentaram em 2015/2016, é possível constatar que se registou uma despesa média de 6.446 euros, tendo as despesas de educação um valor de 1.718 euros (propinas, taxa de matrícula, outras taxas, livros e outros materiais, equipamentos e outras despesas) e as despesas de vida o valor de 4.727 euros (alojamento, telefone alimentação, despesas médicas, transportes e outras despesas pessoais). Verificou-se que cerca de 27% dos gastos dos estudantes estavam relacionados com as despesas de

educação e 73% com as despesas correntes. No ensino público, o peso das despesas da educação era de 23% no ensino universitário e 20% no politécnico; no ensino privado, o peso das despesas de educação e das despesas correntes encontrava-se mais próximo, com as despesas de educação a representarem 41% no ensino universitário, e 45% no ensino politécnico.

Os custos totais anuais dos estudantes variaram de acordo com o tipo de instituição e ensino frequentado, sendo que os mais elevados se registaram no ensino universitário privado, com 9.836 euros, seguido do politécnico privado com 8.296 euros, do politécnico público com 6.173 euros e, finalmente, o universitário público com 5.576 euros. Em termos das áreas científicas, os estudantes do ensino público que apresentaram os custos mais elevados foram os inscritos na área da “Gestão e Ciências Computacionais”, com um custo de 7.342 euros; o valor mais baixo registou-se na área da “Ciências”, com um custo de 4.872 euros.

A deslocação da residência revelou ter uma influência notória sobre os custos dos estudantes, com os deslocados a apresentarem, em média, um valor superior em 6% (deslocados 6.662 euros e não deslocados 6.294 euros). Consoante os estudantes estivessem a viver “com os pais e familiares”, “em residência universitária”, “em casa, apartamento, quarto de aluguer” ou “em casa própria”, assim a estrutura e o valor dos custos variou. Concluiu-se que os estudantes do ensino universitário público a viver com os pais foram os que apresentaram os menores custos anuais (4.406 euros); os do ensino universitário privado a viver em residência universitária foram os que maiores custos evidenciavam (14.380 euros).

Procurou-se saber se a localização da instituição de ensino superior tinha impacto no nível de custos dos estudantes, tendo-se concluído que havia uma diferenciação significativa consoante as regiões. Os custos dos estudantes do ensino universitário público foram ligeiramente mais elevados nas instituições do litoral (5.638 euros) do que nas do interior (5.308 euros) e bastante mais elevados do que nas regiões autónomas (4.869 euros). Por sua vez, os custos dos estudantes do politécnico público no litoral (6.185 euros) foram muito semelhantes aos do interior (6.160 euros) e substancialmente mais elevados nas regiões autónomas (4.896 euros).

Os custos dos estudantes do ensino universitário privado foram superiores no interior (14.490 euros) em relação aos do litoral (9.803 euros). Os estudantes do ensino politécnico privado da região do litoral (8.382 euros) apresentaram despesas superiores aos das regiões autónomas (7.177 euros).

É possível afirmar que os custos que os estudantes têm que assumir para frequentar o ensino superior dependem da conjugação de três variáveis fundamentais: o tipo de ensino frequentado, a região onde a instituição de ensino superior se localiza e a situação do estudante face ao alojamento. A partir da conjugação destes três fatores, foram identificados 17 grupos de estudantes, nos quais se destacaram os 3 mais representativos (no seu conjunto reuniam 70,3% dos estudantes do ensino superior): o “Grupo 1 - Ensino Público / Litoral / Casa dos pais ou familiares”, envolvendo 35,1% dos estudantes e que registou um custo total anual de 4.639 euros; o “Grupo 3 - Ensino Público / Litoral / Casa, apartamento, quarto alugado”, com 23,6% dos estudantes e com um custo de 6.844 euros; e o “Grupo 12 - Ensino Privado / Litoral / Casa dos pais ou familiares”, que representava 11,6% dos estudantes, com um custo de 8.431 euros.

Partindo desta agregação, foi possível construir, para Portugal, o quadro-tipo da base de dados do ICHEFAP, com a identificação no ensino público do grupo de custos baixos (4.639 euros) /médios (5.549 euros) /altos (9.592 euros) e no ensino privado os grupos de custos baixos (8.431 euros) /altos (14.490 euros).

No que respeita aos estudos já realizados sobre os custos do ensino superior em Portugal (inquérito de 1994/1995, 2004/2005 e 2010/2011), foi possível concluir que muitas das características encontradas no presente estudo tinham paralelo e confirmação nos estudos anteriores:

- entre 1994/1995 e 2004/2005, um aumento nominal de 37% dos custos dos estudantes do ensino universitário público e de 31% dos custos dos estudantes do ensino universitário privado, com um significativo aumento do valor das propinas no ensino universitário público (um acréscimo de 452%);
- entre 2004/2005 e 2010/2011, houve um aumento de 8% dos custos dos estudantes do ensino universitário público e de 2% dos custos dos estudantes do ensino universitário privado, com uma subida do valor das propinas no ensino universitário público (um acréscimo de 23%);
- entre 2010/2011 e 2015/2016, existiu um decréscimo significativo dos custos, na ordem de -6% no ensino universitário público, e de 11% no ensino universitário privado, com uma ligeira subida do valor das propinas no ensino universitário público (um acréscimo de 4%).

## **16. Rendimentos percecionados dos estudantes do ensino superior**

Neste capítulo será feita a análise das respostas obtidas no inquérito com vista à identificação dos rendimentos que os estudantes de ensino superior percecionaram deter no ano letivo de 20015/2016, tendo em conta os diversos parâmetros relevantes para a caracterização da tipologia dos rendimentos: tipo de ensino e de instituição, área científica, idade dos estudantes, estatuto socioeconómico dos pais, situação do estudante face ao emprego, situação face à sua residência habitual, e região onde a instituição de ensino superior está sediada.

Faremos também uma agregação das categorias de grupos de estudantes de acordo com o seu comportamento em termos de rendimentos - tipo de ensino frequentado, situação do estudante face ao alojamento e região onde a instituição de ensino superior está sediada.

### **16.1 Fontes de apoio e suporte financeiros dos estudantes**

No desenvolvimento deste trabalho, e na aplicação do inquérito aos estudantes, a preocupação central foi a de encontrar os rendimentos que os estudantes têm à sua disposição que lhes tenha possibilitado frequentar o ensino superior no ano letivo anterior 2015/2016.

Desta forma, e centrando o questionário nos rendimentos que os estudantes têm à sua disposição, foi-lhes solicitado que identificassem os rendimentos que tinham disponíveis no último ano académico (dado o inquérito ter sido realizado entre maio a outubro de 2016, os alunos responderam em relação ao ano letivo de 2014/2015 ou 2015/2016 e em

termos aproximados).

Os rendimentos que estão à disposição dos estudantes do ensino superior, por fontes de financiamento são os seguintes:

- Rendimento proveniente da família;
- Bolsa de estudo;
- Empréstimo bancário;
- Subsídio públicos;
- Rendimento do trabalho;
- Outros rendimentos.

## 16.2 Rendimentos Mensais

### 16.2.1 Rendimento proveniente da família

Tendo em conta as respostas obtidas, verificou-se que em relação aos rendimentos provenientes da família cerca de um quarto dos estudantes (26%) declarou receber das suas famílias entre os 151-400 euros, sendo significativa a diferença de comportamento entre os estudantes do ensino público e o privado. A distribuição está representada no Quadro 152.

**Quadro 152 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e o rendimento proveniente da família, 2015/2016 (%)**

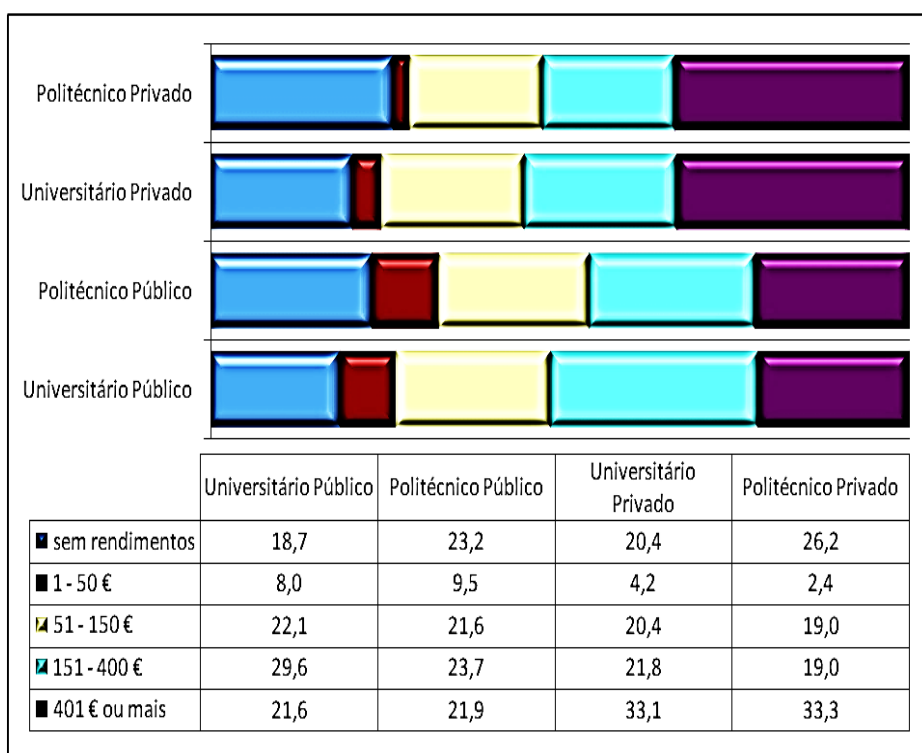
	Rendimento proveniente da família					Total
	sem rendimentos	1 - 50 €	51 - 150 €	151 - 400 €	401 € ou mais	
<b>Universitário Público</b>	18,7	8,0	22,1	29,6	21,6	100,0
<b>Politécnico Público</b>	23,2	9,5	21,6	23,7	21,9	100,0
<b>Universitário Privado</b>	20,4	4,2	20,4	21,8	33,1	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	26,2	2,4	19,0	19,0	33,3	100,0
<b>Total</b>	20,8	7,8	21,6	26,1	23,6	100,0

Diferenças estatisticamente significativas ( $\chi^2(12) = 21,891$ ;  $p < 0,039$ ).



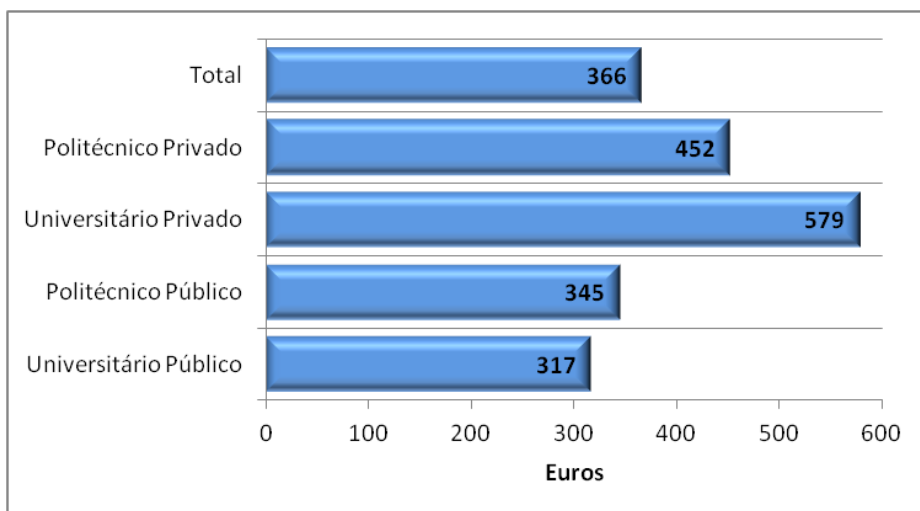
Dos estudantes em que o rendimento é proveniente da família, a grande maioria (48% do total dos alunos inquiridos) encontra-se nos intervalos entre os 151-400 euros e 401 euros ou mais, sendo no ensino politécnico privado (33,3%), e ensino universitário privado (33,1%) onde se encontra a maior percentagem de alunos a obter rendimentos provenientes da família superiores a 401 euros (ver a Figura 86).

**Figura 86 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e o rendimento percebido proveniente da família, 2015/2016 (%)**



Em termos globais, verificamos que, em média, um estudante do ensino superior tem a perceção de que recebe mensalmente das suas famílias, uma quantia de 366 euros. Os estudantes do ensino superior público são os que percecionam em média o menor suporte financeiro oriundo das famílias, 317 euros os do ensino universitário e 345 euros do ensino politécnico. Os estudantes do ensino universitário privado julgam receber das famílias em média 579 euros mês e os do ensino politécnico privado 452 euros mês. Os resultados estão resumidos na Figura 87.

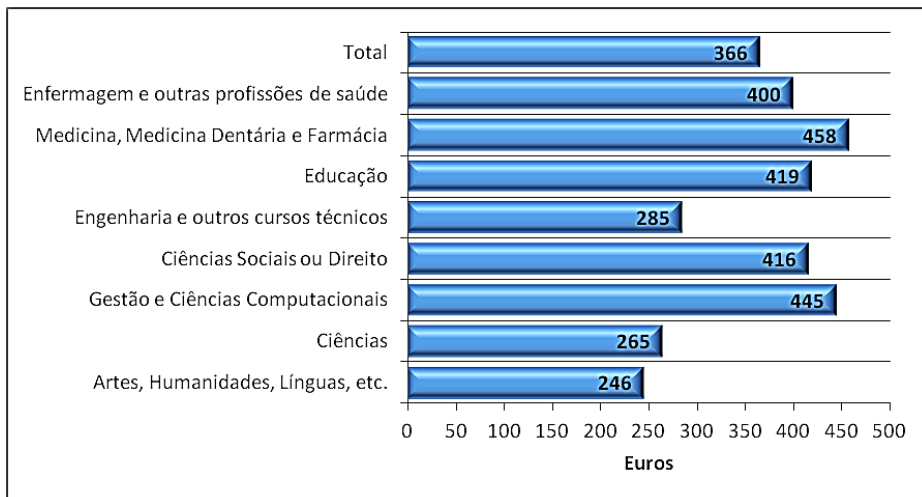
**Figura 87 - Rendimento mensal oriundo das famílias, percecionado pelos estudantes, por sector e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (média)**



Quando se cruza os estudantes por área científica e o rendimento que percecionam provir da família constata-se que são os alunos provindos da área de Medicina, Medicina Dentária e Farmácia que apresentam a receita média

mais elevada, com 458 euros mensais, seguidos dos estudantes da área de Gestão e Ciências Computacionais, com 445 euros mensais. Na situação contrária, encontram-se os alunos provindos da área das Artes, Humanidades, Línguas, que receberão em média das suas famílias 246 euros, perto de metade do que o registado com os alunos de Medicina (ver Figura 88).

**Figura 88 - Rendimento mensal percecionado proveniente da família por área científica em euros, 2015/2016 (média)**

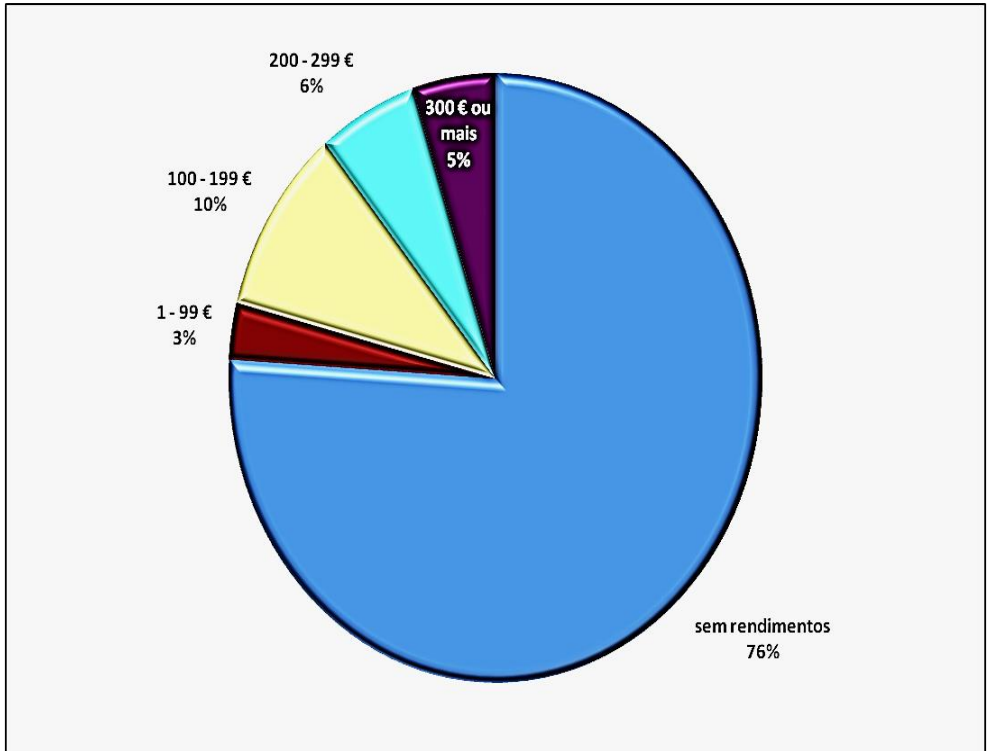


## 16.2.2 Outras fontes de receita

### 16.2.2.1 Bolsa de estudo

Em relação aos rendimentos auferidos por meio de bolsas de estudo verificou-se que a grande maioria dos estudantes 76%, declarou não ter recebido qualquer bolsa no período em análise (ver Figura 89).

**Figura 89 - Distribuição dos estudantes de acordo com o nível de receitas atribuídas por meio de Bolsa de estudo, 2015/2016 (%)**



#### 16.2.2.2 Empréstimo bancário

Em relação aos rendimentos auferidos por meio de empréstimos, verificou-se que a esmagadora maioria dos estudantes não recebeu rendimentos em relação à esta fonte de apoio e suporte financeiro (98%). Apenas 2% dos alunos indicou receitas provenientes de empréstimos bancários.

### 16.2.2.3 Subsídios públicos

Quando questionados acerca de outras fontes de rendimento atribuídas por outro organismo público, apenas 4% dos inquiridos afirmam ter recebido algum subsídio público cujo montante pode considerar-se negligenciável.

### 16.2.3 Rendimentos do trabalho

Em termos de rendimentos do trabalho, verifica-se que a esmagadora maioria dos estudantes inquiridos não auferem rendimentos deste tipo sendo que, de entre os estudantes que realizam tarefas pagas, os mais numerosos frequentam o ensino superior público. Registe-se, todavia, que não se verificou qualquer tipo de relação estatística entre as variáveis. Observe-se o Quadro 153.

**Quadro 153 - Distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino e rendimentos do trabalho, 2015/2016 (%)**

	Rendimento próprio através de trabalho pago				Total
	sem rendimentos	1 - 499 €	500 - 999 €	1000 € ou mais	
<b>Universitário Público</b>	89,3	5,0	4,2	1,5	100,0
<b>Politécnico Público</b>	84,7	7,9	4,2	3,2	100,0
<b>Universitário Privado</b>	90,1	5,6	4,2	,0	100,0
<b>Politécnico Privado</b>	90,5	4,8	,0	4,8	100,0
<b>Total</b>	87,9	6,1	4,0	2,0	100,0

Se cruzarmos os estudantes por sector e tipo de ensino e simultaneamente a sua situação quanto a estarem ou não deslocados com o respetivo rendimento próprio através de trabalho pago, constata-se que, apesar de os valores serem diferentes para cada tipo de ensino, os estudantes que se encontram deslocados da sua residência apresentam sempre um rendimento médio mensal inferior aos alunos que se encontram na sua residência. Da Figura 104 consta a distribuição do rendimento próprio através de trabalho pago, consoante a situação do estudante face à sua residência.

#### **16.2.4 Outros rendimentos**

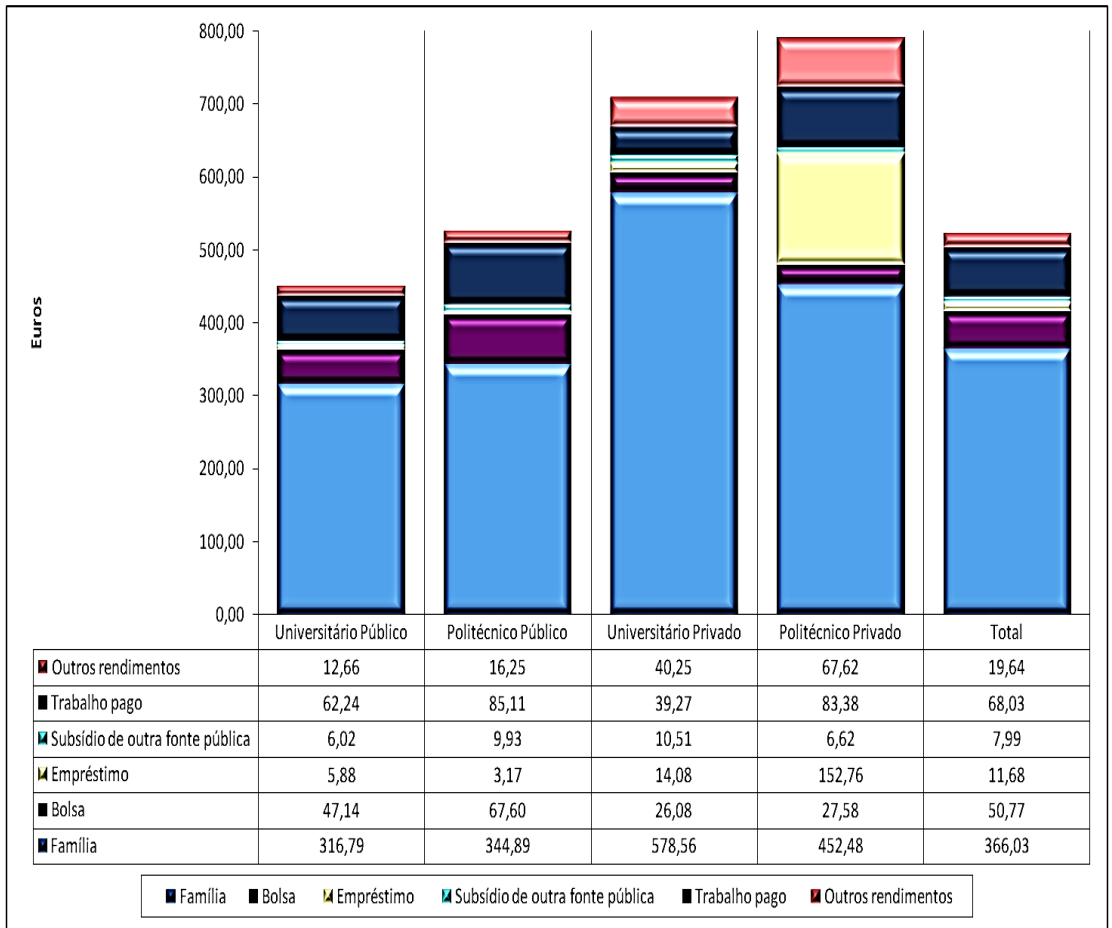
Para o conjunto dos outros rendimentos obtidos pelos estudantes, registou-se uma média de receita na ordem dos 20 euros por mês, com uma diferença acentuada consoante a distribuição dos estudantes por sector e tipo de ensino. Também nesta situação não se verificou qualquer relação estatística entre as variáveis.

#### **16.2.5 Síntese dos Rendimentos Mensais**

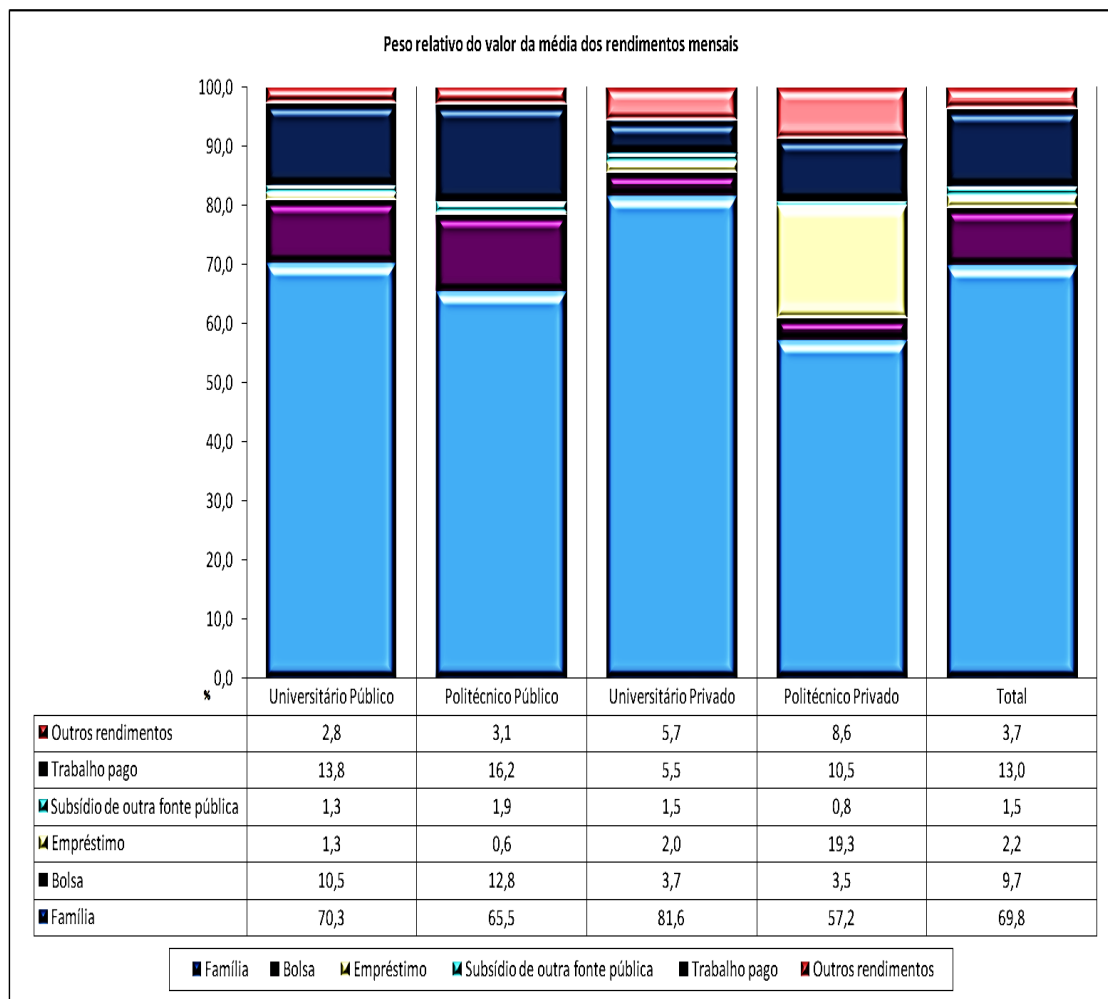
Se agregássemos os rendimentos que os estudantes inquiridos percecionam dispor, independentemente da sua origem, verificar-se-ia que os rendimentos mensais médios percecionados diferem, seja por categoria de rendimento seja pelo tipo de ensino.

Do exposto, podemos identificar a estrutura mensal dos rendimentos dos estudantes do ensino superior, usando por referência a média do rendimento recebido, das diferentes origens. Vejam-se as Figuras 90 e 91.

**Figura 90 - Estrutura dos rendimentos mensais percecionados por sector e tipo de ensino em euros, 2015/2016 (média)**



**Figura 91 - Peso relativo da composição dos rendimentos mensais por sector e tipo de ensino, 2015/2016 (%)**





**16.2.5.1 Rendimentos mensais percecionados pelos estudantes e nível de rendimento percecionado e declarado dos pais**

Assinala-se uma total concordância entre a classificação que os alunos indicaram quando lhes foi solicitado que identificassem o nível de rendimento do seu agregado familiar e a média total dos rendimentos mensalmente disponível. Pode ver-se no Quadro 154 que os alunos cuja família foi classificada no grupo de rendimentos mais elevados são os que denotam um total do rendimento mensal médio mais elevado, perto de 24% acima da registada para os alunos de baixos rendimentos. Os alunos que identificaram a sua família como estando no nível de rendimentos médios, acabam por ter uma receita que se encontra muito próximo da mediana entre os resultados de altos e de baixos rendimentos.

**Quadro 154 - Rendimentos mensais dos estudantes por nível de rendimento percecionado e declarado do agregado familiar em euros, 2015/2016 (médias)**

		Total do Rendimento Mensalmente Disponível
Rendimento do agregado familiar	Elevado/médio alto (> 1500 €)	630,3
	Médio (870 € a 1500 €)	478,1
	Baixo (< 870 €)	436,2
	Total	527,0

Os alunos que tiveram um emprego no último ano escolar apresentam um rendimento superior (+75%) aos que não tiveram essa experiência (ver o Quadro 155).

**Quadro 155 - Rendimentos mensais percebidos de acordo com a situação do estudante face ao emprego durante o ano escolar em euros, 2015/2016**

		Total do Rendimento Mensalmente Disponível
Esteve empregado durante o período relativo ao último ano letivo	Sim	814,4
	Não	464,6
	Total	524,1

## 17. Síntese e considerações finais

O Ensino Superior em Portugal tem tido uma evolução de crescimento muito significativo em termos do número de estudantes que o frequentam, em particular a partir da década de 70 após o 25 de Abril de 1974. Assim, no início dos anos 80 a taxa bruta de escolarização no ensino superior português (relação % entre o número total de estudantes inscritos no ensino superior independentemente da idade/número de jovens na idade de 18-22 anos) era ainda de apenas 10,7%, tendo progredido para atingir no ano de 2016 o valor de 50,4%. Essa evolução pode também ser medida pela evolução da taxa real de escolarização do ensino superior (relação % entre número total de estudantes inscritos no ensino superior com a idade de 18-22 anos/número de jovens na idade de 18-24 anos) que no ano de 2001/2012 situava-se nos 26%, tendo subido para 33,1% no ano de 2015/2016.

Esse crescimento acentuado na frequência deste subsistema deu-se quer no ensino público, quer privado e no universitário e politécnico, conforme se pode depreender do quadro 156. O sistema de ensino superior cresceu 129% entre 1990 e 2017, passando de 157.869 para 361.943 estudantes matriculados. O ensino superior privado, que cresceu de forma muito acentuada na década de 90, atingindo em 1995 cerca de 36% do total dos estudantes, tem vindo a reduzir o seu peso e em 2017 apenas representa 16,4% do total dos estudantes.

**Quadro 156 - Estudantes matriculados no ensino superior: Total e por subsistema entre 1990 e 2017**

Anos	Subsistema e tipo de ensino						
	Total	Público			Privado		
		Total	Universitário	Politécnico	Total	Universitário	Politécnico
1990	157.869	119.733	95.746	23.987	38.136	32.756	5.380
1995	290.348	186.286	132.199	54.087	104.062	84.895	19.167
2000	373.745	255.008	164.722	90.286	118.737	88.190	30.547
2005	380.937	282.273	173.897	108.376	98.664	67.157	31.507
2010	383.627	293.828	183.806	110.022	89.799	60.174	29.625
2011	396.268	307.978	193.106	114.872	88.290	60.452	27.838
2012	390.273	311.574	197.912	113.662	78.699	55.147	23.552
2013	371.000	303.710	197.036	106.674	67.290	48.176	18.574
2014	362.200	301.654	198.380	103.274	60.546	44.495	16.051
2015	349.658	292.359	191.707	100.652	57.299	42.666	14.633
2016	356.399	297.884	191.633	106.251	58.515	42.981	15.534
2017	361.943	302.596	192.201	110.395	59.347	43.013	16.334
Variação 2017-1990 %	129%	153%	101%	360%	56%	31%	204%
Variação 2017-2010 %	- 6%	3%	5%	0%	- 34%	- 29%	- 45%

Fonte: Elaborado a partir de DGEEC/MEC - MCTES - DIMAS/RAIDES

De assinalar que entre o período de 2010 a 2016 /2017 (período que acompanha os estudos dos CESTES e CESTES 2), registou-se um decréscimo na frequência do ensino superior, provocado pela queda do ensino superior privado, que neste período cai -34%, passando de 89.799 para 59.347 estudantes.

Apesar desta evolução positiva no contexto global do ensino superior, interessa estudar e analisar o contexto socioeconómico do ensino superior e compreender se ocorreu ou não uma democratização no acesso, criando neste subsistema uma nova ordem social, mais justa e equitativa, ou se, pelo contrário, a escola se mantém como um instrumento de reprodução das desigualdades sociais conforme os estudos de cientistas sociais como Bourdieu & Passeron (1964, 1970), Boudon & Lagneau (1980), Baudelot & Establet (1971, 1977), Bowles (1972), Bowles & Gintis (1995) entre outros, acerca do papel da escola, ainda que essa função reprodutora possa ter-se deslocado do ensino primário e do ensino secundário para o ensino superior, como afirma Alain Prost (1992) sobre o caso francês, e como já foi verificado por Cabrito (2002), Cerdeira et al. (2016), Cabrito et al. (2017), Cerdeira & Cabrito (2017) para Portugal.

Tendo em conta o contexto de crescimento do ensino superior português e não havendo dados oficiais sobre os custos dos estudantes, bem como muitos outros aspetos da sua caracterização socioeconómica, foram levado a cabo os estudos CESTES (2010/2011) e CESTES 2 (2015/2016), através dos quais foi possível aplicar um questionário a uma amostra representativa do universo a nível nacional (o questionário aplicado já foi usado por Cerdeira (2009) pelo ICHEFAP (2005) - *International Comparative Higher Education*

*Finance and Acessibility Project*). A amostra definida é representativa do universo, com uma distribuição proporcional de acordo com as variáveis sexo, tipo de ensino (universitário e politécnico) e tipo de instituição (pública e privada), tendo em cada um dos estabelecimentos sido definidas quotas por curso. Em síntese, pode-se ver no quadro seguinte as amostras dos dois estudos.

**Quadro 157 - Distribuição das respostas do inquérito por sector e tipo de ensino**

	2015/2016		2010/2011		Variação %
	N.º	%	N.º	%	
Universitário público	524	48,2%	442	42,5%	5,7%
Politécnico Público	379	34,9%	365	35,1%	- 0,3%
Universitário Privado	142	13,1%	157	15,1%	- 2,0%
Politécnico Privado	42	3,9%	75	7,2%	- 3,4%
Total	1087	100,0%	1039	100,0%	0,0%

Nesta súmula final iremos apenas evidenciar alguns das variáveis trabalhadas e avançar algumas considerações finais, procurando comparar os dados de 2010/2011 e 2015/2016 e agrupadas nos seguintes itens:

- **Caracterização geral dos estudantes em relação à idade, sexo e à situação de deslocado;**
- **Caracterização dos estudantes de acordo com a sua classificação do nível de rendimento do seu agregado familiar;**
- **Caracterização dos estudantes de acordo com as habilitações académicas do pai e da mãe;**

- **Custos de Educação e Custos de Vida dos Estudantes;**
- **Comparação dos Custos Totais (Custos de Educação e Custos de Vida) com o PIB per capita e Mediana do Rendimento de Portugal.**

Em termos gerais podemos concluir que a maioria dos estudantes é jovem, isto é, apresenta idades correspondentes à coorte juvenil até aos 25 anos. Salienta-se que entre 2011/2012 e 2015/2016 o peso do grupo dos mais jovens cresceu de forma acentuada, passando de 42% para 62% do total dos estudantes, ao mesmo tempo que há uma baixa nos outros grupos mais velhos. Este fenómeno poderá ter a ver com a diminuição do apoio às iniciativas do programa das “Novas Oportunidades” e com posterior impacto na diminuição de estudantes mais velhos. Os valores mais significativos da frequência de estudantes mais velhos registam-se no ensino politécnico privado e politécnico público.

**Quadro 158 - Estudantes por idade por sector e tipo de ensino (%)**

	2015/2016					2010/2011				
	Até 21 anos	22-25 anos	26-30 anos	>30 anos	Total	Até 21 anos	22-25 anos	26-30 anos	>30 anos	Total
Universitário público	68,8%	19,1%	4,8%	7,3%	100%	44,3%	39,2%	7,7%	8,8%	100%
Politécnico Público	54,0%	28,5%	7,7%	9,8%	100%	40,0%	37,8%	11,5%	10,7%	100%
Universitário Privado	57,0%	30,3%	7,0%	5,6%	100%	37,1%	38,0%	16,0%	8,9%	100%
Politécnico Privado	66,7%	14,3%	4,8%	14,3%	100%	48,0%	26,7%	13,3%	12,0%	100%
Total	62,0%	23,6%	6,1%	8,2%	100%	42,0%	37,7%	10,6%	9,7%	100%

Por outro lado, a predominância de estudantes do sexo feminino é generalizada, tendo-se acentuado entre os dois estudos.

**Quadro 159 - Estudantes por sexo, sector e tipo de ensino (%)**

	2015/2016			2010/2011		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Universitário público	45,0%	55,0%	100%	45,9%	54,1%	100%
Politécnico Público	45,9%	54,1%	100%	47,4%	52,6%	100%
Universitário Privado	43,7%	56,3%	100%	48,4%	51,6%	100%
Politécnico Privado	40,5%	59,5%	100%	41,3%	58,7%	100%
Total	45,0%	55,0%	100%	46,5%	53,5%	100%

Entre 2010/2011 e 2015/2016 houve um crescimento acentuado dos estudantes que se declararam deslocados, passando de 24,7% para 35,6% dos estudantes, respetivamente, sendo sobretudo nas instituições públicas. Foram os estudantes do ensino público politécnico (40,1%) e do ensino público universitário (40%) que registaram esse acréscimo.

**Quadro 160 - Deslocados e Não Deslocados da área de residência habitual por sector e tipo de ensino (%)**

	2015/2016		2010/2011		Variação %	
	Deslocado	Não deslocado	Deslocado	Não deslocado	Deslocado	Não deslocado
Universitário público	40,0%	60,0%	29,4%	70,4%	10,6%	- 10,4%
Politécnico Público	40,1%	59,9%	26,3%	73,7%	13,8%	- 13,8%
Universitário Privado	15,2%	84,8%	11,5%	88,5%	3,7%	- 3,7%
Politécnico Privado	9,5%	90,5%	17,3%	82,7%	- 7,8%	7,8%
Total	35,6%	64,4%	24,7%	75,2%	10,9%	- 10,8%

Apesar do crescimento e do alargamento da base social de recrutamento dos alunos do ensino superior que ocorreu nas últimas décadas os estudantes oriundos dos estratos sociais de maior renda continuam mais presentes no ensino superior, em prejuízo dos grupos de médio e baixo rendimento familiar. Em termos globais, a investigação realizada demonstra que o elitismo do ensino superior português manteve-se entre 2010/2011 e 2015/2016, com o grupo dos estudantes que declaram pertencer ao grupo de baixos rendimentos (<870 Euros mensais) a ser o menos presente, com 18,8% e 16,6%, respetivamente. Este recuo dos estudantes do grupo com menos rendimentos, foi sobretudo compensando pelo grupo de rendimento médio, que cresce de 43,8% para 46,7%.

**Quadro 161 - Como classificam os estudantes do ensino superior o rendimento do seu agregado familiar, por sector e tipo de ensino em 2015/2016 e 2010/2011 (%)**

	2015/2016				2010/2011			
	Elevado / médio alto (> 1500€)	Médio (870€ a 1500€)	Baixo (< 870€)	Total	Elevado/ médio alto (> 1500€)	Médio (870€ a 1500€)	Baixo (< 870€)	Total
Universitário público	41,2%	42,9%	15,8%	100%	41,2%	40,3%	18,6%	100%
Politécnico Público	25,3%	54,1%	20,5%	100%	27,7%	49,2%	23,1%	100%
Universitário Privado	51,4%	40,0%	8,6%	100%	51,3%	41,0%	7,7%	100%
Politécnico Privado	33,3%	50,0%	16,7%	100%	44,6%	44,6%	10,8%	100%
Total	36,7%	46,7%	16,6%	100%	38,2%	43,8%	18,8%	100%

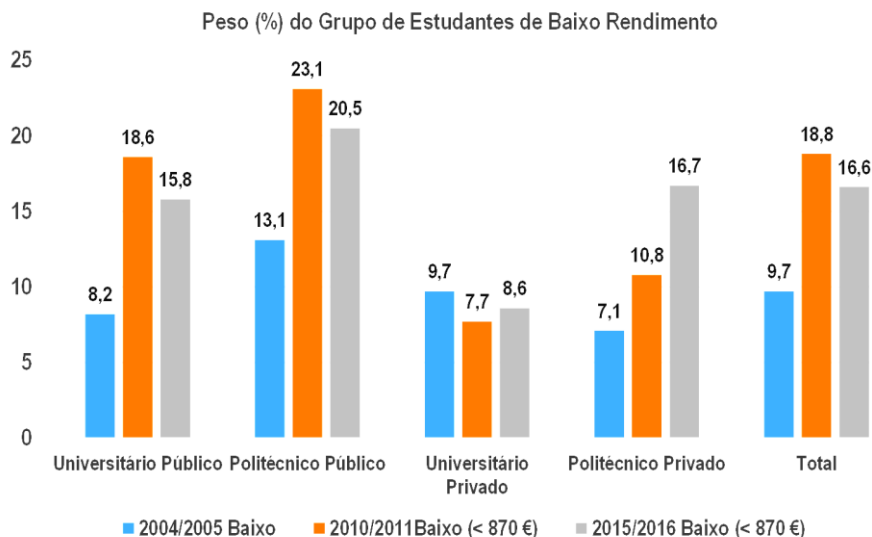


O processo de elitização não é homogéneo, sendo possível verificar que a origem social dos estudantes do ensino superior encontra-se ainda dependente da natureza e tipo de estabelecimento e da área científica frequentada. Podemos salientar que em 2015/2016, são o ensino superior privado universitário e o ensino superior público universitário os que evidenciam o maior peso dos rendimentos alto/médio alto, o que altera ligeiramente o que ocorria em 2010/2011, em que era no ensino superior privado (universitário e politécnico) onde estava com maior peso o grupo de estudantes de maior nível de rendimento.

Quando alargamos o período de análise e nos debruçamos sobre a evolução verificada nos três momentos em que foi aplicado o questionário a uma amostra representativa de todo o ensino superior português (2004/2005, 2010/2011 e 2015/2016) e nos centramos no grupo de estudantes que respondeu que o rendimento do seu agregado familiar estava no de “baixo rendimento”, podemos concluir que se deu alguma evolução positiva entre o período de 2004/2005 e 2010/2011, com esse grupo a crescer em todo tipo de ensino e instituição (no total subiu de 9,7% para 18,8%), o que denota uma melhoria na participação de estratos mais desfavorecidos.

De assinalar ainda que tem sido sempre o ensino politécnico público aquele que mais aberto se mostrou a esse grupo de estudantes. No sentido contrário encontramos o ensino universitário privado, o qual se mantém mais fechado à penetração deste grupo de estudantes.

**Figura 92 - Comparação da distribuição do grupo de estudantes de “rendimento baixo” em 2004/2005, 2010/2011 e 2015/2016**



No que toca ao perfil de rendimento do agregado familiar pode afirmar-se que se verifica que na escolha do curso há uma relação com o nível de rendimento dos pais dos estudantes. Vejamos que:

- Em 2015/2016, são os estudantes os de gestão e ciências computacionais (47,5%), seguidos dos de medicina (46,4%) e de engenharia (42,9%), os que classificam o seu agregado familiar com o valor mais alto de “rendimento alto/médio alto”, denotando uma proveniência maioritária do nível mais elevado de rendimentos;
- Os estudantes da área de artes e humanidades (20,4%), de educação (20,3%), de enfermagem e outras profissões de saúde (18,5%) e de ciências

(18,3%), são aqueles que se colocam no nível de rendimento mais baixo (< 870 Euros), com percentagens superiores à média dos estudantes inquiridos (16,6%) revelando uma penetração de camadas mais desfavorecidas nestes cursos;

- Em relação ao período de 2010/2011 a 2015/2016, verifica-se um decréscimo ligeiro, quer dos alunos provenientes de famílias de rendimento alto, quer dos estudantes de baixo rendimento, com a subida dos rendimentos médios.

**Quadro 162 - Como classificam os estudantes do ensino superior o rendimento do seu agregado familiar, por área científica (%)**

	2015/2016				2010/2011			
	Elevado / médio alto (> 1500€)	Médio (870€ a 1500€)	Baixo (< 870€)	Total	Elevado/ médio alto (> 1500€)	Médio (870€ a 1500€)	Baixo (< 870€)	Total
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	32,9%	46,7%	20,4%	100%	32,8%	47,4%	19,8%	100%
Ciências	21,7%	60,0%	18,3%	100%	33,3%	43,3%	23,3%	100%
Gestão e Ciências Computacionais	47,5%	37,0%	15,5%	100%	38,9%	43,3%	17,8%	100%
Ciências Sociais ou Direito	33,0%	50,8%	16,3%	100%	38,4%	46,3%	15,3%	100%
Engenharia e outros cursos técnicos	42,9%	42,9%	14,1%	100%	45,4%	38,5%	16,1%	100%
Educação	20,3%	59,3%	20,3%	100%	24,3%	45,7%	30,0%	100%
Medicina, Medicina Dentária e Farmácia	46,4%	42,9%	10,7%	100%	52,7%	38,2%	9,1%	100%
Enfermagem e outras profissões de saúde	31,5%	50,0%	18,5%	100%	31,7%	47,6%	20,7%	100%
Total	36,7%	46,7%	16,6%	100%	39,1%	43,8%	18,0%	100%

De forma semelhante ao rendimento do agregado familiar dos estudantes, há uma relação entre o nível de habilitações dos pais dos estudantes e o tipo de instituição/curso que os estudantes frequentam e que podemos sintetizar desta forma:

- No total os estudantes do politécnico público são os que evidenciam um agregado com menores qualificações (57,9% e 49,3% para os pai e mãe, respetivamente). Na situação oposta encontram-se os estudantes do universitário privado (36,6% e 43,0% para os pai e mãe, respetivamente).
- Em termos médios, os níveis académicos dos pais dos estudantes é inferior à média do nível académico das mães, seja no ensino público seja no ensino privado.
- No período de 2010/2011 a 2015/2016 assistiu-se a um aumento significativo dos alunos provenientes de pais com o ensino básico (até 9.º ano) e de estudantes oriundos de pais com o ensino superior.

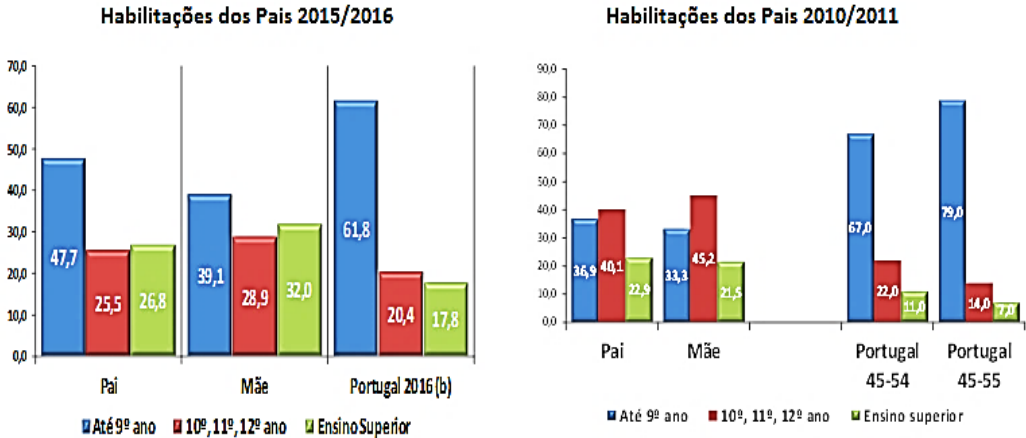
**Quadro 163 - Habilitações dos pais dos estudantes do ensino superior, por sector e tipo de ensino (%)**

	2015/2016							
	Habilitações do Pai				Habilitações da Mãe			
	Até 9º ano	10º, 11º, 12º	Ensino Superior	Total	Até 9º ano	10º, 11º, 12º	Ensino Superior	Total
Universitário público	43,1%	23,0%	33,9%	100%	34,5%	26,7%	38,8%	100%
Politécnico Público	57,9%	28,7%	13,4%	100%	49,3%	31,7%	18,9%	100%
Universitário Privado	37,3%	26,1%	36,6%	100%	27,5%	29,6%	43,0%	100%
Politécnico Privado	50,0%	26,2%	23,8%	100%	42,9%	28,6%	28,6%	100%
Total	47,7%	25,5%	26,8%	100%	39,1%	28,9%	32,0%	100%

	2010/2011							
	Habilitações do Pai				Habilitações da Mãe			
	Até 9º ano	10º, 11º, 12º	Ensino Superior	Total	Até 9º ano	10º, 11º, 12º	Ensino Superior	Total
Universitário público	32,4%	41,6%	26,0%	100%	28,9%	45,6%	25,5%	100%
Politécnico Público	46,1%	40,3%	13,6%	100%	43,5%	44,4%	12,1%	100%
Universitário Privado	26,3%	34,6%	39,1%	100%	20,5%	41,0%	38,5%	100%
Politécnico Privado	41,3%	42,7%	16,0%	100%	36,0%	56,0%	8,0%	100%
Total	36,9%	40,1%	22,9%	100%	33,3%	45,2%	21,5%	100%

Outro aspeto relevante decorre do facto de os pais dos estudantes possuírem mais qualificações académicas do que a população em geral, facto que confirma a elitização do ensino superior, em virtude de os estudantes serem oriundos dos estratos portadores de maior “capital cultural”. Em Portugal, em 2016, a população com grau superior situava-se no valor de 17,8%, enquanto o grupo dos estudantes com pais com grau superior é significativamente mais elevado (pai 26,8%; mãe 32% com Superior), como de resto já ocorria em 2010/2011.

**Figura 93 - Habilitações dos pais dos estudantes do ensino superior e da população portuguesa - 2015/2016 e 2010/2011**



Fonte: (b) PORDATA - Base de Dados Portugal Contemporâneo (2017). População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado (%) em Portugal. Consultado em [fevereiro, 2017]

Quando cruzámos os estudantes do ensino superior por área científica e as habilitações do pai e da mãe, verificámos que são os estudantes da área da Medicina, Medicina Dentária e Farmácia os que evidenciam valores mais elevados com o pai e a mãe com habilitação de grau superior (em 2015/2016 com 46% do pai e 55% da mãe; em 2010/2011 com pai 36% e mãe 44%). No lado oposto encontramos o caso dos estudantes da área da Educação (em 2015/2016 com 12% do pai e 20% da mãe; em 2010/2011 com pai 16% e mãe 15%) e de Enfermagem (em 2015/2016 com 12% do pai e 20% da mãe; em 2010/2011 com pai 16% e mãe 15%) que apresentam o peso mais baixo da habilitação do pai e da mãe com grau superior.

**Quadro 164 - Habilitações dos pais dos estudantes do ensino superior, por área científica (%)**

	2015/2016							
	Habilitações do Pai				Habilitações da Mãe			
	Até 9º ano	10º, 11º, 12º	Ensino Superior	Total	Até 9º ano	10º, 11º, 12º	Ensino Superior	Total
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	38,2%	27,0%	34,9%	100%	26,5%	29,8%	43,7%	100%
Ciências	46,7%	30,0%	23,3%	100%	41,7%	28,3%	30,0%	100%
Gestão e Ciências Computacionais	50,8%	23,6%	25,6%	100%	47,0%	23,3%	29,7%	100%
Ciências Sociais ou Direito	50,8%	24,6%	24,6%	100%	39,0%	30,7%	30,0%	100%
Engenharia e outros cursos técnicos	41,4%	27,8%	30,8%	100%	40,8%	26,0%	33,2%	100%
Educação	66,1%	22,0%	11,9%	100%	40,7%	39,0%	20,3%	100%
Medicina, Medicina Dentária e Farmácia	39,3%	14,3%	46,4%	100%	23,2%	21,4%	55,4%	100%
Enfermagem e outras profissões de saúde	56,0%	30,8%	13,2%	100%	45,7%	39,1%	15,2%	100%
Total	47,7%	25,5%	26,8%	100%	39,1%	28,9%	32,0%	100%

	2010/2011							
	Habilitações do Pai				Habilitações da Mãe			
	Até 9º ano	10º, 11º, 12º	Ensino Superior	Total	Até 9º ano	10º, 11º, 12º	Ensino Superior	Total
Artes, Humanidades, Línguas, etc.	39,0%	37,0%	24,0%	100%	33,0%	47,0%	20,0%	100%
Ciências	28,0%	45,0%	27,0%	100%	27,0%	51,0%	22,0%	100%
Gestão e Ciências Computacionais	35,0%	42,0%	23,0%	100%	38,0%	42,0%	21,0%	100%
Ciências Sociais ou Direito	39,0%	34,0%	17,0%	100%	30,0%	47,0%	23,0%	100%
Engenharia e outros cursos técnicos	36,0%	45,0%	19,0%	100%	34,0%	45,0%	21,0%	100%
Educação	46,0%	38,0%	16,0%	100%	43,0%	43,0%	15,0%	100%

Medicina, Medicina Dentária e Farmácia	20,0%	44,0%	36,0%	100%	16,0%	40,0%	44,0%	100%
Enfermagem e outras profissões de saúde	44,0%	43,0%	13,0%	100%	41,0%	46,0%	13,0%	100%
Total	37,0%	40,0%	23,0%	100%	33,0%	45,0%	21,0%	100%

Relativamente aos custos dos estudantes constatámos que estudar no ensino superior em 2015/2016 ascendia a 6445 Euros, ligeiramente mais baixo do que registado no ano de 2010/2011 (-2,8%). No entanto, registaram-se acréscimos nos custos dos estudantes do politécnico público (+7,4%) e do universitário privado (+10,1%).

**Quadro 165 - Custos dos Estudantes por tipo de instituição e ensino, Euros (Anuais)**

	2015/2016				
	Custos educação	%	Custos de Vida	%	Custo total
Universitário público	1.283 €	23%	4.293 €	77%	5.576
Politécnico Público	1.219 €	20%	4.954 €	80%	6.173
Universitário Privado	4.053 €	41%	5.783 €	59%	9.836
Politécnico Privado	3.757 €	45%	4.539 €	55%	8.269
Total	1.718 €	27%	4.727 €	73%	6.445

	2011/2012				
	Custos educação	%	Custos de Vida	%	Custo total
Universitário público	1.263 €	21%	4.679 €	79%	5.942
Politécnico Público	1.214 €	21%	4.505 €	79%	5.719
Universitário Privado	4.225 €	48%	4.618 €	52%	8.843
Politécnico Privado	4.608 €	44%	5.800 €	56%	10.408
Total	1.718 €	29%	4.727 €	71%	6.624



	Variação % 2015/2016 – 2010/2011		
	Custos educação	Custos de Vida	Custo total
Universitário público	1,6%	- 9,0%	- 6,6%
Politécnico Público	0,4%	9,1%	7,4%
Universitário Privado	- 4,2%	20,1%	10,1%
Politécnico Privado	- 22,7%	- 27,8%	- 25,5%
Total	- 12,6%	0,8%	- 2,8%

No que respeita ao esforço financeiro com que os estudantes do ensino superior se confrontam para estudar, podemos comparar os custos que os estudantes e as suas famílias têm de enfrentar e o valor de alguns indicadores que medem o nível de vida do país, como sejam o PIB *per capita* e a mediana de rendimento, seguindo propostas de Usher e Cervenán (2005) e de Usher e Medow (2010). Neste contexto, o estudo permite constatar que os estudantes e famílias assumem um nível de comparticipação no financiamento do ensino superior que consome mais de 30% do PIB *per capita* e mais de 60% da mediana do rendimento Português para a realização dos estudos superiores em 2015/2016 denotando ainda um fraco nível de acessibilidade do ensino superior como já se verificara no estudo CESTES (2010/2011) e discutido por Cerdeira & Machado-Taylor (2017).

**Quadro 166 - Custos dos estudantes do ensino superior versus PIB per capita e Rendimento Mediano Português, em 2015/2016 e 2010/2011**

	2015/2016		2010/2011			2015/2016		2010/2011	
	Euros €	% PIB per capita	Euros €	% PIB per capita		Euros €	% Do rendimen to mediano	Euros €	% Do rendimen to mediano
(1) PIB	17.329€	-	17.018€	-	(1)	8.435€	-	8.823	-

per capita					rendimento médio no (€)			€	
(2) Custos de educação	1.718€	9,9%	1.935€	11,4%	(2) Custos de educação	1.718€	20,4%	1.935 €	21,9%
(3) Custos de vida	4.727€	27,3%	4.690€	27,6%	(3) Custos de vida	4.727€	56,0%	4.690 €	53,0%
(4)=(2)+(3) Custos totais	6.445€	37,2%	6.624€	39,0%	(4)=(2)+(3) Custos totais	6.445€	76,4%	6.624 €	75,1%
(5) apoio em bolsas por estudante	345€	-	341€	-	(5) apoio em bolsas por estudante	345€	-	341€	-
(6)=(4)-(5) Custo líquido	6.099€	35,2%	6.283€	36,9%	(6)=(4)-(5) Custo líquido	6.099€	72,3%	6.283 €	71,2%
(7) Deduções fiscais Educação	800€	-	670€		(7) Deduções fiscais Educação	800€	-	670€	-
(8)=(6)-(7) Custo líquido após dedução fiscal	5.299€	30,6%	5.613€	33,0%	(8)=(6)-(7) Custo líquido após dedução fiscal	5.299€	62,8%	5.613 €	63,6%
(9) empréstimo por estudante	0€	0,0%	0€	0,0%	(9) empréstimo por estudante	0€	0,0%	0€	0,0%
(10)=(4)-(5)-(9) custos totais	6.099€	35,2%	6.283€	36,9%	(10)=(4)-(5)-(9) custos totais	6.099€	72,3%	6.283 €	71,2%
(11)=(10)-(9)	5.299€	30,6%	5.613€	33,0%	(11)=(10)-(9)	5.299€	62,8%	5.613	63,6%

0)-(7) custos totais após deduções fiscais					10)-(7) custos totais após deduções fiscais			€	
-----------------------------------------------------------	--	--	--	--	------------------------------------------------------------	--	--	---	--

No contexto europeu, o peso das despesas de educação e de vida sobre o PIB *per capita* e sobre a mediana do rendimento dos países coloca os estudantes portugueses entre aqueles que realizam o maior esforço para estudar, permitindo afirmar sem sombra de dúvida que a acessibilidade financeira (*affordability/ability to pay*) dos estudantes portugueses é desfavorável no contexto internacional. Em termos comparativos, refira-se que para o ano de 2010 Usher e Medow (2010) indicavam que para estudar no ensino superior na Alemanha os estudantes gastam 28,4% da mediana do rendimento, na Holanda esse valor foi de 30,4% e na França 39%. Portugal situa-se no nível atingido pela Inglaterra e País de Gales com 60,2%.

Em termos de conclusão, podemos destacar que, globalmente o grau de equidade do Sistema de Ensino Superior Português, medido pela representação de cada grupo social da população portuguesa em estudantes do ensino superior, é ainda baixo, evidenciando um perfil ainda de ensino elitista.

Para esta situação contribuirá, certamente, as políticas públicas de financiamento do ensino superior em Portugal dos últimos anos que se têm traduzido numa diminuição do financiamento público para as universidades e institutos politécnicos públicos, que tem sido assim empurrado para o *final da fila* (Cheslock & Gianneschi, 2008; Johnstone, 2002) do financiamento público,

resultando em parcelas inferiores para esta modalidade sendo aquele decréscimo colmatado pelo financiamento privado evidenciando uma alteração nos modos de financiamento do ensino superior público (Cerdeira, 2011; Teixeira & Koryakina, 2013; Johnstone, 2002), sendo que Portugal é nos países Europeus pertencentes à OCDE, aquele em que o peso do financiamento público é menor (62%), muito abaixo da média da EU (78%) e abaixo da média da OCDE (70%). Ou seja é o país que regista o maior peso do financiamento privado na despesa das instituições de ensino superior (OCDE, *Education at Glance* 2017. Table B3.1).

Os dados atrás apresentados bem como a breve comparação da situação social e económica dos estudantes do ensino superior, em 2010/2011 e 2015/2016, são reveladores da necessidade de uma nova política educativa para o ensino superior que contribua para o alargamento da base social de recrutamento dos estudantes assim garantindo um sistema mais aberto, acessível e justo ao mesmo tempo que contribua para dotar o país do capital humano indispensável ao seu desenvolvimento e para o aproximar dos países mais desenvolvidos da União Europeia, possibilitando e potenciando o cumprimento dos objetivos Europa 2020.

Neste contexto considera-se pertinente que as políticas públicas integrem o conhecimento novo que esta investigação trouxe à comunidade científica e se orientem no sentido de intervenções que corrijam as tendências sublinhadas visando uma maior justiça social e dotem o país da capacidade de se impor positivamente no mercado internacional. A democratização e universalização do sistema e, mais importante, do país, exige medidas de política que contrariem a democratização às avessas que o país desenvolveu nos últimos anos.



## REFERÊNCIAS

- Baudelot, C., & Establet, R. (1971). *L'école capitaliste en France*. Paris: Maspero.
- Baudelot, C., & Establet, R. (1977). *L'école primaire divisée*. Paris: Maspero.
- Becker, G. (1964). *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. New York: Columbia University Press.
- Becker, G. (1981). *A treatise on family*. Cambridge, MS: Harvard University Press.
- Boudon, R. (1973). *L'inégalité des chances*. Paris: Pluriel.
- Boudon, R., & Lagneau, J. (1980). L'inégalité des chances devant l'enseignement de en europe occidentale. *Perspectives*, 2, 196-203.
- Bourdieu, P. (1994). *Raisons pratiques: Sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1964). *Les héritiers*. Paris: Les Éd. Minuit.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1970). *La reproduction*. Paris: Les Éd. Minuit.
- Bowles, S. (1972). Schooling and inequality from generation to generation. In W. Schultz (Ed.), *Investment in education. The equity-efficiency quandary* (pp. 178-217). Chicago: The University of Chicago Press.
- Bowles, S., & Gintis, H. (1974). *Schooling in capitalist america: Education reform and the contradictions of economic life*. New York: Basic Books.
- Bowles, S., & Gintis, H. (1995). Agency and efficiency wage theory. In M. Carnoy (Ed.), *International Encyclopedia of Economics of Education* (2<sup>nd</sup> ed., pp. 52-58). Cambridge: Pergamon.
- Cabrito, B. (2002). *O financiamento do ensino superior*. Lisboa: EDUCA.
- Cabrito, B., Cerdeira, L., Patrocínio, T., Machado-Taylor, M. L., Brites, R., & Curado, A. P. (2018). Origem socioeconómica dos estudantes do ensino superior em Portugal 1995-2015. In J. Pinhal, C. Cavaco, M. J. Cardona, F. Costa, J. Marques, R. Faria (Orgs.), *A escola: Dinâmicas e atores. Atas do XXIV Colóquio da AFIRSE Portugal* (pp. 436-437). Lisboa: AFIRSE Portugal e Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

- Cerdeira, L. (2009). *O financiamento do ensino superior português: A partilha de custos*. Coimbra: Almedina.
- Cerdeira, L. (2011). As políticas de financiamento do ensino superior numa perspetiva Europeia. In Cabrito, B., & Jacob, V. (Orgs.), *Políticas de financiamento e acesso da educação superior no Brasil e em Portugal* (pp. 61-94). Lisboa: Educa.
- Cerdeira, L., & Cabrito, B. G. (2017). O financiamento do ensino superior em Portugal: Evolução recente e perspectivas futuras. In V. L. J. Chaves, & N. C. Amaral (Orgs.), *Políticas de financiamento da educação superior num contexto de crise* (pp. 191-220). Campinas, São Paulo: Mercado Letras. ISBN: 978-85-7591-480-9.
- Cerdeira, L., Cabrito, B., Patrocínio, T., Machado-Taylor, M. L., Brites, R., & Curado. A. P. (2016). *Quanto custa estudar no ensino superior em Portugal (2015/2016): Acessibilidade e capacidade económica dos estudantes*. Comunicação oral apresentada na FORGES 2016. 6.ª Conferência da FORGES. Campinas, UNICAMP, 28-30 novembro 2016.
- Cerdeira, L., & Machado-Taylor, M. L. (2017). *O ensino superior português: Os desafios da acessibilidade e da democratização*. Comunicação oral apresentada na LASA2017. XXXV International Congress of Latin American Studies Association. Peru, Lima, 29 abril-1 maio 2017.
- Cheslock, J. J., & Gianneschi, M. (2008). Replacing state appropriations with alternative revenue sources: The case of voluntary support. *The Journal of Higher Education*, 79(2), 208-229. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25144659>
- DGEEC (2017). *Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência*. Disponível em: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/home>
- Doyle, C., & Weale, M. (1994). Education, externalities, fertility and economic growth. *Education Economics*, 2(2), 129-167.
- Gouveia, D. (2017). *Universitários vão poder voltar a recorrer a empréstimos para financiar os seus cursos*. Uniarea [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [abril, 2017] em <http://uniarea.com/universitarios-vaio-poder-voltar-recorrer-emprestimos-financiar-os-seus-cursos/>

- Haveman, R., & Wolfe, B. (1984). Schooling and the economic well-being: The role of nonmarket effects. In E. Cohn, & G. Johnes (Eds.), *Recent developments in the economics of education*. Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited.
- ICHEFAP (2005). *The International Comparative Higher Education Finance and Accessibility Project*. Disponível em: <http://www.gse.buffalo.edu/org/IntHigherEdFinance/CountryProfiles/Europe/Austria%20%20updated.pdf>
- Johnstone, B. (2004). [The economics and politics of cost sharing in higher education: Comparative Perspectives](#). *Economics of Education Review*, 23(4). Disponível em: [https://docs.google.com/View?docid=dgc8h4k2\\_3fxnxtsg4](https://docs.google.com/View?docid=dgc8h4k2_3fxnxtsg4)
- Johnstone, D. B. (1986). *Sharing the costs of HE. Student financial assistance in the United Kingdom, the Federal Republic of Germany, France, Sweden and the United State*. New York: College Board Publications.
- Johnstone, D. B. (2002) Challenges of financial austerity: Imperatives and limitations of revenue diversification in higher education. *The Welsh Journal of Education [Special International Issue]*, 11(1), 18-36. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/D\\_Johnstone/publication/263065604\\_Challenges\\_of\\_Financial\\_Austerity\\_Imperatives\\_and\\_Limitations\\_of\\_Revenue\\_Diversification\\_in\\_Higher\\_Education/links/557c318308aec87640db4b5e.pdf](https://www.researchgate.net/profile/D_Johnstone/publication/263065604_Challenges_of_Financial_Austerity_Imperatives_and_Limitations_of_Revenue_Diversification_in_Higher_Education/links/557c318308aec87640db4b5e.pdf)
- Lopes, M. C. (2013). Educação, desenvolvimento e conhecimento: Novas roupagens da troca desigual sob a globalização. O caso da África Subsahariana. In *Grandes Lições*, 2 Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Edições tinta-da-china.
- Mincer, J. (1974). *Schooling, experience and earnings*. New York: National Bureau of Economic Research.
- Mincer, J. (1980). Human capital and earnings. In A. Atkinson (Ed.), *Wealth, income and inequality* (pp. 123-131). Oxford: Oxford University press.
- OCDE (2017). *Education at a Glance*. Paris: OCDE.
- PORDATA (2017). *Base de Dados Portugal Contemporâneo*. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Homepage.aspx>



- Prost, A. (1992). *L'enseignement s'est-il démocratisé?* Paris: P.U.F.
- Schultz, T. (1961). Investment in human capital. *American Economic Review*, 51, 1-16.
- Schultz, T. (1981). *Investing in people. The economics of population quality*. Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- Schultz, T. (1989). Investing in people: Schooling in low income countries. *Economics of Education Review*, 8(3), 219-223.
- Schultz, T. (1993). The economic importance of human capital in modernization. *Education Economics*, 1(1), 13-19.
- Teixeira, P., & Koryakina, T. (2013). Funding reforms and revenue diversification – Patterns, challenges and rhetoric. *Studies in Higher Education*, 38(2), 174-191. DOI: 10.1080/03075079.2011.573844
- Trow, M. (1973). *Problems in the transition from elite to mass higher education*. Berkeley, CA: Carnegie Commission on Higher Education.
- Usher, A., & Cervenán, A. (2005). *Global higher education rankings, affordability and accessibility in comparative perspective*. Toronto: EPI, Educational Policy Institute.
- Usher, A., & Medow, J. (2010). *Global HE rankings 2010, affordability and acessibility in comparative perspective*. Toronto: EPI - Educational Policy Institute.
- Weale, M. (1992). Externalities from education. In E. Conh, & G. Johnes (Eds.), *Recent developments in the economics of education* (pp. 115-138). Aldershot: Edward Elgar Publishing Limited.
- Weale, M. (1994). Externalities from education. In E. Cohn, & G. Johnes, G. (EdS.), *Recent developments in the economics of education* (pp. 115-138). Aldershot: Edward Elgar.
- Willis, P. (1977). *Learning to labour. How work class kids get working class jobs*. Aldershot: Gower Publishing.
- Wolfe, B. (1995). External benefits of education. In M. Carnoy (Ed.), *International Encyclopedia of Economics of Education* (2<sup>nd</sup> ed., pp. 159-163). Cambridge: Pergamon.

Wolfe, B., & Zuvekas, S. (1997). Non-market outcomes of schooling. *International Journal of Education Research*, 27, 491-502.

## ÍNDICE DE AUTORES REFERENCIADOS

### B

Baudelot, C., & Establet, R. - 33, 220;

Becker, G. - 32;

Boudon, R. - 33;

Boudon, R., & Lagneau, J. - 33, 220;

Bourdieu, P. - 33;

Bourdieu, P., & Passeron, J-C. - 33, 128, 220;

Bowles, S. - 220;

Bowles, S., & Gintis, H. - 128, 220.

### C

Cabrito, B. - iv, vi, 127-128, 198-199, 220;

Cerdeira, L. - iv, vi, 36, 220, 231;

Cerdeira, L., & Cabrito, B. - 129, 198, 220;

Cerdeira, L., & Machado-Taylor, M. L. - 230;

Cheslock, J. J., & Gianneschi, M. - 231.

### D

DGEEC - 219, 241, 243, 247-248;

Direção-Geral do Ensino Superior - 36;

Doyle, C. - 32.

### G

Gouveia, D. - 103.

### H

Haveman, R. - 32.

### I

ICHEFAP - 36, 196, 198, 207, 220.

**J**

Johnstone, B. - iv, vi;

Johnstone, D. B. - 139-140, 231.

**L**

Lopes, M. C. - 32.

**M**

Mincer, J. - 32.

**O**

OCDE - 231, 245.

**P**

PORDATA - 82, 227, 241, 245, 247-248;

Prost, A. - 220.

**S**

Schultz, T. - 32.

**T**

Teixeira, P., & Koryakina, T. - 231;

Trow, M. - 32.

**U**

Usher, A., & Cervenán, A. - 229;

Usher, A., & Medow, J. - 229-230.

**W**

Weale, M. - 32;

Willis, P. - 128;

Wolfe, B. - 32;

Wolfe, B., & Zuvekas, S. - 32.



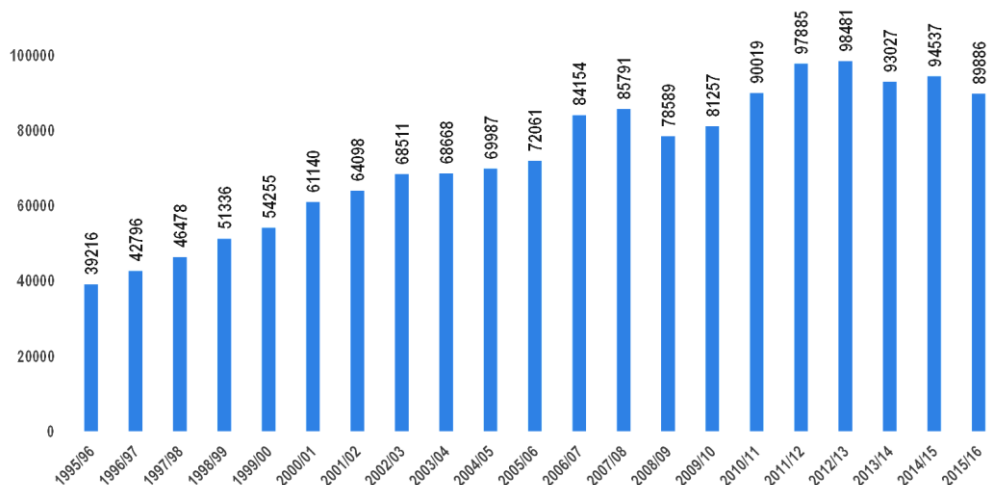
## Anexo 1 - Evolução do número de estudantes e diplomados do ensino superior em Portugal

### Alunos matriculados no ensino superior: total, por subsistema e por tipo de ensino

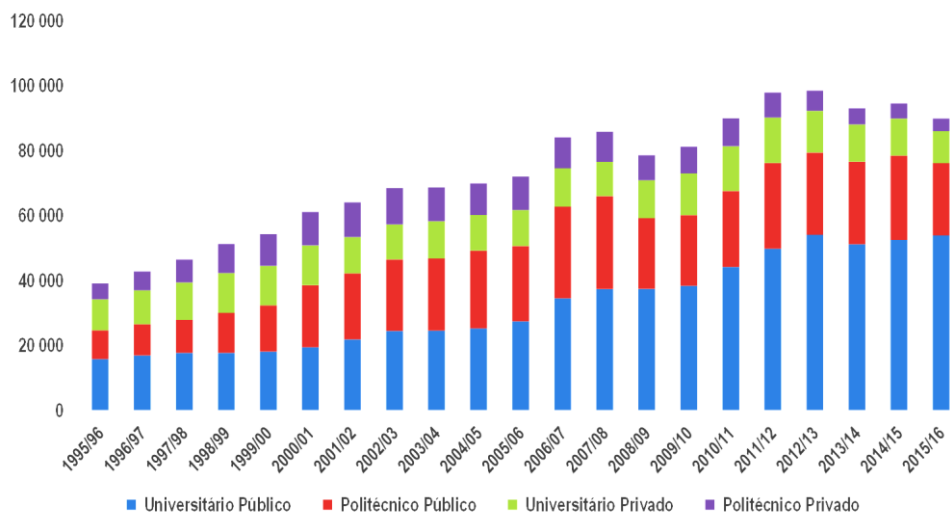
Anos	Subsistema e tipo de ensino						
	Total	Público			Privado		
		Total	Universitário	Politécnico	Total	Universitário	Politécnico
1990	157.869	119.733	95.746	23.987	38.136	32.756	5.380
1995	290.348	186.286	132.199	54.087	104.062	84.895	19.167
2000	373.745	255.008	164.722	90.286	118.737	88.190	30.547
2005	380.937	282.273	173.897	108.376	98.664	67.157	31.507
2010	383.627	293.828	183.806	110.022	89.799	60.174	29.625
2011	396.268	307.978	193.106	114.872	88.290	60.452	27.838
2012	390.273	311.574	197.912	113.662	78.699	55.147	23.552
2013	371.000	303.710	197.036	106.674	67.290	48.176	18.574
2014	362.200	301.654	198.380	103.274	60.546	44.495	16.051
2015	349.658	292.359	191.707	100.652	57.299	42.666	14.633
2016	356.399	297.884	191.633	106.251	58.515	42.981	15.534
2017	361.943	302.596	192.201	110.395	59.347	43.013	16.334
Variação 2017-1990 %	129%	153%	101%	360%	56%	31%	204%
Variação 2017-2010 %	- 6%	3%	5%	0%	- 34%	- 29%	- 45%

Fonte: Elaborado a partir de PORDATA. Fonte dos dados DGEEC/Med-MCTES- DIMAS/RAIDES. Consultado em [dezembro, 2017].

## Anexo 2 - Evolução do número de diplomados do ensino superior em Portugal (Global e por tipo de ensino e instituição)



Fonte: Elaborado a partir da DGEEC (2017). Diplomados 1995/1996 - 2015/2016. Consultado em [dezembro, 2017].



Fonte: Elaborado a partir da DGEEC (2017). Diplomados 1995/1996 - 2015/2016. Consultado em [dezembro, 2017].

**Anexo 3 - Percentagem da população que concluiu o ensino superior por nível de idade**

**Percentagem da população que concluiu o ensino superior por nível de idade - 2009**

	25-34 anos	55-64 anos		25-34 anos	55-64 anos
Coreia	63,10	13,25	Média OCDE	36,99	22,35
Canadá	56,10	40,68	Estónia	36,55	32,76
Japão	55,67	27,41	Média G20	36,04	22,13
Federação Russa	55,48	44,48	Islândia	35,84	22,77
Irlanda	47,66	20,22	Polónia	35,45	12,63
Noruega	46,83	27,18	Chile	34,94	16,64
Nova Zelândia	46,74	33,68	Eslovénia	30,38	16,68
Luxemburgo	45,08	25,03	Grécia	29,40	14,97
Reino Unido	44,86	28,66	Alemanha	25,40	25,28
Austrália	44,78	29,30	Hungria	25,66	16,28
Dinamarca	44,75	25,85	<b>Portugal</b>	<b>23,24</b>	<b>7,43</b>
França	43,17	18,00	Áustria	21,06	15,94
Israel	42,92	45,02	República Eslovaca	20,59	12,14
Bélgica	42,48	23,36	República Checa	20,24	10,82
Suiça	42,32	26,92	México	20,17	9,76
EUA	41,06	40,84	Itália	20,16	10,27
Holanda	40,12	27,41	Turquia	16,64	9,93
Suécia	39,98	28,29	Brasil	11,58	8,92
Finlândia	3,39	28,96			
Espanha	38,22	16,55			
Média OCDE	36,99	22,35			

Fonte: OCDE (2011). Education at Glance 2011

**População com o ensino superior (ISCED 5-8) em % da população entre os 25 e os 64 anos: Total e por grupo**

Grupos/ Países	Grupo Etário									
	Total		25-34		35-44		45-54		55-64	
Anos	1992	2016	1992	2016	1992	2016	1992	2016	1992	2016
UE28 – 28 Países	X	30,7	X	38,2	X	35,5	X	27,1	X	22,3
Alemanha	21,0	28,3	20,1	30,5	25,4	29,8	21,9	27,1	15,9	26,3
Áustria	X	31,4	X	39,7	X	35,1	X	28,0	X	22,9
Bélgica	20,7	37,5	27,8	44,3	23,7	43,2	18,1	35,1	9,6	27,5
Bulgária	X	27,7	X	32,8	X	29,7	X	24,8	X	23,5
Chipre	X	41,9	X	56,3	X	45,5	X	32,9	X	27,1
Croácia	X	23,1	X	33,0	X	26,8	X	17,3	X	16,3
Dinamarca	19,2	*38,0	17,0	*45,3	25,3	*43,4	20,4	*34,4	11,7	*29,9
Eslováquia	X	22,0	X	33,4	X	23,0	X	15,7	X	13,9
Eslovénia	X	30,7	X	43,0	X	36,7	X	25,3	X	19,1
Espanha	12,8	35,7	20,6	41,0	13,5	44,1	8,4	32,6	5,3	23,2
Estónia	X	38,9	X	41,2	X	40,2	X	37,5	X	36,2
Finlândia	X	43,1	X	40,7	X	50,4	X	45,1	X	36,9
França	X	34,6	X	44,0	X	43,5	X	29,3	X	22,1
Grécia	12,2	30,2	19,2	41,0	15,2	31,3	9,6	28,2	5,3	20,9
Hungria	X	23,7	X	30,4	X	26,6	X	20,6	X	17,2
Irlanda	16,8	43,1	21,2	51,8	17,9	51,4	14,6	37,4	9,8	27,7
Itália	6,8	17,7	7,2	25,6	9,7	20,5	6,0	14,0	4,0	12,4
Letónia	X	33,4	X	42,1	X	36,3	X	28,0	X	27,0
Lituânia	X	39,7	X	54,9	X	44,6	X	30,5	X	30,7
Luxemburgo	11,9	U42,6	13,7	51,5	14,1	U 50,6	11,8	U37,4	6,3	U27,2
Malta	X	20,1	X	34,0	X	22,7	X	13,0	X	8,7
Países baixos	X	36,0	X	45,2	X	40,9	X	31,9	X	27,4
Polónia	X	28,7	X	43,5	X	35,3	X	20,5	X	13,9
<b>Portugal</b>	<b>10,5</b>	<b>23,9</b>	<b>14,4</b>	<b>35,0</b>	<b>13,1</b>	<b>30,5</b>	<b>8,1</b>	<b>18,0</b>	<b>5,2</b>	<b>13,2</b>
Reino Unido	18,9	42,3	21,0	47,2	21,0	48,0	17,0	39,2	13,9	34,3
República Checa	X	23,0	X	32,6	X	23,6	X	19,6	X	15,5
Roménia	X	17,4	X	24,8	X	20,6	X	14,0	X	9,6
Suécia	X	41,1	X	47,3	X	49,3	X	36,1	X	30,8
Islândia	X	40,5	X	43,4	X	48,3	X	39,9	X	28,9
Noruega	X	43,2	X	49,2	X	48,8	X	40,4	X	33,0
Suiça	X	43,4	X	50,9	X	48,5	x	40,2	x	33,4

Fonte: PORDATA (2017). Fontes de Dados: Eurostat | Institutos Nacionais de Estatística - Inquérito ao Emprego. Consultado em [dezembro, 2017].



**Anexo 4 - Alunos matriculados no ensino superior e alunos inscritos pela 1.ª vez,  
1.º ano**

**Alunos matriculados no ensino superior: total e por área de educação e formação**

Anos	Áreas de Educação e Formação								
	Total	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Comércio e Direito	Ciências, Matemática e Informática	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	Agricultura	Saúde e Proteção Social	Serviços
1991	186780	19471	19721	69850	17774	(R) 35438	6995	11992	(R) 5539
1995	290348	28188	26074	118818	(R) 26669	(R) 54710	8385	19407	(R) 8097
2000	373745	47129	32954	129508	(R) 32632	(R) 80164	10777	28501	(R) 12080
2005	380937	32905	32716	119402	(R) 29225	(R) 87945	7776	55201	(R) 15767
2010	383627	20750	34187	121926	(R) 28367	(R) 88644	7024	62258	(R) 20201
2011	396268	22262	36789	126102	(R) 28962	(R) 89899	7240	63999	(R) 21015
2012	390273	22374	37271	122015	(R) 28597	(R) 89388	7232	61963	(R) 21057
2013	371000	19275	35846	115884	(R) 28576	(R) 85871	7043	57723	(R) 20533
2014	362000	17208	35492	114619	(R) 28278	(R) 81577	6967	57194	(R) 20522
2015	349658	15049	35375	112085	(R) 27132	(R) 76953	6810	55530	(R) 20385
2016	356399	13969	36285	113800	(R) 28650	(R) 78390	7778	55406	(R) 21705
2017	361943	13603	37558	115952	30207	78027	8047	56113	22198
	94%	- 30%	90%	66%	70%	120%	15%	368%	301%

Fonte: Elaborado a partir de PORDATA. Fontes de Dados: DGEEC/MEC - MCTES - DIMAS/RAIDES. **Consultado em [dezembro, 2017].**

**Alunos do sexo feminino em % dos matriculados no ensino superior: total e por  
área de educação e formação**

Anos	Áreas de Educação e formação								
	Total	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Comércio e Direito	Ciências, Matemática e Informática	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	Agricultura	Saúde e Proteção Social	Serviços
1991	56,7	83,6	73,1	56,2	64,2	(R) 28,7	48,1	71,7	(R) 43,6
1995	57,7	80,7	72,9	60,5	(R) 52,8	(R) 30,8	52,5	75,9	(R) 48,0
2000	56,5	80,4	67,9	59,8	(R) 52,2	(R) 29,8	54,2	74,8	(R) 45,7
2005	55,7	84,0	62,0	59,7	(R) 48,9	(R) 28,0	54,7	76,9	(R) 45,9
2010	53,3	82,8	55,8	58,0	(R) 46,3	(R) 26,9	55,1	77,4	(R) 41,5
2015	53,6	80,7	58,7	58,6	(R) 47,8	(R) 27,0	56,3	76,7	(R) 41,0
2016	53,4	80,3	58,6	58,9	(R) 45,7	(R) 27,3	56,4	76,8	(R) 41,7
2017	53,6	79,3	59,0	59,5	44,2	27,5	57,3	77,0	42,1

Fonte: Elaborado a partir de PORDATA. Fontes de Dados: DGEEC/MEC - MCTES - DIMAS/RAIDES. Consultado em [dezembro, 2017].

**Alunos matriculados pela 1.ª vez no ensino superior: total e por área de educação e  
formação**

Anos	Áreas de Educação e Formação								
	Total	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Comércio e Direito	Ciências, Matemática e Informática	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	Agricultura	Saúde e Proteção Social	Serviços
1996	81083	8788	6939	32111	(R) 7452	(R) 15577	2052	5392	(R) 2772
2005	84363	8293	7796	26243	(R) 6436	(R) 14933	1069	15937	(R) 3656
2010	122314	8879	12783	41953	(R) 9785	(R) 22667	1829	17288	(R) 7130
2011	131508	11410	14219	45426	(R) 10041	(R) 22448	1898	18537	(R) 7529
2012	116576	9951	12256	39689	(R) 8999	(R) 20210	1826	16594	(R) 7015
2013	106249	7582	11486	36706	(R) 8650	(R) 19142	1697	14378	(R) 6550
2014	103638	6170	11859	36930	(R) 8945	(R) 17794	1816	13498	(R) 6562
2015	104255	5797	11796	38073	(R) 8328	(R) 17650	1853	14003	(R) 6690
2016	112701	5467	12521	39322	(R) 10058	(R) 20429	2497	14380	(R) 7960
2017	113297	4876	13038	40293	10482	20186	2215	15280	7491
Var% 2017-1996	41%	- 45%	88%	25%	41%	30%	8%	183%	170%

Fonte: Elaborado a partir de PORDATA. Fontes de Dados: DGEEC/MEC - MCTES - DIMAS/RAIDES. Consultado em [dezembro, 2017].


**Alunos matriculados pela 1.ª vez no ensino superior: total e por subsistema de ensino**

	Total	Público	Privado	Público	Privado
1996	81083	47450	33633	59%	41%
2000	84746	59074	25672	70%	30%
2005	84363	63365	20998	75%	25%
2010	122314	94400	27914	77%	23%
2011	131508	102895	28613	78%	22%
2012	116576	94481	22095	81%	19%
2013	106249	89067	17182	84%	16%
2014	103638	87381	16257	84%	16%
2015	104255	87325	16930	84%	16%
2016	112701	93809	18892	83%	17%
2017	113297	94935	18992	83%	17%

Fonte: Elaborado a partir de PORDATA. Fontes de Dados: DGEEC/MEC - MCTES - DIMAS/RAIDES.

Consultado em [dezembro, 2017].

## Anexo 5 - Questionário CESTES 2

	QUESTIONÁRIO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR – 2015/2016	Nº questionário	1
	Maio 2016	<div style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px;"></div>	

Este inquérito insere-se num projecto de investigação sobre o financiamento do ensino superior – CESTES 2 (Custos dos Estudantes do Ensino Superior), com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Vimos tomar-lhe um pouco do seu tempo e agradecer, desde já, a sua útil colaboração.

O tratamento dos dados tem um interesse estritamente científico, garantindo-se o anonimato e confidencialidade das respostas, que serão tratadas de uma forma global.

Algumas indicações que poderão ser úteis para auxiliar o correcto preenchimento do questionário:

- **Não existem respostas certas ou erradas.** Cada pessoa tem opiniões diferentes e o nosso objectivo é exactamente conhecê-las.
- **Assinale as suas respostas com um ☐.** Em caso de engano, risque completamente o quadrado e marque a nova resposta.
- **Poderá acontecer que não necessite de responder a uma ou mais perguntas.** Neste caso, encontrará uma nota antes da respectiva pergunta.
- **Em algumas questões deverá assinalar apenas uma das respostas.** Aquela que mais se aproximar da sua situação ou do que pensa do assunto.
- **Só poderá responder ao questionário se tiver pelo menos uma segunda inscrição no ensino superior.**

### CONTROLO DE QUOTAS

1. Curso que frequenta:
2. Faculdade / Departamento / Escola:
3. Universidade / Instituto:
4. Local onde se localiza o estabelecimento: Concelho:
5. Tipo de escola: ☐ Pública ☐ Privada
6. Tipo de ensino: ☐ Universitário ☐ Politécnico
7. Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

### ÁREA CIENTÍFICA

1. Qual a área científica em que se insere o curso em que se encontra escrito? [ESCOLHA UMA DAS HIPÓTESES]

- |                                                            |                                                                  |
|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Artes, Humanidades, Línguas, etc. | <input type="checkbox"/> Engenharia e outros cursos técnicos     |
| <input type="checkbox"/> Ciências                          | <input type="checkbox"/> Educação                                |
| <input type="checkbox"/> Gestão ou Ciências computacionais | <input type="checkbox"/> Medicina, Medicina Dentária e Farmácia  |
| <input type="checkbox"/> Ciências Sociais ou Direito       | <input type="checkbox"/> Enfermagem e outras profissões de saúde |

### PERFIL INDIVIDUAL

2. Naturalidade: ☐ Portuguesa ☐ Outra
- 3.1. Residência habitual: Concelho:
- 3.2. Residência em período lectivo: Concelho:
4. Indique o ano em que nasceu:
5. Qual o tipo de escola secundária que frequentou: ☐ Pública ☐ Privada

### PERFIL DO AGREGADO FAMILIAR

6. Como classifica o rendimento do seu agregado familiar?
 

<input type="checkbox"/> Rendimento Elevado (superior a 3001 euros)	<input type="checkbox"/> Rendimento Médio (870 euros a 1500 euros)
<input type="checkbox"/> Rendimento Médio Alto (1501 euros a 3000 euros)	<input type="checkbox"/> Rendimento Baixo (inferior a 870 euros)
- 6.1. De acordo com os rendimentos do seu agregado familiar, considera que:
 

<input type="checkbox"/> Dão para viver muito bem	<input type="checkbox"/> Dão para viver razoavelmente	<input type="checkbox"/> Dão para viver passando privações
<input type="checkbox"/> Dão para viver bem	<input type="checkbox"/> Dão para viver com dificuldade	
7. Qual é o nível de educação mais elevado obtido pelos seus pais? [ASSINALE O CICLO MAIS ELEVADO QUE COMPLETOU]

#### 7.1. Pai

- ☐ Não sabe ler nem escrever
- ☐ Sabe ler e escrever, mas não completou o 1º ciclo [4º ano]
- ☐ Ensino Básico – 1º ciclo [4º ano]
- ☐ Ensino Básico – 2º ciclo [6º ano/antigo ciclo preparatório]
- ☐ Ensino Básico – 3º ciclo [9º ano/antigo 5º ano]
- ☐ Ensino secundário [12º ano/antigo 7º ano]
- ☐ Curso profissional/Artístico
- ☐ Frequência universitária
- ☐ Curso médio
- ☐ Curso superior [licenciatura]
- ☐ Curso superior [Mestrado/Pós-graduação]
- ☐ Curso superior [Doutoramento]

#### 7.2. Mãe

- ☐ Não sabe ler nem escrever
- ☐ Sabe ler e escrever, mas não completou o 1º ciclo [4º ano]
- ☐ Ensino Básico – 1º ciclo [4º ano]
- ☐ Ensino Básico – 2º ciclo [6º ano/antigo ciclo preparatório]
- ☐ Ensino Básico – 3º ciclo [9º ano/antigo 5º ano]
- ☐ Ensino secundário [12º ano/antigo 7º ano]
- ☐ Curso profissional/Artístico
- ☐ Frequência universitária
- ☐ Curso médio
- ☐ Curso superior [licenciatura]
- ☐ Curso superior [Mestrado/Pós-graduação]
- ☐ Curso superior [Doutoramento]

	<b>QUESTIONÁRIO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR – 2015/2016</b> Maio 2016	Nº questionário	2
		<div style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px;"></div>	

8. Dos Grupos Ocupacionais abaixo indicados, assinale aquele que melhor se adequa à Profissão/Ocupação dos seus pais.

**8.1. Pai**

- ☐ GO 1.1 - Quadro Superior de empresa ou organismo público  
☐ GO 1.2 - Quadro Médio de empresa ou organismo público  
☐ GO 2.1 - Técnico Especializado de empresa ou organismo público  
☐ GO 2.2 - Pequeno Proprietário (patrão ou independente)  
☐ GO 3.0 - Empregado dos Serviços / Comércio / Administrativo  
☐ GO 4.0 - Trabalhador Qualificado / Especializado  
☐ GO 5.0 - Trabalhador não Qualificado / não Especializado  
☐ GO 6.0 - Reformado / Pensionista / Aposentado / Desempregado  
☐ GO 8.0 - Doméstica

**8.2. Mãe**

- ☐ GO 1.1 - Quadro Superior de empresa ou organismo público  
☐ GO 1.2 - Quadro Médio de empresa ou organismo público  
☐ GO 2.1 - Técnico Especializado de empresa ou organismo público  
☐ GO 2.2 - Pequeno Proprietário (patrão ou independente)  
☐ GO 3.0 - Empregado dos Serviços / Comércio / Administrativo  
☐ GO 4.0 - Trabalhador Qualificado / Especializado  
☐ GO 5.0 - Trabalhador não Qualificado / não Especializado  
☐ GO 6.0 - Reformado / Pensionista / Aposentado / Desempregado  
☐ GO 8.0 - Doméstica

**CONDIÇÕES DE VIDA DO ESTUDANTE**

9. Qual a sua principal residência durante este ano académico? [ESCOLHA A HIPÓTESE ONDE RESIDE O MAIOR Nº DE DIAS]

- ☐ Com os pais / familiares  
☐ Em casa / apartamento / quarto alugado  
☐ Em residência universitária  
☐ Em casa própria

10. Esteve empregado durante o período relativo ao último ano lectivo? ☐ Sim ☐ Não [IR PARA A QUESTÃO 12.]

11. [SE ESTEVE EMPREGADO] Indique o número de horas que trabalhou, em média, por semana.  horas

12. Se está informado sobre o tipo de bolsas / subsídios existentes, indique quais são as bolsas que considera mais vantajosas. [PODE INDICAR MAIS DO QUE UMA RESPOSTA]

- ☐ As do Governo  
☐ As da própria Universidade  
☐ As de outra fonte para além do Governo ou Universidade, como por exemplo uma fundação ou organização religiosa  
☐ Empregador (empresas, câmaras, outras instituições)  
☐ Não está informado

13. Possui cartões de débito (Multibanco)? ☐ Sim ☐ Não

14. Possui cartões de crédito? ☐ Sim ☐ Não

15. Possui acesso à internet na sua residência? ☐ Sim ☐ Não

16. Possui viatura própria? ☐ Sim ☐ Não

17. É bolseiro este ano lectivo? ☐ Sim ☐ Não [IR PARA A QUESTÃO 21.]

18. [SE É BOLSEIRO] Indique o montante global que recebe mensalmente. [SE POSSUIR MAIS DO QUE UMA BOLSA, CONSIDERE TODAS AS QUE RECEBE. NÃO ESQUEÇA INCLUIR O VALOR DAS PROPINAS] [CASO RECEBA ANUALMENTE, CONVERTA EM MENSAL]

- ☐ Menos de 100 euros  
☐ Entre 101 e 200 euros  
☐ Entre 201 e 400 euros  
☐ Entre 401 e 600 euros  
☐ Mais de 600 euros

19. [SE É BOLSEIRO] Indique qual a entidade que concedeu a bolsa.

- ☐ Serviços de Acção Social  
☐ Direcção Geral do Ensino Superior  
☐ Fundação Calouste Gulbenkian  
☐ Outra instituição [ESPECIFICAR] \_\_\_\_\_

20. [SE É BOLSEIRO] Assinale a que se destina a bolsa de estudo que recebe. [PODE INDICAR MAIS DO QUE UMA RESPOSTA]

- ☐ Propinas  
☐ Alojamento  
☐ Transportes  
☐ Alimentação  
☐ Outra [ESPECIFICAR] \_\_\_\_\_

21. Tente, por favor, calcular o rendimento médio mensal que está à sua disposição, por fontes de financiamento e assinale nas hipóteses respectivas. [DINHEIRO POSTO À SUA DISPOSIÇÃO, POR MÊS, PARA EFEITOS DE CONSUMO] [MONTANTES APROXIMADOS EM EUROS]

- ☐ Rendimento proveniente da família .....  €  
☐ Apoio público do Governo ou de outras entidades públicas  
     ☐ Bolsa (não reembolsável) .....  €  
     ☐ Empréstimo (reembolsável) .....  €  
     ☐ Subsídio de outra fonte pública (não reembolsável) .....  €  
☐ Rendimento próprio através de trabalho pago .....  €  
☐ Outros rendimentos .....  €  
☐ TOTAL DO RENDIMENTO MENSALMENTE DISPONÍVEL .....  €

22. Por favor pense no último ano académico. Indique o valor aproximado, em euros, e a frequência com que realizou cada um dos tipos de despesa abaixo indicadas.

Custos de Vida	Valor (euros)	Frequência
a. Alojamento incluindo rendas e o pagamento de outras despesas associadas ao alojamento pagas separadamente	_____	Por mês
b. Telefone e/ou telemóvel	_____	Por mês
c. Alimentação	_____	Por mês
d. Despesas médicas (incluindo seguros, médicos e visitas ao dentista)	_____	Por mês
e. Custos de transporte (gasolina, transportes públicos, seguro do carro), excluindo férias	_____	Por mês
f. Pessoais (roupas, cabeleireiro, produtos de higiene, cigarros, álcool, divertimentos, etc.)	_____	Por mês
Custos de Educação	Valor (euros)	Frequência
g. Propinas	_____	Por ano lectivo
h. Taxa de Matrícula	_____	Por ano lectivo
i. Outras taxas (incluindo seguro, inscrição para exames)	_____	Por ano lectivo
j. Livros e outros materiais	_____	Por ano lectivo
k. Equipamento (computadores, microscópios, etc.) e visitas de estudo	_____	Por ano lectivo
l. Outras despesas não incluídas em qualquer outro item	_____	Por ano lectivo

23. Desde que está inscrito no ensino superior, contraiu algum empréstimo ou qualquer outra obrigação para financiar os seus estudos, que obrigue a um pagamento futuro?

☐ Sim ☐ Não [IR PARA A QUESTÃO 29.]

23.1 Indique o ano em que contraiu esse empréstimo. \_\_\_\_\_

24. [SE CONTRAIU UM EMPRÉSTIMO] Assinale o tipo de empréstimo que contraiu.

☐ Empréstimo com Garantia Mútua  
☐ Outro tipo de empréstimo [ESPECIFICAR] \_\_\_\_\_

25. [SE CONTRAIU UM EMPRÉSTIMO] Indique a entidade que concedeu o empréstimo.

☐ BANIF/SANTANDER/TOTTA ☐ BPI ☐ (BES)/Novo Banco ☐ SANTANDER/TOTTA  
☐ Crédito Agrícola ☐ CGD ☐ Millennium BCP ☐ MONTEPIO  
☐ Outro [ESPECIFICAR] \_\_\_\_\_

26. [SE CONTRAIU UM EMPRÉSTIMO] Indique o valor do empréstimo que contraiu. \_\_\_\_\_ euros


27. [SE CONTRAIU UM EMPRÉSTIMO] Assinale os motivos que o/a levaram a contrair o empréstimo. [PODE INDICAR MAIS DO QUE UMA RESPOSTA]

☐ Propinas ☐ Aquisição de computador ou outros meios informáticos  
☐ Alojamento ☐ Aquisição de outros meios de estudo  
☐ Transportes ☐ Participação no Programa de Mobilidade ERASMUS  
☐ Alimentação ☐ Outra [ESPECIFICAR] \_\_\_\_\_

28. Se pudesse ter contraído um empréstimo maior teria contraído? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe  
 [APÓS RESPONDER A ESTA QUESTÃO IR PARA A QUESTÃO 30.]

29. [SE NÃO CONTRAIU NENHUM EMPRÉSTIMO] Indique os motivos que o/a levaram a não contrair um empréstimo. [PODE INDICAR MAIS DO QUE UMA RESPOSTA]

☐ Não precisava de um empréstimo ☐ Não consegui encontrar condições para obter um fiador para o empréstimo  
☐ Não estava em condições financeiras para um empréstimo ☐ Não sabia que havia empréstimos para esse fim  
☐ Tenho medo de contrair dívidas ☐ Outra [ESPECIFICAR] \_\_\_\_\_

	<b>QUESTIONÁRIO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR – 2015/2016</b> Maio 2016	Nº questionário	4
		<div style="border-bottom: 1px solid black; width: 100px;"></div>	

30. Na tabela abaixo consta um conjunto de afirmações sobre o ensino superior. Indique o seu grau de concordância ou de discordância com cada uma das afirmações, de acordo com a escala definida. [ASSINALE UMA SÓ RESPOSTA PARA CADA AFIRMAÇÃO]

	Concordo Completamente	Concordo mais do que discordo	Nem concordo nem discordo	Discordo mais do que concordo	Discordo fortemente
○ a. O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
○ b. O custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários directos: os estudantes .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
○ c. As empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão de obra qualificada .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
○ d. O ensino superior deve ser co-financiado pelo Estado, estudantes e empresas .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
○ e. O novo regime de propinas concretiza um processo de desresponsabilização por parte do Estado relativamente ao ensino superior .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
○ f. O novo regime de propinas contribui para melhorar a qualidade do ensino .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
○ g. O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
○ h. O valor da propina deve variar de acordo com o rendimento esperado após a conclusão do curso .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
○ i. O valor da propina deve variar de acordo com a qualidade das instituições de ensino superior .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
○ j. O valor da propina deve variar de acordo com o mérito pedagógico e científico das instituições de ensino superior .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
○ k. O financiamento público do ensino superior impede o atrofamento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
○ l. O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
○ m. Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

31. Qual o valor que acha adequado para a propina máxima anual do seu curso? .....       euros

32. [SE CONCORDA COM O FINANCIAMENTO POR PARTE DO ESTADO DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR E COOPERATIVO – QUESTÃO 30.I.] Indique a forma que considera mais adequada para concretizar o apoio do Estado ao ensino superior particular e cooperativo. [ASSINALE UMA SÓ RESPOSTA]

- ☐ Apoio social directo aos alunos carenciados  
☐ Apoio social aos alunos através das estruturas de apoio social das instituições públicas  
☐ Apoio através de subsídios aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo  
☐ Concessão de apoio a todos os alunos do ensino particular e cooperativo

33. Quando acabar o curso que está a frequentar, indique o que tenciona fazer. [PODE INDICAR MAIS DO QUE UMA RESPOSTA]

- ☐ Integrar o mercado de trabalho  
☐ Prosseguir outro ciclo do mesmo curso  
☐ Prosseguir outro ciclo de outro curso  
☐ Frequentar outro curso  
☐ Ainda não sabe

34. Tente lembrar-se no seu dia a dia, como ocupa a sua vida de estudante. Indique qual a percentagem do seu tempo que dedica a cada uma das seguintes actividades [CONSIDERE SOMENTE TEMPO ÚTIL].

- ☐ Assistência às aulas (lições, seminários, laboratório, testes, etc.)  
☐ Estudo individual/em grupo (estudo, escrita, leitura, trabalhos escritos, etc.)  
☐ Trabalhos pagos  
☐ Estágios  
☐ Outros

<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>

TOTAL - 100%

No futuro, tencionamos medir a evolução dos custos dos estudantes do ensino superior. Gostaríamos de poder contar com a sua colaboração, no preenchimento de questionários semelhantes a este, mas através de uma plataforma on-line. Está disposto a colaborar neste tipo de estudos no futuro? Em caso afirmativo, indique o seu endereço de e-mail:

E-mail:

Obrigado pela sua colaboração.

## **Anexo 6**

### **NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES**

#### **LUISA CERDEIRA**

Licenciada em Economia, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia (1978). Mestre em Educação, variante de Administração Escolar, Universidade de Évora (1999). Doutora em Ciências da Educação, Especialidade Políticas e Organização do Sistema Educativo, Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (2009). Desenvolve investigação na área de Economia da Educação, ênfase nas questões do financiamento da educação superior: políticas públicas; financiamento; políticas de gestão e avaliação; internacionalização. Apresentou dezenas de comunicações em congressos nacionais e internacionais para disseminação de resultados de investigação. É autora e coautora de dezenas de artigos e capítulos de livros em publicações nacionais e internacionais.

Foi Administradora (2000-2010) e Pró-reitora da Universidade de Lisboa (2010-2013), tendo na sua área de responsabilidade as relações internacionais nos países de língua portuguesa.

É Professora Auxiliar do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL), lecionando na Licenciatura em Ciências da Educação, Mestrados e Doutoramentos. Orientou (e orienta) estudantes de mestrado e de doutoramento, nacionais e estrangeiros.

#### **BELMIRO GIL CABRITO**

Licenciado em Economia, Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa (1972). Licenciado em Ciências Político-Sociais (Ponderação



Sociológica), Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa (1978). Mestre em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (1993). Doutorado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa (2000). Estadia de Pós-doutorado no *Center for National Finance and Management*, Universidade de Tóquio (1 de janeiro a 30 de abril de 2006).

Desenvolve investigação na área da Economia da Educação, principalmente ao nível do ensino superior: políticas públicas de acesso e de financiamento; internacionalização; público e privado na educação superior; gestão e organização da formação. Apresentou dezenas de comunicações em congressos nacionais e internacionais para disseminação de resultados de investigação. Investigador em diversos projetos de investigação, nomeadamente no quadro da FCT, Fundação Gulbenkian, CAPES/GRICES e da União Europeia. É autor e coautor de dezenas de artigos e capítulos de livros em publicações nacionais e internacionais. Orientou (e orienta) largas dezenas estudantes de mestrado e de doutoramento, nacionais e estrangeiros. Faz parte do Conselho Científico de diversas revistas de educação.

É Professor Associado aposentado do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, desde agosto de 2011.

### **TOMÁS PATROCÍNIO**

Licenciado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia (1978). Mestre em Ciências da Educação - Especialidade Educação e Desenvolvimento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia (2001). Doutor em Ciências da Educação - Especialidade Educação e Desenvolvimento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de

Ciências e Tecnologia (2005).

Tem desenvolvido investigação na área de Educação e Desenvolvimento/Economia da Educação, principalmente nos seguintes temas: políticas públicas na educação; tecnologias de informação e comunicação na educação; financiamento da educação; políticas de gestão, planeamento estratégico e avaliação da educação superior; internacionalização; público e privado na educação superior. Apresentou inúmeras comunicações em congressos nacionais e internacionais para divulgação de projetos e disseminação de resultados de investigação. É autor e coautor de artigos e capítulos de livros em publicações nacionais e internacionais. É Professor Auxiliar Convidado do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, lecionando na Licenciatura em Educação e Formação e nos Mestrados.

#### **MARIA DE LOURDES MACHADO**

Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto (Portugal), Pós-Graduação em Administração e Doutoramento em Ciências Empresariais, ambos pela Universidade do Minho (Portugal). É Investigadora Sénior Associada do Centro de Investigação em Políticas de Ensino Superior (CIPES) e colaboradora da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) em Portugal. As suas áreas de pesquisa incluem Gestão, Liderança, Estratégias, Políticas de Educação Superior e Estudos de Género. Coordenou e contribuiu para projetos de investigação multidisciplinares e multi-institucionais financiados nomeadamente pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), a Fundação Gulbenkian (Portugal), Capes (Brasil) e Comissão Europeia. Recebeu bolsas de pesquisa da Fundação Gulbenkian e Fulbright (EUA). É autora e coautora de 12 livros, editou três livros, autora de 33 capítulos de

livros e 65 artigos de revistas com revisão de pares, publicados em periódicos europeus, asiáticos e americanos.

### **RUI BRITES**

Doutor em Sociologia (2011).

Áreas de investigação: metodologias de investigação, valores, qualidade de vida, bem-estar subjetivo e felicidade, atitudes sociais, classes sociais, género e família, marketing social e educação. Enquanto investigador, coordenou as áreas metodológicas e de análise de dados em inúmeros projetos de investigação social, nacionais e internacionais, e apresentou dezenas de comunicações em congressos nacionais e internacionais para disseminação dos resultados. É autor e coautor de dezenas de artigos e capítulos de livros em publicações nacionais e internacionais.

Docente do ensino superior desde 1993, tem lecionado disciplinas de Métodos e Técnicas de Investigação e Análise de Dados Quantitativa e Qualitativa.

Professor Associado Convidado do ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão.

### **ANA PAULA CURADO**

Ana Paula Curado exerceu funções na Reitoria da Universidade de Lisboa e no Instituto de Educação. Doutorada em Administração e Supervisão da Educação pela Universidade da Virgínia, EUA, a sua atividade incidiu, no que respeita ao ensino superior, no apoio à implementação do Processo de Bolonha, no reconhecimento de competências informais e não formais e na garantia da qualidade. Colaborou com o Instituto da Educação, nomeadamente como docente de Avaliação e Qualidade e de Introdução à Prática Profissional nos mestrados de Avaliação Educacional e de Ensino de Economia e Contabilidade. Coordenou projetos europeus e foi contratada como *expert* pela agência

européia EACEA para avaliar, em Bruxelas, projetos COMENIUS de desenvolvimento de professores e escolas.

### **MARTA MANSO (BOLSEIRA)**

Licenciada em Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (2008). Mestre em Ciências da Educação, Especialidade Formação de Adultos, Universidade de Lisboa, Instituto de Educação (2012).

Bolseira de Investigação no projeto Pest-OE/CED/UI4107/2012 - Política e Administração Educacional do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL). Desenvolveu trabalhos na Direção-Geral da Educação (DGE) na área da Promoção e Educação para a Saúde e na área da Psicologia e Orientação em Contexto Escolar, bem como na atualização da plataforma PLOTEUS - *Portal on Learning Opportunities throughout Europe*.

Bolseira de Investigação no projeto “CESTES 2 - Custos dos Estudantes do Ensino Superior (maio de 2016 a setembro de 2016). Colaborou no projeto de investigação “CESTES 2 - Estudo sobre os Custos dos Estudantes do Ensino Superior 2015/2016” e no projeto “*Etude sur Les Coûts et Financement de L’Enseignement Supérieur*”/ Estudo sobre os Custos e o Financiamento do Ensino Superior em Angola (outubro de 2016 a abril de 2017).

É Bolseira de Gestão de Ciência e Tecnologia da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).

### **CATARINA DOUTOR (BOLSEIRA)**

Licenciada em Sociologia e Mestre em Educação Social pela Universidade do Algarve. Tem participado em projetos de investigação, financiados pela

Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), que versam as temáticas da literacia, da educação de adultos e dos estudantes não-tradicionais no ensino superior. Foi bolseira de investigação, no projeto CESTES 2 - Custos dos Estudantes do Ensino Superior 2015/2016 - desenvolvido pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. As suas áreas de investigação centram-se nas transições, aprendizagens biográficas e, por último, nas questões identitárias dos estudantes africanos no Ensino Superior.

Estudante de Doutoramento em Educação, especialidade Formação de Adultos no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL), bolseira de Doutoramento da FCT (SFRH/BD/120463/2016).

O Relatório CESTES 2 - Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português. Para a compreensão da condição económica e social dos estudantes do ensino superior dá continuidade ao trabalho iniciado pelos autores na década de 1990 acerca do financiamento do ensino superior português do ponto de vista dos estudantes e de que resultaram 3 obras: *O Financiamento do Ensino Superior* (Cabrito, 2002, reportado ao ano lectivo de 1994-1995); *O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos* (Cerdeira, 2009, reportado ao ano lectivo 2004-2005) e, *Custos dos Estudantes do Ensino Superior Português. Relatório CESTES. Para a compreensão da condição económica e social dos estudantes do ensino superior* (Cerdeira e Cabrito, orgs., 2014, reportado ao ano lectivo 2010-2011). Assim, o presente Relatório apresenta os resultados da investigação levada a cabo pelos autores em 2015-2016 e que se fundou na aplicação de um questionário a uma amostra representativa e estratificada dos estudantes do ensino superior público e privado, universitário e politécnico português. A investigação teve por objectivos principais caracterizar a condição social e económica dos estudantes do ensino superior e analisar criticamente os custos de educação e de vida que realizam durante a frequência dos seus estudos. Foi também objectivo fundamental da investigação perceber como evoluiu a condição social e económica dos estudantes do ensino superior, no período 2010-2016. Com o presente Relatório, disponibilizam-se, pois, informações sobre o ensino superior em Portugal que nos permitem perceber quem são os estudantes do ensino superior e os problemas com que se confrontam, nos últimos vinte anos, contribuindo para o melhor conhecimento deste subsistema de ensino e para que o decisor político possa tomar medidas de política educativa que aprofundem a equidade e promovam a acessibilidade do sistema, assentes no conhecimento efectivo da realidade.